FARMÁCIA, CIÊNCIA E SOCIEDADE

Estudos Interdisciplinares e Desafios da Saúde

Volume 1



Organizadoras

Cristiana Resende Marcelo

Marta Regina de Castro Belfort

Tayane Souza Prazeres Melo

EDITORA NOVUS

LIVROS ACADÊMICOS

Organizadoras:
Cristiana Resende Marcelo
Marta Regina de Castro Belfort
Tayane Souza Prazeres Melo

FARMÁCIA, CIÊNCIA E SOCIEDADE:

Estudos Interdisciplinares e Desafios da Saúde

Volume 1

1ª EDIÇÃO

EDITORA NOVUS
LIVROS ACADÊMICOS

SÃO LUÍS - 2026

EDITORA NOVUS
SÃO LUÍS - MA - 2026
WWW.EDITORANOVUS.COM.BR EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição
Eduardo Mendonça Pinheiro
Edição de Arte
Eduardo Mendonça Pinheiro
Revisão e Normalização
Tayane Souza Prazeres Melo
José Marcelino Nascimento Veiga Júnior

Conteudista
Autores © 2026
Organizadoras
Cristiana Resende Marcelo
Marta Regina de Castro Belfort
Tayane Souza Prazeres Melo

© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F233

Farmácia, ciência e sociedade: estudos interdisciplinares e desafios da saúde. / organizadoras: Cristiana Resende Marcelo, Marta Regina de Castro Belfort, Tayane Souza Prazeres Melo. – São Luís: Editora Novus, 2026.

164 f.: il. color. v. 1.
Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-91-2
DOI: 10.29327/51003102

1. Uso racional. 2. Medicamentos. 3. Assistência farmacêutica. 4. Segurança do paciente. 5. Educação em saúde. 6. Cuidado farmacêutico. I. Marcelo, Cristiana Resende. II. Belfort, Marta Regina de Castro. III. Melo, Tayane Souza Prazeres. IV. Título.

CDU: 615.1

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Drª Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jeffeson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Drª Anna Christina Sanazario de Oliveira
Drª Aurea Maria Barbosa de Sousa
Drª Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Drª Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Drª Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Drª Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Drª Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Drª Herlane de Olinda Vieira Barros
Drª Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo
M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Drª Luciara Bilhalva Corrêa
Drª Luana Martins Cantanhede
Drª Maria Raimunda Chagas Silva
Drª Marina Bezerra Figueiredo
Drª Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Drª Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Drª Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Drª Samantha Ariadne Alves de Freitas
Drª Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Drª Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Drª Thais Roseli Corrêa
Drª Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares
Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

PREFÁCIO

A Farmácia se consolida cada vez mais como uma área de conhecimento que ultrapassa os limites do medicamento enquanto produto, alcançando dimensões clínicas, sociais, educativas e preventivas do cuidado em saúde. Em uma sociedade marcada pela ampla circulação de informações, pelo crescimento da automedicação, pela diversidade de terapias disponíveis e pela complexidade crescente dos tratamentos, o profissional farmacêutico assume responsabilidades que envolvem orientação, acompanhamento, prevenção de riscos e promoção do uso racional. É nesse amplo horizonte que se insere _Farmácia, Ciência e Sociedade: Estudos Interdisciplinares e Desafios da Saúde – Volume 1_, reunindo pesquisas que aproximam conhecimento científico, prática profissional e problemas contemporâneos de saúde.

Os estudos apresentados percorrem diferentes situações nas quais a segurança terapêutica ocupa posição central. A utilização de plantas medicinais por pessoas idosas, a hepatotoxicidade relacionada ao acetaminofeno, a influência das redes sociais sobre a automedicação e os riscos associados aos medicamentos isentos de prescrição evidenciam como escolhas aparentemente simples podem adquirir elevada relevância clínica quando realizadas sem informação adequada. Ao mesmo tempo, as discussões sobre polifarmácia, atenção farmacêutica e acompanhamento de pacientes com câncer gástrico em tratamento quimioterápico demonstram a importância da avaliação individualizada da farmacoterapia, da identificação de interações e eventos adversos e da integração do farmacêutico às equipes de saúde.

A abrangência da coletânea se amplia ao contemplar temas que desafiam diretamente a assistência e a saúde pública contemporâneas. A resistência bacteriana é analisada a partir do uso racional de antibióticos e da responsabilidade compartilhada na preservação da eficácia desses medicamentos. O crescimento do consumo de suplementos alimentares entre praticantes de atividades físicas coloca em debate benefícios, riscos, qualidade dos produtos e necessidade de orientação profissional. A assistência farmacêutica, por sua vez, é discutida como componente indispensável para que o acesso ao medicamento seja acompanhado de segurança e efetividade terapêutica. Somam-se a esses debates a utilização de probióticos como terapia adjuvante na candidíase recorrente e os benefícios e desafios do tratamento farmacológico do TDAH em adultos, reafirmando a diversidade de campos nos quais o conhecimento farmacêutico se faz necessário.

Mais do que reunir temas distintos, esta obra evidencia um princípio comum: medicamentos, produtos terapêuticos e intervenções em saúde exigem decisões fundamentadas em evidências, acompanhamento adequado e atenção às necessidades particulares de cada indivíduo. Ao integrar pesquisas sobre cuidado clínico, educação em saúde, farmacoterapia, saúde pública e novas possibilidades terapêuticas, este volume oferece a estudantes, profissionais e pesquisadores um panorama plural dos desafios atuais da Farmácia. Sua contribuição reside, sobretudo, em reafirmar o farmacêutico como agente de cuidado, educação e segurança, comprometido com uma prática científica capaz de responder às transformações e demandas da sociedade.

SUMÁRIO

Capítulo 1 10

O USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR IDOSOS: benefícios e riscos

Lucas de Araújo Muniz

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-1

Capítulo 2 24

INTERVENÇÃO FARMACÊUTICA NA PREVENÇÃO DE HEPATOTOXICIDADE INDUZIDA POR ACETAMINOFENO

Kailanny Chis Ramalho Castro

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-2

Capítulo 3 33

IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA AUTOMEDICAÇÃO: o papel do farmacêutico no uso racional de medicamento

Francisco Guilherme Alves de Araújo

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-3

Capítulo 4 49

O PAPEL DO FARMACÊUTICO CLÍNICO NO ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO DE PACIENTES COM CÂNCER GÁSTRICO EM TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO

Karoline Rocha Veloso

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-4

Capítulo 5 63

O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS E POLIFARMÁCIA

Fabiana Sousa Silva

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-5

Capítulo 6 ..... **77**

AUTOMEDICAÇÃO COM MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO: riscos e impactos a saúde

Taíla Rodrigues Freire

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-6

Capítulo 7 ..... **92**

ATENÇAO FARMACÊUTICA NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Flávia Carine dos Santos Silva

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-7

Capítulo 8 ..... **106**

USO DE PROBIÓTICOS COMO TERAPIA ADJUVANTE NO TRATAMENTO DA CANDIDÍASE DE REPETIÇÃO: revisão integrativa

Marianna Cordeiro Santos Nasser Vaz

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-8

Capítulo 9 ..... **120**

O PAPEL DO FARMACÊUTICO NO USO RACIONAL DE ANTIBIÓTICOS E SUA RELAÇÃO COM A RESISTÊNCIA BACTERIANA

Inácia Gabriela Cantanhede Ribeiro

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-9

Capítulo 10 ..... **128**

USO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES EM PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS: análise de riscos e benefícios

Layane de Souza Marques

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-10

Capítulo 11 ..... **137**

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: a atuação do farmacêutico na promoção da segurança e da efetividade terapêutica

Laryssa Salazar da Luz

Gustavo Pereira Calado

10.29327/51003102.1-11

Capítulo 12.....150
OS BENEFÍCIOS E DESAFIOS DO TRATAMENTO FARMACOLOGICO DO TDAH EM ADULTOS: revisão bibliográfica
Hellen Monteiro Batalha
Gustavo Pereira Calado
10.29327/51003102.1-12





Capítulo 1

O USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR IDOSOS: benefícios e riscos

THE USE OF MEDICINAL PLANTS BY THE ELDERLY: BENEFITS AND RISKS

Lucas de Araújo Muniz[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduando em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

O uso de plantas medicinais por idosos constitui uma prática tradicional relacionada ao autocuidado e à busca por alternativas terapêuticas. Entretanto, o envelhecimento fisiológico, a presença de doenças crônicas e a utilização simultânea de medicamentos podem aumentar a suscetibilidade a efeitos adversos e interações medicamentosas. Assim questiona-se; De que forma a automedicação com plantas medicinais contribui para a ocorrência de eventos adversos e toxicidade em idosos? Buscou-se compreender os benefícios e os riscos do uso de plantas medicinais por idosos, considerando as interações medicamentosas e a segurança. Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. A busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS, PubMed/MEDLINE, Google Acadêmico e Web of Science, considerando publicações de 2021 a 2026. Os estudos evidenciaram que as plantas medicinais são utilizadas por idosos devido à tradição cultural, à facilidade de acesso e à percepção de benefícios terapêuticos. Entretanto, foram identificados riscos relacionados à utilização sem orientação profissional, à toxicidade, às reações adversas e às possíveis interações com medicamentos convencionais, especialmente em indivíduos com doenças crônicas e submetidos à polifarmácia. Também foram observadas associações entre o consumo de plantas medicinais e resultados favoráveis à saúde, embora não permitam estabelecer causalidade. Conclui-se que o uso seguro de plantas medicinais requer orientação profissional, avaliação individualizada e educação em saúde. A atuação farmacêutica é fundamental para prevenir riscos, promover o uso racional e contribuir para a segurança e a qualidade de vida da população idosa.

Palavras-chave: Plantas Medicinais; Idosos; Automedicação; Interações Medicamentosas; Segurança do Paciente.

Abstract

The use of medicinal plants by the elderly is a traditional practice linked to self-care and the search for therapeutic alternatives. However, physiological aging, the presence of chronic diseases, and the concurrent use of medications can increase susceptibility to adverse effects and drug interactions. This raises the question: How does self-medication with medicinal plants contribute to the occurrence of adverse events and toxicity in the elderly? This study sought to understand the benefits and risks of using medicinal plants among the elderly, with a focus on drug interactions and safety. It was conducted as an integrative literature review, employing a qualitative, descriptive, and exploratory approach. The search was carried out across the SciELO, LILACS, PubMed/MEDLINE, Google Scholar, and Web of Science databases, covering publications from 2021 to 2026. The studies indicated that the elderly use medicinal plants due to cultural tradition, ease of access, and the perception of therapeutic benefits. Nevertheless, risks were identified—such as use without professional guidance, toxicity, adverse reactions, and potential interactions with conventional medications—particularly in individuals with chronic illnesses who are subject to polypharmacy. Associations were also observed between the consumption of medicinal plants and positive health outcomes, although these do not establish causality. It is concluded that the safe use of medicinal plants requires professional guidance, individualized assessment, and health education. The role of pharmacists is essential in preventing risks, promoting rational use, and contributing to the safety and quality of life of the elderly population.

Keywords: Medicinal Plants; Elderly; Self-medication; Drug Interactions; Patient Safety.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que, no Brasil, está avançando mais rapidamente, o que tem levado a uma crescente prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. Nesse contexto, o uso de ervas medicinais e fitoterápicos está entre as práticas terapêuticas amplamente aceitas entre os idosos, sustentadas pela tradição e pelo acesso (Rodrigues et al., 2025).

Muitas plantas são utilizadas com finalidades terapêuticas, representando opções terapêuticas que complementam o tratamento de doenças, trazendo uma série de vantagens para a saúde quando usadas de forma adequada e racional (Pedroso et al., 2021). Plantas como *Plectranthus barbatus* (Boldo), *Passiflora edulis* (maracujá) e *Mikania glomerata* (Guaco) são comumente usadas para o tratamento de problemas digestivos e de ansiedade, bem como problemas respiratórios. Sua eficácia tem sido demonstrada na literatura científica (Santos et al., 2022).

No entanto, a complexidade dessas misturas pode gerar riscos ainda mais relevantes para os idosos em razão dos fatores de metabolismo mais devagar, maior sensibilidade a interações medicamentosas e a presença de comorbidades (Viana; Costa, 2025). A automedicação e o consumo de garrafadas criam um cenário preocupante, especialmente quando inserido no ambiente da polifarmácia e das mudanças da farmacocinética. (Viana; Costa, 2025). Embora clinicamente relevante, pouca comunicação tem ocorrido entre os idosos e os profissionais de saúde, com uma referência mínima a “chás” discutidos durante as consultas, resultando em má gestão dos medicamentos.

As plantas medicinais fazem parte da nossa cultura e continuam a desempenhar um papel significativo na rotina diária dos idosos, que muitas vezes são responsáveis por passar o conhecimento de uma geração para outra. A maioria das pessoas confia em chás e ervas para complementar os medicamentos de farmácia ou para tratar sintomas leves por conta própria. O problema é que quanto mais velha a pessoa fica, mais suscetível ela se torna, e seus órgãos os rins e o fígado param de funcionar como antes, levando a mais interações indesejadas. Manipular essas plantas também é extremamente importante porque elas podem ser enganosas quando usadas sozinhas ou podem ter um efeito prejudicial à saúde de indivíduos em risco.

A importância desta pesquisa está na lacuna entre o que os idosos acreditam e o que a ciência nos diz ser seguro. E a mentalidade teimosa de que “porque é natural, não faz mal” é perigosa, mesmo que ainda persista. É muito comum usar múltiplos medicamentos simultaneamente na velhice, misturando-os com algumas plantas sem qualquer critério, o que pode levar a um alto risco de reação adversa ou intoxicação devido à preparação inadequada. Eu estudo para descobrir esses riscos dessas práticas não saudáveis e pretendo ver como as plantas ainda podem ter uma contribuição positiva real, mas sem prejudicar a velhice.

O resultado beneficiará aqueles que estão cuidando e discutindo essa questão. Em uma escala maior, do ponto de vista da sociedade, pretendo inspirar os profissionais de saúde a educar melhor os idosos para utilizá-los de maneira responsável e segura. Para os pesquisadores, a pesquisa dá novo fôlego a uma área em desenvolvimento e vai auxiliar nos diálogos sobre o tratamento com SUS com tratamento natural e lançar as bases para estudos futuros.

A pesquisa justificou-se pela relevância de analisar o uso de plantas medicinais por pessoas idosas, considerando que essa prática pode contribuir para o cuidado e o alívio de determinados sintomas, mas também apresentar riscos quando realizada sem orientação adequada. Vale destacar que a pesquisa favorece o uso seguro e consciente dessas práticas, especialmente diante da maior vulnerabilidade dos idosos à polifarmácia e às interações entre medicamentos e produtos à base de plantas. Ademais, a investigação contribuiu para ampliar a discussão científica sobre benefícios, limitações e possíveis efeitos adversos relacionados à fitoterapia na terceira idade.

Nesse pensamento, surgiu o questionamento: De que forma a automedicação com plantas medicinais contribuem com eventos adversos e toxicidade em idosos? Assim, o objetivo geral foi compreender os benefícios e os riscos do uso de plantas medicinais por idosos, considerando as interações medicamentosas e segurança. Já os objetivos específicos foram: descrever os principais riscos associados ao uso, com foco em toxicidade, reações adversas e o potencial de interação medicamentosa com fármacos de uso contínuo; analisar a literatura científica sobre segurança e eficácia do uso de plantas medicinais em idosos; identificar estratégias para minimizar os riscos e maximizar os benefícios do uso de plantas medicinais em idosos.

2 METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório, que teve como finalidade reunir e analisar evidências científicas acerca do uso de plantas medicinais por idosos, com ênfase nos benefícios, riscos, toxicidade e possíveis interações medicamentosas. O estudo foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico realizado nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed/MEDLINE, *Google* Acadêmico e *Web of Science*, contemplando publicações disponibilizadas no período de 2021 a 2026.

Para a identificação dos estudos, foram utilizados descritores controlados e não controlados, selecionados nos vocabulários DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (*Medical Subject Headings*), combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Entre as estratégias de busca empregadas, destacaram-se: “Plantas Medicinais” AND “Idoso” AND “Interações Medicamentosas” e “Fitoterapia” AND “Segurança do Paciente” AND “Saúde do Idoso”, além de combinações equivalentes em língua inglesa, quando aplicáveis.

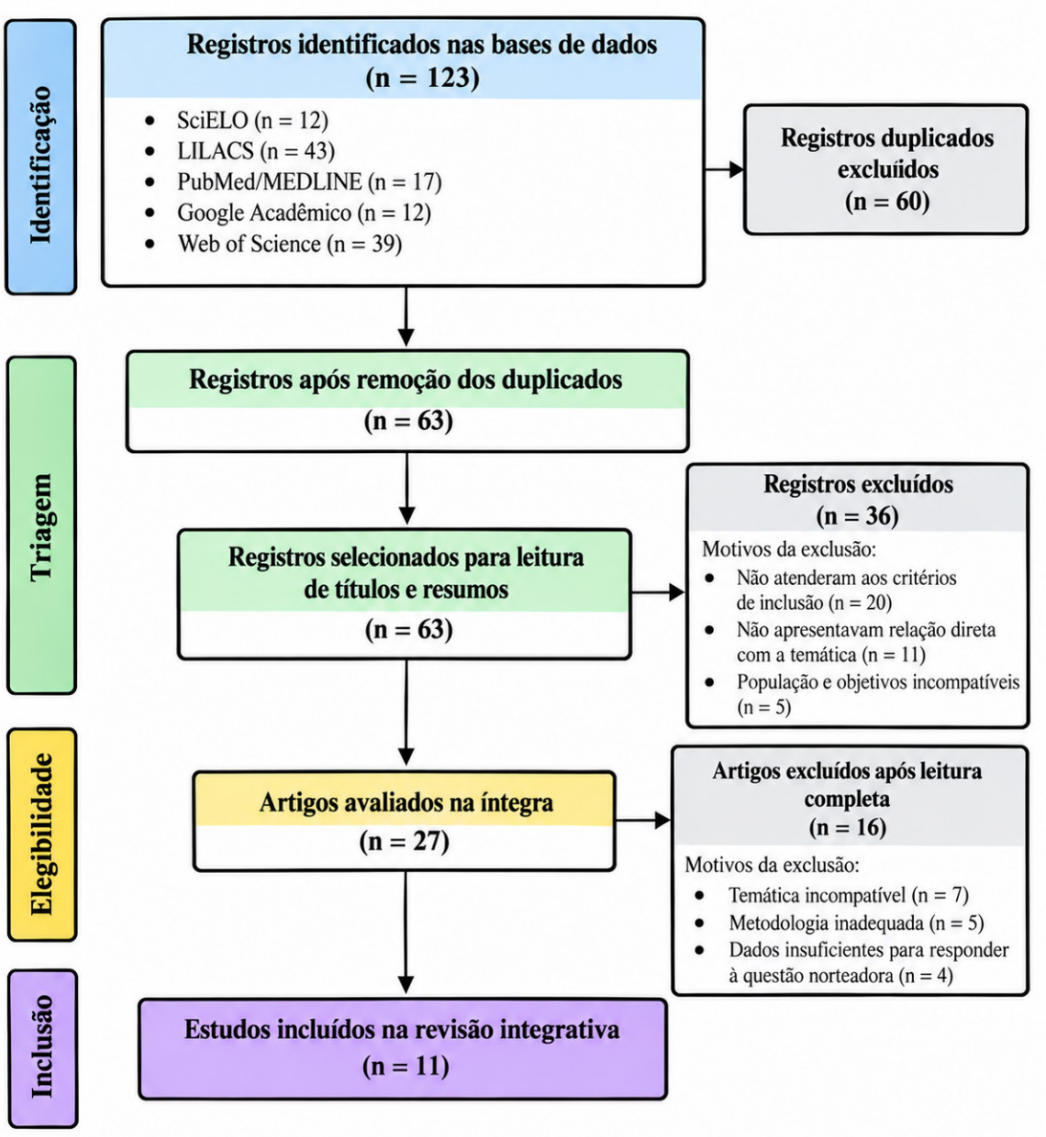
Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos originais e de revisão, publicados na íntegra entre 2021 e 2026, nos idiomas português e inglês, que apresentassem relação direta com o objeto de estudo e abordassem aspectos relacionados à utilização de plantas medicinais por idosos, incluindo benefícios terapêuticos, eficácia, segurança, toxicidade, efeitos adversos e interações com medicamentos convencionais.

Foram excluídos editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos, teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso e publicações que não apresentassem relação direta com a temática ou que não disponibilizassem informações suficientes para responder ao objetivo da pesquisa. A seleção dos es-

tudos ocorreu de forma sistematizada, contemplando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Para apresentação do processo de seleção, foi utilizado um fluxograma baseado na estrutura de transparência proposta pelo PRISMA 2020, que permite demonstrar quantitativamente os registros identificados, excluídos e incluídos na revisão.

Inicialmente, foram identificados 123 registros nas bases de dados pesquisadas, sendo SciELO (n = 12), LILACS (n = 43), PubMed/MEDLINE (n = 17), Google Acadêmico (n = 12) e Web of Science (n = 39). Após a remoção dos registros duplicados, foram excluídos 60 estudos, permanecendo 63 registros para a etapa de triagem. Posteriormente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, etapa na qual 36 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão ou por não apresentarem relação direta com o objetivo da pesquisa, resultando em 27 artigos encaminhados para leitura na íntegra. Na etapa de elegibilidade, após a análise completa dos textos, 16 artigos foram excluídos por apresentarem temática incompatível, metodologia inadequada ou dados insuficientes para responder à questão norteadora. Ao final, 11 estudos foram incluídos na revisão integrativa, constituindo o corpus final da pesquisa, como mostra a figura abaixo.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos conforme PRISMA



Fonte: Autora, (2026)

Para a extração e análise dos dados, foi elaborado um instrumento contendo informações referentes ao autor, ano de publicação, título, objetivo, delineamento metodológico, população/amostra, principais resultados e conclusões. Após a leitura integral dos estudos selecionados, os dados foram organizados em quadro sinóptico e submetidos à análise qualitativa, permitindo a identificação de aproximações e diferenças entre os achados. A síntese foi estruturada em categorias temáticas relacionadas aos benefícios do uso de plantas medicinais, riscos e efeitos adversos, interações medicamentosas e segurança da utilização por pessoas idosas.

Quanto aos aspectos éticos, por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, baseada na análise de publicações científicas e sem participação direta de seres humanos ou utilização de dados pessoais identificáveis, não houve coleta de informações diretamente com participantes. A Resolução CNS nº 510/2016 estabelece, em seu art. 1º, parágrafo único, inciso VI, que pesquisas realizadas exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica não são registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP. Foram, contudo, respeitados os princípios de integridade científica, com identificação e citação adequada das fontes utilizadas e preservação da autoria das obras consultadas.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os estudos selecionados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
Giotto, Cabral e Araújo (2021)	Utilização de plantas medicinais por idosos	Estudo observacional, transversal, quali-quantitativo	A pesquisa avaliou o conhecimento, o uso e a percepção de idosos sobre plantas medicinais. Os participantes relataram utilização sem recomendação das equipes de saúde, principalmente devido ao menor custo, facilidade de acesso e cultivo doméstico. Os autores destacaram a necessidade de acompanhamento profissional devido à possibilidade de efeitos adversos e agravamento de condições de saúde.
Lima e Oliveira (2021)	Uso de plantas medicinais por idosos de uma unidade de saúde em São José dos Pinhais – PR	Estudo transversal, quantitativo e observacional	A pesquisa investigou o uso tradicional de plantas medicinais entre idosos de uma unidade de saúde. Foram identificadas as principais espécies utilizadas e suas formas de recomendação. Os resultados evidenciaram a importância do conhecimento popular, mas também apontaram riscos relacionados à ausência de orientação profissional, incluindo possíveis interações medicamentosas, efeitos adversos e intoxicações.

Santos et al. (2022)	Conhecimento de idosos de uma comunidade rural do semiárido sobre plantas medicinais	Estudo descritivo, qualitativo e etnobotânico	Foram entrevistados 14 idosos conhecedores de plantas medicinais, sendo registradas 53 espécies e 215 citações de uso. As plantas foram empregadas para diferentes doenças e sintomas, especialmente relacionados aos sistemas nervoso, cardiorrespiratório, geniturinário, digestivo e osteomuscular. O estudo ressaltou a importância do conhecimento tradicional e a necessidade de validação farmacológica e toxicológica das espécies utilizadas.
Garlet et al. (2022)	Conhecimento e utilização de plantas medicinais por idosos usuários de Estratégias de Saúde da Família de Palmeira das Missões, RS	Estudo observacional, transversal, quali-quantitativo	Participaram 70 idosos, que relataram 67 espécies de plantas medicinais. Marcela, camomila e boldo estiveram entre as espécies mais citadas. Foram identificados usos relacionados aos sistemas digestivo, respiratório, circulatório, urinário e metabólico. Os resultados também indicaram que parte dos idosos associava plantas medicinais aos medicamentos convencionais, reforçando a necessidade de orientação sobre segurança, efeitos adversos e precauções.
Corona-do-Peña e Suárez-Román (2022)	Uso tradicional de plantas medicinales en adultos mayores del municipio de Arauca	Estudo descritivo, observacional e etnobotânico	Foram avaliados 96 idosos, sendo identificadas 109 espécies utilizadas tradicionalmente como medicinais. Sábila, hortelã, limão, manzanilla e outras espécies apresentaram elevados índices de uso. Os autores observaram que parte das espécies utilizadas não possuía aprovação sanitária para as formas de uso relatadas, destacando a necessidade de avaliação farmacológica, fitoquímica e toxicológica.
Bridi et al. (2023)	Use of medicinal plants among older people attending a public primary care center	Estudo observacional, descritivo e transversal	Foram entrevistados 310 idosos usuários da atenção primária em Puente Alto, Chile. As plantas mais citadas incluíram hortelã, camomila, arruda, matico, tanchagem e boldo. Os usos envolveram problemas gastrointestinais, nervosos, respiratórios, metabólicos e geniturinários. Os autores identificaram possíveis interações entre algumas plantas e medicamentos e ressaltaram a importância da orientação para o uso racional.
Tao et al. (2023)	Association of medicinal plant consumption with all-cause mortality and cognitive impairment in older adult: A large prospective cohort study	Coorte prospectiva, quantitativa e observacional	Foram acompanhados 13.918 participantes, com idade média de 87,2 anos, utilizando dados do Chinese Longitudinal Healthy Longevity Survey. O consumo ocasional ou frequente de plantas medicinais esteve associado a menor risco de mortalidade por todas as causas; o uso frequente também esteve associado a menor risco de comprometimento cognitivo. Por se tratar de estudo observacional, os resultados demonstraram associação, não estabelecendo causalidade.
Silva et al. (2024)	Uso de plantas medicinais por idosos durante a pandemia de Covid-19	Estudo epidemiológico, transversal e quantitativo	Foram avaliados 299 idosos do município de Alegre, Espírito Santo. Desses, 128 (42,81%) relataram utilizar plantas medicinais, sendo mencionadas 50 espécies. Boldo, erva-cidreira, hortelã, erva-doce e camomila estiveram entre as mais utilizadas. O uso esteve associado a fatores como sexo, raça/cor e doença do refluxo gastroesofágico.

Coque León e Manzano Quisimalin (2024)	Healing experiences with medicinal plants in older adults of the Rumipamba neighborhood of Navas	Estudo qualitativo, fenomenológico-hermenêutico e descritivo	Foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com idosos. Os resultados evidenciaram que as plantas medicinais permaneciam fortemente relacionadas às experiências familiares, ao conhecimento tradicional e às práticas de autocuidado. O estudo demonstrou a importância cultural das plantas, ao mesmo tempo em que indicou a necessidade de compreender como essas práticas são incorporadas ao cuidado em saúde.
Guimarães et al. (2025)	Self-care practices and use of medicinal plants by elderly individuals with type 2 diabetes mellitus in a Brazilian rural community	Estudo transversal e quantitativo	Foram entrevistados 181 idosos com diabetes tipo 2 residentes na zona rural de Teófilo Otoni, Minas Gerais. Apenas 22,6% relataram consumo de remédios caseiros nos sete dias anteriores, sendo identificadas diversas plantas utilizadas para o tratamento do diabetes. Os resultados indicaram baixa adesão ao uso de plantas medicinais nessa população e reforçaram a necessidade de ações educativas voltadas ao uso seguro e racional.
Medeiros, Valadares e Santos (2026)	Interações entre plantas medicinais e medicamentos em pessoas idosas de Governador Valadares, Minas Gerais	Estudo transversal, quantitativo e observacional	Foram avaliadas 110 pessoas idosas por meio de entrevistas sobre medicamentos e plantas medicinais. Cerca de 70% relataram uso simultâneo de plantas e medicamentos, e foram identificados possíveis riscos de interação em 31,2% dos participantes, principalmente envolvendo anti-hipertensivos, benzodiazepínicos e anti-inflamatórios. Os achados reforçaram a importância da investigação do uso de plantas durante a anamnese e da orientação profissional.

Fonte: Autor, 2026

A análise dos 11 estudos selecionados permitiu identificar que o uso de plantas medicinais por pessoas idosas constitui uma prática complexa, na qual se relacionam aspectos culturais, econômicos, terapêuticos e farmacológicos. Os resultados evidenciam que a utilização desses recursos permanece presente em diferentes contextos sociais e geográficos, sendo influenciada pela transmissão de conhecimentos entre gerações, pela facilidade de acesso às espécies vegetais e pela percepção de que os produtos naturais representam alternativas menos agressivas à saúde.

Entretanto, a permanência dessa prática não significa que seu uso seja seguro, sobretudo quando considerado o envelhecimento fisiológico, a presença de doenças crônicas e a utilização concomitante de medicamentos de uso contínuo. Dessa forma, a discussão dos achados aponta para a necessidade de compreender as plantas medicinais não apenas como recursos tradicionais de cuidado, mas também como substâncias biologicamente ativas que exigem critérios de utilização, acompanhamento e avaliação de riscos.

Santos et al. (2022), Garlet et al. (2022) e Coque León e Manzano Quisimalin (2024) contribuem para esta discussão ao evidenciarem que as práticas relacionadas às plantas medicinais estão vinculadas às experiências familiares, aos costumes comunitários e aos conhecimentos transmitidos entre gerações. Essa perspectiva demonstra que a utilização desses recursos não pode ser compreendida a partir de seus efeitos farmacológicos, pois também integra a maneira como as pessoas idosas interpretam o processo de adoecimento, realizam o autocuidado e constroem suas escolhas terapêuticas.

Essa compreensão é importante porque a desconsideração dos saberes populares pode dificultar o diálogo entre os idosos e os profissionais de saúde. Quando as práticas tradicionais são tratadas como necessariamente inadequadas, existe a possibilidade de que os usuários deixem de informar o consumo de chás, infusões, preparações caseiras e outros produtos vegetais durante as consultas. Por outro lado, reconhecer a importância cultural dessas práticas não significa validar todas as indicações terapêuticas atribuídas às plantas. A contribuição de Santos et al. (2022) e Coque León e Manzano Quisimalin (2024) está justamente em permitir uma interpretação do fenômeno, na qual o conhecimento tradicional pode ser considerado um ponto de partida para ações educativas e investigações científicas, sem substituir a avaliação da eficácia e da segurança das espécies utilizadas.

Em uma perspectiva complementar, Giotto, Cabral e Araújo (2021) e Lima e Oliveira (2021) demonstram a importância de considerar as condições que favorecem a utilização dessas substâncias sem orientação profissional. A facilidade de acesso, o menor custo e a disponibilidade de plantas no ambiente doméstico contribuem para a continuidade dessa prática, tornando-a uma alternativa acessível para parte da população idosa. Entretanto, esses mesmos fatores podem favorecer o consumo sem avaliação das indicações, das quantidades utilizadas, das formas de preparo e das possíveis contraindicações. Assim, a acessibilidade, embora represente uma vantagem prática, não deve ser interpretada como garantia de segurança terapêutica.

Essa discussão permite reconhecer uma relação importante entre as condições socioeconômicas, a autonomia dos idosos e a necessidade de orientação farmacêutica. A utilização de plantas medicinais pode representar uma estratégia de autocuidado, mas a autonomia terapêutica exige informações suficientes para que as escolhas sejam realizadas de maneira consciente. Quando o usuário não dispõe de informações confiáveis sobre a espécie utilizada, sua finalidade, a dose, a frequência de consumo e os possíveis efeitos adversos, o autocuidado pode assumir características de automedicação potencialmente prejudicial. Portanto, o desafio não consiste em desestimular indiscriminadamente o uso tradicional, mas em estabelecer condições para que os benefícios pretendidos sejam avaliados em conjunto com os riscos associados.

A análise também evidencia que a segurança do uso de plantas medicinais merece atenção especial diante das alterações fisiológicas relacionadas ao envelhecimento. A presença de doenças crônicas e a utilização simultânea de diferentes medicamentos tornam a população idosa particularmente suscetível a problemas relacionados à farmacoterapia. Nesse contexto, Viana e Costa (2025), relatam que as mudanças no funcionamento do organismo e a maior complexidade dos tratamentos podem ampliar a relevância clínica dos efeitos adversos e das interações entre produtos vegetais e medicamentos convencionais.

A questão central não está apenas na possibilidade de uma planta provocar efeitos indesejados quando utilizada isoladamente, mas também na maneira como suas substâncias podem modificar ou potencializar os efeitos de outros tratamentos. O uso simultâneo de diferentes produtos com atividade farmacológica pode resultar em respostas inesperadas, especialmente quando não existe acompanhamento profissional ou quando o usuário não reconhece os chás e as preparações caseiras como parte de sua terapêutica.

Os resultados de Medeiros, Valadares e Santos (2026) reforçam essa preocupação ao identificarem que aproximadamente 70% dos idosos avaliados relataram utilizar plantas medicinais e medicamentos simultaneamente, enquanto 31,2% dos participantes apresentaram possíveis riscos de interação. Os autores destacaram situações envolvendo anti-hipertensivos, benzodiazepínicos e anti-inflamatórios, o que demonstra a relevância de investigar as práticas de autocuidado no contexto da farmacoterapia. Esses resultados convergem com os achados apresentados por Garlet et al. (2022) e Bridi et al. (2023), que também ressaltam a associação entre o consumo de plantas medicinais e medicamentos convencionais e a necessidade de orientação sobre precauções e possíveis interações.

Nesse sentido, os achados de Medeiros, Valadares e Santos (2026) apresentam contribuição relevante para a prática farmacêutica ao evidenciarem a necessidade de investigar sistematicamente o consumo de produtos vegetais durante a anamnese. Essa investigação deve abranger não apenas os medicamentos prescritos, mas também chás, garrafadas, extratos, suplementos e outras preparações utilizadas por iniciativa própria ou recomendadas por familiares. A inclusão dessas informações na avaliação da farmacoterapia pode contribuir para identificar situações de risco, orientar decisões clínicas e reduzir a possibilidade de problemas relacionados ao uso concomitante de diferentes substâncias.

Outro aspecto importante diz respeito à necessidade de diferenciar o reconhecimento tradicional de uma planta de sua comprovação científica para determinada indicação terapêutica. Santos et al. (2022) e Garlet et al. (2022) contribuem para o conhecimento sobre a diversidade de espécies empregadas pelos idosos e sobre a amplitude de suas finalidades, abrangendo sintomas digestivos, respiratórios, nervosos, circulatórios, urinários e metabólicos. Entretanto, a frequência com que uma espécie é utilizada ou recomendada em determinada comunidade não constitui, isoladamente, evidência suficiente de eficácia clínica ou segurança.

Essa distinção torna-se ainda mais relevante diante dos resultados de Coronado-Peña e Suárez-Román (2022), que apontam a necessidade de avaliações farmacológicas, fitoquímicas e toxicológicas das espécies empregadas tradicionalmente, considerando também que algumas formas de utilização relatadas não possuíam aprovação sanitária. A contribuição desse estudo para a presente discussão consiste em demonstrar que a diversidade de plantas utilizadas pela população idosa exige uma avaliação que ultrapasse a identificação popular das espécies e suas indicações habituais. É necessário considerar a composição química, a forma de preparação, a quantidade consumida, a via de administração e as evidências disponíveis sobre os efeitos produzidos.

Dessa forma, observa-se uma convergência entre o conhecimento etnobotânico e a necessidade de validação científica, embora essas perspectivas apresentem finalidades distintas. Enquanto os levantamentos etnobotânicos ajudam a identificar espécies, práticas e finalidades de uso, as investigações farmacológicas e toxicológicas permitem examinar propriedades, mecanismos de ação e possíveis efeitos prejudiciais. As duas abordagens podem ser complementares, mas não devem ser confundidas. A identificação de uma planta como recurso tradicionalmente utilizado não permite concluir, por si só, que sua eficácia esteja demonstrada para todas as condições de saúde em que é empregada.

Nesse contexto, o estudo de Tao et al. (2023) introduz uma perspectiva que amplia a discussão sobre os possíveis benefícios do consumo de plantas medicinais por idosos. Os autores identificaram, em uma coorte prospectiva com 13.918 participantes e idade média de 87,2 anos, associações entre o consumo ocasional ou frequente dessas plantas e menor risco de mortalidade por todas as causas. O uso frequente também esteve associado a menor risco de comprometimento cognitivo. Esses resultados diferem de uma interpretação centrada nos riscos e indicam que a relação entre o consumo de plantas medicinais e a saúde na velhice merece investigação mais abrangente.

Todavia, essa divergência não deve ser interpretada como uma contradição entre os benefícios e os riscos. Tao et al. (2023) investigaram associações em uma população específica, enquanto os demais estudos apresentados na tabela enfatizam aspectos como práticas tradicionais, uso concomitante de medicamentos, possíveis interações e necessidade de avaliação da segurança. Assim, as pesquisas abordam dimensões diferentes de um mesmo fenômeno. A associação entre consumo de plantas medicinais e determinados desfechos favoráveis não comprova que as plantas tenham causado esses resultados, nem permite concluir que todas as espécies, preparações e formas de consumo produzam benefícios equivalentes.

A interpretação dos resultados de Tao et al. (2023) deve, portanto, considerar os limites do delineamento observacional e a possibilidade de influência de outros fatores relacionados à saúde e aos hábitos dos participantes. Além disso, resultados obtidos em uma população específica não podem ser generalizados automaticamente para todos os idosos ou para qualquer espécie vegetal. Essa ressalva é fundamental para evitar que evidências favoráveis sobre o consumo de plantas medicinais sejam utilizadas como justificativa para a automedicação ou para a substituição de tratamentos convencionais.

A discussão dos benefícios também exige atenção às características das populações estudadas e às condições clínicas envolvidas. Guimarães et al. (2025), ao investigarem idosos com diabetes *mellitus* tipo 2 residentes em uma comunidade rural brasileira, identificaram que 22,6% dos participantes relataram consumo de remédios caseiros nos sete dias anteriores à investigação. Esse resultado demonstra que o uso de plantas medicinais não se manifesta de maneira uniforme entre os idosos e que sua ocorrência pode variar conforme o contexto investigado e as características da população.

Em relação à diversidade das espécies utilizadas, os estudos de Santos et al. (2022), Garlet et al. (2022) e Coronado-Peña e Suárez-Román (2022) demonstram que o repertório de plantas medicinais empregado pelos idosos é amplo e varia de acordo com os contextos culturais e territoriais. A presença de espécies como camomila, hortelã e boldo em diferentes levantamentos sugere a relevância de determinados recursos vegetais nas práticas de autocuidado. Entretanto, a ocorrência de espécies semelhantes em diferentes comunidades não significa que sejam utilizadas nas mesmas concentrações, preparações ou indicações, nem que apresentem os mesmos níveis de segurança em todas as situações.

A comparação entre os estudos também revela que a utilização de plantas medicinais está relacionada a diferentes formas de compreender o cuidado e a saúde. Enquanto os trabalhos de abordagem etnobotânica e qualitativa contribuem para compreender a importância cultural dessas práticas, as pesquisas ob-

servacionais e epidemiológicas permitem identificar padrões de utilização e possíveis associações com características dos participantes. Já os estudos voltados às interações medicamentosas destacam questões diretamente relacionadas à segurança da farmacoterapia.

No âmbito da assistência farmacêutica, os resultados apontam para a necessidade de estratégias que aproximem o conhecimento científico das práticas cotidianas dos idosos. Giotto, Cabral e Araújo (2021), Lima e Oliveira (2021), Bridi et al. (2023) e Medeiros, Valadares e Santos (2026) convergem ao destacar a importância da orientação profissional para o uso seguro das plantas medicinais. Assim, a compreensão de que a prevenção de riscos depende não apenas da disponibilidade de informações, mas também da capacidade dos serviços de saúde de identificar hábitos de consumo, esclarecer dúvidas e reconhecer situações em que a utilização de determinado produto pode ser inadequada.

A atuação do farmacêutico assume importância nesse processo, especialmente na avaliação da farmacoterapia e na identificação de possíveis interações entre medicamentos e produtos vegetais. Durante o atendimento, é necessário investigar quais plantas são utilizadas, quais partes são empregadas, como são preparadas, com que frequência são consumidas e qual finalidade se pretende alcançar. Também é importante conhecer os medicamentos em uso, as doenças existentes e a ocorrência de sintomas que possam indicar reações adversas. Essas informações permitem avaliar individualmente a situação e, quando necessário, orientar a suspensão de uma prática potencialmente prejudicial ou encaminhar o paciente para avaliação de outro profissional de saúde.

Além da avaliação individual, os achados reforçam a necessidade de ações educativas voltadas à população idosa e aos seus familiares. Guimarães et al. (2025) destacam a importância de ações educativas para o uso seguro e racional, enquanto os estudos que abordam o conhecimento tradicional demonstram a necessidade de considerar as experiências e os valores culturais dos usuários. A articulação dessas contribuições indica que as orientações devem ser acessíveis, respeitosas e fundamentadas em evidências, evitando tanto a valorização indiscriminada de qualquer preparação natural quanto a desqualificação de conhecimentos construídos ao longo das gerações.

Outra estratégia relevante consiste em fortalecer a farmacovigilância e a produção de evidências sobre a segurança das espécies utilizadas tradicionalmente. Os resultados de Coronado-Peña e Suárez-Román (2022) e Santos et al. (2022) reforçam a necessidade de investigações que permitam caracterizar as espécies e avaliar suas propriedades, enquanto Medeiros, Valadares e Santos (2026) evidenciam a importância de reconhecer possíveis interações no contexto real de utilização. A articulação entre pesquisas farmacológicas, estudos clínicos e acompanhamento dos usuários pode contribuir para identificar riscos ainda pouco esclarecidos e orientar recomendações mais específicas para a população idosa.

Diante dessas considerações, a síntese dos resultados permite compreender que os benefícios e os riscos das plantas medicinais não devem ser tratados como perspectivas necessariamente excludentes. Os conhecimentos tradicionais e as possíveis propriedades terapêuticas justificam o interesse por esses recursos, enquanto as alterações fisiológicas do envelhecimento, a presença de doenças crônicas, a polifarmácia e as incertezas sobre determinadas prepara-

ções exigem avaliação criteriosa. A contribuição central dos estudos analisados está em demonstrar que a segurança depende das características da espécie, da forma de utilização, das condições clínicas do idoso e da existência de orientação profissional.

Portanto, o uso racional de plantas medicinais na terceira idade pressupõe a integração entre valorização cultural, avaliação científica e acompanhamento farmacêutico. Não se trata de recomendar indiscriminadamente esses produtos nem de desconsiderá-los por sua origem natural, mas de reconhecer que sua utilização precisa estar fundamentada em informações confiáveis e na avaliação individual dos possíveis benefícios e riscos.

Nesse sentido, a educação em saúde, a investigação sistemática do consumo de produtos vegetais e o fortalecimento da farmacovigilância constituem estratégias relevantes para reduzir a ocorrência de eventos adversos e favorecer decisões terapêuticas mais seguras. A análise crítica dos estudos, assim, reforça a importância de uma abordagem que preserve a autonomia dos idosos e, simultaneamente, promova o cuidado responsável, a segurança do paciente e a qualidade da assistência farmacêutica.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

A análise da literatura permitiu compreender que o uso de plantas medicinais por pessoas idosas apresenta benefícios potenciais, mas também envolve riscos que precisam ser considerados para garantir a segurança do cuidado. Nota-se que essa prática está associada aos conhecimentos tradicionais, à facilidade de acesso e às experiências de autocuidado. Entretanto, a utilização sem orientação profissional pode favorecer o uso inadequado, a ocorrência de reações adversas, a toxicidade e as possíveis interações com medicamentos convencionais, especialmente entre idosos que apresentam doenças crônicas e fazem uso contínuo de diferentes fármacos.

Em relação aos riscos identificados, destaca-se que a origem natural das plantas não garante sua inocuidade. A associação entre produtos vegetais e medicamentos exige atenção, uma vez que determinadas combinações podem comprometer a segurança da farmacoterapia. Além disso, a diversidade de espécies, as diferentes formas de preparo e a ausência de informações confiáveis sobre algumas indicações terapêuticas demonstram a necessidade de ampliar as investigações sobre eficácia, toxicidade e segurança.

Dessa forma, o uso seguro desses recursos depende da avaliação individualizada, da identificação correta das plantas, do conhecimento sobre suas indicações e contraindicações e da análise das possíveis interações medicamentosas. Nesse processo, o farmacêutico deve promover a orientação dos idosos, avaliação da farmacoterapia e identificação de situações que possam representar riscos à saúde. A atuação integrada dos profissionais de saúde, associada à educação em saúde e ao fortalecimento da farmacovigilância, pode contribuir para reduzir eventos adversos e promover decisões terapêuticas mais conscientes.

Conclui-se, portanto, que a promoção do uso racional de plantas medicinais na terceira idade exige equilíbrio entre a valorização dos conhecimentos tradicionais e a aplicação das evidências científicas disponíveis. A orientação profissional

não deve desconsiderar as práticas culturais dos idosos, mas oferecer informações que permitam reconhecer os benefícios potenciais e os riscos envolvidos.

Como limitação, destaca-se a diversidade metodológica e contextual dos estudos analisados, que restringe a generalização dos resultados e evidencia a necessidade de novas pesquisas sobre interações medicamentosas, toxicidade e eficácia clínica. Assim, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a importância do cuidado farmacêutico e da utilização consciente de plantas medicinais, visando à segurança do paciente e à qualidade de vida da população idosa.

REFERÊNCIAS

BRIDI, R.; et al. Use of medicinal plants among older people attending a public primary care center. **Revista Médica de Chile**, v. 151, n. 3, p. 289-295, 2023.

COQUE LEÓN, V. E.; MANZANO QUISIMALIN, D. E. Healing experiences with medicinal plants in older adults of the Rumipamba neighborhood of Navas. **Community and Interculturality in Dialogue**, v. 4, p. 136, 2024.

CORONADO-PEÑA, J. J.; SUÁREZ-ROMÁN, R. S. Uso tradicional de plantas medicinales en adultos mayores del municipio de Arauca. **Revista de la Asociación Colombiana de Ciencias Biológicas**, v. 1, n. 34, 2022.

GARLET, T.M.B.; et al. Conhecimento e utilização de plantas medicinais por idosos usuários de Estratégias de Saúde da Família de Palmeira das Missões, RS. **Revista Thema**, v. 21, n. 2, p. 415-428, 2022.

GIOTTO, A. C.; CABRAL, M. M.; ARAÚJO, M. C. T. Utilização de plantas medicinais por idosos. **Amazônia: Science & Health**, v. 9, n. 3, 2021.

GUIMARÃES, B. M. et al. Self-care practices and use of medicinal plants by elderly individuals with type 2 diabetes mellitus in a Brazilian rural community. **Discover Public Health**, v. 22, art. 245, 2025.

LIMA, S. Q. F.; OLIVEIRA, V. B. Uso de plantas medicinais por idosos de uma unidade de saúde em São José dos Pinhais – PR. **Revista Brasileira de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde**, v. 1, n. 1, p. 84-96, 2021.

MEDEIROS, S. B.; VALADARES, Y. M.; SANTOS, L. L. S. Interações entre plantas medicinais e medicamentos em pessoas idosas de Governador Valadares, Minas Gerais. **Revista Fitos**, v. 20, e1984, 2026.

PEDROSO, Reginaldo dos Santos.; ANDRADE, Géssica.; PIRES, Regina Helena. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. Physis: **Revista de saúde coletiva**. v. 31(2), e310218, 2021

RODRIGUES, Sarah Beatriz Ferreira.; et al. Uso de plantas medicinais por idosos no Brasil; revisão sistemática e implicações para a farmacovigilância. **Observatório de La Economia Latinoamericana**. v. 23, n. 9, p. e11660, 2025.

SANTOS, M. D. F. et al. Conhecimento de idosos de uma comunidade rural do semiárido sobre plantas medicinais. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 46315-46339, 2022.

SILVA, A. M. et al. Uso de plantas medicinais por idosos durante a pandemia de Covid-19. **Amazônia: Science & Health**, v. 12, n. 1, p. 14-31, 2024.

TAO, L. et al. Association of medicinal plant consumption with all-cause mortality and cognitive impairment in older adult: A large prospective cohort study. **Phytomedicine**, v. 119, 154995, 2023.

VIANA, M.L..; COSTA, P.M. O risco do uso inadequado de plantas medicinais em idosos. **Editora cientifica digital**, 10.37885/250419258



Capítulo 2

INTERVENÇÃO FARMACÊUTICA NA PREVENÇÃO DE HEPATOTOXICIDADE INDUZIDA POR ACETAMINOFENO

PHARMACEUTICAL INTERVENTION IN THE PREVENTION OF ACETAMINOPHEN-INDUCED HEPATOTOXICITY

Kailanny Chis Ramalho Castro[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

O acetaminofeno, também conhecido como paracetamol, é um medicamento amplamente utilizado mundialmente para o tratamento de sintomas como febre e dor, devido às suas propriedades analgésicas e antitérmicas. Quando utilizado nas doses recomendadas e por um período determinado, apresenta um perfil de segurança favorável. Entretanto, seu uso em doses elevadas ou por tempo prolongado, especialmente quando associado à automedicação e a outros fatores de risco, pode provocar hepatotoxicidade e, em casos graves, insuficiência hepática. Nesse contexto, o farmacêutico desempenha um papel fundamental na promoção do uso racional de medicamentos, na identificação de fatores de risco e na prevenção de danos hepáticos. O presente estudo tem como objetivo analisar a intervenção farmacêutica como estratégia de prevenção da hepatotoxicidade induzida pelo paracetamol, incluindo orientações sobre o uso adequado do medicamento. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio da busca de artigos científicos publicados entre 2021 e 2026, utilizando os descritores “hepatotoxicidade”, “paracetamol” e “intervenção farmacêutica”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. A literatura destaca que a utilização inadequada do paracetamol constitui um fator de risco para lesões hepáticas, especialmente quando associada a condições que favorecem o desenvolvimento dessa complicação. Dessa forma, a intervenção do profissional farmacêutico pode contribuir para a identificação de situações de risco, a orientação dos pacientes e a promoção do uso seguro do medicamento, auxiliando na prevenção de danos hepáticos relacionados ao seu uso inadequado.

Palavras-chave: Paracetamol. Hepatotoxicidade. Automedicação. Intervenção Farmacêutica.

Abstract

Acetaminophen is a medication widely used worldwide to manage symptoms such as fever and pain due to its analgesic and antipyretic effects. However, despite its safety when used appropriately, prolonged use or administration at high doses may result in hepatotoxicity and, in severe cases, hepatic failure. In this context, rational medication use and the role of healthcare professionals are essential for identifying associated risk factors and preventing liver damage. Therefore, the present study aimed to analyze pharmaceutical intervention as a form of prevention, including guidance on the appropriate use of the medication. This is an integrative literature review conducted through a search for scientific articles published between 2021 and 2026, using the descriptors “hepatotoxicity,” “acetaminophen,” and “pharmaceutical intervention,” combined using the Boolean operators AND and OR. The literature highlights that inappropriate use of acetaminophen (paracetamol) constitutes a risk factor for liver injury, particularly when combined with other factors that may contribute to this condition. Therefore, pharmaceutical intervention can contribute to identifying risk situations and providing guidance on the safe use of the substance.

Keywords: Acetaminophen, Hepatotoxicity, Self-Medication, Pharmaceutical Intervention.

1 INTRODUÇÃO

O Paracetamol também chamado de acetaminofeno é resultante da síntese de uma substância N-acetil-p-aminofenol e sua utilização principal teria como objetivo ter efeitos analgésicos e antipirético, entretanto somente depois de anos foi liberado seu uso clínico sendo utilizado mundialmente na prática clínica devido à sua eficácia e segurança quando administrado corretamente. No entanto, sua livre comercialização e fácil acesso pela população, aliados à falta de conhecimento sobre seus possíveis efeitos adversos, têm se tornado uma preocupação relevante em saúde pública o uso crônico do paracetamol pode levar à Hepatotoxicidade, especialmente em casos de superdosagem (Cardoso; Silva, 2024).

Usualmente o paracetamol consegue ser processado através da conciliação do ácido glucurônico e sulfato, entretanto, existe uma parte que é metabolizada pela enzima citocromo p450, gerando uma substância chamada N-acetil-p--benzoquinona imina (NAPQI) normalmente seria neutralizado pela glutationa do sistema hepático, porém em casos de superdosagem o estoque de glutationa acaba, acumulando a substância no organismo, causando danos nas células do fígado os hepatócitos, causando assim a hepatotoxicidade, resultando em sérios problemas na saúde do indivíduo (Fernandes, 2026).

O paracetamol (acetaminofeno) é um medicamento de venda livre, comercializados em diferentes formas farmacêuticas, liquida, solida em forma de comprimidos e até mesmo em forma de xarope, estando disponível para toda a população em drogarias, sua dose é baseada no peso corporal, para crianças e em adultos a dose máxima recomendada é de 4g diária , no entanto pode ser toxico mesmo em doses usuais quando utilizado por um longo período, quando seu uso é combinado com álcool etílico, também possui potencial tóxico quando utilizado com outras medicações, quando há uma doença hepática pré-existente ou predisposição genética (Queiroz, 2022).

A automedicação juntamente com a falta de informação, pode ocasionar o uso de doses inapropriadas buscando um maior efeito e alivio dos sintomas, o fácil acesso e a falta de informação sobre o medicamento é contribuinte para toxicidade do mesmo, tendo em vista que é um dos fármacos mais utilizado na prática é também um dos principais causadores de insuficiência hepática, caracterizada pela lesão dos hepatócitos células responsáveis pela funcionalidade do fígado (Souza; Souza; Silva, 2021).

O farmacêutico tem papel crucial nessa tem que assumir a missão de orientar, educar e ensinar, garantindo o bem-estar da população os serviços de saúde devem integrar a rotina do farmacêutico, deve orientar enquanto a posologia pois ele é o profissional capacitado para esclarecer as dúvidas sobre os medicamentos em ênfase o paracetamol.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo reunir evidências presentes na literatura acerca dos riscos associados ao uso do paracetamol com ênfase na prática da automedicação e na ocorrência de Hepatotoxicidade. Busca-se compreender, a partir de estudos científicos já publicados, os principais fatores relacionados ao uso inadequado desse medicamento, incluindo a facilidade de acesso, a percepção equivocada de segurança e analisando a intervenção farmacêutica.

2 METODOLOGIA

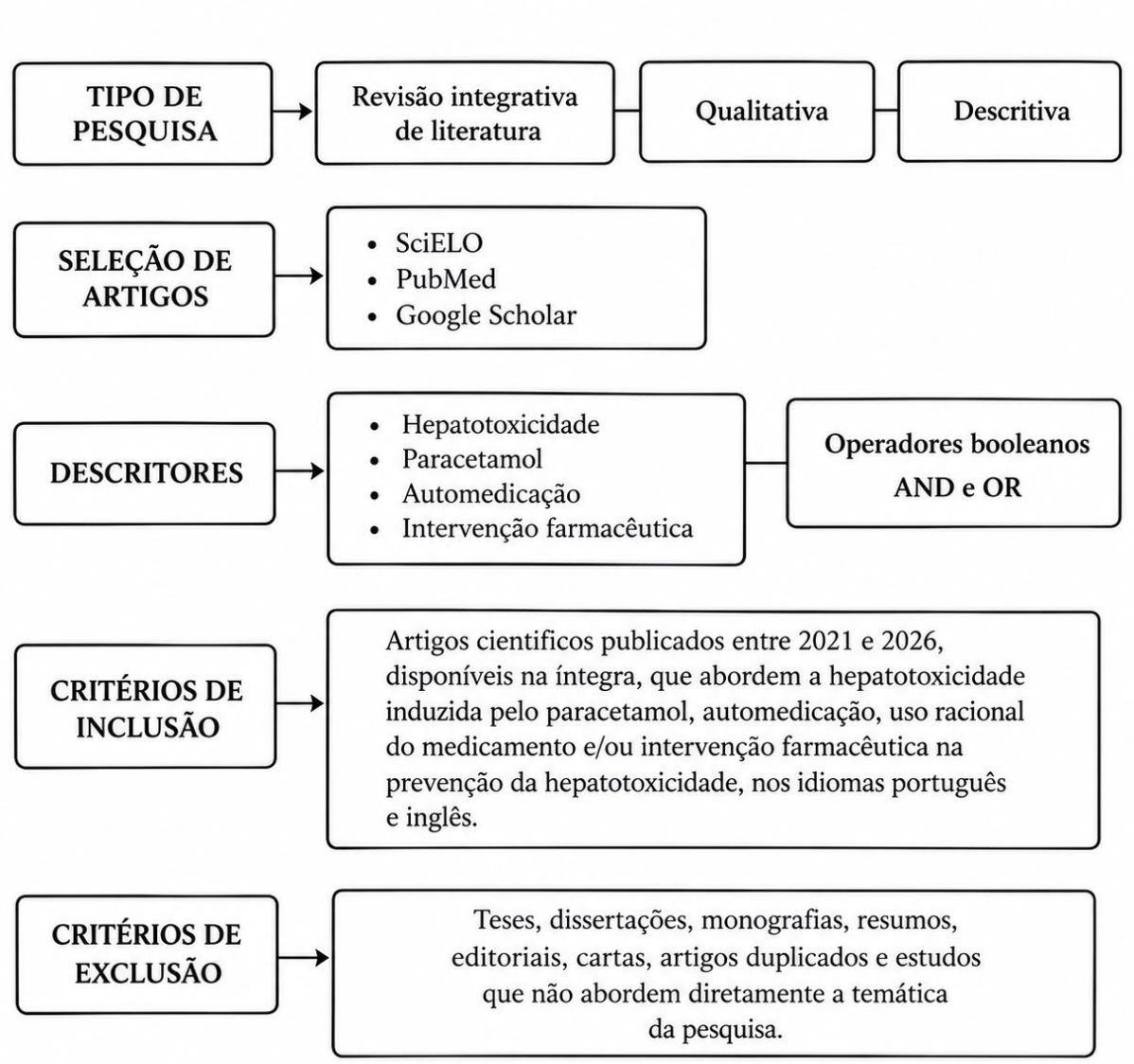
O presente trabalho consistirá em uma revisão bibliográfica da literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, a ser realizada no ano de 2026. O estudo será desenvolvido por meio das bases de dados Google Acadêmico, SciELO e PubMed. Para a realização da busca, serão utilizados descritores relacionados ao tema, sendo eles “hepatotóxico” “paracetamol”, “automedicação” e “intervenção farmacêutica”.

A busca será realizada nos bancos de dados com a aplicação dos descritores por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”. Dessa forma, serão utilizadas as seguintes expressões: (“hepatotoxicidade” OR “hepatotoxicity”) AND (“paracetamol”) AND (“automedicação” OR “self-medication”) AND (“intervenção farmacêutica” OR “pharmaceutical intervention”), podendo ser combinadas ou utilizadas de forma isolada. Os critérios de inclusão adotados para esta pesquisa serão artigos científicos, como revisões de literatura, estudos transversais, estudos de coorte e demais estudos completos, publicados entre os anos de 2021 e 2026, nos idiomas português e inglês, que abordem a temática proposta. Serão excluídas teses, dissertações, editoriais e cartas.

Dito isso, a análise e síntese dos resultados ocorreram após leitura dos artigos. Os dados extraídos foram organizados em um quadro no *software Microsoft Word*, utilizando uma sequência numérica crescente, conforme o autor e o ano de publicação. Essa metodologia permitiu uma melhor categorização das informações promovendo uma interpretação eficiente dos resultados encontrados na literatura.

A extração de dados dos estudos selecionados seguiu os critérios de inclusão e exclusão, por meio da leitura prévia de títulos e resumos, permitindo avaliar a relevância dos artigos para o tema e possibilitando a escolha daqueles que atendiam aos objetivos do trabalho. Após a seleção dos artigos, foi elaborado um quadro com os seguintes tópicos: autor, ano, tipo de estudo, objetivo e resultados encontrados (Quadro 1). Em seguida, foi feita uma análise crítica e detalhada dos dados. Para uma melhor visualização do processo metodológico, a figura 1 apresenta o fluxograma correspondente.

Figura 1. Fluxograma da metodologia.



Fonte: Autora, 2026.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O levantamento possibilitou a identificação de 2452 artigos utilizando palavras-chaves combinadas e isoladas, após aplicação dos critérios de exclusão e inclusão foram excluídos 1985 artigos. Desses apenas 52 foram incluídos para leitura de título e resumo, após isso 27 foram selecionados para leitura completa. Por fim, restaram 13 estudos selecionados para avaliação. Com o objetivo de promover melhor assimilação e demonstrar os resultados abordados neste estudo, foi elaborado um quadro (Quadro 1), a partir da análise dos artigos selecionados, a fim de sintetizar o material estudado.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
Chidiac *et al.* 2023	Superdosagem de paracetamol (acetaminofeno) e hepatotoxicidade: mecanismo, tratamento, medidas de prevenção e estimativas da carga da doença.	Revisão bibliográfica.	O estudo demonstrou que a superdosagem de paracetamol pode provocar hepatotoxicidade. Assim como o atraso no tratamento, álcool, desnutrição e formulações de liberação modificada foram identificados como fatores de risco, enquanto a acetilcisteína foi destacada como principal tratamento.
Costa , Mendonça 2025	Cuidados farmacêuticos no manejo e dispensação do paracetamol	revisão de literatura caráter descritivo e qualitativo, .	O estudo evidenciou que, embora o paracetamol seja amplamente utilizado, a automedicação e o uso inadequado podem provocar hepatotoxicidade e outras reações adversas. Nesse contexto, a atuação do farmacêutico é fundamental para orientar sobre posologia, intervalos entre doses, interações medicamentosas e riscos da superdosagem, promovendo o uso racional do medicamento e prevenindo intoxicações.
Jaeschke; Ramachandran, 2024	Hepatotoxicidade do paracetamol: paradigma para a compreensão dos mecanismos de lesão hepática induzida por medicamentos.	Revisão de literatura	A hepatotoxicidade do paracetamol ocorre principalmente pela formação excessiva de NAPQI, levando depleção da glutationa , disfunção mitocondrial e necrose hepática. O uso simultâneo de diferentes medicamentos contento paracetamol também pode ocasionar overdoses acidentais
Neca *et al.* 2022	Perigo da automedicação irresponsável do Paracetamol	Revisão de literatura	O estudo evidencia que a automedicação com paracetamol, principalmente em doses inadequadas e sem orientação profissional, pode causar intoxicação e hepatotoxicidade, destacando a importância da orientação farmacêutica para promover o uso racional e prevenir danos hepáticos.
Oliveira e Andrade (2021)	A orientação do farmacêutico no uso indiscriminado do paracetamol	Revisão bibliográfica	O estudo evidenciou que o uso indiscriminado do paracetamol pode aumentar o risco de intoxicação e hepatotoxicidade, destacando a atuação do farmacêutico na prevenção por meio da orientação e promoção do uso racional do medicamento.

Pinto , Andrad 2025	Toxicidade hepática induzida por paracetamol , mecanismos e estratégias de prevenção na atenção farmacêutica	Revisão bibliográfica	O estudo destacou que o uso excessivo e inadequado do paracetamol pode causar hepatotoxicidade grave, especialmente em situações de superdosagem e uso prolongado. Ressaltou-se a importância da intervenção farmacêutica na orientação sobre doses adequadas, prevenção da automedicação e promoção do uso racional do medicamento, contribuindo para reduzir os riscos de intoxicação e danos hepáticos.
Popiole et al .,2021	Fatores de risco para hepatotoxicidade devido a sobredosagem de paracetamol em adultos	Estudo de corte retrospectivo	A maior dose de paracetamol esteve associada à hepatotoxicidade, principalmente quando acompanhada de atraso no atendimento hospitalar, sendo este último o principal fator associado à lesão hepática.

Fonte: Autor, 2026

Jaeschke e Ramachandran (2024) destacam que a hepatotoxicidade induzida pelo paracetamol está relacionada à formação excessiva do metabólito tóxico NAPQI, que provoca a depleção da glutationa e danos às proteínas celulares, especialmente às mitocondriais. Esses eventos desencadeiam estresse oxidativo, disfunção mitocondrial e necrose dos hepatócitos, podendo evoluir para insuficiência hepática aguda, reconhecer o mecanismo tóxico para saber quais mecanismo de defesa o corpo utiliza, e qual antidoto utilizar compreendendo juntamente a gravidade do uso inadequado.

Complementando o linha de raciocínio Popiole et al. (2021) em seu estudo mostra que destacam que a superdosagem do paracetamol está diretamente ligado com a hepatotoxicidade, juntamente com o atraso na busca por atendimento médico, em seu estudo o maior fator de risco evidenciado foi a demora na busca por atendimento, entre 185 pacientes internados por superdosagem, foram identificados 25 casos de hepatotoxicidade grave e 31 leve a moderada , em sua analise o maior fator de risco foi a demora ao buscar atendimento hospitalar evidenciando que, a superdosagem, o atraso ao buscar atendimento, e em alguns casos o uso álcool são fatores de risco para evolução do quadro clínico, sendo a busca tardia para o atendimento hospitalar o maior fator de risco, superando os outros fatores.

Analisando e compreendendo o mecanismo da lesão hepática, juntamente com alguns fatores de risco Chidiac et al. (2024) vem identificar em seu estudo, a utilização simultânea de diferentes medicamentos contendo paracetamol, desde opiodes a medicamentos para gripes e resfriados, evidencia erros de dosagem em um estudo de corte na austrália, alguns necessitando de hospitalização e uso do antidoto NAC.

Além do erro de dose, a automedicação é aspecto relevante quando se fala se intoxicação e superdosagem, Neca et al. (2022) vem ressaltar que o uso irresponsável do paracetamol, ainda que seja um medicamento amplamente utilizados, no alivio de sintomas como dor e febre, configura um grande risco a saúde, os autores ressaltam que o uso inadequado tende a mascarar doenças já existentes e dificultar diagnósticos.

Em concordância Oliveira, Andrade (2021) evidenciam que o uso irracional do paracetamol, corrobora para um maior número de intoxicação, destacam que mesmo sendo uma medicação segura e um aliado para o manejo de sintomas, deve-se manter o cuidado quando utilizado com associação ao álcool e outras drogas, ressalta o papel do farmacêutico que esta dentro da resolução N 357 do (CFF) que relata que o profissional farmacêutico é responsável pelas boas práticas de automedicação onde tem papel de, educar, informar e orientar o paciente.

Diante disso Costa, Mendonça (2025) aprofundam discussão sobre o papel do farmacêutico no manejo da dispensação do paracetamol . Os autores destacam que a utilização segura do medicamento depende de uma orientação sob posologia, intervalos entre as administrações, conhecimento do limite de dose diário e sobre potenciais interações, além de conhecer um pouco mais a fundo o paciente identificando duplicidade terapêutica, destaca a importância do farmacêutico na atenção primaria, principalmente quando se trata de educação em saúde, ressalta que a atuação do farmacêutico é indispensável para a dispensação de MiPs, que são medicamentos isentos de prescrição médica e de venda livre.

Diante dos estudos Pinto., Andrad (2025) vem correlacionar a toxicidade do paracetamol com estratégias necessárias para prevenção, em seu estudo relata o que acontece no nosso organismo após intoxicação do acetaminofeno, e destaca que prevenção depende tanto de medidas de conscientização, quando da adoção de estratégias que promovam o uso seguro do medicamento, vem reforçar que o profissional farmacêutico tem como missão principal promover o uso racional do medicamento, orientando, educando cada paciente, esclarecendo duvidas sobre a utilização da medicação e identificando possíveis fatores que podem gerar riscos na vida do paciente. Dessa forma, a atenção do profissional farmacêutico na intervenção e prevenção, constitui uma importante estratégia para promover o uso racional do paracetamol, contribuir para segurança dos pacientes e reduzir os riscos e danos hepáticos associados a utilização inadequada desse medicamento

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

Diante da análise dos estudos selecionados, foi compreendido que a hepatotoxicidade induzida pelo paracetamol está diretamente relacionada ao uso inadequado do medicamento, principalmente em situações de superdosagem, automedicação e utilização simultânea de outros medicamentos contendo o mesmo princípio ativo. Desse modo o objetivo do trabalho foi alcançado ao analisar a intervenção farmacêutica como uma estratégia importante para uso racional do paracetamol.

Os resultados encontrados destacaram que a hepatotoxicidade está relacionada com a formação excessiva do metabólito NAPQI, ocorre a redução de reservas de glutationa e acontece a ocorrência de danos celulares nos hepatócitos, que pode ter uma evolução para quadros graves de lesão hepática . Além disso o uso de doses elevadas, associação com outros medicamentos de mesmo princípio ativo e associações inadequadas e a demora na busca por atendimento após uma superdosagem podem agravar o quadro clínico do paciente. Achados como esse ressaltam a importância do profissional farmacêutico em educação em saúde e nas identificações de situações de risco non uso do paracetamol.

No contexto apresentado, a atuação do farmacêutico é indispensável para a promoção do uso racional de medicamentos, na orientação da posologia correta, intervalos entre as administrações, alertando dos riscos da automedicação e identificação de duplicidades terapêuticas. A educação em saúde gera esclarecimento para os pacientes sobre os riscos associados ao uso inadequado do paracetamol contribuindo para um uso mais seguro da medicação. Além disso reconhecer sinais e sintomas da intoxicação, contribui para a prevenção do agravamento das lesões hepáticas.

Portanto pode-se concluir que a intervenção farmacêutica é uma estratégia importante para a prevenção da hepatotoxicidade induzida pelo paracetamol, especialmente por fornecer informações, quanto ao risco e incentivar práticas mais seguras.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Edilsa de Castro; SILVA, Tallyson Menezes Bento da. Complicações hepatotóxicas do paracetamol e a importância da atenção farmacêutica para o uso racional. **Cognitionis**, v. 7, n. 2, p. 1-17, 2024. DOI: https://doi.org/10.38087/2595.8801.528.

CHIDIAC, Annabelle S. *et al.* Paracetamol dosing errors in people aged 12 years and over: an analysis of over 14,000 cases reported to an Australian Poisons Information Centre. **Drug Safety**, v. 47, p. 1293-1306, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s40264-024-01472-y.

COSTA, Verônica Ferreira da; MENDONÇA, Larissa Aguiar de. Cuidados farmacêuticos no manejo e dispensação do paracetamol. **Revista Foco**, v. 18, n. 11, e10714, p. 1-17, 2025. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n11-221.

FERNANDES, Bruna Sousa. **Proposta de protocolo para intoxicação por acetaminofeno em pediatria**. 2026. Trabalho de Conclusão de Residência (Programa de Residência Médica em Pediatria) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2026.

JAESCHKE, Hartmut; RAMACHANDRAN, Anup. Acetaminophen hepatotoxicity: paradigm for understanding mechanisms of drug-induced liver injury. **Annual Review of Pathology: Mechanisms of Disease**, v. 19, p. 453-478, 2024. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-pathmechdis-051122-094016.

NECA, Cinthia Silva Moura *et al.* Perigo da automedicação irresponsável do paracetamol: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, e23111738103, 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38103.

OLIVEIRA, Bianka Cárita Ferreira de; ANDRADE, Leonardo Guimarães de. A orientação farmacêutica ao consumo indiscriminado do paracetamol. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 10, out. 2021. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2671.

PINTO, Gustavo Teixeira; ANDRADE, Leonardo Guimarães de. Toxicidade hepática induzida por paracetamol: mecanismos e estratégias de prevenção na atenção farmacêutica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 11, nov. 2025. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v11i11.22191.

POPIOLEK, Iwona *et al.* Risk factors for hepatotoxicity due to paracetamol overdose in adults. **Medicina**, v. 57, n. 8, art. 752, 2021. DOI: https://doi.org/10.3390/medicina57080752.

QUEIROZ, Isabela Ferreira. **Análise temporal da hepatotoxicidade induzida pelo paracetamol**. 2022. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) — Escola de Farmácia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

SOUZA, Amanda Cabral de; SOUZA, Heloise Sousa e; SILVA, Rhayane Oliveira da. Hepatotoxicidade associada ao uso de paracetamol: revisão sistemática. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 107073-107085, nov. 2021. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv7n11-375.



Capítulo 3

IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA AUTOMEDICAÇÃO: o papel do farmacêutico no uso racional de medicamento

THE IMPACT OF SOCIAL MEDIA ON SELF-MEDICATION: THE PHARMACIST'S ROLE IN THE RATIONAL USE OF MEDICINES

Francisco Guilherme Alves de Araújo[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduando em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

A expansão das redes sociais e o fácil acesso às informações em saúde têm influenciado significativamente o comportamento da população em relação ao uso de medicamentos, contribuindo para o aumento da prática da automedicação. Diante disto, a disseminação de informações por influenciadores digitais e fontes nem sempre confiáveis pode induzir ao uso inadequado de medicamentos, levando riscos à saúde pública, podendo citar como exemplos, reações adversas, intoxicações, resistência antimicrobiana e agravamento de doenças. Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das redes sociais na prática da automedicação e destacar a importância da atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Foram utilizados artigos científicos, trabalhos acadêmicos e publicações disponíveis em bases de dados como Google Acadêmico e SciELO, considerando estudos publicados entre os anos de 2021 e 2026. Os desfechos encontrados evidenciam que as redes sociais e a internet exercem forte influência sobre as decisões relacionadas ao consumo de medicamentos, estimulando constantemente a automedicação sem orientação profissional adequada. Inclusive, verificou-se que a atuação do farmacêutico é fundamental para orientar a população, promover a educação em saúde, prevenir problemas relacionados ao uso inadequado de medicamentos e incentivar práticas seguras de tratamento. Conclui-se que o fortalecimento das ações educativas e da assistência farmacêutica é de essencial importância para minimizar os impactos negativos das informações inadequadas disseminadas nas redes sociais, contribuindo para a promoção da saúde e para o uso racional de medicamentos.

Palavras-chave: Redes sociais; Uso racional de medicamentos; Assistência farmacêutica; Educação em saúde.

Abstract

The expansion of social media and easy access to health information have significantly influenced people's behavior regarding medication use, contributing to the rise of self-medication. In this context, the spread of information by digital influencers and sources that are not always reliable can lead to improper use of medications, posing risks to public health, with examples including adverse reactions, intoxications, antimicrobial resistance, and worsening of diseases. This study aims to analyze the impact of social media on the practice of self-medication and highlight the importance of the pharmacist's role in promoting the rational use of medications. This is a descriptive study with a qualitative approach, developed through a literature review. Scientific articles, academic papers, and publications available in databases such as Google Scholar and SciELO were used. considering studies published between the years 2021 and 2026. The outcomes found show that social media and the internet have a strong influence on decisions related to medication use, constantly encouraging self-medication without proper professional guidance. In fact, it was observed that the role of the pharmacist is crucial to guide the population, promote health education, prevent problems related to improper medication use, and encourage safe treatment practices. It is concluded that strengthening educational actions and pharmaceutical care is extremely important to minimize the negative impacts of misleading information spread on social media, contributing to health promotion and the rational use of medications.

Keywords: Self-medication; Social media; Rational use of medications; Pharmaceutical care; Health education.

1 INTRODUÇÃO

Entende-se que automedicação, tem sido umas das ferramentas mais utilizadas por passagem à internet, pelo rápido acesso de informações via o ambiente digital, com isso vem tornando-se um problema público de saúde. Onde os digitais influencers ajuda nesses aspectos de uso de produtos ou serviço, devido ao grande número de seguidores em redes sociais e com a capacidade de influência (Cardoso et al., 2016).

Em conformidade com uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) em 2019, a automedicação configura-se como uma prática frequente entre os brasileiros, sendo relatada por 77% dos indivíduos que utilizaram medicamentos nos seis meses anteriores à pesquisa. O estudo também apontou que aproximadamente 47% da população faz uso de medicamentos por conta própria ao menos uma vez por mês, enquanto cerca de 25% realizam essa prática diariamente ou pelo menos uma vez por semana (Távora; Morgado, 2023). Essa medida vem aumentando, pelos acessos as redes online, em divulgações de produtos farmacêuticos, podendo levar um grande perigo para a saúde, por falta de informações concretas e orientação de como usá-las de forma correta.

A pandemia de COVID-19, como demonstração, teve um grande aumento na internet por buscas de informações a saúde, consequentemente, a prática de se medicar por conta própria com fármacos desprovidos de respaldo científico, evidencia o poder das redes sociais na modulação de comportamentos de saúde (Melo et al., 2021). Com a facilidade de acessos a informações, tornam-se como indicações de terceiros, podendo citar influenciadores, por informações não validas.

O marketing que é usado para atrair a atenção do público, e satisfazer as necessidade enquanto gera lucro para a empresa, nesse contexto atual, criadores de conteúdo digital, que se consolidaram como agentes de grande relevância nas plataformas online, contêm a capacidade de influenciar opiniões e comportamentos de seus seguidores, inclusive em temas sensíveis, como o uso de medicamentos, podendo ser citado como exemplo uso de hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina na pandemia de COVID-19, sem orientações farmacêuticas ou acompanhamento de um profissional da saúde (Jesus et al., 2023; Bazoni et al., 2023).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) por meio da RDC n° 96/2008, que estabelece diretrizes para regulamentação das publicidades de medicamentos, com intuito de controlar práticas que possam influenciar a prescrição, dispensação, a aquisição e o uso desses produtos. No entanto observa-se que essa regulamentação, de forma isolada, não é suficiente para impedir completamente tais comportamentos (Brasil, 2008).

Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos, atuando não apenas na dispensação, mas também na orientação, educação em saúde e prevenção de danos, especialmente diante da influência da internet nas decisões dos pacientes. “Ele é o último profissional a entrar em contato com o paciente antes de iniciar o tratamento, no entanto, seu papel social é importante (Correia et al., 2020).

Nessa situação, o papel do farmacêutico é essencial para conscientizar e orientar os pacientes sobre o uso racional de medicamentos, auxiliando para a diminuição da prática de automedicação e priorizando a segurança dos pacien-

tes (Cavalcante; Da Silva; Quintilhão, 2023).

Diante disto, à educação em saúde é uma forma fundamental para conscientizar a população de maneira correta como utilizar remédios de forma consciente, assim reduzindo os riscos de automedicação levando orientação e informações verdadeiras, através de profissionais da saúde e campanhas educativas.

Isto posto, a pesquisa mostra-se relevante por discutir a atuação do farmacêutico como profissional essencial na promoção do uso racional de medicamentos, especialmente por meio da orientação farmacêutica, educação em saúde e esclarecimento de informações equivocadas difundidas nas redes sociais. Dessa forma, o estudo poderá contribuir para ampliar a compreensão acerca dos impactos das mídias digitais sobre as decisões relacionadas ao consumo de medicamentos, além de evidenciar a importância da assistência farmacêutica na prevenção da automedicação irresponsável e na promoção de práticas mais seguras e conscientes entre a população.

Diante da crescente utilização da internet para obtenção de informações sobre saúde e medicamentos, indagou-se: como a internet influencia a prática da automedicação e qual é a importância do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos?

Nesse passo, o objetivo principal deste artigo foi compreender o comportamento de automedicação associado ao uso da internet e o papel do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. Já os secundários foram: apresentar o uso da internet como fonte de informação sobre medicamentos; descrever a prática da automedicação e seus riscos à saúde; analisar o papel do farmacêutico na orientação da população quanto ao uso seguro e racional de medicamentos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, caracterizando-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza descritiva. A investigação não se caracterizou como exploratória, experimental ou estudo de caso, tampouco envolveu a formulação de hipóteses ou a proposição de intervenções. A pesquisa foi realizada mediante levantamento, seleção e análise de produções científicas previamente publicadas, com o objetivo de compreender de que maneira a internet influenciou a prática da automedicação e analisar a importância da atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos.

Para a composição do material, foram utilizados artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso, livros e publicações acadêmicas relacionadas à temática. O levantamento foi realizado nas bases e plataformas SCIELO (*Scientific Eletronic Library Online*), LILACS (Literatura Latino –Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual da Saúde), considerando publicações disponíveis no período de 2021 a 2026, com o propósito de reunir estudos recentes e pertinentes ao objeto da pesquisa. Para direcionar a busca, foram utilizados os descritores: “automedicação”, “influência da internet na automedicação”, “uso racional de medicamentos”, “papel do farmacêutico” e “orientação farmacêutica”.

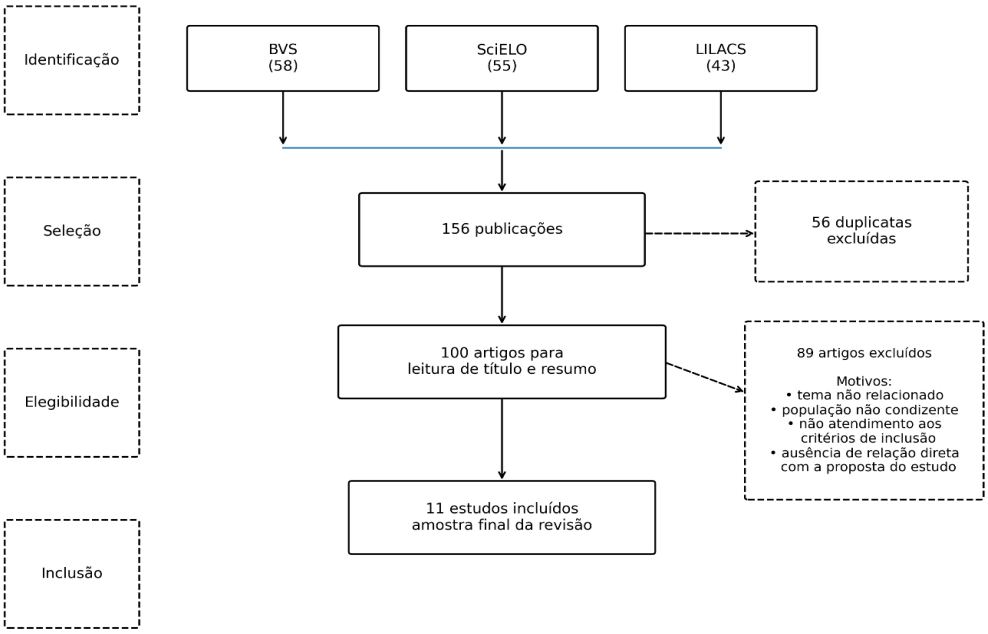
Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados entre 2021 e 2026, disponíveis em bases acadêmicas e que apresentaram relação direta com a influência da internet e das redes sociais sobre a automedicação e com a atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. Foram excluídos trabalhos publicados antes de 2021, estudos que abordaram a temática de maneira superficial ou que não apresentaram relação direta com o objeto investigado, bem como fontes sem fundamentação científica, como blogs, vídeos e notícias provenientes de sites não acadêmicos.

A análise dos dados foi realizada por meio da leitura, discussão e interpretação das informações extraídas dos estudos selecionados, buscando-se estabelecer comparações entre os principais resultados encontrados e os achados apresentados em pesquisas sobre a influência da internet na automedicação e a atuação do farmacêutico no uso racional de medicamentos.

Inicialmente, foram identificadas 156 publicações nas bases de dados consultadas, sendo 58 na BVS, 55 na SciELO e 43 na LILACS. Após a identificação dos estudos, 56 publicações duplicadas foram excluídas, permanecendo 100 artigos para a etapa de leitura dos títulos e resumos. Nessa etapa, 89 artigos foram excluídos, principalmente por não apresentarem relação direta com a temática proposta, abordarem população diferente da estabelecida ou não atenderem aos critérios de inclusão previamente definidos. Ao final do processo de seleção e elegibilidade, 11 estudos foram incluídos na amostra final da revisão.

A seleção dos estudos foi conduzida de acordo com os critérios definidos na metodologia, considerando publicações entre 2021 e 2026 e estudos relacionados à automedicação, à influência da internet e das redes sociais sobre o comportamento da população e ao papel do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. Dessa forma, a amostra final foi constituída pelos estudos que apresentaram maior pertinência com a problemática investigada, possibilitando a sistematização dos resultados e a posterior discussão das evidências encontradas na literatura.

Figura 1. Delineamento da seleção da amostra



Fonte: Autor, 2026.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O levantamento bibliográfico permitiu identificar 156 publicações nas bases de dados consultadas, sendo 58 na BVS, 55 na SciELO e 43 na LILACS. Após a identificação dos estudos, foram excluídas 56 publicações duplicadas, permanecendo 100 artigos para análise dos títulos e resumos. Nessa etapa, 89 estudos foram excluídos por não apresentarem relação direta com a temática, não atenderem aos critérios de inclusão ou apresentarem população e objetivos incompatíveis com a proposta da pesquisa. Ao final do processo de seleção e elegibilidade, 11 estudos foram incluídos na amostra final da revisão, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Melo et al., 2021	Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19	Carta/análise reflexiva	O estudo discutiu o aumento da circulação de informações inadequadas sobre medicamentos durante a pandemia e sua relação com o uso irracional e a automedicação. Destacou-se a necessidade de estratégias de informação e medidas para promover o uso adequado de medicamentos.
Moureaud et al., 2021	Purchase of prescription medicines via social media: A survey-based study of prevalence, risk perceptions, and motivations	Estudo transversal baseado em survey	Foram analisadas percepções e comportamentos relacionados à aquisição de medicamentos sujeitos a prescrição pelas redes sociais. Os resultados evidenciaram percepção de segurança das plataformas e riscos relacionados à aquisição de medicamentos por meios digitais.
Lima et al., 2022	Automedicação entre estudantes de graduação do interior do Amazonas	Estudo transversal analítico	Entre 694 estudantes, 80,1% dos que relataram consumo de medicamentos praticaram automedicação. Analgésicos foram os medicamentos mais utilizados, e a indicação de medicamentos a terceiros apresentou associação com a prática.
Godinho et al., 2022	Prevalência de automedicação e fatores associados em adolescentes de 18-19 anos: a coorte de 1997/1998 em São Luís-MA, Brasil	Estudo transversal aninhado a uma coorte	Dos adolescentes avaliados, 70,09% dos que utilizaram medicamentos fizeram uso sem prescrição ou indicação profissional. A automedicação apresentou associação positiva com tempo de tela ≥5 horas diárias.
Gaviria-Mendoza et al., 2022	Self-medication and the “infodemic” during mandatory preventive isolation due to the COVID-19 pandemic	Estudo transversal	Em 397 adultos avaliados, 34,3% relataram automedicação. As redes sociais, incluindo WhatsApp, foram investigadas como fontes de informação sobre medicamentos, evidenciando a influência do ambiente digital durante a pandemia.

Silver; Johnson, 2023	Health Information Seeking Behavior on Social Networking Sites and Self-Treatment: Pilot Survey Study	Estudo transversal piloto	O estudo identificou relação entre busca de informações sobre saúde nas redes sociais e práticas de autotratamento. O grau de confiança nas informações recebidas foi um dos fatores associados à decisão de realizar o tratamento por conta própria.
Evans et al., 2022	TikTok: An Opportunity for Antibiotic Education?	Estudo de avaliação de conteúdo em rede social	O trabalho destacou o TikTok como espaço potencial para educação sobre antibióticos e uso de medicamentos. Os autores ressaltaram a capacidade dos farmacêuticos de fornecer informações confiáveis e orientar pacientes por meio das redes sociais.
Cecilio et al., 2024	Impacto da Covid-19 na prática de automedicação em estudantes universitários	Estudo transversal quantitativo	Entre 248 estudantes, 67,3% relataram automedicação; 28,7% afirmaram aumento da prática durante a pandemia e 30,9% iniciaram a prática nesse período. Os resultados apontaram a necessidade de medidas educativas sobre o uso racional de medicamentos.
Barreto et al., 2024	Construção e validação de um banco de itens sobre automedicação de risco	Estudo metodológico	Foi desenvolvido e validado um instrumento para mensurar a automedicação de risco. A versão final apresentou 49 itens distribuídos em três domínios: letramento em medicamentos, intenção do comportamento e comportamento.
Prado-Aranzábal et al., 2025	Factors associated with the use of health information on the internet and self-medication: A cross-sectional study of Peruvian adults	Estudo transversal	Entre 493 adultos, 62,5% relataram automedicação e 74,2% utilizaram a internet para buscar informações sobre saúde. O uso de informações de saúde na internet apresentou associação com a prática de automedicação.
Romeral Cortina et al., 2026	Quality of health information on pharmaceutical products in audiovisual social media: influence of educational content	Estudo observacional transversal	Foram avaliados 755 vídeos publicados em Instagram, TikTok e YouTube. A qualidade das informações sobre produtos farmacêuticos foi considerada de moderada a baixa, reforçando a importância da produção e avaliação de conteúdos educativos confiáveis nas redes sociais.

Fonte: Autor, 2026

A análise dos 11 estudos selecionados evidenciou que a automedicação constitui um fenômeno relacionado a diferentes fatores, incluindo facilidade de acesso aos medicamentos, influência de terceiros, exposição às informações digitais, percepção individual sobre os riscos dos medicamentos e dificuldade de distinção entre informações confiáveis e conteúdos sem fundamentação científica. Os estudos também demonstraram que as redes sociais e a internet passaram a exercer influência sobre as decisões relacionadas à saúde e ao consumo de medicamentos, tornando necessária a ampliação de estratégias de educação em saúde e orientação profissional.

3.1 A internet como fonte de informação sobre medicamentos

A internet e as redes sociais passaram a ocupar um espaço significativo na busca por informações relacionadas à saúde, influenciando a maneira como os indivíduos interpretam sintomas, conhecem medicamentos e tomam decisões sobre tratamentos. Embora o ambiente digital amplie o acesso ao conhecimento, a diversidade de conteúdos disponíveis, a ausência de critérios uniformes de qualidade em determinadas publicações e a influência de interesses comerciais podem dificultar a identificação de informações cientificamente fundamentadas.

Entre os trabalhos analisados, Prado-Aranzábal et al. (2025) apresentaram resultados relevantes para compreender a dimensão dessa problemática, afirmando a existência de uma associação entre a utilização de informações de saúde disponíveis na internet e o comportamento de se automedicar. Esses resultados evidenciam a proximidade entre a busca digital por informações e as decisões individuais relacionadas ao uso de medicamentos.

Essa interpretação aproxima-se dos resultados apresentados por Silver e Johnson (2023), que investigaram o comportamento de busca por informações sobre saúde em redes sociais e sua relação com o autotratamento. Os autores identificaram que o grau de confiança atribuído às informações recebidas constituía um dos fatores associados à decisão de realizar tratamentos por conta própria, em que a influência digital não depende apenas da disponibilidade de informações, mas também da maneira como os usuários avaliam sua credibilidade.

Embora Prado-Aranzábal et al. (2025) tenha destacado a associação entre a utilização da internet e a automedicação, Silver e Johnson (2023) por outro lado apresenta os mecanismos envolvidos nessa relação, especialmente a confiança depositada nas informações. Os trabalhos convergem ao indicar que o ambiente digital participa das decisões sobre saúde. Entretanto, apresentam enfoques distintos: enquanto o primeiro evidencia a frequência dos comportamentos e sua associação, o segundo enfatiza o papel da percepção individual de confiabilidade. A comparação sugere que a análise da influência da internet deve considerar não apenas o tempo de exposição ou a frequência de acesso, mas também a capacidade crítica dos usuários para avaliar as informações consultadas.

A qualidade do conteúdo disponível nas plataformas digitais constitui outro aspecto fundamental. Romeral Cortina et al. (2026) demonstram que a ampla circulação de conteúdos sobre medicamentos não significa, necessariamente, a oferta de orientações adequadas. A linguagem simplificada, as demonstrações práticas e a popularidade dos produtores de conteúdo podem aumentar o alcance das publicações, mas não garantem precisão científica, contextualização clínica ou apresentação equilibrada dos benefícios e riscos dos produtos.

A relevância desse resultado torna-se ainda maior quando comparada ao estudo de Evans et al. (2022), que analisou o TikTok como uma oportunidade para a educação sobre antibióticos. Diferentemente da perspectiva predominantemente problemática identificada na avaliação da qualidade dos vídeos por Romeral Cortina et al. (2026), Evans et al. (2022) destacaram o potencial da plataforma para a divulgação de informações educativas e ressaltaram a possibilidade de participação dos farmacêuticos na produção de conteúdos confiáveis.

Essa diferença não representa necessariamente uma contradição entre os trabalhos. Os estudos abordam dimensões complementares: um evidencia fragilidades na qualidade das informações disponíveis, enquanto o outro identifica

possibilidades de utilização educativa das redes sociais. Em conjunto, demonstram que os efeitos do ambiente digital dependem, em parte, da qualidade, da finalidade e da responsabilidade dos conteúdos publicados.

Outro aspecto importante foi evidenciado por Moureaud et al. (2021), quando afirmam que a aquisição de medicamentos deverão ser sujeitos à prescrição por meio das redes sociais. Sobreleva que Moureaud et al. (2021) complementa os achados de Silver e Johnson (2023), pois ambos permitem compreender que a percepção de confiança pode interferir nas decisões dos consumidores. Entretanto, enquanto o segundo enfatiza a busca por informações e o autotratamento, o primeiro focaliza a aquisição de medicamentos sujeitos à prescrição. Essa distinção demonstra que os riscos digitais podem ocorrer em diferentes etapas: na interpretação das informações, na escolha do tratamento e na obtenção do produto. Portanto, as estratégias de prevenção precisam contemplar tanto a educação informacional quanto a orientação sobre os riscos da compra de medicamentos em canais não apropriados.

A influência do ambiente digital também foi observada no contexto da pandemia de COVID-19. Melo et al. (2021) destacam o aumento da circulação de informações inadequadas e o uso indiscriminado de medicamentos durante a emergência sanitária, destacando a necessidade de estratégias de comunicação voltadas à promoção do uso adequado. De maneira semelhante, Gaviria-Mendoza et al. (2022) investigaram a automedicação e a chamada infodemia durante o isolamento preventivo obrigatório, identificando a participação das redes sociais, incluindo o WhatsApp, como fontes de informação sobre medicamentos. Os trabalhos convergem ao demonstrar a importância do contexto informacional durante a pandemia, quando a procura por respostas rápidas coexistiu com a circulação de conteúdos de confiabilidade variável.

Contudo, é necessário reconhecer que esses estudos foram desenvolvidos em circunstâncias específicas e não permitem concluir que os comportamentos observados durante a pandemia ocorram com a mesma intensidade em todos os períodos ou grupos populacionais. Ainda assim, suas contribuições evidenciam como situações de incerteza sanitária podem aumentar a vulnerabilidade a informações não verificadas. Nesse cenário, a velocidade de circulação das mensagens pode superar a capacidade de avaliação crítica dos usuários, favorecendo a reprodução de recomendações sem comprovação adequada.

Os resultados de Godinho et al. (2022) acrescentam uma dimensão importante ao debate ao identificar, entre adolescentes de 18 e 19 anos em São Luís, associação positiva entre tempo de tela igual ou superior a cinco horas diárias e automedicação. Esse achado aproxima a discussão da realidade brasileira e, especificamente, do contexto maranhense. Entretanto, o tempo de tela não deve ser interpretado isoladamente como causa da automedicação, uma vez que o uso prolongado de dispositivos pode estar relacionado a diferentes comportamentos, formas de interação social e hábitos de busca por informações. O resultado aponta para a necessidade de investigar criticamente a exposição digital, sem desconsiderar as características individuais e sociais dos participantes.

Por sua vez, Lima et al. (2022) identificaram, entre estudantes de graduação do interior do Amazonas, associação entre a indicação de medicamentos por terceiros e a prática da automedicação. Embora o estudo não se restrinja à internet, sua contribuição é relevante porque demonstra que as decisões sobre

medicamentos também são influenciadas pelas relações interpessoais. Quando recomendações de familiares, amigos ou conhecidos são reproduzidas nas redes sociais, as fronteiras entre influência social e informação digital podem tornar-se menos nítidas. Assim, o ambiente virtual não substitui necessariamente as relações presenciais, mas pode ampliar o alcance de recomendações informais.

3.2 A prática da automedicação e seus riscos à saúde

A automedicação constitui um fenômeno complexo, influenciado por fatores individuais, sociais, econômicos e informacionais. Embora o uso de medicamentos sem avaliação profissional possa ser motivado pela tentativa de aliviar sintomas ou solucionar problemas considerados simples, essa conduta pode produzir consequências que ultrapassam a ausência de eficácia terapêutica. Entre os riscos associados encontram-se reações adversas, interações medicamentosas, utilização de doses inadequadas, atraso no diagnóstico de doenças, agravamento de condições clínicas e uso incorreto de antimicrobianos.

Lima et al. (2022) relatam que os analgésicos foram os medicamentos mais utilizados, e a indicação de medicamentos a terceiros apresentou associação com essa prática. A contribuição desse trabalho consiste em demonstrar que a automedicação também está presente em um grupo com inserção no ambiente educacional e, potencialmente, com maior familiaridade com informações científicas. Isso permite questionar a suposição de que o acesso à educação formal seja suficiente para impedir o uso inadequado de medicamentos.

Essa constatação converge com os achados de Godinho et al. (2022), que analisaram a prevalência da automedicação e fatores associados entre adolescentes de 18 a 19 anos em São Luís, Maranhão, em que 70,09% dos que utilizaram medicamentos fizeram uso sem prescrição ou indicação profissional. Além disso, se reconhece uma associação positiva entre tempo de tela igual ou superior a cinco horas diárias e automedicação. A proximidade dos resultados de Godinho et al. (2022) e Lima et al. (2022) evidencia que o comportamento não se limita a uma faixa etária ou a um contexto educacional específico. Ambos apontam para a necessidade de considerar a influência do meio social e dos hábitos cotidianos na decisão de utilizar medicamentos por conta própria.

Apesar dessa convergência, os estudos apresentam diferenças importantes. Lima et al. (2022) concentraram-se em estudantes universitários, destacando a indicação de medicamentos por terceiros, enquanto Godinho et al. (2022) investigaram adolescentes e identificaram associação com o tempo de tela. Essas diferenças sugerem que a automedicação pode assumir configurações distintas conforme o grupo estudado. No entanto, como os trabalhos possuem delineamentos observacionais, as associações encontradas não demonstram, por si mesmas, relações causais. A indicação de terceiros e a exposição digital devem ser entendidas como fatores associados que merecem investigação, e não como explicações únicas para o comportamento.

Os resultados de Cecilio et al. (2024) ampliam essa discussão ao investigarem a influência da pandemia de COVID-19 sobre a automedicação entre estudantes universitários. Entre os 248 estudantes avaliados, 67,3% relataram automedicação; 28,7% afirmaram que a prática aumentou durante a pandemia, e 30,9% relataram ter iniciado esse comportamento nesse período. Esses dados indicam

que a emergência sanitária foi acompanhada por mudanças no comportamento de parte dos participantes. A contribuição do estudo consiste em demonstrar a importância de considerar acontecimentos coletivos e contextos de incerteza na análise do uso de medicamentos.

Em perspectiva semelhante, Melo et al. (2021) discutiram a circulação de informações inadequadas e o uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia, enquanto Gaviria-Mendoza et al. (2022) investigaram a automedicação no contexto da infodemia durante o isolamento preventivo obrigatório. Os três trabalhos convergem ao destacar a relevância do contexto informacional e sanitário para compreender o comportamento de automedicação. Contudo, apresentam diferenças metodológicas: Cecilio et al. (2024) utilizaram uma abordagem transversal quantitativa com estudantes, ao passo que Melo et al. (2021) desenvolveram uma carta ou análise reflexiva e Gaviria-Mendoza et al. (2022) realizaram um estudo transversal com adultos no contexto pandêmico. Consequentemente, seus resultados não devem ser tratados como medidas diretamente equivalentes de prevalência ou como demonstração de um único mecanismo causal.

Moureaud et al. (2021) identificaram riscos associados à compra de medicamentos sujeitos à prescrição por meio das redes sociais, além de percepções de segurança em relação às plataformas utilizadas. Esse achado é particularmente relevante porque demonstra que o risco não está restrito à escolha autônoma de um medicamento disponível em casa ou adquirido em estabelecimentos regulares. A compra por canais digitais pode acrescentar preocupações relativas à procedência, à autenticidade e às condições de fornecimento do produto. Assim, a avaliação dos riscos precisa considerar não apenas a substância utilizada, mas também a origem do medicamento e a existência de acompanhamento profissional.

A relação entre informação e risco é aprofundada por Prado-Aranzábal et al. (2025), que identificaram associação entre o uso de informações de saúde na internet e a automedicação. Quando comparados aos resultados de Romeral Cortina et al. (2026), esses achados indicam uma possível vulnerabilidade: indivíduos podem utilizar conteúdos digitais para orientar decisões terapêuticas mesmo quando a qualidade das informações não é satisfatória. Entretanto, é importante não presumir que todos os usuários tenham sido expostos aos vídeos avaliados ou que a baixa qualidade identificada explique diretamente a automedicação observada em outras populações. A comparação sustenta uma preocupação plausível, mas não estabelece uma relação causal direta entre esses estudos.

Outro ponto relevante é a dificuldade de avaliar a qualidade das decisões relacionadas ao uso de medicamentos. Barreto et al. (2024) desenvolveram e validaram um banco de itens destinado a mensurar a automedicação de risco. O instrumento final foi organizado em 49 itens distribuídos em três domínios: letramento em medicamentos, intenção do comportamento e comportamento. A contribuição desse estudo diferencia-se dos trabalhos de prevalência, pois oferece uma ferramenta metodológica para investigar o fenômeno de maneira mais estruturada. Em vez de considerar apenas se o indivíduo se automedica, o instrumento permite contemplar dimensões relacionadas à compreensão dos medicamentos e às intenções que antecedem o comportamento.

Essa perspectiva é importante porque a frequência da automedicação, iso-

ladamente, não informa a gravidade de cada situação. Diferentes práticas podem apresentar níveis distintos de risco, dependendo do medicamento, da dose, da duração do uso, das condições clínicas e da presença de outros tratamentos. Portanto, a avaliação deve distinguir comportamentos que envolvem riscos potenciais mais elevados de situações que exigem análise clínica individualizada. O estudo de Barreto et al. (2024) contribui para esse aprofundamento, embora a aplicação do instrumento em outras populações seja necessária para ampliar sua utilidade em diferentes contextos.

A análise conjunta dos estudos demonstra que a automedicação não pode ser explicada por uma única variável. Os resultados apontam para a participação da influência interpessoal, da exposição digital, da percepção de confiabilidade, do contexto pandêmico e das características dos grupos estudados. Além disso, as pesquisas apresentam limitações que precisam ser consideradas: estudos transversais geralmente não estabelecem temporalidade entre exposição e desfecho; amostras específicas restringem a generalização; e análises reflexivas contribuem para contextualizar o problema, mas não produzem estimativas de prevalência equivalentes às pesquisas quantitativas.

3.3 O papel do farmacêutico na orientação da população para o uso seguro e racional de medicamentos

A atuação do farmacêutico é fundamental para aproximar o conhecimento científico das decisões cotidianas da população sobre medicamentos. Em um cenário marcado pela ampla circulação de informações digitais, sua responsabilidade não se limita à dispensação de produtos farmacêuticos, abrangendo também a orientação sobre indicações, posologia, contraindicações, interações, reações adversas e condições de utilização segura. Os estudos selecionados permitem compreender que a atuação profissional pode contribuir para reduzir os efeitos de informações inadequadas, desde que esteja associada a estratégias educativas acessíveis e adequadas às necessidades dos diferentes públicos.

Entre os trabalhos analisados, Evans et al. (2022) destacaram o TikTok como uma oportunidade para a educação sobre antibióticos e ressaltaram a capacidade dos farmacêuticos de oferecer informações confiáveis por meio das redes sociais. Essa contribuição é relevante porque desloca a discussão de uma perspectiva exclusivamente preventiva, centrada nos riscos da internet, para uma abordagem que reconhece o potencial das plataformas digitais como instrumentos de educação em saúde. Em vez de deixar o ambiente digital predominantemente ocupado por conteúdos de qualidade variável, profissionais habilitados podem utilizá-lo para esclarecer dúvidas, combater informações equivocadas e apresentar orientações fundamentadas em evidências científicas.

Essa perspectiva converge com os resultados de Romeral Cortina et al. (2026), Evans et al. (2022) e Romeral Cortina et al. (2026) demonstraram que a presença de profissionais qualificados nas redes sociais pode representar uma estratégia importante, mas não deve ser entendida como solução isolada. A produção de conteúdo confiável precisa estar associada à comunicação clara, à atualização científica, à identificação adequada das fontes e à responsabilidade na apresentação dos benefícios e riscos dos medicamentos.

A relevância da orientação farmacêutica também pode ser compreendida

a partir dos achados de Prado-Aranzábal et al. (2025) e Silver e Johnson (2023). O primeiro estudo identificou associação entre a utilização de informações de saúde na internet e a automedicação, enquanto o segundo destacou o papel da confiança nas informações consultadas na decisão de realizar tratamentos por conta própria. Esses resultados indicam que a intervenção profissional precisa contemplar não apenas a transmissão de informações corretas, mas também o desenvolvimento da capacidade crítica dos usuários. O farmacêutico pode orientar a população a identificar fontes confiáveis, reconhecer limites das recomendações generalizadas e compreender que relatos de experiências individuais não substituem a avaliação das condições clínicas de cada pessoa.

A comparação entre esses trabalhos permite compreender que a educação em saúde deve ir além de mensagens genéricas para evitar a automedicação. Estratégias educativas eficazes precisam explicar por que determinado comportamento pode ser arriscado, quais informações devem ser verificadas e em que situações é necessário procurar atendimento profissional. A orientação deve considerar, por exemplo, que sintomas semelhantes podem decorrer de condições diferentes e que a escolha de um medicamento depende de fatores como idade, histórico clínico, uso concomitante de outros fármacos e características do problema apresentado. Dessa forma, a atuação farmacêutica contribui para substituir decisões baseadas exclusivamente em recomendações digitais por escolhas mais informadas e compatíveis com a segurança do paciente.

Os resultados de Moureaud et al. (2021) reforçam a importância dessa intervenção ao demonstrarem riscos relacionados à aquisição de medicamentos sujeitos à prescrição por meio das redes sociais. Nesse contexto, o farmacêutico pode contribuir para esclarecer os riscos da compra de produtos em canais inadequados e orientar a população sobre a necessidade de observar a procedência, as condições de fornecimento e as exigências sanitárias aplicáveis. Essa atuação é particularmente importante quando a aparência profissional de uma página comercial ou a recomendação de um influenciador cria uma falsa percepção de segurança.

A necessidade de fortalecer essa atuação também se relaciona aos estudos sobre a automedicação durante a pandemia. Melo et al. (2021) destacaram a circulação de informações inadequadas e o uso indiscriminado de medicamentos, enquanto Gaviria-Mendoza et al. (2022) investigaram o comportamento de automedicação no contexto da infodemia. Cecilio et al. (2024), por sua vez, identificaram que parte dos estudantes avaliados relatou aumento ou início da automedicação durante a pandemia de COVID-19.

Entretanto, a comparação também demonstra que a atuação farmacêutica não deve ser compreendida como uma resposta exclusivamente individual. Embora a orientação direta ao usuário seja importante, a prevenção da automedicação depende de condições institucionais que favoreçam o acesso à assistência farmacêutica, à educação em saúde e aos serviços de saúde. A disponibilidade de profissionais, o tempo destinado ao atendimento, a organização dos serviços e a facilidade de acesso a informações confiáveis podem interferir na capacidade de oferecer orientação adequada.

Os resultados de Lima et al. (2022) e Godinho et al. (2022) reforçam a importância de ações educativas direcionadas a diferentes grupos populacionais. Lima et al. (2022) identificaram associação entre a indicação de medicamentos por

terceiros e a automedicação entre universitários, enquanto Godinho et al. (2022) observaram elevada ocorrência da prática entre adolescentes de 18 a 19 anos que utilizaram medicamentos, além de associação com tempo de tela elevado. Esses resultados sugerem que a orientação profissional pode ser adaptada às características de cada público. Entre adolescentes e jovens, por exemplo, as estratégias podem incluir conteúdos digitais e atividades educativas que estimulem a avaliação crítica das informações.

A contribuição de Barreto et al. (2024) também é relevante para a atuação farmacêutica, pois o instrumento desenvolvido pelos autores contempla letramento em medicamentos, intenção do comportamento e comportamento. Esses domínios indicam a importância de compreender as necessidades informacionais e as características dos usuários antes de planejar intervenções educativas. Embora o estudo não avalie a efetividade de uma intervenção conduzida por farmacêuticos, oferece uma contribuição metodológica para pesquisas futuras e para a elaboração de estratégias que considerem dimensões da automedicação de risco.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as redes sociais e a internet influenciam as decisões da população sobre o uso de medicamentos, podendo favorecer a automedicação quando as informações consultadas não apresentam fundamentação científica ou são interpretadas sem orientação profissional. A análise dos 11 estudos selecionados evidenciou que a exposição a conteúdos digitais, a confiança nas informações divulgadas e as recomendações de terceiros estão associadas à prática da automedicação. Entre os principais riscos identificados estão as reações adversas, as interações medicamentosas, as intoxicações, o uso inadequado de antimicrobianos e o agravamento de condições de saúde.

Verificou-se, ainda, que o farmacêutico desempenha papel essencial na promoção do uso racional de medicamentos, por meio da orientação individualizada, da educação em saúde, da identificação de possíveis problemas relacionados à farmacoterapia e da divulgação de informações confiáveis, inclusive nas plataformas digitais. Sua atuação contribui para esclarecer dúvidas, combater informações equivocadas e conscientizar a população sobre os riscos do uso de medicamentos sem acompanhamento adequado.

Dessa forma, o enfrentamento da automedicação influenciada pelas redes sociais requer o fortalecimento da assistência farmacêutica, a ampliação de ações educativas e a produção de conteúdos digitais acessíveis e cientificamente fundamentados. Ressalta-se, contudo, que os resultados devem ser interpretados considerando as limitações metodológicas e a diversidade dos estudos analisados. Portanto, a integração entre informação confiável, educação em saúde e orientação farmacêutica constitui uma estratégia relevante para reduzir os riscos associados à automedicação e promover o uso seguro e racional de medicamentos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M.A.F.; et al. Construção e validação de um banco de itens sobre automedicação de risco. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 33, e20230169, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/68ksHPfY8NbSWcMQVHDqTZB/?lang=pt. Acesso em: 20 set.2026.

BAZONI, P.S.; et al. Self-medication during the COVID-19 pandemic in Brazil: findings and implications to promote the rational use of medicines. **International Journal of Environmental Research and Public Health,** Basel, v. 20, n. 12, p. 6143, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37372730/. Acesso em: 20 set.2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 96, de 17 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 dez. 2008.

CARDOSO, B.C. **Influência das redes sociais da digital influencer Paula Feijó no comportamento de seus seguidores**. 2016. 53 f. Monografia (Graduação em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CAVALCANTE, A.A.O.; DA SILVA, T.M.; QUINTILIO, M.S.V. Automedicação entre os profissionais de saúde e o papel do farmacêutico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 13, p. 255-273, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.7991250. Acesso em: 22 set.2026.

CECILIO, S.G.; et al. Impacto da COVID-19 na prática de automedicação em estudantes universitários. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, e02368235, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/cJKqGVwF3QKWzpvF7YhJYHy/?lang=pt. Acesso em: 20 set.2026.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Pesquisa aponta que 77% dos brasileiros têm o hábito de se automedicar**. Brasília, DF: Conselho Federal de Farmácia, 2019. Disponível em: https://portal.crfsp.org.br/noticias/10535-pesquisa-aponta-que-77-dos-brasileiros-t%C3%AAm-o-h%C3%A1bito-de-se-automedicar.html?. Acesso em: 15 set. 2026.

CORTINA, R.; et al. Quality of health information on pharmaceutical products in audiovisual social media: influence of educational content. **Revista Española de Salud Pública**, v. 100, e202602010, 2026. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/41676906/. Acesso em: 22 set.2026.

EVANS, E.; et al. TikTok: an opportunity for antibiotic education? **Innovations in Pharmacy**, v. 13, n. 4, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10256293/. Acesso em: 22 set.2026.

GAVIRIA-MENDOZA, A.; et al. Self-medication and the "infodemic" during mandatory preventive isolation due to the COVID-19 pandemic. **Therapeutic Advances in Drug Safety**, v. 13, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35237406/. Acesso em: 20 set.2026.

GODINHO, J.L.P.; et al. Prevalência de automedicação e fatores associados em adolescentes de 18-19 anos: a coorte de 1997/1998 em São Luís-MA, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3341-3353, 2022. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio=1384480-?lang-pt. Acesso em: 22 set.2026.

JESUS, N.D.S.; et al. Influenciadores digitais e a disseminação do uso irracional de medicamentos. **Dataset Reports**, v.2, n.1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.58951/dataset.2023.51. Acesso em: 20 set.2026.

LIMA, P.A.V.; et al. Automedicação entre estudantes de graduação do interior do Amazonas. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, eAPE039000134, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/4msxJqzGG7skL8FhxKX3ZBM/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 set.2026.

MELO, J.R.R.; et al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, e00053221, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/tTzxtM86YwzCwBGnVBHKmrQ/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 15 set. 2026.

MOUREAUD, C.; et al. Purchase of prescription medicines via social media: a survey-based study of prevalence, risk perceptions, and motivations. **Health Policy**, v. 125, n. 11, p. 1421-1429, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34625280/. Acesso em: 22 set.2026.

PRADO-ARANZÁBAL, V.F.; et al. Factors associated with the use of health information on the in-

ternet and self-medication: a cross-sectional study of Peruvian adults. **Digital Health**, v.21, n.11, 2025. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/41768544/. Acesso em: 22 set.2026.

SILVER, R.A.; JOHNSON, C. Health information seeking behavior on social networking sites and self-treatment: pilot survey study. **Online Journal of Public Health Informatics**, v. 15, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38179207/. Acesso em: 22 set.2026.

TÁVORA, C. G.; MORGADO, E. M. . A influência das redes sociais na automedicação. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, Brasil, v. 2, n. 3, 2023. Disponível em: https://remici.com.br/index.php/revista/article/view/80. Acesso em: 29 set. 2026.



Capítulo 4

O PAPEL DO FARMACÊUTICO CLÍNICO NO ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO DE PACIENTES COM CÂNCER GÁSTRICO EM TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO

THE ROLE OF THE CLINICAL PHARMACIST IN THE PHARMACOTHERAPEUTIC MONITORING OF PATIENTS WITH GASTRIC CANCER UNDERGOING CHEMOTHERAPY

Karoline Rocha Veloso[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

O câncer gástrico exige tratamento complexo, frequentemente baseado em esquemas quimioterápicos que podem ocasionar erros de medicação, interações e eventos adversos, comprometendo a continuidade terapêutica. Nesse contexto, questionou-se: Qual é o papel do farmacêutico clínico no acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes com câncer gástrico em tratamento quimioterápico, especialmente na prevenção e manejo de eventos adversos, na promoção da adesão e na segurança da farmacoterapia? Assim, o objetivo geral deste artigo foi analisar a atuação do farmacêutico clínico no acompanhamento de pacientes com câncer gástrico em tratamento quimioterápico, destacando sua contribuição para segurança, eficácia e qualidade do cuidado. Realizou-se revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. As buscas ocorreram nas bases SciELO, LILACS, PubMed/MEDLINE, Google Acadêmico e *Web of Science*, com descritores relacionados ao farmacêutico clínico, câncer gástrico, quimioterapia e acompanhamento farmacoterapêutico. Após identificação, remoção de duplicatas, triagem e avaliação dos textos completos, 11 estudos compuseram a amostra. Os resultados indicaram que a atuação farmacêutica contribui para identificar erros de dose, frequência, duração, transcrição e reconstituição, além de reconhecer interações medicamentosas e acompanhar eventos adversos. Também foram observadas contribuições da orientação individualizada, do contato precoce e das intervenções contínuas para apoiar a adesão e a manutenção da intensidade relativa da dose. A polifarmácia, por outro lado, mostrou-se relacionada à menor adesão. Concluiu-se que o farmacêutico clínico é importante para a segurança da farmacoterapia e para a continuidade do tratamento, por meio da avaliação das prescrições, monitoramento sistemático ao longo da quimioterapia e integração multiprofissional. Entretanto, são necessárias pesquisas específicas sobre câncer gástrico que avaliem diretamente efeitos na adesão, qualidade de vida e desfechos clínicos.

Palavras-chave: Câncer gástrico; Farmacêutico clínico; Acompanhamento farmacoterapêutico; Quimioterapia; Segurança do paciente.

Abstract

Gastric cancer requires complex treatment, often involving chemotherapy regimens that can lead to medication errors, drug interactions, and adverse events, thereby compromising the continuity of therapy. In this context, the following question was posed: What is the role of the clinical pharmacist in the pharmacotherapeutic monitoring of patients with gastric cancer undergoing chemotherapy—specifically regarding the prevention and management of adverse events, the promotion of treatment adherence, and the safety of pharmacotherapy? Accordingly, the general objective of this article was to analyze the role of the clinical pharmacist in the care of patients with gastric cancer receiving chemotherapy, highlighting their contribution to the safety, efficacy, and quality of care. An integrative literature review was conducted, employing a qualitative, descriptive, and exploratory approach. Searches were performed across the SciELO, LILACS, PubMed/MEDLINE, Google Scholar, and Web of Science databases, using descriptors related to clinical pharmacists, gastric cancer, chemotherapy, and pharmacotherapeutic monitoring. Following the identification, removal of duplicates, screening, and assessment of full-text articles, 11 studies were included in the final sample. The results indicate that the clinical pharmacist's involve-

ment helps identify errors related to dosage, frequency, duration, transcription, and drug reconstitution, while also facilitating the recognition of drug interactions and the monitoring of adverse events. Furthermore, the study highlights the value of individualized patient counseling, early engagement, and ongoing interventions in supporting treatment adherence and maintaining the relative dose intensity. Conversely, polypharmacy was found to be associated with lower adherence. It is concluded that the clinical pharmacist plays a vital role in ensuring the safety of pharmacotherapy and the continuity of treatment through the evaluation of prescriptions, systematic monitoring throughout the course of chemotherapy, and participation in multidisciplinary care. However, specific research on gastric cancer is needed to directly evaluate the effects on adherence, quality of life, and clinical outcomes.

Keywords: Gastric cancer. Clinical pharmacist. Pharmacotherapeutic monitoring. Chemotherapy. Patient safety.

1 INTRODUÇÃO

O câncer gástrico é uma das principais causas de mortalidade por neoplasias malignas no mundo, representando um desafio significativo para a saúde pública. Apesar dos avanços no diagnóstico e no tratamento, a maioria dos pacientes apresenta baixa sobrevida, inferior a 20% em cinco anos, em grande parte devido à detecção tardia da doença, cujos sintomas iniciais são inespecíficos. Fatores ambientais, como infecção por *Helicobacter pylori*, obesidade e hábitos alimentares inadequados, combinados com predisposição genética, contribuem para o desenvolvimento dessa neoplasia. No Brasil, o adenocarcinoma é o tipo mais comum, representando cerca de 95% dos casos, seguido por linfomas e sarcomas gástricos (Laurentino et al., 2023; Duarte et al., 2020; Bin et al., 2012).

Os sintomas incluem má digestão, perda de apetite, saciedade precoce, emagrecimento involuntário, dor abdominal e, em alguns casos, anemia decorrente de sangramentos discretos. A confirmação diagnóstica é realizada por meio da Endoscopia Digestiva Alta, que permite a visualização da lesão e a coleta de biópsias para análise histopatológica (Londero, 2025).

O tratamento do câncer gástrico envolve cirurgia, quimioterapia, radioterapia, imunoterapia, terapias-alvo e hormonioterapia. Entre esses, a quimioterapia oral representa uma opção prática para o paciente. O farmacêutico clínico desempenha papel central, orientando sobre administração correta, monitorando efeitos adversos e ajustando doses conforme necessário, garantindo segurança, adesão e eficácia do tratamento (Duarte et al., 2020; Silva et al., 2023).

O câncer gástrico apresenta alta incidência e mortalidade, sendo um desafio para a saúde pública. A quimioterapia, embora essencial, pode gerar efeitos adversos que comprometem a segurança e a continuidade do tratamento. O acompanhamento farmacoterapêutico permite identificar e prevenir reações adversas, ajustar doses e promover adesão, tornando o cuidado mais seguro, personalizado e eficaz.

A presença do farmacêutico clínico na equipe multiprofissional contribui significativamente para a melhoria dos desfechos clínicos e da qualidade de vida do paciente, identificar e prevenir reações adversas, ajustar doses de acordo com

o perfil laboratorial e clínico do paciente, além de promover a adesão ao tratamento. A presença do farmacêutico na equipe multidisciplinar contribui para uma assistência mais segura, eficaz e personalizada (Pereira, 2021).

A atuação do farmacêutico na oncologia é essencial para a integração do cuidado multiprofissional, prevenindo interações medicamentosas, reduzindo efeitos adversos e melhorando a qualidade de vida do paciente. Esse cuidado inclui orientação sobre sintomas como náuseas, constipação e diarreia, além da análise do histórico medicamentoso e alergias, promovendo um acompanhamento seguro e humanizado (Almeida; Silva; Coelho, 2020; Silva et al., 2023).

A pesquisa justificou-se pela relevância de analisar o papel do farmacêutico clínico no acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes com câncer gástrico submetidos à quimioterapia, considerando a complexidade dos esquemas antineoplásicos, a ocorrência de reações adversas, interações medicamentosas e possíveis alterações na adesão ao tratamento. Consoante a isso, o estudo contribuiu para ampliar as evidências sobre a participação do farmacêutico na assistência oncológica, enquanto, no campo profissional, destacou a importância da avaliação da farmacoterapia, do monitoramento de eventos adversos, da educação do paciente e da atuação integrada à equipe multiprofissional.

Nesse aspecto, aflorou a indagação: Qual é o papel do farmacêutico clínico no acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes com câncer gástrico em tratamento quimioterápico, especialmente na prevenção e manejo de eventos adversos, na promoção da adesão e na segurança da farmacoterapia?

Assim, o objetivo geral deste artigo foi analisar a atuação do farmacêutico clínico no acompanhamento de pacientes com câncer gástrico em tratamento quimioterápico, destacando sua contribuição para segurança, eficácia e qualidade do cuidado. Já os objetivos específicos foram: descrever os esquemas terapêuticos utilizados no tratamento do câncer gástrico; investigar o papel do farmacêutico clínico na prevenção e manejo das reações adversas à quimioterapia; avaliar como o acompanhamento farmacoterapêutico influencia adesão ao tratamento e qualidade de vida.

2 METODOLOGIA

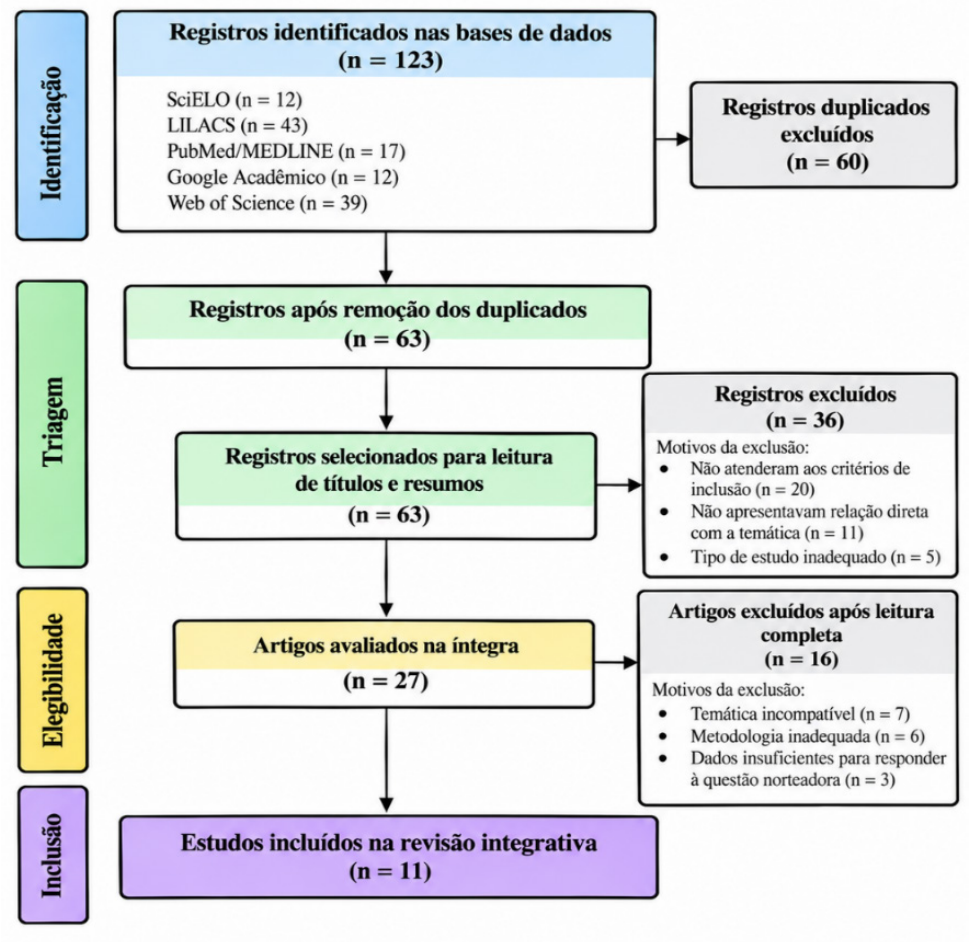
Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório, que teve como objetivo analisar o papel do farmacêutico clínico no acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes com câncer gástrico submetidos ao tratamento quimioterápico, considerando sua contribuição para a segurança da farmacoterapia, adesão ao tratamento, manejo de eventos adversos e qualidade de vida. A coleta dos dados foi realizada entre janeiro e março de 2025, mediante levantamento de publicações científicas nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed/MEDLINE, Google Acadêmico e Web of Science, contemplando estudos publicados entre 2020 e 2025.

Para a realização das buscas, foram utilizados descritores controlados e termos livres relacionados ao tema, selecionados a partir dos vocabulários Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH). Foram empregados os termos “farmacêutico clínico”, “câncer gástrico”, “quimioterapia”,

"acompanhamento farmacoterapêutico" e "atenção farmacêutica", bem como seus correspondentes em língua inglesa, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. As estratégias de busca foram adaptadas às especificidades de cada base de dados, com o propósito de ampliar a recuperação de estudos pertinentes ao objetivo da pesquisa.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem a atuação do farmacêutico clínico no acompanhamento de pacientes oncológicos, especialmente aqueles com câncer gástrico em tratamento quimioterápico, contemplando aspectos relacionados à intervenção farmacêutica, acompanhamento da farmacoterapia, adesão, identificação e manejo de reações adversas, interações medicamentosas e segurança do paciente. Foram excluídos estudos duplicados, editoriais, cartas ao editor, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, resumos publicados em eventos e artigos que não apresentassem relação direta com a temática ou que não disponibilizassem o texto completo.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos conforme PRISMA



Fonte: Autora, (2026)

Inicialmente, foram identificados 123 registros nas bases de dados pesquisadas, sendo SciELO (n = 12), LILACS (n = 43), PubMed/MEDLINE (n = 17), Google Acadêmico (n = 12) e Web of Science (n = 39). Após a remoção dos registros duplicados, foram excluídos 60 registros, permanecendo 63 estudos para a etapa de triagem. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, sendo 36 estudos

excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão ou por não apresentarem relação direta com o objetivo da pesquisa, resultando em 27 artigos encaminhados para leitura na íntegra. Na etapa de elegibilidade, os textos completos foram analisados quanto à pertinência temática, adequação metodológica e disponibilidade de informações suficientes para responder à questão norteadora. Para que o fluxo seja matematicamente compatível com os 11 estudos finais, foram considerados 16 artigos excluídos nessa etapa, resultando em 11 estudos incluídos na revisão.

Quanto aos aspectos éticos, por se tratar de uma revisão integrativa fundamentada exclusivamente em estudos e documentos científicos disponíveis na literatura, sem participação direta de seres humanos e sem coleta de dados pessoais ou identificáveis, a pesquisa não envolveu intervenção ou contato com participantes. Foram respeitados os princípios de integridade científica, com identificação das fontes consultadas, citação dos autores e preservação da autoria das publicações utilizadas.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os estudos selecionados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
Oskuyi, Sharifi e Asghari (2021)	*Medication errors in hematology-oncology ward by consultation: The role of the clinical pharmacologist*	Estudo observacional	A consulta do farmacologista clínico foi utilizada para identificar e prevenir erros relacionados à dose, frequência, duração do tratamento e interações medicamentosas em pacientes oncológicos, evidenciando a contribuição da atuação farmacêutica para a segurança da farmacoterapia.
Schlichtig et al. (2021)	*Medication Errors During Treatment with New Oral Anticancer Agents: Consequences for Clinical Practice Based on the AMBORA Study*	Estudo observacional, multicêntrico	Foram analisados 202 pacientes em tratamento com novos antineoplásicos orais. Foram identificados 335 erros de medicação, correspondentes a 1,7 erro por paciente, sendo frequentes os relacionados a medicamentos concomitantes e interações medicamento-medicamento ou medicamento-alimento. Os autores destacaram a necessidade de acompanhamento especializado por farmacêuticos e farmacologistas clínicos.
Chin et al. (2021)	*The Combined Use of 5 or More Drugs Is a Factor Related to Lower Adherence to S-1 in S-1 and Oxaliplatin Treatment for Advanced Gastric Cancer*	Estudo observacional, quantitativo	A pesquisa investigou fatores relacionados à adesão ao S-1 em pacientes com câncer gástrico avançado submetidos ao esquema S-1 + oxaliplatina. A utilização concomitante de cinco ou mais medicamentos foi identificada como fator relacionado à menor adesão, reforçando a importância do acompanhamento farmacoterapêutico.

Okuda et al. (2022)	*Evaluation of the Usefulness of Pharmaceutical Outpatient Clinic for Gastric Cancer Patients Receiving Capecitabine plus Oxaliplatin as Postoperative Adjuvant Chemotherapy*	Estudo observacional, retrospectivo e quantitativo	Acompanhou pacientes com câncer gástrico submetidos à quimioterapia adjuvante com capecitabina e oxaliplatina. Pacientes que receberam pelo menos cinco intervenções farmacêuticas apresentaram maior intensidade relativa de dose, enquanto as intervenções também estiveram associadas à redução de sintomas adversos passíveis de manejo preventivo e de suporte.
Chaudhari, Mule e Dhande (2023)	*Medication errors in an oncology inpatient setting in India—Audit by clinical pharmacists*	Estudo observacional, quantitativo	Foi realizada auditoria de prontuários de pacientes oncológicos submetidos à quimioterapia. Foram identificados erros de medicação, principalmente relacionados à transcrição e reconstituição dos medicamentos. A atuação dos farmacêuticos clínicos contribuiu para a identificação dos erros antes que ocasionassem danos aos pacientes.
Venancio, Magliano e Barreto (2025)	*Analysis of pharmaceutical interventions in chemotherapy prescriptions of adult and pediatric patients at an oncology reference institute*	Estudo transversal, retrospectivo e observacional	Foram analisadas intervenções farmacêuticas em prescrições quimioterápicas. Entre os adultos, destacaram-se intervenções relacionadas a sobredose e subdose. A aceitabilidade das intervenções pelos prescritores foi superior a 77%, demonstrando a contribuição do farmacêutico para interceptação de erros e segurança do tratamento.
Catarino et al. (2025)	*Evaluation of oncology drugs prescriptions and pharmacist interventions at an oncology and hematology service*	Estudo transversal e retrospectivo	Foram analisadas 299 prescrições de medicamentos antineoplásicos. Intervenções farmacêuticas foram necessárias em 65,2% das prescrições, principalmente em razão da ausência de informações relacionadas ao tempo de infusão. Os resultados demonstraram a relevância da avaliação farmacêutica das prescrições para aumentar a segurança e a precisão do tratamento oncológico.
Urru et al. (2025)	*Enhancing oncology care: A prospective observational study on counseling practices of hospital pharmacists*	Estudo observacional prospectivo	O estudo avaliou práticas de aconselhamento realizadas por farmacêuticos hospitalares na assistência oncológica, contribuindo para compreender a participação profissional na educação do paciente, orientação sobre farmacoterapia e acompanhamento durante o tratamento antineoplásico.
Phillips et al. (2025)	*Early Check-In Protocol: Identifying Medication Issues in Patients with Cancer at Health System Specialty Pharmacy*	Estudo retrospectivo, multicêntrico e observacional	Foi avaliado um protocolo de contato precoce realizado por farmacêuticos oncológicos após o início de antineoplásicos orais. O acompanhamento teve como objetivos identificar problemas relacionados aos medicamentos, controlar eventos adversos, apoiar a adesão e fornecer educação farmacêutica.

Pontes et al. (2026)	*Management of medication errors in oncological patients: A cross-sectional study and case reports of pharmaceutical interventions in a university hospital in central-west Brazil*	Estudo transversal, com relatos de casos	A pesquisa analisou erros de medicação durante a quimioterapia antineoplásica e as intervenções farmacêuticas realizadas para manejá-los em um hospital universitário brasileiro, reforçando o papel do farmacêutico na validação das prescrições e na segurança do paciente.
Hayashi et al. (2026)	*Effectiveness of continuous pharmacist intervention at maintaining dose intensity in postoperative adjuvant S-1 chemotherapy for gastric cancer: a multicentre retrospective study*	Estudo multicêntrico, retrospectivo e observacional	Foram avaliados 225 pacientes com câncer gástrico submetidos à quimioterapia adjuvante com S-1. A intervenção farmacêutica contínua esteve associada a maior desempenho relativo da dose, com monitoramento de eventos adversos, recomendações de tratamento de suporte e ajustes terapêuticos.

Fonte: Autora, 2026

A análise dos estudos selecionados demonstra que o acompanhamento farmacoterapêutico constitui uma estratégia relevante para a segurança dos pacientes com câncer submetidos à quimioterapia, principalmente pela possibilidade de identificar erros de medicação, prevenir problemas relacionados à farmacoterapia e acompanhar a ocorrência de reações adversas. As evidências apontam que a atuação do farmacêutico clínico ultrapassa a conferência de prescrições, envolvendo também o monitoramento da resposta ao tratamento, a orientação dos pacientes e a colaboração com a equipe multiprofissional. Entretanto, as contribuições dessa atuação apresentam diferentes manifestações conforme o esquema terapêutico, a complexidade do tratamento e as condições de acompanhamento oferecidas pelos serviços oncológicos.

No que se refere aos esquemas terapêuticos utilizados no câncer gástrico, os estudos de Chin et al. (2021), Okuda et al. (2022) e Hayashi et al. (2026) apresentam contribuições diretamente relacionadas ao acompanhamento de pacientes submetidos a tratamentos com S-1, oxaliplatina e capecitabina. Esses resultados evidenciam a complexidade da farmacoterapia oncológica, que exige atenção não apenas à administração dos antineoplásicos, mas também à utilização concomitante de outros medicamentos, à tolerabilidade e à manutenção da intensidade terapêutica. A necessidade desse acompanhamento torna-se ainda mais relevante quando os pacientes apresentam múltiplos medicamentos prescritos e estão sujeitos a alterações de dose ou interrupções decorrentes de eventos adversos.

A utilização concomitante de medicamentos representa um aspecto particularmente importante, conforme demonstrado por Chin et al. (2021), que associaram o uso de cinco ou mais fármacos à menor adesão ao tratamento com S-1 e oxaliplatina em pacientes com câncer gástrico avançado. Essa evidência converge com os resultados de Schlichtig et al. (2021), que identificaram elevada ocorrência de erros de medicação durante o tratamento com antineoplásicos orais, com destaque para problemas envolvendo medicamentos concomitantes e interações medicamento-medicamento ou medicamento-alimento. A aproximação entre esses achados demonstra que a complexidade da farmacoterapia pode comprometer tanto a segurança quanto a continuidade do tratamento,

tornando indispensável a avaliação do histórico medicamentoso e das possíveis interações.

Essa relação também evidencia que a adesão terapêutica não depende exclusivamente da vontade ou do comprometimento do paciente. A quantidade de medicamentos utilizados, a complexidade dos esquemas, a ocorrência de reações adversas e as dificuldades relacionadas à administração podem interferir na continuidade da terapia. Dessa forma, o acompanhamento farmacêutico precisa considerar a realidade individual do paciente, identificando situações que possam dificultar a utilização correta dos medicamentos. A contribuição de Chin et al. (2021) é especialmente relevante nesse aspecto, pois demonstra que a polifarmácia pode estar associada à menor adesão, reforçando a necessidade de intervenções direcionadas à organização e à compreensão do tratamento.

No âmbito da prevenção de erros de medicação, os estudos de Oskuyi, Sharifi e Asghari (2021), Schlichtig et al. (2021), Chaudhari, Mule e Dhande (2023), Venancio, Magliano e Barreto (2025), Catarino et al. (2025) e Pontes et al. (2026) apresentam resultados convergentes quanto à importância da avaliação farmacêutica das prescrições e dos processos relacionados à administração dos antineoplásicos. As contribuições desses trabalhos demonstram que erros podem ocorrer em diferentes etapas da farmacoterapia, envolvendo dose, frequência, duração, transcrição, reconstituição, informações sobre infusão e utilização concomitante de outros medicamentos.

A identificação dessas falhas demonstra que a segurança do tratamento oncológico depende de procedimentos de verificação que considerem as particularidades de cada medicamento e as condições clínicas do paciente. Nesse contexto, a intervenção farmacêutica permite reconhecer inconsistências antes que sejam incorporadas à execução do tratamento. A contribuição de Catarino et al. (2025) evidencia a relevância dessa atividade ao demonstrar que 65,2% das prescrições antineoplásicas avaliadas necessitaram de intervenções, principalmente pela ausência de informações sobre o tempo de infusão. De maneira convergente, Venancio, Magliano e Barreto (2025) identificaram intervenções relacionadas à sobredose e à subdose, destacando também a aceitabilidade superior a 77% das recomendações realizadas pelos farmacêuticos.

Esses resultados reforçam que a participação do farmacêutico clínico não se limita à identificação de erros evidentes, pois envolve a análise de informações técnicas que podem influenciar diretamente a segurança e a precisão da terapia. Oskuyi, Sharifi e Asghari (2021) destacam a importância da avaliação da dose, da frequência, da duração e das interações medicamentosas, enquanto Chaudhari, Mule e Dhande (2023) evidenciam a relevância da identificação de falhas relacionadas à transcrição e à reconstituição dos medicamentos. Pontes et al. (2026), por sua vez, reforçam a participação farmacêutica no manejo de erros durante a quimioterapia antineoplásica. Em conjunto, os achados demonstram que a validação das prescrições e o acompanhamento dos processos de preparo e administração constituem etapas importantes para prevenir danos aos pacientes.

A convergência entre esses estudos também permite compreender que os erros de medicação não estão restritos à prescrição médica, podendo surgir durante diferentes etapas do processo terapêutico. Por essa razão, a avaliação farmacêutica precisa considerar todo o percurso do medicamento, desde a análise da prescrição até sua utilização pelo paciente. Essa atuação integrada contribui

para reduzir falhas e favorecer maior confiabilidade na execução dos esquemas quimioterápicos. Além disso, a aceitabilidade das intervenções, observada por Venancio, Magliano e Barreto (2025), demonstra que a colaboração entre farmacêuticos e prescritores é um componente para a incorporação das recomendações ao cuidado oncológico.

No que se refere à prevenção e ao manejo das reações adversas, os resultados de Okuda et al. (2022) e Hayashi et al. (2026) apresentam contribuições importantes para a compreensão do acompanhamento farmacoterapêutico em pacientes com câncer gástrico. Ambos relacionam a atuação contínua do farmacêutico ao monitoramento dos eventos adversos, à adoção de medidas de suporte e à realização de ajustes terapêuticos. Essa aproximação demonstra que o acompanhamento não deve ocorrer exclusivamente no momento da prescrição ou da dispensação, mas precisa permanecer ao longo do tratamento, permitindo identificar alterações na tolerabilidade e necessidades de intervenção.

A relação entre o manejo dos eventos adversos e a continuidade da quimioterapia constitui um dos principais aspectos observados nesses estudos. Okuda et al. (2022) associaram as intervenções farmacêuticas à redução de sintomas adversos passíveis de manejo preventivo e de suporte, enquanto Hayashi et al. (2026) identificaram associação entre a intervenção farmacêutica contínua e maior intensidade relativa da dose durante a quimioterapia adjuvante com S-1. Esses resultados convergem ao demonstrar que a identificação precoce de sintomas e a recomendação de medidas de suporte podem contribuir para manter melhores condições de continuidade do tratamento.

A intensidade relativa da dose merece atenção porque representa um indicador relacionado à quantidade de medicamento administrada em comparação à intensidade originalmente planejada para determinado período. Sua manutenção pode ser influenciada pela ocorrência de eventos adversos, pela necessidade de reduções ou interrupções e pelas condições clínicas do paciente. Dessa forma, os resultados de Okuda et al. (2022) e Hayashi et al. (2026) sugerem que a participação farmacêutica pode auxiliar na identificação de situações que exigem intervenção, favorecendo o gerenciamento dos sintomas e a manutenção do tratamento conforme a avaliação da equipe responsável.

Entretanto, é necessário interpretar esses resultados considerando o delineamento dos estudos. As associações observadas entre intervenções farmacêuticas e maior intensidade relativa da dose não demonstram, isoladamente, uma relação causal definitiva, especialmente porque os estudos apresentados são observacionais e retrospectivos. Assim, embora as evidências sejam favoráveis à contribuição do acompanhamento contínuo, não se pode afirmar que a intervenção farmacêutica, por si só, seja responsável por todos os resultados clínicos observados. Outros fatores, como condições clínicas, características dos pacientes e decisões da equipe multiprofissional, também podem interferir na continuidade da quimioterapia.

Outro ponto relevante refere-se ao acompanhamento de pacientes que utilizam antineoplásicos orais. Schlichtig et al. (2021) evidenciam a ocorrência de erros relacionados à utilização desses medicamentos e à associação com outras substâncias, enquanto Phillips et al. (2025) destacam a importância do contato farmacêutico precoce após o início da terapia. A aproximação entre esses resultados demonstra que os tratamentos realizados fora do ambiente hospitalar

também exigem acompanhamento sistemático, uma vez que o paciente pode enfrentar dificuldades na administração, dúvidas sobre o esquema prescrito e reações adversas que precisam ser reconhecidas e comunicadas.

Nesse contexto, Phillips et al. (2025) contribuem para a compreensão do acompanhamento farmacoterapêutico ao destacar a identificação de problemas relacionados aos medicamentos, o controle dos eventos adversos, o apoio à adesão e a educação farmacêutica após o início dos antineoplásicos orais. Essa perspectiva converge com os achados de Urru et al. (2025), que reforçam a importância do aconselhamento realizado por farmacêuticos hospitalares para orientar os pacientes sobre a farmacoterapia e apoiar sua participação no tratamento. Portanto, a comunicação entre profissional e paciente constitui uma dimensão importante do cuidado, pois permite esclarecer dúvidas, reconhecer dificuldades e favorecer a utilização adequada dos medicamentos.

A educação do paciente, nesse sentido, não deve ser compreendida como uma orientação restrita às informações sobre horários e doses. Ela também envolve o esclarecimento sobre os cuidados necessários durante o tratamento, a identificação de sinais e sintomas que precisam ser comunicados à equipe e a importância de não realizar alterações por conta própria. O acompanhamento farmacêutico pode contribuir para que o paciente compreenda melhor sua farmacoterapia e reconheça a necessidade de manter contato com os profissionais responsáveis diante de dificuldades. Essa orientação torna-se especialmente relevante nos tratamentos orais, nos quais parte da administração ocorre fora do ambiente hospitalar.

No que diz respeito à adesão terapêutica, os resultados de Chin et al. (2021) demonstram que a utilização concomitante de cinco ou mais medicamentos está relacionada à menor adesão ao S-1 em pacientes com câncer gástrico avançado. Em contrapartida, Okuda et al. (2022) e Hayashi et al. (2026) apresentam evidências favoráveis à participação farmacêutica na manutenção da intensidade relativa da dose. Phillips et al. (2025) destaca o acompanhamento precoce como estratégia para identificar problemas que possam comprometer a adesão. Esses resultados convergem ao demonstrar que a continuidade do tratamento exige atenção às dificuldades relacionadas ao esquema terapêutico e às condições individuais dos pacientes.

Entretanto, a adesão e a intensidade relativa da dose não representam exatamente o mesmo desfecho. A primeira está relacionada ao grau em que o paciente segue o tratamento conforme as orientações estabelecidas, enquanto a segunda constitui uma medida da intensidade de dose administrada em determinado período. Embora estejam relacionadas à continuidade terapêutica, não devem ser utilizadas como indicadores equivalentes. Dessa maneira, os resultados de Okuda et al. (2022) e Hayashi et al. (2026) reforçam a contribuição do farmacêutico para a manutenção da intensidade terapêutica, mas não permitem afirmar automaticamente que houve aumento da adesão em todos os pacientes acompanhados.

A qualidade de vida constitui outro aspecto relevante do cuidado oncológico, pois os efeitos adversos, as dificuldades de administração e a complexidade da farmacoterapia podem comprometer o bem-estar dos pacientes. O acompanhamento farmacêutico pode favorecer uma experiência terapêutica mais segura ao possibilitar a identificação de sintomas, o esclarecimento de dúvidas e a

adoção de medidas de suporte.

A discussão também evidencia que a efetividade do acompanhamento farmacoterapêutico depende da integração entre os profissionais de saúde. A aceitação das intervenções farmacêuticas observada por Venancio, Magliano e Barreto (2025) demonstra a importância da comunicação com os prescritores, enquanto os resultados de Urru et al. (2025) reforçam a participação dos farmacêuticos no aconselhamento e na educação dos pacientes. Essa integração permite compartilhar informações sobre a farmacoterapia, discutir possíveis problemas e estabelecer condutas mais adequadas às necessidades clínicas. Assim, o farmacêutico clínico deve ser compreendido como integrante ativo da equipe oncológica, contribuindo com conhecimentos específicos sobre medicamentos e segurança terapêutica.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

A análise demonstrou que o farmacêutico clínico desempenha papel relevante no cuidado de pacientes com câncer gástrico submetidos à quimioterapia, especialmente diante da complexidade dos esquemas antineoplásicos e dos riscos associados à utilização de múltiplos medicamentos. Sua atuação contribui para tornar a farmacoterapia mais segura, por meio da avaliação das prescrições, identificação de erros de medicação, prevenção de interações e acompanhamento das condições clínicas relacionadas ao tratamento.

Verificou-se que a intervenção farmacêutica pode favorecer a identificação precoce de problemas relacionados aos medicamentos e o manejo de eventos adversos, contribuindo para reduzir riscos e evitar interrupções desnecessárias da quimioterapia. O acompanhamento contínuo, a orientação individualizada e a comunicação com os demais profissionais de saúde também se mostraram importantes para apoiar a adesão e a continuidade terapêutica.

Quanto aos esquemas terapêuticos, os estudos destacaram a necessidade de atenção aos tratamentos envolvendo S-1, oxaliplatina e capecitabina, considerando a possibilidade de interações, erros de administração e reações adversas. Observou-se, ainda, que a complexidade da farmacoterapia e a utilização concomitante de diversos medicamentos podem dificultar a adesão, reforçando a importância da análise do histórico medicamentoso e do acompanhamento individualizado. A integração do farmacêutico à equipe multiprofissional, portanto, constitui condição importante para qualificar a assistência oncológica.

Apesar das contribuições identificadas, verificou-se que a quantidade de estudos especificamente direcionados ao acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes com câncer gástrico ainda é limitada, uma vez que parte das evidências selecionadas contempla pacientes oncológicos em geral. Além disso, a predominância de pesquisas observacionais restringe a possibilidade de estabelecer relações causais definitivas sobre os benefícios das intervenções. Dessa forma, são necessárias novas pesquisas que avaliem os efeitos do acompanhamento farmacêutico sobre a adesão, a qualidade de vida e os desfechos clínicos desses pacientes.

Conclui-se que a atuação do farmacêutico clínico representa um componente importante da assistência ao paciente com câncer gástrico em tratamen-

to quimioterápico, contribuindo para a segurança da farmacoterapia, a prevenção de erros e o manejo dos eventos adversos. Seu fortalecimento, por meio de acompanhamento sistemático, capacitação profissional e integração multiprofissional, pode favorecer um cuidado mais individualizado, seguro e qualificado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J; et al. Atenção farmacêutica em pacientes oncológicos, **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 75788–75801, 2020.

BARCHI, L.C.; et al. Diretrizes da Associação Brasileira de Câncer Gástrico (parte 2):atualização sobre o tratamento. **ABCD Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva**, v. 34, n. 1, 2021.

BIN, T.; et al**.** Lymph node, peritoneal and bone marrow micrometastases in gastric cancer: Their clinical significance. **World Journal of Gastrointestinal Oncology**, v.4, n. 2, p. 16–21, 2012.

CATARINO, G.; et al. Evaluation of oncology drugs prescriptions and pharmacist interventions at an oncology and hematology service. **Journal of Oncology Pharmacy Practice**, 2025. DOI: 10.1177/10781552251360944.

CHAUDHARI, A.; MULE, A.; DHANDE, P. Medication errors in an oncology inpatient setting in India—Audit by clinical pharmacists. **Journal of Oncology Pharmacy Practice**, v. 29, n. 7, p. 1667–1672, 2023. DOI: 10.1177/10781552221146529.

CHIN, K.; et al. The Combined Use of 5 or More Drugs Is a Factor Related to Lower Adherence to S-1 in S-1 and Oxaliplatin Treatment for Advanced Gastric Cancer. ***Biological and Pharmaceutical Bulletin*****,** v. 44, n. 8, p. 1075–1080, 2021. DOI: 10.1248/bpb.b21-00184.

DUARTE, A. C.; et al. Perfil epidemiológico das internações por neoplasia maligna de estômago durante a última década no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 78528–78539, 2020.

FERNANDES, P.B. et al. Farmacoterapia-alvo e imunoterapia no câncer gástrico: revisão crítica. **Jornal Brasileiro de Cancerologia**, v. 28, n. 3, p. 123-130, 2022.

FERREIRA, A. L; et al. Cirurgia minimamente invasiva (laparoscopia) no câncer gástrico, **Science and Connections: The Interdependence of Disciplines,** 2024.

HAYASHI, T.; et al. Effectiveness of continuous pharmacist intervention at maintaining dose intensity in postoperative adjuvant S-1 chemotherapy for gastric cancer: a multicentre retrospective study. **International Journal of Clinical Pharmacy**, v. 48, p. 2149–2157, 2026. DOI: 10.1007/s11096-026-02200-5.

LAURENTINO, R.N.; et al. Perfil epidemiológico da neoplasia maligna de estômago no Brasil entre 2017 e 2022. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 6461–6471, 2023.

LONDERO, M. D. Avaliação do perfil epidemiológico e dos desfechos do tratamento multidisciplinar do adenocarcinoma gástrico do GCEE no HCPA. 2025. **Trabalho de Conclusão de Residência** — Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Porto Alegre, 2025.

MARTINS, L. M.; ALMEIDA, J. S. Papel do farmacêutico clínico no manejo do paciente oncológico. **Revista de Farmácia Clínica**, v. 15, n. 2, p. 70-78, 2021.

OKUDA, Y.; et al. **Evaluation of the Usefulness of Pharmaceutical Outpatient Clinic for Gastric Cancer Patients Receiving Capecitabine plus Oxaliplatin as Postoperative Adjuvant Chemotherapy.** 2022. PMID: 36156015.

OLIVEIRA, C. H.; et al. Farmacovigilância e otimização de esquemas terapêuticos em oncologia. **Revista Brasileira de Farmacologia**, v. 18, n. 4, p. 150-159, 2020.

OSKUYI, A. E.; SHARIFI, H.; ASGHARI, R. Medication errors in hematology-oncology ward by consultation: The role of the clinical pharmacologist. **Clinical Investigation**, 2021.

PHILLIPS, K. A.; et al. Early Check-In Protocol: Identifying Medication Issues in Patients with Cancer at Health System Specialty Pharmacy. **Journal of Pharmacy Practice**, 2025.

PONTES, E. D. M.; et al. Management of medication errors in oncological patients: A cross-sectio-

nal study and case reports of pharmaceutical interventions in a university hospital in central-west Brazil. **Journal of Oncology Pharmacy Practice**, 2026. DOI: 10.1177/10781552261444589.

SANTOS, T.; et al. Mortalidade por câncer de estômago no estado do Maranhão, Brasil: análise epidemiológica de uma década. **Revista Observatorio de La Economia Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 3, p. 01- 15, 2024.

SCHLICHTIG, K.; et al. Medication Errors During Treatment with New Oral Anticancer Agents: Consequences for Clinical Practice Based on the AMBORA Study. **Clinical Pharmacology & Therapeutics,** v. 110, n. 4, p. 1075–1086, 2021. DOI: 10.1002/cpt.2338.

SILVA, E.R.; et al. Atenção farmacêutica ao paciente oncológico. **Revista Saúde dos Vales**, v. 4, n. 1, 2023.

SOUZA, F. R. et al. Farmácia clínica na oncologia: avanços e desafios. **Revista de Ciências da Saúde**, v. 17, n. 3, p. 150-158, 2022.

URRU, S. A. M.; et al. Enhancing oncology care: A prospective observational study on counseling practices of hospital pharmacists. **Journal of Oncology Pharmacy Practice**, 2025. DOI: 10.1177/10781552251351325.

VENANCIO, R. G. S.; MAGLIANO, E. S.; BARRETO, E. D. G. Analysis of pharmaceutical interventions in chemotherapy prescriptions of adult and pediatric patients at an oncology reference institute. **Journal of Oncology Pharmacy Practice**, v. 31, n. 1, p. 98–106, 2025. DOI: 10.1177/10781552241230630.



Capítulo 5

O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS E POLIFARMÁCIA

RATIONAL USE OF MEDICINES AND POLYPHARMACY

Fabiana Sousa Silva[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

O uso racional de medicamentos constitui um aspecto fundamental para a promoção da saúde e da segurança do paciente, especialmente diante do aumento da polifarmácia entre pessoas idosas e indivíduos com doenças crônicas. A utilização simultânea de múltiplos medicamentos, embora frequentemente necessária para o tratamento de diferentes condições clínicas, pode favorecer a ocorrência de interações medicamentosas, reações adversas, duplicidades terapêuticas e utilização de medicamentos potencialmente inadequados. Nesse contexto, o objetivo foi compreender a relação entre o uso racional de medicamentos e a polifarmácia, destacando a importância da atuação do farmacêutico na promoção de uma farmacoterapia segura e racional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada na análise de publicações científicas relacionadas à temática. A pesquisa foi delimitada ao período de 2022 a 2026, considerando estudos disponíveis em português e inglês, identificados por meio de fontes como PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Evidenciou que a polifarmácia representa um desafio para a assistência à saúde, principalmente devido aos riscos associados ao uso inadequado de medicamentos. Entretanto, os benefícios dessas intervenções podem variar conforme as características dos pacientes e os resultados clínicos avaliados. Conclui-se que a atuação do farmacêutico desempenha um papel importante na promoção do uso racional de medicamentos, contribuindo para a avaliação da adequação dos tratamentos, a redução de riscos associados à polifarmácia e o fortalecimento de uma assistência farmacêutica segura, efetiva e centrada nas necessidades dos pacientes.

Palavras-chave: Uso racional de medicamentos; Polifarmácia; Assistência farmacêutica; Atenção farmacêutica; Segurança do paciente.

Abstract

The rational use of medicines is a fundamental aspect of promoting health and patient safety, especially given the rise in polypharmacy among the elderly and individuals with chronic diseases. While the simultaneous use of multiple medications is often necessary to treat various clinical conditions, it can also lead to drug-drug interactions, adverse reactions, therapeutic duplication, and the use of potentially inappropriate medications. In this context, the objective was to understand the relationship between the rational use of medicines and polypharmacy, highlighting the importance of the pharmacist's role in promoting safe and rational pharmacotherapy. This study is a qualitative, descriptive literature review based on an analysis of scientific publications on the subject. The research was limited to the 2022–2026 period and included studies in Portuguese and English, sourced from databases such as PubMed, the Scientific Electronic Library Online (SciELO), and Google Scholar. The findings indicate that polypharmacy poses a challenge to healthcare, primarily due to the risks associated with the inappropriate use of medications. However, the benefits of such interventions may vary depending on individual patient characteristics and the clinical outcomes being assessed. It is concluded that the pharmacist plays a vital role in promoting the rational use of medicines by helping to evaluate the appropriateness of treatments, reducing risks associated with polypharmacy, and strengthening the provision of safe, effective, and patient-centered pharmaceutical care.

Keywords: Rational use of medicines; Polypharmacy; Pharmaceutical services; Pharmaceutical care; Patient safety.

1 INTRODUÇÃO

O uso racional de medicamentos constitui um aspecto fundamental para a promoção da saúde, a qualidade da assistência farmacêutica e a segurança do paciente. Esse conceito está relacionado à utilização de medicamentos adequados às necessidades clínicas de cada indivíduo, em doses e períodos apropriados, considerando também a efetividade dos tratamentos e os custos para o paciente e para os serviços de saúde. Nesse contexto, a promoção do uso racional exige a participação dos profissionais de saúde e a adoção de estratégias que contribuam para a prevenção de problemas relacionados à farmacoterapia, especialmente entre pacientes que necessitam utilizar múltiplos medicamentos (Organização Mundial da Saúde, 2002).

A utilização simultânea de múltiplos medicamentos representa um importante desafio para os sistemas de saúde, sobretudo diante do envelhecimento populacional e da elevada frequência de doenças crônicas que demandam tratamentos concomitantes. Essa condição, denominada polifarmácia, é frequentemente caracterizada pelo uso de cinco ou mais medicamentos, embora não exista uma definição universalmente estabelecida. Delara et al. (2022) demonstram que sua prevalência apresenta variações entre diferentes populações e contextos assistenciais, enquanto Wang et al. (2024), por meio de revisão sistemática e metanálise, investigaram sua ocorrência mundial entre pessoas idosas. Esses achados evidenciam a relevância do tema para a saúde pública e a necessidade de atenção às particularidades dos pacientes submetidos a esquemas terapêuticos complexos.

Embora a associação de diferentes medicamentos possa ser clinicamente necessária para o controle de múltiplas condições de saúde, essa prática exige acompanhamento contínuo e avaliação individualizada. A complexidade dos tratamentos pode favorecer a ocorrência de interações medicamentosas, reações adversas, duplicidades terapêuticas e utilização de medicamentos potencialmente inadequados. Entretanto, o uso concomitante de diversos fármacos não constitui, necessariamente, uma conduta incorreta, uma vez que sua adequação depende das necessidades clínicas e da relação entre os benefícios e os riscos de cada tratamento. Nesse sentido, Daunt, Curtin e O'Mahony (2024) ressaltam a importância de distinguir a polifarmácia clinicamente apropriada daquela considerada problemática, destacando a necessidade de estratégias individualizadas para a otimização da farmacoterapia.

Além dos desafios relacionados à segurança medicamentosa, o uso de múltiplos fármacos pode estar associado a desfechos clínicos desfavoráveis, especialmente entre indivíduos mais vulneráveis. Li et al. (2022), em revisão sistemática e metanálise, identificaram associação entre essa prática e maior mortalidade na população idosa, embora tal resultado não permita estabelecer, isoladamente, uma relação causal. De maneira complementar, Zhao et al. (2023) investigaram a prevalência de polifarmácia e de medicamentos potencialmente inadequados entre pessoas idosas com demência, evidenciando a complexidade do manejo farmacoterapêutico nessa população. Esses estudos reforçam a importância de considerar as condições clínicas, funcionais e cognitivas dos pacientes durante a avaliação dos tratamentos.

Diante dessa problemática, as intervenções farmacêuticas constituem estratégias relevantes para a promoção do uso racional de medicamentos e a pre-

venção de problemas relacionados à farmacoterapia. Entre essas intervenções, destacam-se a revisão periódica dos tratamentos, a identificação de possíveis interações, a orientação sobre a administração correta dos medicamentos e a avaliação da necessidade de manutenção de determinados fármacos. Omuya et al. (2023), ao analisarem ensaios clínicos randomizados sobre desprescrição em pessoas idosas, identificaram resultados favoráveis à redução do número de medicamentos ou de suas doses em grande parte dos estudos incluídos. Entretanto, os autores também apontaram diferenças entre as intervenções e os desfechos avaliados, indicando a necessidade de compreender melhor os fatores que influenciam sua efetividade.

Nesse cenário, o farmacêutico desempenha um papel relevante na identificação, prevenção e acompanhamento de problemas relacionados aos medicamentos. Sua atuação envolve a análise da farmacoterapia, a orientação aos pacientes, o monitoramento da adesão terapêutica e a colaboração com os demais integrantes da equipe multiprofissional. Che Yaacob et al. (2024), em revisão de escopo, identificaram resultados favoráveis da revisão de medicamentos realizada por farmacêuticos na redução de problemas relacionados à farmacoterapia e de prescrições potencialmente inadequadas, além de melhorias na adesão ao tratamento. Contudo, os achados não demonstraram associação consistente com a redução de hospitalizações e quedas, evidenciando que os benefícios dessas intervenções podem variar conforme os desfechos analisados.

Apesar dos avanços científicos relacionados à identificação dos riscos do uso simultâneo de medicamentos e à avaliação de estratégias para sua otimização, permanecem questões relevantes quanto à efetividade das intervenções farmacêuticas em diferentes contextos assistenciais. A literatura apresenta resultados sobre prevalência, segurança medicamentosa, desprescrição e acompanhamento farmacoterapêutico, porém esses aspectos são frequentemente investigados de maneira específica, com diferenças entre populações, procedimentos e indicadores utilizados. Dessa forma, torna-se pertinente reunir e discutir essas evidências de maneira articulada, distinguindo os benefícios observados na adequação dos tratamentos daqueles relacionados a desfechos clínicos, como hospitalizações e qualidade de vida.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se, portanto, na necessidade de compreender como a atuação farmacêutica pode contribuir para o uso racional de medicamentos em situações de polifarmácia, considerando tanto os benefícios das intervenções quanto suas limitações. No âmbito científico, o estudo busca sistematizar e discutir conhecimentos provenientes da literatura, favorecendo a compreensão dos resultados disponíveis e das questões que ainda necessitam de investigação. Na prática profissional, pretende contribuir para a reflexão sobre estratégias de acompanhamento individualizado, identificação de problemas relacionados aos medicamentos e colaboração multiprofissional, especialmente no cuidado de pessoas idosas e pacientes com doenças crônicas. Sua contribuição consiste na integração crítica dessas evidências, sem pressupor que todas as intervenções produzam benefícios clínicos equivalentes.

Diante desse contexto, estabelece-se a seguinte questão norteadora: de que maneira a atuação do farmacêutico pode contribuir para a promoção do uso racional de medicamentos e para a redução dos riscos associados à polifarmácia?

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo compreender a relação

entre o uso racional de medicamentos e a polifarmácia, destacando a importância da atuação do farmacêutico na promoção de uma farmacoterapia segura e racional.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida com o objetivo de compreender a relação entre o uso racional de medicamentos e a polifarmácia, com ênfase nos riscos associados à utilização concomitante de múltiplos medicamentos e na contribuição do farmacêutico para a promoção de uma farmacoterapia segura e eficaz. Essa modalidade de revisão possibilita reunir, interpretar e discutir criticamente diferentes evidências científicas, considerando a complexidade do tema e suas implicações para a assistência à saúde.

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido entre agosto e outubro de 2026, contemplando publicações científicas nacionais e internacionais publicadas entre 2022 e 2026. A identificação inicial dos artigos ocorreu durante a elaboração da pesquisa, seguida da localização individual das publicações por meio de consultas aos seus títulos. Posteriormente, foram realizadas consultas complementares a registros científicos disponíveis no PubMed e na Scientific Electronic Library Online (SciELO), com a finalidade de conferir as informações bibliográficas e ampliar a identificação de estudos pertinentes. O Google Acadêmico foi utilizado como ferramenta auxiliar de localização das publicações.

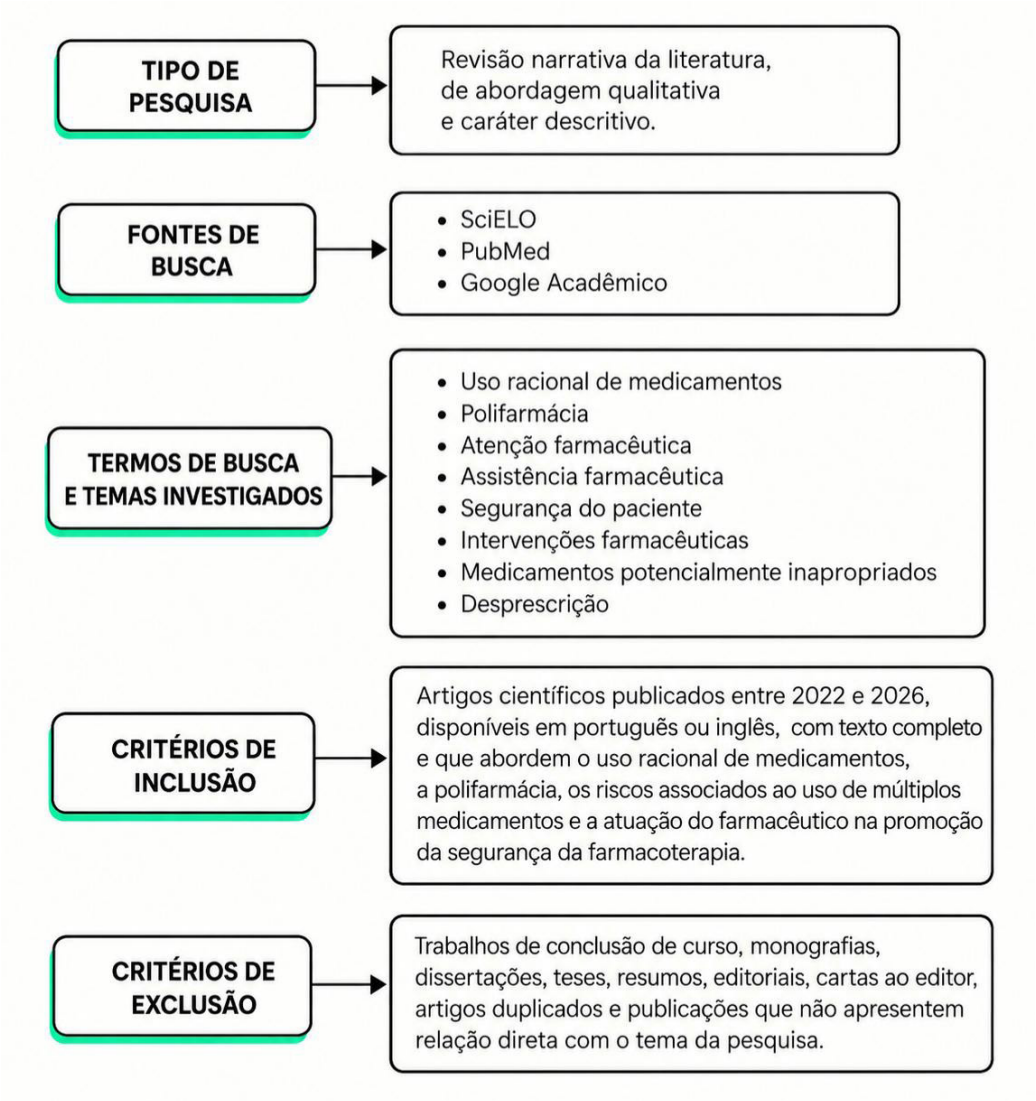
A composição do material bibliográfico considerou a relevância dos estudos para a questão norteadora da pesquisa, a atualidade das publicações e a contribuição de seus resultados para a compreensão da polifarmácia e das estratégias de promoção do uso racional de medicamentos. Foram considerados artigos científicos publicados em português ou inglês, relacionados à prevalência da polifarmácia, aos fatores associados ao uso simultâneo de medicamentos, aos riscos clínicos, à utilização de medicamentos potencialmente inapropriados, à desprescrição e às intervenções farmacêuticas. Publicações sem relação direta com os objetivos do estudo não foram incorporadas ao conjunto de análise.

O material selecionado compreende 13 artigos científicos, incluindo revisões sistemáticas, metanálises, revisões narrativas, revisão de escopo e estudos observacionais. A diversidade dos delineamentos permitiu examinar tanto evidências provenientes da síntese de pesquisas anteriores quanto resultados de investigações realizadas diretamente com pacientes. Para a organização das informações, foi elaborado um quadro de caracterização contendo autores, ano de publicação, título, tipo de estudo e principais resultados, de modo a facilitar a comparação das evidências e a identificação de aspectos relevantes para a discussão.

A análise foi conduzida de maneira descritiva e qualitativa, mediante a interpretação e a comparação dos resultados apresentados nas publicações. Os achados foram organizados em três eixos temáticos, definidos a partir dos objetivos específicos da pesquisa: riscos e consequências da polifarmácia para pacientes e serviços de saúde; intervenções farmacêuticas destinadas à promoção do uso racional de medicamentos e à prevenção de problemas relacionados à farmacoterapia; e importância da atenção farmacêutica e da farmácia clínica no acompanhamento de pacientes em uso de múltiplos medicamentos.

A interpretação dos resultados considerou as características metodológicas das publicações, os diferentes contextos assistenciais e as limitações das evidências disponíveis. Buscou-se identificar convergências e divergências entre os estudos, distinguindo associações epidemiológicas de relações causais e melhorias em indicadores de adequação da farmacoterapia de benefícios demonstrados em desfechos clínicos. Dessa forma, a discussão procurou apresentar uma análise crítica da literatura, evitando generalizações que não fossem sustentadas pelos resultados dos estudos examinados.

Figura 1. Fluxograma da metodologia



Fonte: Autor, (2026)

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica sobre o uso racional de medicamentos e a polifarmácia permitiu identificar aspectos relacionados à prevalência da utilização simultânea de múltiplos medicamentos, aos riscos associados à farmacoterapia e às estratégias de acompanhamento destinadas à promoção da segurança do paciente. Os estudos examinados abordam predominantemente a população idosa, considerando sua maior exposição ao uso contínuo de medicamentos e a

presença frequente de doenças crônicas que exigem tratamentos concomitantes.

Para sistematizar as evidências, foram considerados 13 artigos científicos publicados entre 2022 e 2024, compreendendo revisões sistemáticas, metanálises, revisões narrativas, revisão de escopo e estudos observacionais. As publicações foram organizadas no Quadro 1, contemplando autores, ano de publicação, título, delineamento metodológico e principais resultados. A discussão foi conduzida de maneira descritiva e qualitativa, considerando três eixos temáticos: os riscos associados à polifarmácia, as intervenções farmacêuticas na promoção do uso racional de medicamentos e a importância do acompanhamento farmacoterapêutico para a segurança do paciente.

Quadro 1. Artigos selecionados

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
Delara *et al.* (2022)	Prevalence and factors associated with polypharmacy: a systematic review and meta-analysis.	Revisão sistemática e metanálise.	Identificou a frequência da polifarmácia e fatores associados, destacando diferenças conforme as populações e os critérios utilizados.
Li *et al.* (2022)	Association between polypharmacy and mortality in the older adults: a systematic review and meta-analysis.	Revisão sistemática e metanálise.	Identificou associação entre polifarmácia e maior risco de mortalidade e hospitalização em idosos, sem estabelecer causalidade.
DiConti-Gibbs, Chen e Coffey (2022).	Polypharmacy in the hospitalized older adult: considerations for safe and effective treatment.	Revisão narrativa.	Destacou os riscos da polifarmácia em idosos hospitalizados e a importância da revisão dos medicamentos e da de prescrição planejada.
Zhao *et al.* (2023)	Global prevalence of polypharmacy and potentially inappropriate medication in older patients	Revisão sistemática e metanálise.	Identificou prevalência combinada de 62% de polifarmácia e 43% de uso de medicamentos potencialmente inadequados em idosos com demência
Omuya *et al.* (2023)	A systematic review of randomised-controlled trials on deprescribing outcomes in older adults with polypharmacy	Revisão sistemática	Identificou resultados favoráveis de intervenções de desprescrição na redução do número de medicamentos ou de suas doses.
Cole *et al.* (2023)	Interventions to improve the appropriate use of polypharmacy for older people.	Revisão sistemática Cochrane	Apontou incertezas quanto aos benefícios clínicos das intervenções, apesar de possíveis melhorias em indicadores de adequação das prescrições.
Kelly *et al.* (2023)	Association of pharmacist intervention counseling with medication adherence and quality of life: a systematic review and meta-analysis of randomized trials	Revisão sistemática e metanálise	Identificou melhora na adesão medicamentosa e na qualidade de vida associada à orientação farmacêutica, com limitações na certeza das evidências.

Wang *et al.* (2024)	Prevalence of polypharmacy in elderly population worldwide: a systematic review and meta-analysis	Revisão sistemática e metanálise	Estimou prevalência mundial de 39,1% de polifarmácia e 13,3% de polifarmácia excessiva em idosos
Daunt, Curtin e O'Mahony (2024)	Optimizing drug therapy for older adults: shifting away from problematic polypharmacy	Revisão narrativa	Destacou a necessidade de diferenciar polifarmácia adequada e problemática e de adotar estratégias individualizadas e multidisciplinares.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos selecionados (2026).

A polifarmácia representa um desafio crescente para os serviços de saúde, especialmente em decorrência do envelhecimento populacional e da necessidade de tratamento de diferentes condições crônicas. Delara et al. (2022), em uma revisão sistemática e metanálise, investigaram a prevalência da polifarmácia e os fatores associados à sua ocorrência, identificando diferenças importantes entre as populações e os contextos assistenciais analisados. Os autores também destacaram que a diversidade de definições utilizadas para caracterizar a polifarmácia influencia as estimativas de prevalência, evidenciando a necessidade de considerar as particularidades metodológicas de cada investigação.

Resultados que reforçam a relevância epidemiológica dessa condição foram apresentados por Wang et al. (2024), que analisaram a prevalência mundial da polifarmácia na população idosa. A revisão sistemática e metanálise identificou prevalência combinada de 39,1% para polifarmácia e de 13,3% para polifarmácia excessiva. Esses achados demonstram a dimensão do fenômeno e sua importância para a organização dos serviços de saúde. Entretanto, a utilização de múltiplos medicamentos não deve ser interpretada isoladamente como uma prática inadequada, uma vez que diferentes condições clínicas podem justificar a necessidade de tratamentos farmacológicos simultâneos.

No contexto brasileiro, Andrade et al. (2024) investigaram a relação entre polifarmácia, utilização de medicamentos potencialmente inapropriados e vulnerabilidade de pessoas idosas. Entre os 496 participantes avaliados, 13,91% apresentaram polifarmácia e, nesse grupo, 57,97% utilizavam pelo menos um medicamento potencialmente inapropriado. Esses resultados demonstram a importância de avaliar não apenas a quantidade de medicamentos utilizados, mas também a adequação das prescrições e as condições individuais dos pacientes. A identificação de medicamentos potencialmente inapropriados reforça a necessidade de acompanhamento farmacoterapêutico e de revisão periódica dos tratamentos, especialmente entre indivíduos com maior vulnerabilidade.

De maneira complementar, Leite et al. (2024) identificaram prevalência de polifarmácia de 22% em uma população de 295 pessoas idosas, contribuindo para a compreensão dessa condição no cenário brasileiro. Ao relacionar esses resultados às evidências apresentadas por Delara et al. (2022) e Wang et al. (2024), observa-se que as estimativas de prevalência variam entre os estudos. Essa heterogeneidade deve ser interpretada considerando diferenças relacionadas às características das populações investigadas, aos contextos assistenciais e aos critérios empregados para definir a polifarmácia. Dessa forma, os estudos nacionais complementam as evidências internacionais e evidenciam a importância de estratégias de cuidado adequadas às necessidades de cada população.

Nesse sentido, Daunt, Curtin e O'Mahony (2024) destacam a necessidade de

distinguir a polifarmácia clinicamente apropriada da polifarmácia problemática. A utilização simultânea de diferentes medicamentos pode ser necessária quando existe indicação terapêutica fundamentada, avaliação dos benefícios e riscos e acompanhamento profissional. Entretanto, a manutenção de tratamentos desnecessários, a presença de prescrições potencialmente inadequadas e a ausência de monitoramento podem comprometer a segurança do paciente. Assim, o uso racional de medicamentos não depende exclusivamente da redução do número de fármacos prescritos, mas da avaliação individualizada da necessidade, da efetividade e da segurança de cada tratamento.

Além da elevada frequência da polifarmácia, a literatura apresenta evidências de associação entre o uso simultâneo de múltiplos medicamentos e determinados desfechos desfavoráveis. Li et al. (2022), em uma revisão sistemática e metanálise, identificaram associação entre polifarmácia e maior risco de mortalidade em pessoas idosas, além de resultados relacionados à ocorrência de hospitalizações. Contudo, essas associações não estabelecem, isoladamente, uma relação causal, considerando que pacientes submetidos a tratamentos com diversos medicamentos frequentemente apresentam maior complexidade clínica e múltiplas condições de saúde. Portanto, a interpretação desses achados exige cautela para evitar a atribuição de riscos exclusivamente à quantidade de medicamentos utilizados.

Outro aspecto relevante refere-se à utilização de medicamentos potencialmente inapropriados em populações particularmente vulneráveis. Zhao et al. (2023) investigaram a prevalência da polifarmácia e do uso de medicamentos potencialmente inapropriados entre pessoas idosas com demência, identificando prevalências combinadas de 62% e 43%, respectivamente. Esses resultados evidenciam a complexidade do manejo farmacoterapêutico nessa população, especialmente diante de possíveis dificuldades relacionadas à administração dos medicamentos, à adesão ao tratamento e à necessidade de acompanhamento contínuo. A comparação com os achados de Andrade et al. (2024) demonstra que a utilização de medicamentos potencialmente inapropriados constitui uma preocupação relevante em diferentes contextos, embora as diferenças entre as populações e os métodos utilizados impeçam comparações diretas entre as estimativas.

No ambiente hospitalar, os riscos associados à polifarmácia também exigem atenção. DiConti-Gibbs, Chen e Coffey (2022) discutiram os desafios da utilização de múltiplos medicamentos em pessoas idosas hospitalizadas, destacando a importância da revisão da farmacoterapia durante a internação e nas transições do cuidado. Alterações nas condições clínicas, modificações nas prescrições e falhas na comunicação entre os profissionais podem favorecer a ocorrência de problemas relacionados aos medicamentos. Nesse contexto, a avaliação sistemática dos tratamentos utilizados representa uma estratégia relevante para identificar possíveis interações medicamentosas, duplicidades terapêuticas e prescrições cuja continuidade necessita de reavaliação.

Diante desses riscos, as intervenções farmacêuticas constituem estratégias importantes para a promoção do uso racional de medicamentos. Entre as principais ações descritas na literatura, destacam-se a revisão da farmacoterapia, a identificação de problemas relacionados aos medicamentos, a orientação aos pacientes, a avaliação de prescrições potencialmente inadequadas e a participação nas decisões multiprofissionais. Essas atividades possibilitam identificar

situações que exigem acompanhamento e contribuir para a adequação dos tratamentos às necessidades clínicas e às características individuais dos pacientes.

Omuya et al. (2023), em uma revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados, investigaram os resultados de intervenções de prescrição em pessoas idosas com polifarmácia. Os autores identificaram resultados favoráveis relacionados à redução do número de medicamentos utilizados ou de suas doses em grande parte dos estudos analisados. Entretanto, os efeitos sobre outros desfechos clínicos foram variáveis, demonstrando que a diminuição da quantidade de medicamentos não representa, necessariamente, uma melhoria comprovada em todos os aspectos da saúde dos pacientes. A prescrição deve, portanto, ser compreendida como um processo planejado e individualizado, fundamentado na avaliação dos benefícios e riscos e acompanhado por profissionais de saúde.

Em consonância com essa perspectiva, Cole et al. (2023), em uma revisão sistemática da Cochrane, avaliaram intervenções destinadas a melhorar a utilização apropriada de múltiplos medicamentos em pessoas idosas. Os resultados apontaram incertezas quanto à magnitude dos benefícios clínicos dessas estratégias, apesar da possibilidade de melhorias em indicadores relacionados à adequação das prescrições. Essa constatação evidencia a importância de diferenciar resultados intermediários, como a redução de medicamentos potencialmente inadequados, de desfechos clínicos efetivos, como hospitalizações, mortalidade e qualidade de vida. Assim, a avaliação das intervenções deve considerar não apenas mudanças na prescrição, mas também seus efeitos sobre a saúde e a segurança dos pacientes.

A importância da atuação multiprofissional foi abordada por Roncal-Belzunce et al. (2024), que investigaram a efetividade de intervenções destinadas ao manejo da polifarmácia em pessoas idosas residentes na comunidade. Os resultados indicaram benefícios relacionados à adequação dos medicamentos, à redução do número de fármacos utilizados e à resolução de problemas associados à farmacoterapia. Entretanto, não foram observadas melhorias consistentes em todos os desfechos clínicos avaliados. Esses achados demonstram que as intervenções multiprofissionais apresentam potencial para otimizar os tratamentos, mas seus resultados dependem das características das estratégias implementadas, das populações atendidas e dos indicadores utilizados para avaliar sua efetividade.

Nesse cenário, o farmacêutico desempenha papel relevante na identificação, na prevenção e no acompanhamento de problemas relacionados à farmacoterapia. Che Yaacob et al. (2024), em uma revisão de escopo, analisaram os efeitos das revisões de medicamentos conduzidas por farmacêuticos em pacientes idosos. Os autores identificaram resultados favoráveis relacionados à identificação e à redução de problemas associados aos medicamentos e de prescrições potencialmente inadequadas, embora os efeitos sobre determinados desfechos clínicos tenham apresentado variações entre os estudos. Essas evidências reforçam a contribuição da atuação farmacêutica para a avaliação da adequação dos tratamentos, sem permitir afirmar que todas as intervenções produzam benefícios clínicos equivalentes.

Além da revisão dos medicamentos, a orientação farmacêutica constitui uma estratégia relevante para favorecer a compreensão do tratamento e a adesão terapêutica. Kelly et al. (2023), em uma revisão sistemática e metanálise de

ensaios clínicos randomizados, investigaram a associação entre intervenções de aconselhamento farmacêutico, adesão medicamentosa e qualidade de vida. Os resultados indicaram efeitos favoráveis dessas intervenções, embora os autores tenham identificado limitações relacionadas à qualidade das evidências disponíveis. Dessa forma, a orientação farmacêutica deve ser considerada uma atividade importante no cuidado ao paciente, cuja efetividade pode variar conforme as necessidades individuais, o contexto assistencial e as características das intervenções realizadas.

A comparação entre os estudos evidencia que a promoção do uso racional de medicamentos exige uma abordagem individualizada e contínua. Enquanto Delara et al. (2022) e Wang et al. (2024) apresentam estimativas da frequência da polifarmácia em diferentes populações, Andrade et al. (2024) e Leite et al. (2024) contribuem para a compreensão dessa condição no contexto brasileiro. Por sua vez, Li et al. (2022) e Zhao et al. (2023) evidenciam associações com desfechos desfavoráveis e situações de maior vulnerabilidade, enquanto Daunt, Curtin e O'Mahony (2024) ressaltam a necessidade de distinguir tratamentos clinicamente necessários daqueles potencialmente problemáticos.

Em relação às estratégias de cuidado, Omuya et al. (2023), Cole et al. (2023) e Roncal-Belzunce et al. (2024) demonstram que intervenções voltadas à otimização da farmacoterapia podem melhorar indicadores de adequação dos medicamentos, embora seus efeitos sobre determinados desfechos clínicos permaneçam incertos. Complementarmente, Che Yaacob et al. (2024) e Kelly et al. (2023) destacam contribuições das intervenções farmacêuticas para a identificação de problemas relacionados aos medicamentos, a orientação terapêutica e a adesão ao tratamento. Em conjunto, essas evidências indicam que a atuação farmacêutica pode contribuir para a segurança da farmacoterapia, especialmente quando integrada ao acompanhamento clínico e às decisões multiprofissionais.

Entretanto, a interpretação dos resultados deve considerar as limitações metodológicas das publicações analisadas. A predominância de revisões da literatura, associada à inclusão de estudos observacionais, reúne evidências produzidas em diferentes populações, contextos assistenciais e delineamentos metodológicos. Além disso, a heterogeneidade das definições de polifarmácia e dos indicadores utilizados para avaliar as intervenções dificulta a comparação direta dos resultados. Como o presente estudo consiste em uma revisão narrativa, suas conclusões devem ser compreendidas como uma síntese interpretativa das publicações selecionadas, sem a pretensão de estimar efeitos combinados ou estabelecer relações causais.

Dessa maneira, a literatura analisada permite compreender que o enfrentamento dos riscos associados à polifarmácia não depende exclusivamente da redução da quantidade de medicamentos utilizados, mas principalmente da avaliação de sua necessidade, efetividade e segurança. A revisão periódica das prescrições, a identificação de medicamentos potencialmente inapropriados, a orientação aos pacientes, a desprescrição planejada e o acompanhamento farmacoterapêutico constituem estratégias relevantes para a qualificação do cuidado. Nesse contexto, a integração entre farmacêuticos e demais profissionais de saúde representa uma abordagem importante para favorecer o uso racional de medicamentos e promover uma assistência mais segura, individualizada e centrada nas necessidades dos pacientes.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender a relação entre o uso racional de medicamentos e a polifarmácia, com ênfase na atuação do farmacêutico na promoção de uma farmacoterapia segura e eficaz. A análise dos 13 artigos científicos selecionados permitiu identificar que a utilização simultânea de múltiplos medicamentos constitui um importante desafio para a assistência à saúde, especialmente entre pessoas idosas e indivíduos com doenças crônicas, que frequentemente necessitam de tratamentos farmacológicos contínuos. Entretanto, verificou-se que a polifarmácia não representa, necessariamente, uma prática inadequada, uma vez que a associação de diferentes medicamentos pode ser clinicamente justificada, desde que fundamentada nas necessidades individuais e acompanhada por avaliações periódicas de sua segurança e efetividade.

As evidências analisadas demonstraram que a polifarmácia pode estar associada a riscos como interações medicamentosas, reações adversas, duplicidades terapêuticas, utilização de medicamentos potencialmente inapropriados e maior ocorrência de desfechos clínicos desfavoráveis. Os estudos brasileiros incluídos na revisão contribuíram para contextualizar essa problemática no cenário nacional, evidenciando a ocorrência da polifarmácia entre pessoas idosas e a necessidade de atenção à adequação das prescrições. Nesse sentido, os resultados reforçam que a segurança da farmacoterapia depende não apenas da quantidade de medicamentos utilizados, mas principalmente da avaliação de sua indicação, necessidade, efetividade e potencial de causar danos.

No que se refere às intervenções farmacêuticas, a literatura destacou a importância da revisão periódica da farmacoterapia, da identificação e prevenção de problemas relacionados aos medicamentos, da orientação aos pacientes e da desprescrição planejada. Essas estratégias podem contribuir para a adequação dos tratamentos e para a redução de prescrições potencialmente inadequadas. Contudo, observou-se que os benefícios relacionados à otimização da farmacoterapia nem sempre são acompanhados por melhorias consistentes em desfechos clínicos, como hospitalizações, mortalidade e qualidade de vida. Dessa forma, a efetividade das intervenções deve ser avaliada considerando as características dos pacientes, os contextos assistenciais e os resultados efetivamente demonstrados pelas pesquisas.

A atenção farmacêutica e a farmácia clínica mostraram-se relevantes para o acompanhamento de pacientes em uso de múltiplos medicamentos, especialmente por favorecerem a avaliação individualizada dos tratamentos, o monitoramento de possíveis riscos e a participação do farmacêutico nas decisões compartilhadas com a equipe multiprofissional. A atuação desse profissional contribui para a identificação de necessidades relacionadas à farmacoterapia e para o desenvolvimento de estratégias de cuidado centradas no paciente, fortalecendo a promoção do uso racional de medicamentos e a segurança da assistência prestada.

Cabe destacar que, por se tratar de uma revisão narrativa da literatura, os resultados apresentados devem ser interpretados considerando as limitações dos estudos selecionados, a diversidade de seus delineamentos metodológicos e as diferenças entre as populações investigadas. A heterogeneidade das definições de polifarmácia e dos indicadores utilizados para avaliar as intervenções também limita a comparação direta das evidências. Nesse contexto, destaca-se a necessi-

dade de novas pesquisas, especialmente no cenário brasileiro, que investiguem os efeitos das intervenções farmacêuticas sobre desfechos clínicos relevantes e contribuam para o aprimoramento das práticas de acompanhamento farmacoterapêutico.

Conclui-se que a promoção do uso racional de medicamentos em situações de polifarmácia exige uma abordagem individualizada, contínua e multiprofissional, fundamentada na avaliação dos benefícios e riscos de cada tratamento. A atuação do farmacêutico constitui um componente relevante desse processo, contribuindo para a identificação de problemas relacionados aos medicamentos, a otimização da farmacoterapia e o fortalecimento de práticas assistenciais mais seguras.

Assim, o enfrentamento da polifarmácia problemática deve priorizar não apenas a redução do número de medicamentos, mas a qualidade das prescrições e a adequação dos tratamentos às necessidades clínicas dos pacientes, visando à segurança, à efetividade terapêutica e à melhoria da qualidade do cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Raquel Coelho de et al. Polifarmácia, medicamentos potencialmente inapropriados e a vulnerabilidade de pessoas idosas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 27, e230191, 2024. DOI: 10.1590/1981-22562024027.230191.pt. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-22562024027.230191.pt. Acesso em: 30 out. 2026.

CHE YAACOB, Nor Liana et al. The impact of pharmacist medication reviews on geriatric patients: a scoping review. **Korean Journal of Family Medicine**, v. 45, n. 3, p. 125-133, 2024. DOI: 10.4082/kjfm.23.0220. Disponível em: https://doi.org/10.4082/kjfm.23.0220. Acesso em: 27 out. 2026.

COLE, Judith A. et al. Interventions to improve the appropriate use of polypharmacy for older people. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 10, art. CD008165, 2023. DOI: 10.1002/14651858.CD008165.pub5. Disponível em: https://doi.org/10.1002/14651858.CD008165.pub5. Acesso em: 27 out. 2026.

DAUNT, Ruth; CURTIN, Denis; O'MAHONY, Denis. Optimizing drug therapy for older adults: shifting away from problematic polypharmacy. **Expert Opinion on Pharmacotherapy**, v. 25, n. 9, p. 1199-1208, 2024. DOI: 10.1080/14656566.2024.2374048. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14656566.2024.2374048. Acesso em: 27 out. 2026.

DELARA, Mahin et al. Prevalence and factors associated with polypharmacy: a systematic review and meta-analysis. **BMC Geriatrics**, v. 22, art. 601, 2022. DOI: 10.1186/s12877-022-03279-x. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12877-022-03279-x. Acesso em: 27 out. 2026.

DICONTI-GIBBS, Analiese; CHEN, Kimberly Y.; COFFEY, Charles Edward. Polypharmacy in the hospitalized older adult: considerations for safe and effective treatment. **Clinics in Geriatric Medicine**, v. 38, n. 4, p. 667-684, 2022. DOI: 10.1016/j.cger.2022.07.011. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cger.2022.07.011. Acesso em: 27 out. 2026.

KELLY, William N. et al. Association of pharmacist intervention counseling with medication adherence and quality of life: a systematic review and meta-analysis of randomized trials. **Journal of the American Pharmacists Association**, v. 63, n. 4, p. 1095-1105, 2023. DOI: 10.1016/j.japh.2023.04.024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.japh.2023.04.024. Acesso em: 27 out. 2026.

LEITE, Ingrid Maria de Oliveira et al. Quais condições se associam à polifarmácia em uma população geriátrica? **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 27, e230242, 2024. DOI: 10.1590/1981-22562024027.230242.pt. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-22562024027.230242.pt. Acesso em: 30 out. 2026.

LI, Yuan et al. Association between polypharmacy and mortality in the older adults: a systematic review and meta-analysis. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, v. 100, art. 104630, 2022. DOI:

10.1016/j.archger.2022.104630. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.archger.2022.104630. Acesso em: 27 out. 2026.

OMUYA, Helen et al. A systematic review of randomised-controlled trials on deprescribing outcomes in older adults with polypharmacy. **International Journal of Pharmacy Practice**, v. 31, n. 4, p. 349-368, 2023. DOI: 10.1093/ijpp/riad025. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ijpp/riad025. Acesso em: 27 out. 2026.

RONCAL-BELZUNCE, Victoria et al. Systematic review and meta-analysis on the effectiveness of multidisciplinary interventions to address polypharmacy in community-dwelling older adults. **Ageing Research Reviews**, v. 98, art. 102317, 2024. DOI: 10.1016/j.arr.2024.102317. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.arr.2024.102317. Acesso em: 27 out. 2026.

WANG, Zeyu et al. Prevalence of polypharmacy in elderly population worldwide: a systematic review and meta-analysis. Pharmacoepidemiology and Drug Safety, v. 33, n. 8, e5880, 2024. DOI: 10.1002/pds.5880. Disponível em: https://doi.org/10.1002/pds.5880. Acesso em: 27 out. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Promoting rational use of medicines:** core components. Geneva: World Health Organization, 2002. (WHO Policy Perspectives on Medicines, n. 5).

ZHAO, Mengnan et al. Global prevalence of polypharmacy and potentially inappropriate medication in older patients with dementia: a systematic review and meta-analysis. **Frontiers in Pharmacology**, v. 14, art. 1221069, 2023. DOI: 10.3389/fphar.2023.1221069. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fphar.2023.1221069. Acesso em: 27 out. 2026.



Capítulo 6

AUTOMEDICAÇÃO COM MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO: riscos e impactos a saúde

SELF-MEDICATION WITH NON-PRESCRIPTION DRUGS: RISKS AND HEALTH IMPACTS

Taíla Rodrigues Freire[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

A automedicação com medicamentos isentos de prescrição é uma prática comum, favorecida pela facilidade de aquisição e pela busca por alívio rápido de sintomas. Entretanto, a utilização sem orientação adequada pode provocar danos à saúde. Assim, o problema foi: Quais são os riscos e impactos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição para a saúde dos indivíduos e da sociedade? O objetivo foi analisar os riscos e os impactos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição na saúde da população, destacando suas possíveis consequências e a importância do uso racional desses medicamentos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, LILACS, PubMed, Google Acadêmico e Web of Science, considerando publicações de 2020 a 2025. Foram utilizados descritores relacionados à automedicação, ao uso racional de medicamentos, à atuação farmacêutica e aos medicamentos isentos de prescrição. A seleção dos estudos seguiu critérios de elegibilidade previamente estabelecidos, com análise temática e descritiva dos resultados. Os estudos evidenciaram que a automedicação é influenciada pela facilidade de acesso aos medicamentos, pela percepção equivocada de segurança, por fatores socioeconômicos e por dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Entre os principais riscos identificados estão reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas, agravamento de doenças e complicações associadas ao uso indiscriminado de anti-inflamatórios não esteroides, especialmente em idosos. Também se destacou a importância da orientação farmacêutica para prevenir danos e promover o uso racional. Concluiu-se que a prevenção dos riscos da automedicação exige educação em saúde, orientação farmacêutica e ampliação do acesso à assistência, contribuindo para a segurança dos pacientes e a proteção da saúde coletiva.

Palavras-chave: Automedicação; Medicamentos isentos de prescrição; Uso racional de medicamentos; Assistência farmacêutica; Saúde pública.

Abstract

Self-medication with over-the-counter (OTC) drugs is a common practice, encouraged by the ease of acquisition and the desire for rapid symptom relief. However, use without proper guidance can lead to health problems. Thus, the research question was: What are the risks and impacts of self-medication with OTC drugs on the health of individuals and society? The objective was to analyze these risks and impacts on the population's health, highlighting potential consequences and the importance of the rational use of such medications. This study is an integrative literature review, employing a qualitative approach and a descriptive design. Searches were conducted in the SciELO, LILACS, PubMed, Google Scholar, and Web of Science databases, covering publications from 2020 to 2025. Descriptors related to self-medication, the rational use of medicines, pharmaceutical practice, and OTC drugs were used. Study selection followed pre-established eligibility criteria, with a thematic and descriptive analysis of the findings. The studies revealed that self-medication is influenced by easy access to drugs, a misguided perception of safety, socioeconomic factors, and difficulties in accessing healthcare services. Key risks identified include adverse reactions, poisoning, drug interactions, the worsening of existing conditions, and complications associated with the indiscriminate use of non-steroidal anti-inflammatory

drugs (NSAIDs), particularly among the elderly. The study also underscored the importance of pharmaceutical guidance in preventing harm and promoting rational use. It is concluded that preventing the risks associated with self-medication requires health education, pharmaceutical guidance, and expanded access to healthcare services, thereby contributing to patient safety and the protection of public health.

Keywords: Self-medication; Over-the-counter drugs; Rational use of medicines; Pharmaceutical care; Public health.

1 INTRODUÇÃO

A automedicação com medicamentos isentos de prescrição, também conhecidos como over the counter (OTC), configura-se como uma prática amplamente disseminada na sociedade contemporânea. Esses fármacos, devido à sua fácil acessibilidade e à dispensa de prescrição médica, são frequentemente utilizados no manejo de sintomas comuns, como dores leves, febre e resfriados. Entretanto, apesar da percepção de segurança associada ao seu uso, a utilização indiscriminada desses medicamentos pode acarretar riscos significativos à saúde, especialmente quando administrados sem orientação adequada ou em doses superiores às recomendadas (Martins et al., 2025).

Nesse contexto, a prática da automedicação está diretamente relacionada a fatores culturais, sociais e econômicos, como a busca por alívio imediato dos sintomas, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e a influência da publicidade farmacêutica. Embora, em determinadas situações, represente uma alternativa prática e acessível, seu uso inadequado pode resultar em consequências relevantes, como o mascaramento de doenças, a ocorrência de interações medicamentosas e o aumento do risco de intoxicações (Costa, 2023; Mota; Santos, 2024).

De fato, Sagioneti et al. (2023) apontam que cerca de 86% dos brasileiros admitem recorrer à automedicação. Quando esse hábito envolve medicamentos isentos de prescrição, o cenário se torna ainda mais preocupante, sobretudo no que tange aos analgésicos e anti-inflamatórios não esteroides (AINEs). O uso inadequado de medicamentos pode ocasionar sérios riscos à saúde, como reações adversas, intoxicações, dependência medicamentosa, resistência bacteriana e agravamento de doenças devido ao mascaramento de sintomas, tornando indispensável a orientação profissional e o uso racional dos medicamentos (Couto et al., 2017; Andrade, 2023).

Complementa o entendimento, o estudo de Oliveira (2023), quando diz que a automedicação é entendida como a escolha e utilização de medicamentos para tratar sintomas reconhecidos pela própria pessoa, sem consulta ou orientação de profissional de saúde qualificado. Segundo Silva, Rocha e Arantes (2024), essa prática mostra-se profundamente enraizada na população adulta brasileira e está associada a diversos fatores predisponentes, como o fácil acesso aos medicamentos, a percepção de “solução rápida” para desconfortos e a subestimação dos riscos inerentes ao uso de fármacos.

A prática de se automedicar necessita de cuidados devido aos preocupantes impactos que a mesma pode causar, como intoxicações medicamentosas,

resultantes de mecanismos complexos relacionados a processos farmacocinéticos e farmacodinâmicos, além de características individuais, podendo levar até à morte por toxicidade dos medicamentos em uso. Além disso, podem ocorrer interações medicamentosas, reduzindo a eficácia dos fármacos utilizados simultaneamente e contribuindo para a resistência bacteriana (Maciel et al., 2023; Silva et al., 2025).

Por fim, evidencia-se a necessidade de fortalecimento de políticas públicas e estratégias educativas voltadas à promoção do uso consciente de medicamentos isentos de prescrição. Assim, torna-se possível garantir que os benefícios desses medicamentos sejam aproveitados de forma segura, promovendo não apenas a saúde individual, mas também a saúde coletiva (Costa, 2023; Rezende; Pinto, 2025).

A relevância deste tema para o campo acadêmico e profissional justificou-se pela necessidade de fortalecer o papel do farmacêutico como agente ativo na promoção da saúde e no combate à automedicação. Além disso, o estudo contribuiu para a ampliação do debate sobre o uso seguro de medicamentos isentos de prescrição, destacando a importância da conscientização da população e da implementação de políticas públicas voltadas ao uso racional de fármacos isentos de prescrição. Dessa forma, o presente trabalho colaborou com a formação crítica do futuro profissional farmacêutico, ressaltando sua responsabilidade ética e social na prevenção de práticas inadequadas que comprometem a saúde e a segurança do paciente.

Nesse passo, é evidente que a automedicação com medicamentos isentos de prescrição tornou-se uma prática comum no dia a dia, principalmente pela facilidade de acesso e pela busca por alívio rápido de sintomas. No entanto, mesmo sendo considerados seguros, esses medicamentos podem trazer riscos quando utilizados sem orientação adequada, como efeitos adversos e agravamento de problemas de saúde. Com esse cenário, surgiu o questionamento: Quais são os riscos e impactos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição para a saúde dos indivíduos e da sociedade?

Assim, o objetivo principal deste artigo foi analisar os riscos e os impactos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição na saúde da população, destacando suas possíveis consequências e a importância do uso racional desses medicamentos; Já os secundários foram: identificar os principais medicamentos isentos de prescrição utilizados pela população na prática da automedicação; descrever os riscos associados ao uso indiscriminado desses medicamentos; avaliar os impactos da automedicação na saúde individual e coletiva.

2 METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, que permitiu reunir e sintetizar evidências científicas sobre a automedicação com medicamentos isentos de prescrição e o papel do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. A busca foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed, Google Acadêmico e Web of Science, contemplando publicações no período de 2020 a 2025.

Foram utilizados descritores selecionados a partir dos vocabulários DeCS e

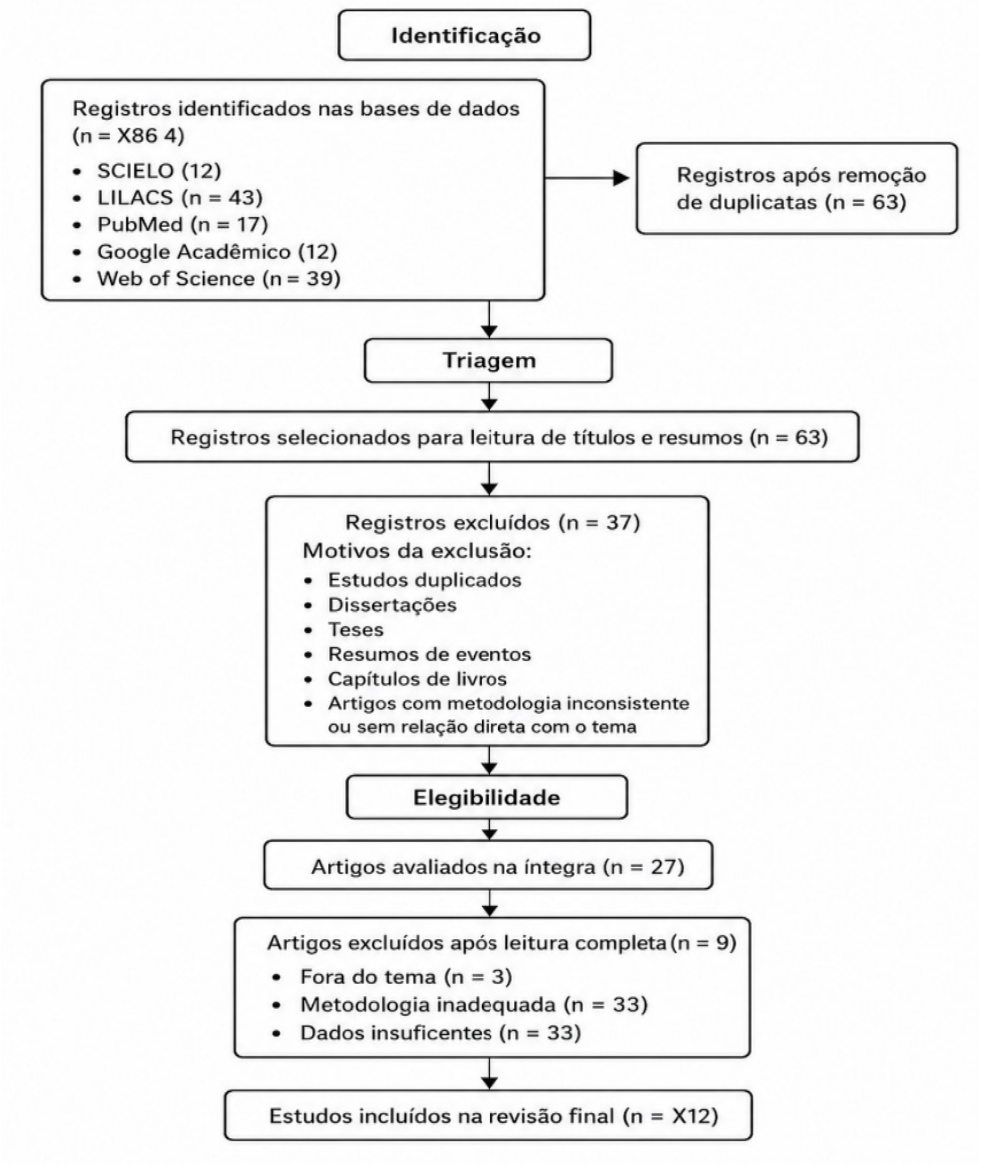
MeSH, combinados com operadores booleanos AND e OR, incluindo: “automedicação”/“self-medication”, “uso racional de medicamentos”/“rational drug use”, “farmacêutico”/“pharmacist” e “medicamentos isentos de prescrição”/“over-the-counter drugs”. Para garantir a transparência e a reprodutibilidade do processo de seleção dos estudos, foi adotado o modelo de fluxograma proposto pelo PRISMA. Assim, o processo de seleção dos artigos seguiu rigor metodológico, contemplando desde a identificação dos registros nas bases de dados até a definição final dos estudos incluídos na revisão.

Foram incluídos artigos originais, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordaram a automedicação com medicamento isentos de prescrição ou a atuação do farmacêutico na orientação e prevenção desse comportamento. Foram excluídos estudos duplicados, dissertações, teses, resumos de eventos, capítulos de livros e artigos com metodologia inconsistente ou sem relação direta com o tema.

A seleção dos estudos ocorreu em três etapas: leitura de títulos e resumos, leitura na íntegra e aplicação dos critérios de elegibilidade. Os dados foram extraídos por meio de formulário padronizado contendo informações como autor, ano, objetivo, tipo de estudo e principais resultados. Foram inicialmente identificados 93 registros nas bases de dados selecionadas, sendo distribuídos entre PubMed (n=17), LILACS (n=43), Google Acadêmico (n=12), SciELO (n=12) e Web of Science (n=9). Após a remoção de estudos duplicados (n=9) e a exclusão de materiais que não se caracterizavam como artigos científicos (n=21), permaneceram 65 registros para a etapa de triagem. Na triagem, foram excluídos 37 estudos por não abordarem diretamente a temática proposta, resultando em 27 publicações selecionadas para leitura na íntegra.

Dessas, 9 publicações foram excluídas por não atenderem aos critérios de elegibilidade estabelecidos, especialmente por inadequações metodológicas ou insuficiência de dados, totalizando 27 estudos avaliados para elegibilidade. Ao final do processo, 12 estudos foram incluídos na revisão integrativa, constituindo o corpus de análise desta pesquisa. Esse processo criterioso assegurou a seleção de evidências relevantes e alinhadas aos objetivos do estudo, contribuindo para a confiabilidade e consistência dos resultados apresentados. Assim, todas as etapas estão expostas na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos conforme PRISMA



Fonte: Autores, (2026)

A análise foi conduzida de forma temática e descritiva, permitindo identificar padrões, estratégias de intervenção farmacêutica e impactos relacionados ao uso racional de medicamentos. Os resultados foram apresentados por meio de síntese narrativa e quadros comparativos. Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os estudos selecionados demonstraram que a automedicação com medicamentos isentos de prescrição permanece como um relevante problema de saúde pública, especialmente em razão do fácil acesso a medicamentos isentos de prescrição, da percepção de baixo risco associada ao seu uso e da ausência de orientação profissional adequada. Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta a caracterização dos estudos incluídos na revisão.

Quadro 1. Artigos selecionados

ESTUDO/ ANO	TÍTULO	METODOLOGIA	PRINCIPAIS ACHADOS
Almeida *et al*. (2024)	Estudo epidemiológico das notificações de casos por automedicação no estado do Piauí entre 2012 e 2022	Estudo analítico e epidemiológico	O estudo evidenciou que cerca de 86% da população analisada praticava automedicação, demonstrando elevada prevalência desse hábito ao longo dos anos investigados. Os autores destacam que o fácil acesso aos medicamentos, associado à ausência de orientação profissional, contribui diretamente para o aumento dos riscos de intoxicação, reações adversas e agravamento de problemas de saúde.
Correia *et al*., (2025)	Fatores associados à automedicação em pacientes atendidos em uma clínica escola	Estudo transversal	A pesquisa revelou associações significativas entre a prática da automedicação e variáveis sociodemográficas como sexo, escolaridade e renda familiar. Observou-se maior frequência da prática entre indivíduos com menor acesso aos serviços de saúde, evidenciando que fatores econômicos e sociais influenciam diretamente o consumo indiscriminado de medicamentos.
Costa *et al*., (2023)	Os riscos do uso indiscriminado dos anti-inflamatórios não esteroidais (AINES)	Estudo exploratório, qualitativo	O uso de anti-inflamatórios não esteroidais mostrou-se elevado, especialmente do ibuprofeno, sendo frequentemente utilizado sem prescrição médica. O estudo destacou riscos importantes relacionados ao uso indiscriminado, como complicações gastrointestinais, hepáticas e renais, além do mascaramento de doenças e do aumento da resistência ao tratamento medicamentoso.
Cunha; Almeida, (2024)	Evidências causais do efeito dos anti-inflamatórios não esteriodais no desenvolvimento da doença renal	Estudo transversal e observacional	Os resultados demonstraram que 34,9% dos participantes utilizaram AINEs por automedicação antes do diagnóstico de doença renal, enquanto 15,6% relataram uso contínuo desses medicamentos. Além disso, 19,2% afirmaram consumir os fármacos mais de três vezes ao dia. O estudo reforça a relação entre o uso excessivo de AINEs e o comprometimento progressivo da função renal
Guida; Guida, (2023)	Análise epidemiológica da automedicação por analgésicos não opioides em acadêmicos de uma instituição de ensino superior do oeste do Paraná.	Estudo transversal e observacional	Foi identificada alta prevalência de automedicação entre os universitários avaliados, principalmente com analgésicos não opioides. O estudo apontou que a facilidade de aquisição dos medicamentos e a percepção equivocada de segurança favorecem o consumo indiscriminado, aumentando os riscos de efeitos adversos e intoxicações medicamentosas.

Gomes *et al.*, (2023)	A importância da orientação farmacêutica no uso racional do ibuprofeno: revisão sistemática	Estudo exploratório, qualitativo	O estudo enfatizou a relevância da atuação farmacêutica na promoção do uso racional do ibuprofeno, destacando a necessidade de programas educativos e campanhas de conscientização. Os autores evidenciaram que a orientação adequada reduz significativamente os riscos relacionados à automedicação e às complicações decorrentes do uso prolongado do medicamento.
Lopes *et al.,* (2024)	O ibuprofeno e a linha tênua entre o uso eficaz e os riscos à saúde.	Estudo qualitativo	Apesar dos benefícios terapêuticos do ibuprofeno no controle da dor e inflamação, os autores alertam que seu uso indiscriminado pode causar efeitos adversos graves, especialmente em tratamentos prolongados. O estudo reforça a importância da supervisão profissional, da dosagem correta e do acompanhamento farmacêutico para garantir a segurança do paciente.
Noronha *et al*., (2021)	Análise da prevalência da automedicação com anti-inflamatórios não esteroidais em uma drogaria de Espírito Santo do Pinhal – SP.	Estudo qualitativo e quantitativo	A pesquisa identificou elevada taxa de automedicação relacionada ao uso de AINEs, demonstrando que muitos indivíduos utilizam esses medicamentos sem orientação adequada. Os resultados apontam para a necessidade de intensificação das ações educativas e da atuação farmacêutica, visando reduzir o uso irracional e prevenir complicações à saúde.
Oliveira Júnior; Uhlmann (2021)	Riscos do uso indiscriminado de AINES em idosos	Estudo qualitativo e exploratório	O estudo destacou que os idosos constituem um grupo especialmente vulnerável aos efeitos adversos dos AINEs, devido às alterações fisiológicas relacionadas ao envelhecimento e ao uso concomitante de múltiplos medicamentos. Foram evidenciados riscos como insuficiência renal, hemorragias gastrointestinais e interações medicamentosas, ressaltando a necessidade de maior atenção na dispensação e orientação farmacêutica.
Oliveira Neto *et al*., (2023)	O papel do farmacêutico na automedicação da “farmácia” caseira.	Estudo exploratório, qualitativo	Os autores demonstraram que a atuação do farmacêutico é fundamental para minimizar os danos causados pela automedicação doméstica. A orientação profissional contribui para o uso racional dos medicamentos armazenados em casa, reduzindo riscos de intoxicação, interações medicamentosas e utilização inadequada de fármacos vencidos ou sem indicação correta.

Rocha *et al*. (2024)	Automedicação em adultos: o risco envolvido, fatores predisponentes e como amenizar esse hábito.	Estudo qualitativo	O estudo evidenciou que fatores como praticidade, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e influência de familiares favorecem a automedicação entre adultos. Os autores destacam que ações educativas, campanhas de conscientização e fortalecimento da assistência farmacêutica podem contribuir significativamente para a redução desse hábito e para a promoção do uso racional de medicamentos.
Silva *et al*., (2020)	Incidência da automedicação no uso indiscriminado de anti-inflamatórios esteroidais e não esteroidais entre universitários de Imperatriz – MA.	Estudo transversal e observacional	Os resultados mostraram elevado consumo de anti-inflamatórios para tratamento sintomático entre universitários, muitas vezes sem acompanhamento profissional. O estudo ressalta a necessidade de maior orientação quanto aos riscos da automedicação, bem como da ampliação das ações de atenção farmacêutica e educação em saúde dentro do ambiente acadêmico

Fonte: Autores, (2026)

A análise dos 11 estudos selecionados evidenciou uma diversidade metodológica entre os estudos analisados, incluindo pesquisas qualitativas, quantitativas e ensaios clínicos, o que contribui para uma compreensão mais ampla do fenômeno da automedicação. Além disso, os achados convergem ao apontar a necessidade de fortalecimento das ações educativas e da atuação do farmacêutico como estratégia essencial para a promoção do uso racional de medicamentos.

No que se refere aos fatores associados à prática da automedicação, Almeida et al. (2024), Correia et al. (2025) e Rocha et al. (2024) contribuem para a compreensão de que o consumo de medicamentos sem orientação profissional não pode ser explicado pela decisão individual de cada usuário. Os estudos apontam a influência da facilidade de acesso aos medicamentos, das condições socioeconômicas, da percepção de que determinados sintomas não exigem atendimento profissional e das dificuldades para utilizar os serviços de saúde. Essa convergência permite interpretar a automedicação como um comportamento relacionado tanto à percepção individual de saúde quanto às condições concretas de acesso à assistência.

A contribuição de Correia et al. (2025) torna-se particularmente relevante ao relacionar a frequência da automedicação a variáveis sociodemográficas, como sexo, escolaridade e renda familiar, além de indicar maior ocorrência entre indivíduos com menor acesso aos serviços de saúde. Essa perspectiva amplia a discussão ao demonstrar que o uso indiscriminado de medicamentos pode estar associado a dificuldades estruturais que levam os indivíduos a buscar alternativas mais acessíveis para aliviar seus sintomas.

Em consonância, Rocha et al. (2024) destacam que a praticidade, a influência de familiares e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde favorecem essa prática entre adultos. Assim, os autores contribuem para a compreensão de que as intervenções preventivas precisam considerar a realidade social da população, evitando atribuir toda a responsabilidade ao usuário sem analisar as condições que influenciam suas decisões.

Entretanto, a influência dos fatores sociais não elimina a importância do co-

nhecimento individual sobre medicamentos. Guida e Guida (2023) e Silva et al. (2020), ao abordarem a automedicação entre universitários, apontam a facilidade de aquisição e a percepção equivocada de segurança como fatores relacionados ao consumo de medicamentos sem acompanhamento profissional. Esses achados acrescentam uma dimensão importante à discussão: a escolaridade ou a inserção em um ambiente universitário não garantem, necessariamente, o conhecimento adequado sobre os riscos farmacológicos. Dessa forma, a automedicação não deve ser compreendida como um comportamento restrito a pessoas com baixa escolaridade, pois também pode ocorrer entre indivíduos que possuem acesso à informação, mas não reconhecem os limites da utilização autônoma de medicamentos.

Outro aspecto importante diz respeito à percepção de que os medicamentos isentos de prescrição são necessariamente seguros. Costa et al. (2023), Cunha e Almeida (2024) e Lopes et al. (2024), destacam os riscos associados ao uso indiscriminado de anti-inflamatórios não esteroides (AINEs). A convergência entre esses trabalhos demonstra que a ausência de exigência de prescrição não elimina a possibilidade de reações adversas, intoxicações ou complicações decorrentes de doses inadequadas e tratamentos prolongados.

Entre os medicamentos utilizados sem orientação profissional, os anti-inflamatórios não esteroides merecem atenção especial em razão dos riscos associados ao seu uso inadequado. Costa et al. (2023) destacam a possibilidade de complicações gastrointestinais, hepáticas e renais, além do mascaramento de doenças. De maneira convergente, Lopes et al. (2024) ressaltam que, apesar da eficácia do ibuprofeno no controle da dor e da inflamação, o uso indiscriminado pode produzir efeitos adversos graves, especialmente quando o tratamento é prolongado. A contribuição desses autores consiste em evidenciar que a avaliação da segurança de um medicamento não deve se limitar à sua indicação terapêutica, sendo necessário considerar a dose utilizada, a duração do tratamento, as condições clínicas do paciente e a possibilidade de interação com outros medicamentos.

A discussão torna-se ainda mais significativa diante dos achados de Cunha e Almeida (2024), que identificaram, entre os participantes estudados, utilização de AINEs por automedicação antes do diagnóstico de doença renal, uso contínuo e consumo dos medicamentos mais de três vezes ao dia. Os resultados reforçam a preocupação com a utilização frequente desses fármacos sem avaliação profissional, especialmente porque os efeitos adversos podem se desenvolver sem manifestações imediatamente reconhecidas pelo usuário. A comparação com Costa et al. (2023) e Lopes et al. (2024) permite compreender que os riscos não se restringem à ocorrência de reações adversas, mas também envolvem a possibilidade de agravamento de condições preexistentes e comprometimento progressivo da saúde.

Além dos efeitos adversos, o mascaramento dos sintomas representa um risco relevante para a saúde individual. Costa et al. (2023) destacam que o uso indiscriminado de anti-inflamatórios pode dificultar a identificação de doenças subjacentes. Esse aspecto é importante porque o alívio temporário da dor ou de outros desconfortos pode transmitir ao indivíduo a impressão de que o problema foi resolvido, mesmo quando a causa permanece sem diagnóstico. A partir dessa constatação, compreende-se que a automedicação pode retardar a procura por assistência e contribuir para a progressão de determinadas condições clínicas.

Desse modo, a orientação profissional deve esclarecer que a redução de um sintoma não equivale, necessariamente, à resolução do problema de saúde que o provocou.

A discussão sobre os impactos da automedicação também exige atenção às diferenças entre os grupos populacionais. Oliveira Júnior e Uhlmann (2021) destacam a vulnerabilidade dos idosos ao uso indiscriminado de AINEs, relacionando-a às alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento e à utilização simultânea de múltiplos medicamentos. Os autores apontam riscos como insuficiência renal, hemorragias gastrointestinais e interações medicamentosas, evidenciando a necessidade de maior cuidado na dispensação e no acompanhamento farmacêutico. Essa contribuição amplia a análise ao demonstrar que os efeitos de um medicamento não são uniformes para todos os indivíduos, pois dependem das condições clínicas e das características de cada paciente.

A perspectiva apresentada por Oliveira Júnior e Uhlmann (2021) converge com os achados de Costa et al. (2023) e Cunha e Almeida (2024), especialmente quanto aos riscos renais e gastrointestinais associados ao uso inadequado de anti-inflamatórios. Entretanto, a análise dos idosos evidencia que a vulnerabilidade pode ser intensificada pela coexistência de doenças crônicas e pelo uso concomitante de diferentes medicamentos. Nesses casos, a utilização de um fármaco sem avaliação profissional pode acrescentar riscos a um tratamento já existente, aumentando a possibilidade de interações e de efeitos adversos. Por essa razão, a orientação farmacêutica deve considerar não apenas o medicamento solicitado, mas também o histórico de saúde, os medicamentos utilizados regularmente e a presença de condições que possam contraindicar ou exigir maior cautela em seu uso.

A relevância dessa abordagem está em demonstrar que as estratégias de prevenção precisam ser individualizadas. Uma orientação adequada para um adulto sem doenças conhecidas pode não ser suficiente para um idoso que utiliza diversos medicamentos ou apresenta comprometimento da função renal. Dessa forma, os achados de Oliveira Júnior e Uhlmann (2021) contribuem para defender uma assistência farmacêutica que considere as particularidades clínicas dos usuários, reconhecendo situações que demandam avaliação adicional antes da utilização de medicamentos isentos de prescrição. A dispensação responsável, nesse contexto, representa uma oportunidade de identificar fatores de risco e prevenir problemas relacionados à farmacoterapia.

Gomes et al. (2023), Oliveira Neto et al. (2023) e Rocha et al. (2024) convergem ao destacar a relevância da orientação profissional e das ações educativas para a promoção do uso racional de medicamentos. Esses trabalhos contribuem para compreender a atuação farmacêutica como uma intervenção que não se limita à entrega do produto, mas envolve a avaliação das necessidades do usuário, o esclarecimento sobre a utilização correta e a identificação de situações que exigem encaminhamento para outros profissionais de saúde.

Gomes et al. (2023), ao enfatizarem a orientação farmacêutica relacionada ao uso racional do ibuprofeno, reforçam a importância de informar sobre a dosagem adequada, a duração do tratamento e os riscos do uso prolongado. Essa contribuição se articula aos resultados de Lopes et al. (2024), que alertam para a necessidade de supervisão profissional diante das possíveis complicações associadas ao uso indiscriminado do medicamento. A aproximação entre esses es-

tudos demonstra que a orientação farmacêutica pode atuar diretamente sobre fatores modificáveis relacionados à automedicação, especialmente quando o usuário procura a farmácia em busca de alívio para sintomas que considera simples.

A convergência entre Gomes et al. (2023), Oliveira Neto et al. (2023) e Rocha et al. (2024) permite sustentar que a assistência farmacêutica possui potencial preventivo em diferentes momentos do contato do indivíduo com os medicamentos. Na farmácia, a orientação pode auxiliar na identificação de contraindicações, no esclarecimento sobre a posologia e na avaliação da necessidade de encaminhamento. No ambiente doméstico, pode contribuir para o descarte adequado de medicamentos vencidos, a prevenção do compartilhamento de produtos e a redução da reutilização sem indicação.

O reconhecimento da importância do farmacêutico não significa que a prevenção da automedicação deva depender exclusivamente desse profissional. Correia et al. (2025) e Rocha et al. (2024), ao evidenciarem a influência de condições socioeconômicas e dificuldades de acesso aos serviços de saúde, indicam que a orientação individual precisa estar associada a medidas mais amplas de educação e assistência. Quando a automedicação é motivada pela dificuldade de obter atendimento, a simples recomendação para procurar um serviço de saúde pode ser insuficiente se não houver condições concretas para que o indivíduo consiga acessá-lo. Portanto, o enfrentamento do problema requer articulação entre assistência farmacêutica, serviços de saúde, instituições de ensino e políticas públicas de educação em saúde.

Essa interpretação permite identificar uma diferença de ênfase entre os estudos analisados. Enquanto Gomes et al. (2023) e Oliveira Neto et al. (2023) destacam intervenções relacionadas à orientação farmacêutica e ao uso seguro dos medicamentos, Correia et al. (2025) e Rocha et al. (2024) contribuem para evidenciar a influência dos fatores sociais e das dificuldades de acesso à assistência. Essas perspectivas não são necessariamente contraditórias; ao contrário, demonstram que as ações individuais e estruturais devem ser complementares. A orientação profissional pode reduzir erros relacionados ao uso dos medicamentos, mas seus resultados podem ser limitados quando as condições sociais favorecem a procura por soluções imediatas e dificultam o acompanhamento adequado.

Na saúde coletiva, Almeida et al. (2024) contribuem para dimensionar a relevância da automedicação como problema de saúde pública. Os autores apresentam dados epidemiológicos relacionados às notificações de casos no estado do Piauí entre 2012 e 2022 e destacam a relação entre o acesso facilitado aos medicamentos, a ausência de orientação e os riscos de intoxicação, reações adversas e agravamento de problemas de saúde. Em conjunto Guida e Guida (2023) e Silva et al. (2020), evidenciam que a prática está presente em diferentes contextos populacionais, incluindo ambientes universitários, o que reforça a necessidade de estratégias preventivas que alcancem públicos diversos.

A educação em saúde, contudo, não deve ser compreendida como uma intervenção isolada. Para produzir resultados consistentes, precisa estar associada à disponibilidade de serviços de saúde, à qualificação dos profissionais, à orientação durante a dispensação e à adoção de práticas que favoreçam o uso seguro dos medicamentos. Nesse sentido, Gomes et al. (2023), Oliveira Neto et al. (2023), Correia et al. (2025) e Rocha et al. (2024) contribuem para uma compreensão da

prevenção, na qual a atuação farmacêutica, a conscientização dos usuários e a melhoria das condições de acesso à assistência são elementos complementares.

Assim, os resultados permite compreender que os riscos e impactos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição decorrem da interação entre características dos medicamentos, condições clínicas dos usuários, hábitos de consumo e fatores sociais. Os estudos convergem ao apontar os riscos de reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas e agravamento de problemas de saúde, com destaque para o uso indiscriminado de anti-inflamatórios não esteroides. Ao mesmo tempo, as diferenças de enfoque entre as pesquisas demonstram que não existe uma única estratégia capaz de enfrentar o problema em todas as suas dimensões.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

A partir da análise realizada, conclui-se que a automedicação com medicamentos isentos de prescrição, embora represente uma alternativa acessível para o alívio de sintomas leves, pode comprometer a saúde quando ocorre sem os cuidados necessários. Os estudos examinados demonstraram que os principais riscos estão relacionados às reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas, agravamento de doenças preexistentes e atraso na identificação de problemas de saúde. Entre os medicamentos analisados, os anti-inflamatórios não esteroides merecem atenção especial, sobretudo pelo potencial de causar complicações renais e gastrointestinais quando utilizados inadequadamente.

Verificou-se, ainda, que essa prática não depende apenas das escolhas individuais, mas também de fatores como facilidade de aquisição, influência familiar, percepção equivocada de segurança e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Nesse cenário, o farmacêutico assume papel essencial na prevenção de danos, contribuindo para esclarecer dúvidas, orientar sobre o uso correto dos medicamentos e identificar situações que exigem encaminhamento para avaliação profissional.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa se baseou em uma revisão integrativa da literatura, estando seus resultados condicionados aos estudos selecionados, às bases consultadas e ao período de publicação estabelecido. Dessa forma, os achados não permitem determinar diretamente a prevalência atual da automedicação em toda a população brasileira nem mensurar a efetividade das intervenções farmacêuticas em diferentes contextos.

Recomenda-se, portanto, a realização de novas pesquisas de campo que investiguem os hábitos de automedicação em diferentes grupos populacionais e avaliem os resultados de ações educativas e da orientação farmacêutica. Também se mostra necessário fortalecer campanhas de conscientização e ampliar o acesso aos serviços de saúde. Conclui-se que a integração entre educação em saúde, assistência farmacêutica e acesso à orientação profissional é fundamental para promover o uso racional de medicamentos, reduzir os riscos associados à automedicação e proteger a saúde individual e coletiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.L.; *et al.* Estudo epidemiológico das notificações de casos por automedicação no estado do Piauí entre 2012 e 2022. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 15, n. 1, e34773, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/34773. Acesso em: 20 set.2026.

ANDRADE, E.M.D. **A atuação do farmacêutico no uso indiscriminado de anti-inflamatórios não esteróides**. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Farmácia, Recife, 2023.

CORREIA, M.C. *et al.* Fatores associados à automedicação em pacientes atendidos em uma clínica escola. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.18, n.5, p. 01-21, 2025. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/18044. Acesso em: 25 set.2026.

COSTA, Dávila Mirelle Sousa. **Os impactos gerados pela automedicação por MIPs: uma revisão da literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) - Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Patos, 2023.

COSTA, L.N. *et al.* Os riscos do uso indiscriminado dos anti-inflamatórios não esteroidais (AINES). **Revista Arte, Ciência e Tecnologia da Faculdade CET**, n.27, v. 85, 2023. Disponível em: https://revista.cet.edu.br/files/docs/file_23072023105907l1SomLtF.pdf. Acesso em: 26 set.2026.

COUTO, R.C. *et al.* **Segurança do paciente**. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2017. E-book. p. Capa. ISBN 9786557830574. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786557830574/. Acesso em: 18 set. 2026.

CUNHA, A.M.; ALMEIDA, M.B. Evidências causais do efeito dos anti-inflamatórios não esteriodais no desenvolvimento da doença renal. **Revista FMC**, v.3, n.36, 2024. Disponível em: https://revista.fmc.br/ojs/index.php/anais/article/view/1171. Acesso em: 14 set.2026.

GOMES, C.M. *et al*. A importância da orientação farmacêutica no uso racional do ibuprofeno: revisão sistemática. **Revista Foco**, Curitiba (PR), v.16, n.11, p.01-16, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n11-090. Acesso em: 25 set.2026.

GUIDA, V.H.; GUIDA, L.A. Análise epidemiológica da automedicação por analgésicos não opioides em acadêmicos de uma instituição de ensino superior do oeste do Paraná. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, e1212641761, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i6.41761. Acesso em: 15 set.2026.

LOPES, B.S. *et al.* O ibuprofeno e a linha tênua entre o uso eficaz e os riscos à saúde. **Revista PPC Políticas Públicas e Cidades**, Curitiba, v.13, n.2, p. 01-11, 2024. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/1055. Acesso em: 25 set.2026.

MACIEL, D.V.; et al. Interações medicamentosas e automedicação: riscos do uso indiscriminado de medicamentos sem orientação profissional. **Aurum Revista Multidisciplinar,** v.4, n.1, 2023**.** Disponível em: https://doi.org/10.63330/armv1n9-013. Acesso em: 25 set.2026.

MARTINS, L.S.; et al. Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição: um problema de saúde pública. **Revista Foco**, v. 18, n. 6, p. e8587, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n6-008

NORONHA, J.I. *et al.* Análise da prevalência da automedicação com anti-inflamatórios não esteroidais em uma drogaria de Espírito Santo do Pinhal – SP. **Revista Faculdade do Saber**, v.6, n.12, p.814-822, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35732. Acesso em: 25 set.2026.

OLIVEIRA JÚNIOR, A.; UHLMANN, L.A.C. Riscos do uso indiscriminado de AINES em idosos. **Revista Pub Saúde**, v.6, n.202, 2021. Disponível em: https://pubsaude.com.br/wp-content/uploads/2021/08/202-Riscos-do-uso-indiscriminado-de-AINES-em-idosos.pdf. Acesso em: 02 set.2026.

OLIVEIRA NETTO, I.F. *et al.* O papel do farmacêutico na automedicação da "farmácia" caseira. **Revista Foco**, Curitiba (PR), v.16, n.3, p.01-21, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudio-De-Souza-6/publication/353468475_desbridamento_biologico_o_uso_da_terapia_larval_em_feridas_complexas/links/624330c27931cc7ccf0334d2/desbridamento-biologico-o-uso-da-terapia-larval-em-feridas-complexas.pdf. Acesso em: 22 set.2026.

OLIVEIRA, L.M.S. **Automedicação: os impactos na saúde pelo uso irracional dos AINES**. Traba-

lho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Farmácia, Recife, 2023.

REZENDE, G.S.; PINTO, J.C. Automedicação e seus impactos na saúde pública do Brasil. **Research, Society and Development,** v. 14, n. 5, p. e3514548627, 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v14i5.48627.

ROCHA, A.C. *et al*. Automedicação em adultos: o risco envolvido, fatores predisponentes e como amenizar esse hábito. **Revista Interface em Ciência da Saúde**, n.2, v.3, 2024. Disponível em: https://revistas.unifoa.edu.br/interfaces/article/view/4624. Acesso em: 22 set.2026.

SAGIONETI, F.T. *et al.* **Estudo sobre o consumo de anti-inflamatórios não esteroidais pela população adulta brasileira: estudo piloto.** 2023, Anais. Bauru: Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003201233. Acesso em: 22 set.2026.

SILVA, C.A.; et al. Automedicação no Brasil: reflexões sobre suas causas e impactos na saúde pública. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 11, p. e9542, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.56083/RCV5N11-026. Acesso em: 22 set.2026.

SILVA, L.S. *et al.* Incidência da automedicação no uso indiscriminado de anti-inflamatórios esteroidais e não esteroidais entre universitários de Imperatriz – MA. **Braz. J. Hea. Rev.,** Curitiba, v. 2, n. 2, p. 862-887, mar./apr. 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1235. Acesso em: 28 set.2026.

SILVA, R. C.; ROCHA, T. A.; ARANTES, M. F. Automedicação no Brasil: fatores associados e papel dos profissionais de saúde na prevenção. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 101–113, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/PNCVwkVMbZYwHvKN9b4ZxRh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 set.2026.



Capítulo 7

ATENÇAO FARMACÊUTICA NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

PHARMACEUTICAL CARE IN THE RATIONAL USE OF MEDICINES

Flávia Carine dos Santos Silva[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

A atenção farmacêutica constitui uma prática para qualificar a assistência em saúde e favorecer o uso racional de medicamentos. Questionou-se: de que maneira a atenção farmacêutica contribui para a promoção do uso racional de medicamentos e para a segurança do paciente nos serviços de saúde? O objetivo foi compreender a importância dessa prática e sua contribuição para a segurança medicamentosa. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, em 2026, nas bases SciELO e Google Acadêmico. Foram considerados artigos publicados entre 2021 e 2026, em português e inglês, relacionados à atenção farmacêutica, ao uso racional de medicamentos e à segurança do paciente. Após a identificação de 123 registros, a remoção de duplicatas, a triagem e a avaliação dos textos, 13 estudos compuseram a amostra. Os resultados evidenciaram que a atuação farmacêutica contribui para prevenir erros de prescrição, detectar problemas relacionados a medicamentos e interações, realizar reconciliação medicamentosa e orientar os pacientes durante a dispensação e o tratamento. As intervenções estiveram associadas à redução de discrepâncias e problemas medicamentosos. Entretanto, os efeitos não foram uniformes: um ensaio clínico não identificou redução estatisticamente significativa de eventos relacionados a medicamentos após a intervenção. Foram observadas barreiras, como falta de tempo, limitações estruturais, acesso restrito a informações clínicas e necessidade de capacitação. Concluiu-se que a atenção farmacêutica favorece a segurança e o uso racional de medicamentos, desde que apoiada por condições de trabalho, integração multiprofissional e acompanhamento. São necessárias pesquisas sobre seus efeitos na adesão terapêutica e nos custos assistenciais.

Palavras-chave: Atenção farmacêutica, Uso racional de medicamentos, Segurança do paciente, Assistência farmacêutica, Farmacoterapia.

Abstract

Pharmaceutical care is a practice designed to enhance the quality of healthcare and promote the rational use of medicines. The research question addressed was: how does pharmaceutical care contribute to the promotion of the rational use of medicines and to patient safety within healthcare services? The objective was to understand the importance of this practice and its contribution to medication safety. An integrative literature review—qualitative in approach and descriptive in nature—was conducted in 2026 using the SciELO and Google Scholar databases. The review included articles published between 2021 and 2026, in both Portuguese and English, focusing on pharmaceutical care, the rational use of medicines, and patient safety. Following the identification of 123 records, the removal of duplicates, screening, and full-text assessment, 13 studies were selected for the final sample. The results indicate that pharmaceutical practice helps prevent prescription errors, detect medication-related problems and drug interactions, perform medication reconciliation, and provide guidance to patients during the dispensing process and throughout their treatment. These interventions were associated with a reduction in medication-related discrepancies and problems. However, the outcomes were not uniform; one clinical trial did not find a statistically significant reduction in medication-related events following the intervention. Several barriers were identified, including a lack of time, structural limitations, restricted access to clinical information, and a need

for further professional training. It is concluded that pharmaceutical care fosters safety and the rational use of medicines, provided it is supported by appropriate working conditions, interprofessional integration, and ongoing monitoring. Further research is needed regarding its impact on treatment adherence and healthcare costs.

Keywords: Pharmaceutical care. Rational use of medicines. Patient safety. Pharmaceutical services. Pharmacotherapy.

1 INTRODUÇÃO

A atenção farmacêutica tem se consolidado como uma prática essencial no âmbito da saúde pública, especialmente no que se refere ao uso racional de medicamentos. O crescimento da indústria farmacêutica e a ampla disponibilidade de fármacos trouxeram benefícios significativos para o tratamento de diversas doenças, mas também geraram desafios relacionados ao consumo inadequado, à automedicação e ao risco de interações medicamentosas (Costa; Oliveira, 2022). Nesse contexto, a atuação do farmacêutico torna-se indispensável para garantir que os medicamentos sejam utilizados de forma segura, eficaz e responsável, contribuindo para a promoção da saúde e a prevenção de agravos (Galbiatti-Dias, 2025).

O uso racional de medicamentos envolve não apenas a prescrição adequada, mas também a orientação clara ao paciente sobre a forma correta de administração, os possíveis efeitos adversos e a importância da adesão ao tratamento (Souza et al., 2023). A atenção farmacêutica, nesse sentido, vai além da simples dispensação de medicamentos, pois busca estabelecer uma relação de cuidado contínuo, em que o profissional acompanha o paciente e atua como mediador entre a prescrição médica e a realidade do tratamento. Essa prática fortalece a humanização da assistência em saúde e amplia a segurança terapêutica (Ruiz et al., 2022).

É importante destacar que a atenção farmacêutica contribui para reduzir os custos do sistema de saúde, uma vez que o uso inadequado de medicamentos pode resultar em complicações clínicas, internações hospitalares e aumento da demanda por serviços médicos. Ao promover o uso racional, o farmacêutico auxilia na otimização dos recursos disponíveis e na melhoria da qualidade de vida dos pacientes. Além disso, sua atuação é fundamental para o enfrentamento de problemas de saúde pública, como a resistência bacteriana decorrente do uso indiscriminado de antibióticos (Mendes et al., 2025).

Além disso, pesquisas apontam que a atenção farmacêutica fortalece o papel do paciente como protagonista do próprio tratamento. Ao receber informações claras e acessíveis sobre o uso correto dos medicamentos, o indivíduo passa a compreender melhor sua condição de saúde e a importância da adesão terapêutica (Galbiatti-Dias, 2025).

Esse processo de educação em saúde contribui para a autonomia do paciente, reduzindo práticas de automedicação e aumentando a confiança na equipe multiprofissional. Assim, o farmacêutico atua não apenas como um dispensador de fármacos, mas como um educador e agente de transformação social, promovendo mudanças positivas nos hábitos de cuidado e prevenção (Pinto; Castro,

2022).

Outro ponto relevante é a necessidade de políticas públicas que incentivem e valorizem a atenção farmacêutica nos diferentes níveis de atenção à saúde. A integração do farmacêutico em equipes multiprofissionais, especialmente na atenção básica, possibilita uma abordagem mais completa e resolutiva, capaz de identificar precocemente problemas relacionados ao uso de medicamentos. Investir na formação continuada desses profissionais e na criação de protocolos que orientem sua prática é fundamental para consolidar o uso racional de medicamentos como um pilar da saúde pública (Mendes et al., 2025). Dessa forma, a atenção farmacêutica se torna um instrumento estratégico para a melhoria dos indicadores de saúde e para a construção de um sistema mais eficiente e humanizado (Sousa; Lima; Santos, 2025).

A relevância deste estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de fortalecer a atuação clínica do farmacêutico como agente de promoção do uso seguro, eficaz e responsável dos medicamentos, contribuindo para melhores resultados terapêuticos, redução de riscos à saúde e qualificação da assistência farmacêutica. Ademais, fundamenta-se na necessidade de analisar como essa intervenção direta contribui para promoção do uso racional de medicamentos, destacando sua importância para a segurança do paciente e para a eficiência.

Nesse passo, questionou-se: De que maneira a atenção farmacêutica contribui para a promoção do uso racional de medicamentos e para segurança do paciente nos serviços de saúde?

O objetivo geral deste artigo foi compreender a importância da atenção farmacêutica na promoção do uso racional de medicamentos e sua contribuição para a segurança do uso racional de medicamentos nos serviços de saúde. Já os objetivos especificos foram: descrever os conceitos fundamentais relacionados a atenção farmacêutica; identificar praticas que garantem segurança e adesão ao tratamento; avaliar os impactos na vida dos pacientes o sistema de saúde.

2 METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada no ano de 2026, com o objetivo de reunir e sintetizar evidências científicas relacionadas à atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos e à segurança do paciente.

A pesquisa foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar (Google Acadêmico). Para a realização das buscas, foram utilizados descritores selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), disponíveis por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo eles: “atenção farmacêutica”, “segurança do paciente” e “uso racional de medicamentos”, bem como seus correspondentes em língua inglesa. Os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, utilizando-se a seguinte estratégia de busca: (“atenção farmacêutica” OR “pharmaceutical care”) AND (“segurança do paciente” OR “patient safety”) AND (“uso racional de medicamentos” OR “rational use of medicines”), podendo as expressões também ser utilizadas individualmente conforme as características das bases consultadas.

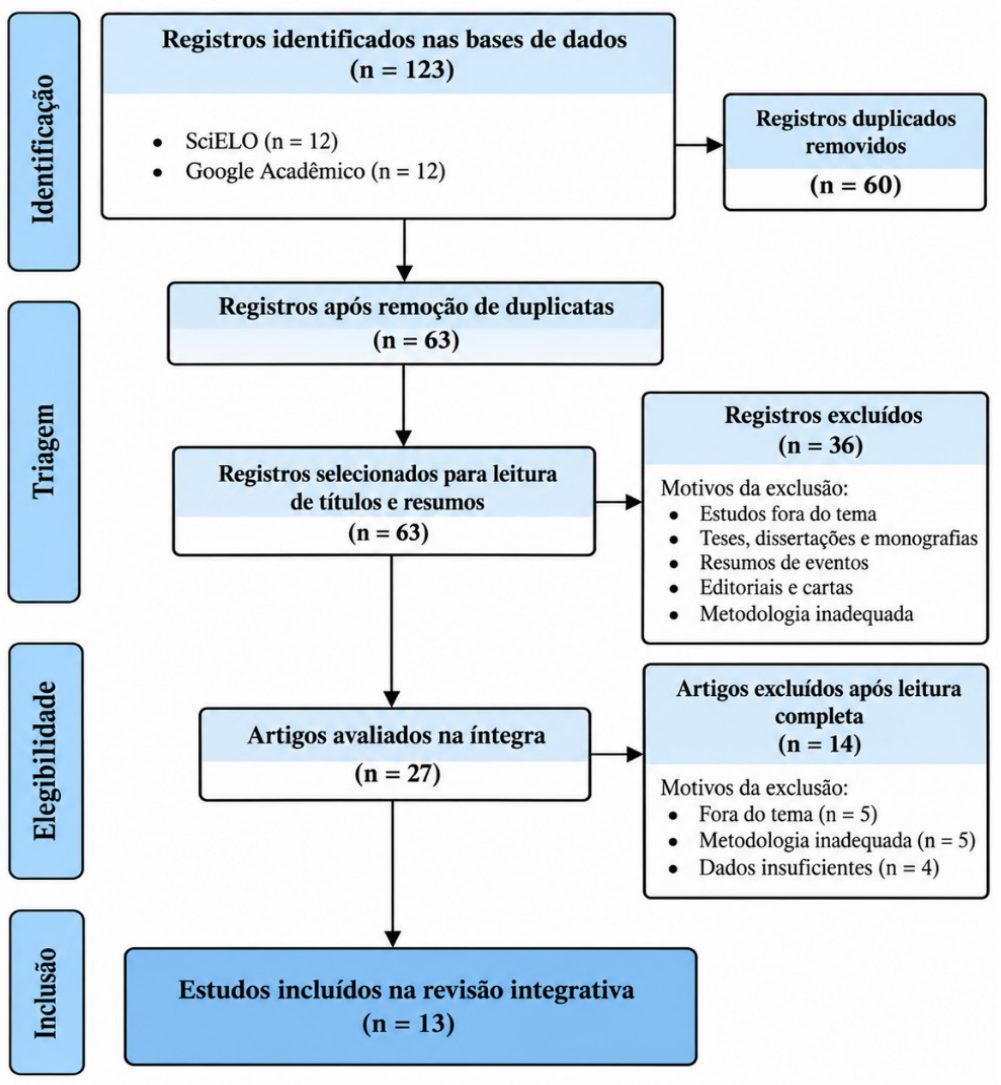
Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos comple-

tos, publicados entre 2021 e 2026, nos idiomas português e inglês, incluindo estudos de meta-análise, revisões sistemáticas, estudos transversais, estudos de coorte prospectivos e revisões de literatura que apresentassem relação direta com a temática investigada.

Foram excluídas teses, dissertações, monografias, resumos de eventos, editoriais, cartas ao editor e publicações que não apresentassem relação direta com os objetivos da pesquisa. O processo de seleção foi realizado inicialmente mediante a leitura dos títulos e resumos, permitindo a identificação dos estudos potencialmente relevantes, seguida da leitura na íntegra daqueles que atenderam aos critérios de elegibilidade.

Para garantir maior transparência na apresentação do processo de seleção, foi utilizado o fluxograma baseado nas recomendações do PRISMA, contemplando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Inicialmente, foram identificados 123 registros, dos quais, após a remoção de duplicatas, permaneceram 63 registros para a etapa de triagem. Posteriormente, foram excluídos 36 estudos que não atenderam aos critérios estabelecidos, resultando em 27 artigos encaminhados para leitura na íntegra. Após a avaliação completa, 14 artigos foram excluídos por não apresentarem os critérios de elegibilidade necessários, permanecendo 13 estudos incluídos na revisão integrativa.

Figura 1. Fluxograma da pesquisa.



Fonte: Autores, (2026)

A extração dos dados foi realizada mediante instrumento elaborado pelos pesquisadores, no qual foram organizadas informações referentes ao autor, ano de publicação, objetivo, tipo de estudo, principais resultados e conclusões. Os dados obtidos foram organizados em quadro no software Microsoft Word, seguindo sequência numérica crescente de acordo com os autores e anos de publicação. Por fim, os resultados foram analisados de maneira qualitativa, descritiva e interpretativa, possibilitando a categorização das evidências encontradas e a síntese dos principais achados relacionados à atuação farmacêutica, à segurança do paciente e à promoção do uso racional de medicamentos.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A seleção abaixo reúne 13 estudos reais, publicados entre 2021 e 2026, relacionados à atenção/assistência farmacêutica, uso racional de medicamentos, segurança do paciente, problemas relacionados a medicamentos e intervenções farmacêuticas. Foram contemplados diferentes desenhos metodológicos, incluindo estudos transversais, qualitativos, quantitativos, observacionais, prospectivos, retrospectivos e de intervenção. Os estudos selecionados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
Alzahrani et al. (2021)	*Description of pharmacists' reported interventions to prevent prescribing errors among in hospital inpatients: a cross sectional retrospective study*	Estudo transversal retrospectivo, quantitativo e observacional	Foram analisadas 2.564 intervenções farmacêuticas relacionadas a erros de prescrição em 1.565 pacientes. Os erros mais frequentes envolveram dose incorreta (54,3%) e prescrição não autorizada (21,9%). Os autores destacaram a importância das intervenções farmacêuticas para prevenir danos relacionados aos medicamentos e fortalecer a segurança do paciente.
Janani et al. (2021)	*The extent of community pharmacists' involvement in detecting and resolving Drug Related Problems (DRPs) in prescriptions – A real time study from Sri Lanka*	Estudo prospectivo, transversal, quantitativo e de campo	Foram avaliadas 400 prescrições contendo 1.986 medicamentos. Os pesquisadores identificaram 1.211 problemas relacionados a medicamentos, enquanto os farmacêuticos identificaram 441 e resolveram 406 deles. Os resultados evidenciaram a contribuição dos farmacêuticos na identificação e resolução de problemas relacionados aos medicamentos, embora também tenham sido observadas falhas na detecção de alguns problemas.

Cabri et al. (2021)	*Pharmacist intervention on prescribing errors: Use of a standardized approach in the inpatient setting*	Estudo prospectivo, multicêntrico e observacional, com abordagem quantitativa	Foram registradas 7.187 intervenções farmacêuticas em 11 hospitais. Cerca de 46,6% dos erros interceptados apresentavam potencial de consequências graves e 2,4% poderiam ter sido potencialmente fatais. Os achados demonstraram a importância da intervenção farmacêutica na identificação de erros de prescrição e prevenção de danos.
Gurwitz et al. (2021)	*Effect of a Multifaceted Clinical Pharmacist Intervention on Medication Safety After Hospitalization in Persons Prescribed High-risk Medications: A Randomized Clinical Trial*	Ensaio clínico randomizado, quantitativo	O estudo incluiu 361 pacientes após alta hospitalar. Apesar da ocorrência de incidentes relacionados a medicamentos e erros clinicamente importantes, a intervenção multifacetada do farmacêutico não produziu redução estatisticamente significativa desses eventos no período de 45 dias. O resultado reforçou a necessidade de avaliar diferentes modelos de intervenção farmacêutica conforme o contexto assistencial.
Souza et al. (2022)	*Evaluation of pharmacist's practices regarding the antimicrobials dispensing: a simulated patient study*	Estudo transversal, quantitativo, de campo, com pacientes simulados	Foram realizadas 54 visitas de pacientes simulados a farmácias comunitárias de Sergipe. A dispensação de antimicrobianos apresentou desempenho considerado subótimo, com baixa quantidade de perguntas durante o atendimento e necessidade de aprimoramento das orientações. Os autores ressaltaram a importância da educação continuada para promover o uso racional de antimicrobianos.
Suzuki et al. (2022)	*Pharmacist's interventions in factors contributing to medication errors reduces medication errors in self-management of patients in the rehabilitation ward*	Estudo quantitativo, comparativo, com desenho pré-pós intervenção	Foram comparados períodos com um e dois farmacêuticos. A ocorrência de erros de medicação diminuiu de 41% para 28%, enquanto a proporção de intervenções farmacêuticas aumentou de 13% para 22%. Os resultados indicaram associação entre maior participação farmacêutica e redução dos erros durante o autogerenciamento dos medicamentos.
Studer et al. (2023)	*The impact of pharmacist-led medication reconciliation and interprofessional ward rounds on drug-related problems at hospital discharge*	Estudo retrospectivo de coorte, quantitativo e observacional	Foram analisados 4.545 pacientes e 6.072 internações. A combinação entre reconciliação medicamentosa conduzida por farmacêuticos e participação em visitas interprofissionais esteve associada a menor ocorrência de problemas relacionados aos medicamentos na alta hospitalar (RR = 0,33).

Elgebli, Hall e Phipps (2023)	*Clinical checking in practice: qualitative perspectives from community pharmacists*	Estudo qualitativo, com entrevistas semiestruturadas	Foram entrevistados 12 farmacêuticos comunitários. A análise identificou três temas principais relacionados à percepção do processo de conferência clínica, à tomada de decisão clínica e às barreiras para uma conferência efetiva. O estudo evidenciou que a avaliação clínica das prescrições constitui importante mecanismo de segurança antes da dispensação.
Dahri et al. (2023)	*Community pharmacist perceptions of drug-drug interactions*	Estudo qualitativo, com entrevistas com informantes-chave	Foram entrevistados 8 farmacêuticos comunitários. Os resultados identificaram aspectos relacionados ao processo de identificação das interações medicamentosas, às ferramentas utilizadas, às dificuldades encontradas e às estratégias empregadas para evitar que interações clinicamente relevantes fossem negligenciadas.
Gutiérrez-Igual et al. (2024)	*Impact of pharmacist-led interventions in identifying and resolving drug related problems and potentially inappropriate prescriptions among rural patients: A pilot study*	Estudo prospectivo, multicêntrico, observacional e de intervenção	Foram avaliados 135 pacientes polimedicados em 17 farmácias rurais. Foram identificados 1.545 problemas relacionados a medicamentos e prescrições potencialmente inadequadas. Após as intervenções farmacêuticas, a média de problemas identificados por paciente diminuiu de 9,7 para 8,8, com diferença estatisticamente significativa.
Sapkota et al. (2024)	*Assessing the Indicators of Good Pharmacy Practice in Community Pharmacies: A Cross-Sectional Study*	Estudo transversal, quantitativo e observacional	Foram avaliadas 86 farmácias comunitárias. A conformidade geral com os indicadores de Boas Práticas Farmacêuticas foi de 56,21%. A pesquisa identificou deficiências em aspectos relacionados à política de qualidade, pessoal, documentação, dispensação e organização dos serviços, indicando necessidade de aprimoramento das práticas farmacêuticas.
White et al. (2025)	*Enhancing the Role of Community Pharmacists in Medication Safety: A Qualitative Study of Voices from the Frontline*	Estudo qualitativo, com grupos focais e entrevistas	Foram investigadas as perspectivas de 13 farmacêuticos comunitários. Os participantes destacaram o papel do farmacêutico na identificação e resolução de problemas relacionados aos medicamentos e na educação dos pacientes, além de apontarem barreiras como falta de tempo, acesso limitado aos prontuários e ausência de espaços adequados para aconselhamento.

Palermo et al. (2026)	*Comparison of pharmacist-led medication reconciliation and usual care on detecting and resolving discrepancies in major orthopaedic surgeries: A quasi-experimental study*	Estudo quase experimental, quantitativo e comparativo	Foram incluídos 182 pacientes, sendo 91 em cada fase. A intervenção conduzida por farmacêutico aumentou significativamente a identificação e resolução de discrepâncias não intencionais, além de elevar a taxa de aceitação das intervenções farmacêuticas de 50% para 73%, reforçando a contribuição da reconciliação medicamentosa para a segurança do paciente.

Fonte: Autores, (2026)

Os artigos analisados demonstraram que a atuação farmacêutica esteve relacionada principalmente à identificação de erros de prescrição, problemas relacionados a medicamentos, interações medicamentosas, discrepâncias na reconciliação e inadequações durante a dispensação. Estudos quantitativos e observacionais evidenciaram a frequência desses problemas e a participação do farmacêutico em sua identificação e resolução, enquanto os estudos qualitativos permitiram compreender as percepções dos profissionais, as barreiras encontradas na prática e a importância da comunicação e da educação do paciente.

Os resultados também mostraram que a atuação farmacêutica não apresentou efeitos uniformes em todos os contextos. Enquanto intervenções como reconciliação medicamentosa, revisão da farmacoterapia e participação em equipes multiprofissionais estiveram associadas à redução de problemas relacionados aos medicamentos em determinados estudos, um ensaio clínico randomizado não encontrou redução significativa de erros clinicamente importantes após a alta hospitalar. Essa heterogeneidade reforça a importância de considerar o contexto, o desenho da intervenção e o perfil dos pacientes ao avaliar os resultados da atenção farmacêutica.

A análise dos estudos selecionados evidencia que a atenção farmacêutica representa uma prática relevante para a promoção do uso racional de medicamentos, especialmente por possibilitar a identificação de erros de prescrição, problemas relacionados à farmacoterapia, interações medicamentosas e discrepâncias na utilização dos medicamentos. De maneira convergente, os resultados demonstram que a participação do farmacêutico contribui para ampliar a segurança do paciente, tanto nos serviços hospitalares quanto nas farmácias comunitárias. Entretanto, as evidências também revelam que essa contribuição depende das condições de trabalho, da integração entre os profissionais de saúde e da efetiva implementação das intervenções farmacêuticas.

No que se refere à identificação e prevenção de erros relacionados aos medicamentos, os achados de Alzahrani et al. (2021) e Cabri et al. (2021) convergem ao demonstrar que a atuação farmacêutica permite reconhecer falhas que poderiam comprometer a segurança dos pacientes. Essa contribuição torna-se particularmente relevante diante da frequência de erros relacionados à dose e de prescrições não autorizadas, bem como da possibilidade de ocorrência de consequências clínicas graves. Na mesma perspectiva, Janani et al. (2021) evidenciaram a participação do farmacêutico na identificação e resolução de problemas relacionados aos medicamentos, demonstrando que a análise das prescrições constitui uma etapa importante para evitar a continuidade de situações potencialmente prejudiciais.

A aproximação entre esses resultados permite compreender que a atenção farmacêutica não deve ser limitada à entrega do medicamento ao paciente, pois envolve uma avaliação que considera a adequação da prescrição, a dose, a possibilidade de interações e os riscos associados à farmacoterapia. Nesse sentido, a identificação antecipada de problemas constitui uma das principais contribuições do profissional para o uso racional, uma vez que permite intervir antes que determinadas falhas produzam consequências mais graves. Entretanto, os resultados de Janani et al. (2021) também demonstram que nem todos os problemas identificados são necessariamente resolvidos, indicando que a detecção representa uma etapa fundamental, mas não suficiente, para assegurar a continuidade de um tratamento adequado.

Essa perspectiva é reforçada por Elgebli, Hall e Phipps (2023), ao destacarem a importância da avaliação clínica das prescrições antes da dispensação. A contribuição dessa análise está relacionada à possibilidade de reconhecer inadequações que poderiam passar despercebidas em procedimentos exclusivamente operacionais. Dahri et al. (2023), por sua vez, evidenciam a relevância da participação farmacêutica na identificação de interações medicamentosas, especialmente quando diferentes medicamentos são utilizados simultaneamente. Os estudos convergem, portanto, ao reconhecer que o conhecimento técnico do farmacêutico e sua capacidade de analisar a farmacoterapia constituem elementos essenciais para prevenir problemas e qualificar o cuidado.

No entanto, a efetividade dessas práticas não pode ser considerada uniforme em todos os contextos. Souza et al. (2022) identificaram fragilidades na dispensação de antimicrobianos em farmácias comunitárias, especialmente quanto à baixa frequência de questionamentos durante o atendimento e à necessidade de aprimoramento das orientações fornecidas aos pacientes. Esse resultado revela uma diferença importante entre o potencial técnico da atenção farmacêutica e sua aplicação cotidiana: embora o profissional possua atribuições relevantes para orientar o uso adequado dos medicamentos, sua atuação pode permanecer limitada quando o atendimento ocorre de maneira predominantemente direcionada à dispensação.

Essa constatação aproxima-se dos resultados de Sapkota et al. (2024), que identificaram conformidade geral de apenas 56,21% com os indicadores de boas práticas farmacêuticas nas farmácias comunitárias avaliadas. As deficiências relacionadas à documentação, à equipe, às políticas de qualidade, à dispensação e à organização dos serviços demonstram que a promoção do uso racional não depende exclusivamente da competência individual do farmacêutico. Também exige condições estruturais e organizacionais adequadas para que as atividades clínicas e educativas sejam efetivamente realizadas. Assim, os resultados de Souza et al. (2022) e Sapkota et al. (2024) convergem ao evidenciar que limitações na organização dos serviços podem comprometer a qualidade da assistência oferecida.

As dificuldades estruturais também aparecem nos achados de White et al. (2025), que identificaram a falta de tempo, o acesso limitado aos prontuários e a ausência de espaços adequados para orientação como obstáculos ao desempenho das atividades farmacêuticas. Essas limitações ajudam a compreender por que a atuação profissional nem sempre alcança todas as possibilidades previstas para a atenção farmacêutica. Embora o farmacêutico possa contribuir para identificar problemas relacionados aos medicamentos e orientar os pacientes, a concretização dessas ações depende de condições que permitam realizar ava-

liações, acompanhar tratamentos e estabelecer comunicação adequada com os usuários e demais profissionais de saúde.

No que diz respeito aos resultados das intervenções farmacêuticas sobre a segurança do paciente, verifica-se convergência entre Suzuki et al. (2022), Studer et al. (2023), Gutiérrez-Igual et al. (2024) e Palermo et al. (2026). Os estudos demonstram que intervenções direcionadas à identificação e resolução de problemas relacionados aos medicamentos podem favorecer a redução de erros, discrepâncias e inadequações terapêuticas. Esses achados reforçam que a participação do farmacêutico possui importância não apenas na identificação de riscos, mas também na implementação de medidas voltadas à sua correção.

A contribuição dessas intervenções torna-se mais evidente quando se considera a atuação integrada durante a transição entre diferentes níveis de cuidado. Studer et al. (2023) demonstraram associação entre a reconciliação medicamentosa conduzida por farmacêuticos, a participação em visitas interprofissionais e a menor ocorrência de problemas relacionados aos medicamentos na alta hospitalar. De maneira semelhante, Palermo et al. (2026) identificaram aumento na detecção e resolução de discrepâncias não intencionais, além de maior aceitação das intervenções farmacêuticas. Esses resultados indicam que a reconciliação medicamentosa constitui uma prática relevante para evitar divergências entre os medicamentos utilizados pelo paciente e aqueles efetivamente prescritos durante as etapas de atendimento.

A importância desse acompanhamento também é observada nos resultados de Gutiérrez-Igual et al. (2024), que identificaram redução estatisticamente significativa na média de problemas relacionados aos medicamentos após as intervenções farmacêuticas. Em conjunto, esses achados permitem compreender que a atenção farmacêutica pode contribuir para melhorar a segurança terapêutica por meio da revisão dos medicamentos utilizados, da identificação de prescrições potencialmente inadequadas e da resolução de problemas identificados durante o acompanhamento. A aproximação entre os estudos reforça a relevância de intervenções sistemáticas e articuladas às necessidades clínicas dos pacientes.

Entretanto, os resultados de Gurwitz et al. (2021) apresentam uma divergência importante em relação às evidências favoráveis observadas em outros estudos. Apesar da ocorrência de incidentes relacionados a medicamentos e erros clinicamente importantes entre os pacientes acompanhados, a intervenção farmacêutica multifacetada não produziu redução estatisticamente significativa desses eventos no período avaliado. Esse achado demonstra que a presença do farmacêutico ou a realização de intervenções, isoladamente, não assegura a obtenção de resultados positivos em todas as circunstâncias.

A diferença entre Gurwitz et al. (2021) e os estudos que identificaram melhorias na segurança medicamentosa evidencia a complexidade da atenção farmacêutica. Os resultados podem variar conforme o perfil dos pacientes, a natureza dos problemas identificados, a intensidade do acompanhamento, a integração com outros profissionais e o período utilizado para avaliar os efeitos da intervenção. Portanto, não é adequado afirmar que qualquer modelo de acompanhamento farmacêutico produzirá necessariamente uma redução significativa de erros ou eventos relacionados a medicamentos. O mais consistente é reconhecer que a efetividade depende da adequação das intervenções às necessidades dos

pacientes e das condições dos serviços de saúde.

Outro aspecto relevante refere-se à educação em saúde e à orientação dos pacientes. Souza et al. (2022) identificaram a necessidade de aprimorar as informações fornecidas durante a dispensação de antimicrobianos, enquanto White et al. (2025) destacaram a educação dos usuários como uma das principais atribuições reconhecidas pelos farmacêuticos comunitários. Esses resultados convergem ao indicar que o uso racional depende também da compreensão do paciente acerca do tratamento, incluindo a finalidade do medicamento, a forma correta de utilização e os cuidados necessários durante a terapia.

A orientação farmacêutica pode contribuir para reduzir dúvidas, evitar equívocos na administração e favorecer a utilização adequada dos medicamentos. Entretanto, é necessário distinguir a importância teórica dessa atividade da demonstração efetiva de seus resultados sobre a adesão terapêutica. Embora os estudos selecionados reconheçam a educação do paciente como componente da segurança medicamentosa, nem todos avaliaram diretamente mudanças na adesão ou na continuidade dos tratamentos. Assim, as evidências permitem afirmar que a orientação constitui uma estratégia importante para favorecer o uso racional, mas não possibilitam concluir que todos os modelos de atenção farmacêutica analisados tenham produzido aumento comprovado da adesão.

A análise também demonstra que a segurança do paciente depende de uma atuação que ultrapasse os limites da relação individual entre farmacêutico e usuário. Studer et al. (2023) evidenciam a importância da integração interprofissional, enquanto White et al. (2025) apontam limitações relacionadas ao acesso às informações clínicas e à organização do ambiente de atendimento. Esses resultados sugerem que a qualidade da assistência farmacêutica está relacionada à disponibilidade de informações, à comunicação entre os profissionais e à existência de condições institucionais que favoreçam a continuidade do cuidado. A atuação isolada pode reduzir as possibilidades de identificação de problemas, especialmente quando o paciente utiliza diferentes medicamentos e recebe atendimento em diversos serviços.

No que se refere aos impactos para os serviços de saúde, os estudos de Alzahrani et al. (2021), Cabri et al. (2021), Suzuki et al. (2022), Studer et al. (2023), Gutiérrez-Igual et al. (2024) e Palermo et al. (2026) apresentam contribuições relacionadas à prevenção ou resolução de falhas na farmacoterapia. A identificação de erros com potencial de causar consequências graves demonstra a importância de intervenções que possam evitar danos e qualificar os processos assistenciais. Sob essa perspectiva, a atuação farmacêutica pode contribuir para melhorar a segurança dos serviços e reduzir a exposição dos pacientes a riscos relacionados ao uso de medicamentos.

Entretanto, apesar de os resultados indicarem benefícios potenciais para a qualidade da assistência, os estudos selecionados não permitem estabelecer uma conclusão abrangente sobre a redução dos custos totais do sistema de saúde. A prevenção de erros e a resolução de problemas podem evitar consequências clínicas indesejáveis, mas a comprovação de economia financeira exige investigações específicas sobre internações evitadas, despesas assistenciais, utilização de recursos e custos das próprias intervenções. Dessa maneira, é necessário diferenciar os benefícios clínicos e assistenciais identificados nos estudos da demonstração direta de impacto econômico.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

A análise dos estudos selecionados demonstrou que a atenção farmacêutica desempenha papel relevante na promoção do uso racional de medicamentos e na segurança do paciente. Sua contribuição está relacionada principalmente à identificação de erros de prescrição, à avaliação de problemas relacionados à farmacoterapia, à prevenção de interações medicamentosas, à reconciliação de medicamentos e à orientação adequada durante a dispensação. Essas práticas ampliam a segurança do tratamento e favorecem uma assistência mais qualificada e centrada nas necessidades dos pacientes.

Verificou-se, entretanto, que os benefícios da atuação farmacêutica não ocorrem de maneira uniforme em todos os contextos. As limitações estruturais, a falta de tempo, as dificuldades de acesso às informações clínicas e a insuficiente integração entre profissionais podem comprometer a efetividade das intervenções. Além disso, os resultados divergentes encontrados entre os estudos indicam que a qualidade das ações depende da adequação das estratégias às características dos pacientes e dos serviços de saúde.

Conclui-se que o fortalecimento da atenção farmacêutica exige investimento em capacitação profissional, organização dos serviços, protocolos de acompanhamento e integração multiprofissional. Embora as evidências apontem contribuições importantes para a prevenção de danos e a segurança medicamentosa, ainda são necessárias pesquisas que avaliem de forma mais direta seus efeitos sobre a adesão terapêutica e os custos assistenciais. Assim, a valorização da atuação clínica do farmacêutico representa uma medida importante para qualificar o cuidado e favorecer o uso seguro e responsável dos medicamentos.

REFERÊNCIAS

ALZAHRANI, A.A.; et al. Description of pharmacists' reported interventions to prevent prescribing errors among in hospital inpatients: a cross sectional retrospective study. **BMC Health Services Research**, v.21, n.1, 2021. DOI: 10.1186/s12913-021-06418-z.

CABRI, A.; et al. Pharmacist intervention on prescribing errors: Use of a standardized approach in the inpatient setting. **American Journal of Health-System Pharmacy**, 2021, v. 78, n. 23, p. 2151–2158. DOI: 10.1093/ajhp/zxab278.

COSTA, M.E.; OLIVEIRA, J.C.P. A importância da atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos. **Saúde & Ciência em Ação**, v. 8, n. 1, p. 109-129, 2022. Disponível em: https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICS/article/view/981. Acesso em: 22 set. 2026.

DAHRI, K.; et al. Community pharmacist perceptions of drug-drug interactions. **Canadian Pharmacists Journal,** 2023, v. 156, n. 1, p. 42–47. DOI: 10.1177/17151635221140379.

ELGEBLI, A.; HALL, J.; PHIPPS, D. L. Clinical checking in practice: qualitative perspectives from community pharmacists. **International Journal of Pharmacy Practice**, 2023, v. 31, n. 5, p. 504–511. DOI: 10.1093/ijpp/riad056.

GALBIATTI-DIAS, A.L.S. Atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos. **Revista Corpus Hippocraticum**, v.1, n. 1, 2025.Disponível em: https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-medicina/article/view/1306. Acesso em: 22 set. 2026.

GURWITZ, J.H.; et al. Effect of a Multifaceted Clinical Pharmacist Intervention on Medication Safety After Hospitalization in Persons Prescribed High-risk Medications: A Randomized Clinical Trial. **JAMA Internal Medicine**, 2021, v. 181, n. 5, p. 610–618. DOI: 10.1001/jamainternmed.2020.9285.

GUTIÉRREZ-IGUAL, S.; et al. Impact of pharmacist-led interventions in identifying and resolving drug related problems and potentially inappropriate prescriptions among rural patients: A pilot

study. **Exploratory Research in Clinical and Social Pharmacy**, 2024, v. 16, 100536. DOI: 10.1016/j.rcsop.2024.100536.

JANANI, T.S.J.; et al. The extent of community pharmacists' involvement in detecting and resolving Drug Related Problems (DRPs) in prescriptions – A real time study from Sri Lanka. **Exploratory Research in Clinical and Social Pharmacy**, 2021, v. 3, 100061. DOI: 10.1016/j.rcsop.2021.100061.

MENDES, S.J.; et al. Farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde: Força de trabalho e investimentos em medicamentos em municípios brasileiros. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 23, p. e02908292, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2908. Acesso em 21 set. 2026.

PALERMO, K.R.; et al. Comparison of pharmacist-led medication reconciliation and usual care on detecting and resolving discrepancies in major orthopaedic surgeries: A quasi-experimental study. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, 2026, v. 22, n. 2, p. 263–271. DOI: 10.1016/j.sapharm.2025.10.001.

PINTO, R.S.; CASTRO, M.S. Caminhos da assistência farmacêutica na atencão básica: o desafio da garantia do acesso e do uso racional de medicamentos. **Saúde em Redes**, v. 8, n. 2, p. 341-360, 2022. DOI: https://doi.org/10.18310/2446-4813.2022v8n2p341-360

RUIZ, A.C. A automedicação no Brasil e a atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos. **Revista Saúde Multidisciplinar**, v.11, n. 1, 2022. Disponível em: https://revistas.famp.edu.br › article › download. Acesso em: 20 out. 2026.

SAPKOTA, B.; et al. Assessing the Indicators of Good Pharmacy Practice in Community Pharmacies: A Cross-Sectional Study. **Inquiry**, 2024, v. 61, n.10. DOI: 10.1177/00469580241273254.

SOUSA, J.V.; LIMA, L.F.; SANTOS, J.S. A evolução da Atenção Farmacêutica na dispensação de medicamentos no contexto brasileiro. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 12, p. e123141250352-e123141250352, 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v14i12.50352

SOUZA, E.V.; et al. Evaluation of pharmacist's practices regarding the antimicrobials dispensing: a simulated patient study. **BMC Health Services Research**, 2022, v. 22, n. 1576. DOI: 10.1186/s12913-022-08853-y.

STUDER, H.; et al. The impact of pharmacist-led medication reconciliation and interprofessional ward rounds on drug-related problems at hospital discharge. **International Journal of Clinical Pharmacy**, 2023, v. 45, p. 117–125. DOI: 10.1007/s11096-022-01496-3.

SUZUKI, R.; et al. Pharmacist's interventions in factors contributing to medication errors reduces medication errors in self-management of patients in the rehabilitation ward. **Journal of Pharmaceutical Health Care and Sciences**, 2022, v. 8, n.37. DOI: 10.1186/s40780-022-00268-5.

WHITE, A.; et al. Enhancing the Role of Community Pharmacists in Medication Safety: A Qualitative Study of Voices from the Frontline. **Pharmacy**, 2025, v. 13, n. 4, 94. DOI: 10.3390/pharmacy13040094.



Capítulo 8

USO DE PROBIÓTICOS COMO TERAPIA ADJUVANTE NO TRATAMENTO DA CANDIDÍASE DE REPETIÇÃO: revisão integrativa

USE OF PROBIOTICS AS ADJUVANT THERAPY IN THE TREATMENT OF RECURRENT CANDIDIASIS: AN INTEGRATIVE REVIEW

Marianna Cordeiro Santos Nasser Vaz[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

A candidíase vulvovaginal de repetição representa um desafio terapêutico devido aos episódios recorrentes, às alterações da microbiota vaginal e aos impactos sobre a qualidade de vida das mulheres. Nesse contexto, questionou-se: Qual é a eficácia do uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase de repetição? O objetivo foi analisar a eficácia do uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase de repetição. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. As buscas foram conduzidas nas bases SciELO, LILACS, PubMed/MEDLINE, *Google* Acadêmico e *Web of Science*. Após as etapas de identificação, triagem e elegibilidade, 14 estudos compuseram a amostra final. Os resultados indicaram que determinadas espécies de *Lactobacillus* podem contribuir para a modulação da microbiota vaginal e inibir mecanismos associados à proliferação de Candida. Algumas intervenções apresentaram melhora dos sintomas e possíveis benefícios na redução de recorrências, sobretudo quando os probióticos foram associados a antifúngicos. Entretanto, os achados foram heterogêneos: outros estudos identificaram resultados inferiores aos do fluconazol ou não demonstraram evidências suficientes de benefício clínico. Também foram observadas diferenças relacionadas às cepas, doses, vias de administração e duração do tratamento. Concluiu-se que os probióticos apresentam potencial como terapia adjuvante, mas não devem substituir os antifúngicos convencionais. A indicação deve ser individualizada, considerando formulação, dose e acompanhamento clínico da paciente. A heterogeneidade das evidências e as limitações metodológicas reforçam a necessidade de ensaios clínicos mais padronizados, com acompanhamento prolongado e avaliação da eficácia e segurança.

Palavras-chave: Candidíase vulvovaginal recorrente. Probióticos. Lactobacillus. Microbiota vaginal. Terapia adjuvante.

Abstract

Recurrent vulvovaginal candidiasis poses a therapeutic challenge due to recurring episodes, alterations in the vaginal microbiota, and its impact on women's quality of life. In this context, the following question was posed: What is the efficacy of using probiotics as an adjuvant therapy in the treatment of recurrent candidiasis? The objective was to analyze the efficacy of using probiotics as an adjuvant therapy for this condition. An integrative literature review was conducted, employing a qualitative, descriptive, and exploratory approach. Searches were performed across the SciELO, LILACS, PubMed/MEDLINE, Google Scholar, and Web of Science databases. Following the identification, screening, and eligibility phases, 14 studies were included in the final sample. The results indicated that certain *Lactobacillus* species may contribute to modulating the vaginal microbiota and inhibiting mechanisms associated with the proliferation of *Candida*. Some interventions showed symptom improvement and potential benefits in reducing recurrences, particularly when probiotics were combined with antifungal agents. However, the findings were heterogeneous; other studies reported outcomes inferior to those of fluconazole or failed to provide sufficient evidence of clinical benefit. Variations were also observed regarding the specific strains used, dosages, routes of administration, and treatment duration. It was concluded that while probiotics show potential as an adjuvant therapy, they should not replace conventional antifungal treatments. Their use should be

individualized, taking into account the specific formulation, dosage, and clinical monitoring of the patient. The heterogeneity of the evidence and various methodological limitations underscore the need for more standardized clinical trials that include long-term follow-up and thorough assessments of both efficacy and safety.

Keywords: Recurrent vulvovaginal candidiasis. Probiotics. *Lactobacillus*. Vaginal microbiota. Adjuvant therapy.

1 INTRODUÇÃO

A candidíase vulvovaginal é uma infecção frequente que acomete mulheres em diferentes faixas etárias, sendo causada principalmente por fungos do gênero Candida. Embora muitos casos sejam isolados e de fácil tratamento, observa-se que uma parcela significativa das pacientes desenvolve episódios recorrentes, caracterizados por repetidas manifestações ao longo do ano. Essa condição, conhecida como candidíase de repetição, representa um desafio clínico, uma vez que afeta diretamente a qualidade de vida das mulheres, causando desconforto físico, impacto emocional e prejuízos nas atividades diárias (Figueiredo et al., 2023).

Nesse contexto, compreende-se que a recorrência da infecção está associada a diversos fatores, como alterações no equilíbrio da microbiota vaginal, uso frequente de medicamentos, condições metabólicas e fatores imunológicos. O tratamento convencional, baseado no uso de antifúngicos, embora eficaz em muitos casos, apresenta limitações, especialmente diante das altas taxas de recidiva. Dessa forma, torna-se necessário investigar estratégias complementares que possam contribuir para a prevenção e o controle da doença de maneira mais eficaz e duradoura (Alves et al., 2021).

Diante das limitações dos tratamentos antifúngicos convencionais, que muitas vezes apresentam altas taxas de recidiva e podem contribuir para o desenvolvimento de resistência microbiana, tem-se buscado alternativas terapêuticas complementares. Nesse cenário, o uso de probióticos surge como uma estratégia promissora, uma vez que esses microrganismos vivos, quando administrados em quantidades adequadas, podem contribuir para a restauração da microbiota vaginal e para o fortalecimento dos mecanismos naturais de defesa do organismo (Jacomini et al., 2022).

Dentre as alternativas terapêuticas, destaca-se o uso de probióticos como uma abordagem adjuvante no tratamento da candidíase de repetição. Esses microrganismos têm sido associados à restauração do equilíbrio da microbiota vaginal, contribuindo para a redução da proliferação de agentes patogênicos (Figueiredo et al., 2023).

A candidíase de repetição representa um desafio recorrente na prática clínica, especialmente em razão das limitações dos tratamentos convencionais. Nesse contexto, observa-se a crescente utilização de terapias complementares, como os probióticos, com o intuito de restabelecer o equilíbrio da microbiota vaginal e auxiliar no controle da infecção (Alves et al., 2021).

A candidíase de repetição constitui um problema relevante na área da saú-

de, especialmente por sua alta incidência e pelos impactos negativos que causa na qualidade de vida das mulheres. Trata-se de uma condição recorrente que, além de provocar desconforto físico, pode gerar consequências emocionais e sociais, interferindo no bem-estar e nas atividades cotidianas. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender melhor os fatores associados à recorrência da infecção, bem como as possibilidades terapêuticas disponíveis para seu controle eficaz.

A relevância desta pesquisa está na necessidade de analisar, de forma sistematizada, as evidências científicas acerca do uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase de repetição. Embora essa abordagem venha sendo cada vez mais discutida no meio científico, ainda existem lacunas quanto à sua eficácia e aplicabilidade clínica. Dessa forma, o estudo reuniu informações atualizadas, contribuindo para uma compreensão mais ampla sobre o tema e auxiliando na consolidação do conhecimento científico na área.

Além disso, a pesquisa contribuiu para trazer contribuições significativas tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade, ao fornecer subsídios teóricos que possam orientar práticas clínicas mais eficazes e seguras. Ao ampliar o conhecimento sobre alternativas terapêuticas complementares, o estudo também favorece a melhoria da qualidade de vida das pacientes, além de incentivar o desenvolvimento de novas pesquisas voltadas à prevenção e ao tratamento da candidíase recorrente.

Diante disso, torna-se necessário investigar, à luz das evidências científicas disponíveis, a real efetividade dessa abordagem terapêutica no manejo da candidíase recorrente. Assim, o problema de pesquisa que norteou o presente estudo foi: Qual é a eficácia do uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase de repetição?

Dessa maneira, o objetivo geral deste artigo foi analisar a eficácia do uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase de repetição. Por sua vez, os objetivos específicos foram: compreender os principais aspectos clínicos e fatores associados à candidíase de repetição; identificar o papel da microbiota vaginal no desenvolvimento e recorrência da candidíase; investigar os mecanismos de ação dos probióticos no equilíbrio da microbiota vaginal; avaliar o uso de probióticos no tratamento da candidíase recorrente; verificar os benefícios e limitações do uso de probióticos como terapia complementar.

2 METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório, que permitiu reunir, analisar e sintetizar evidências científicas relacionadas ao uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase de repetição. A escolha desse método possibilitou a integração de diferentes estudos científicos, favorecendo a compreensão dos principais achados acerca da utilização de probióticos, especialmente aqueles relacionados à modulação da microbiota vaginal, à associação com terapias antifúngicas convencionais e à redução da recorrência da candidíase vulvovaginal.

Para conferir maior rigor metodológico, transparência e reprodutibilidade ao processo de seleção dos estudos, foi utilizado o modelo de fluxograma reco-

mendado pelo PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*, contemplando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos.

A questão norteadora foi elaborada com base na estratégia PICo, considerando-se como População (P) mulheres com candidíase vulvovaginal recorrente ou de repetição; como Interesse (I) o uso de probióticos como terapia adjuvante; e como Contexto (Co) o tratamento e a prevenção da recorrência da candidíase. Dessa forma, a questão norteadora estabelecida foi: "Quais foram as evidências científicas disponíveis sobre o uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase de repetição?"

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed/MEDLINE, *Google* Acadêmico e *Web of Science*, contemplando publicações realizadas no período de 2020 a 2025. Foram utilizados descritores controlados e não controlados, selecionados a partir dos vocabulários DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (*Medical Subject Headings*), combinados com os operadores booleanos AND e OR.

Entre os termos empregados na estratégia de busca, foram utilizados: "candidíase recorrente", "candidíase vulvovaginal recorrente", "probióticos", "microbiota vaginal", "*Lactobacillus", "recurrent vulvovaginal candidiasis", "vaginal candidiasis", "probiotics" e "Lactobacillus*". As combinações dos descritores foram adaptadas às características de cada base de dados, com o propósito de ampliar a identificação de estudos relacionados à temática.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos originais, disponíveis na íntegra, publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem diretamente a utilização de probióticos como terapia adjuvante, complementar ou associada ao tratamento da candidíase vulvovaginal recorrente. Também foram considerados elegíveis estudos que apresentassem informações relacionadas à influência dos probióticos sobre a microbiota vaginal, à utilização de espécies de Lactobacillus ou à prevenção da recorrência da candidíase.

Foram excluídos estudos duplicados, dissertações, teses, capítulos de livros, resumos de eventos, editoriais e outros documentos que não se caracterizassem como artigos científicos. Também foram excluídos os estudos que não apresentassem relação direta com a questão norteadora, que possuíssem metodologia inadequada ou que apresentassem dados insuficientes para responder aos objetivos estabelecidos.

A seleção dos estudos ocorreu de maneira sistematizada e foi dividida em etapas sucessivas. Inicialmente, foram identificados os registros nas bases de dados selecionadas. Em seguida, foram removidos os registros duplicados. Posteriormente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos estudos restantes, sendo excluídas as publicações que não apresentavam relação com a temática investigada ou que não atendiam aos critérios de inclusão.

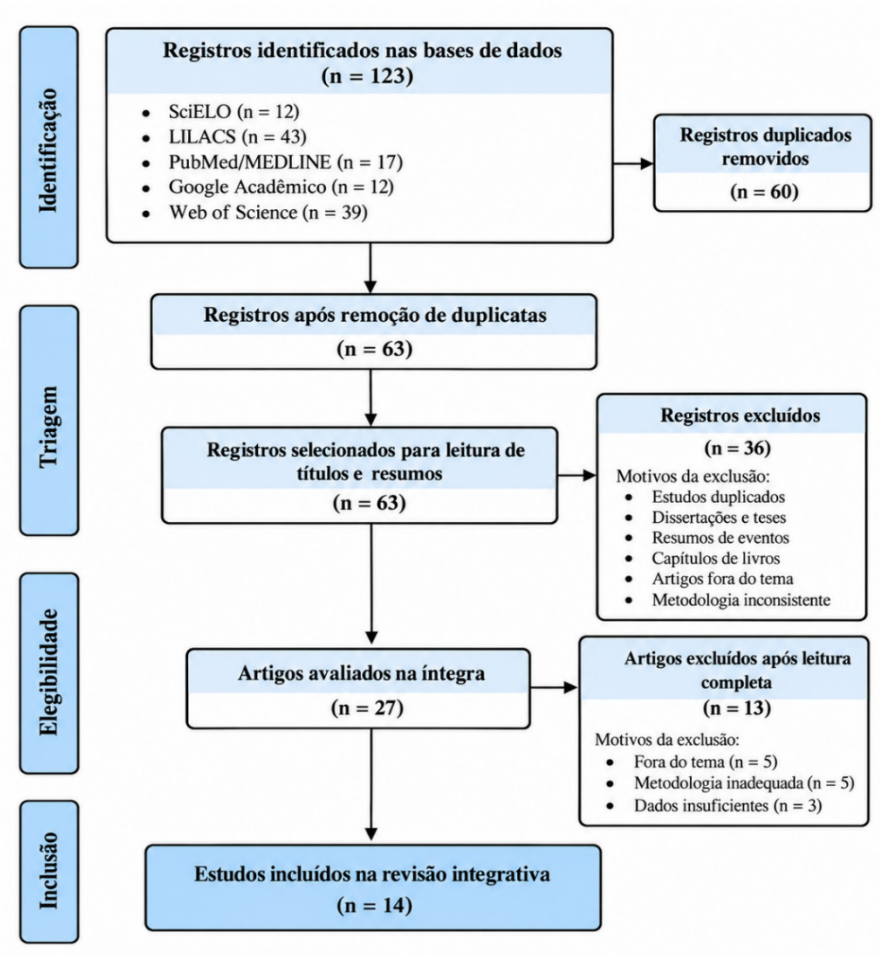
Na etapa de elegibilidade, os artigos potencialmente relevantes foram submetidos à leitura na íntegra. Nessa fase, foram analisados o objetivo, a metodologia, a população estudada, as intervenções relacionadas aos probióticos e os principais resultados apresentados. Após essa avaliação, foram excluídos os estudos que não atenderam integralmente aos critérios previamente estabelecidos.

Por fim, os artigos considerados elegíveis foram incluídos na revisão integrativa.

Inicialmente, foram identificados 123 registros nas bases de dados pesquisadas, sendo SciELO (n = 12), LILACS (n = 43), PubMed/MEDLINE (n = 17), Google Acadêmico (n = 12) e *Web of Science* (n = 39). Após a remoção dos registros duplicados, permaneceram 63 estudos para a etapa de triagem.

Na triagem, realizada mediante leitura dos títulos e resumos, 36 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, resultando em 27 artigos selecionados para leitura na íntegra. Na etapa de elegibilidade, após a análise completa dos 27 artigos, 13 estudos foram excluídos por não apresentarem relação direta com a temática, metodologia adequada ou dados suficientes para responder à questão norteadora. Ao final, 14 estudos foram incluídos na revisão integrativa, constituindo o corpus final da pesquisa.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos conforme PRISMA



Fonte: Autora, (2026)

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, a pesquisa não envolveu participação direta de seres humanos, coleta de dados primários, entrevistas, aplicação de questionários ou intervenção clínica. Foram utilizados exclusivamente dados provenientes de estudos científicos previamente publicados. Dessa forma, não foi necessária a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), considerando a natureza documental e bibliográfica do estudo. Foram observados, durante todo o desenvolvimento da pesquisa, os princípios de integridade científica, transparência metodológica e adequada identificação das fontes consultadas.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os estudos selecionados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS PRINCIPAIS
McKloud et al. (2021)	*Recurrent Vulvovaginal Candidiasis: a Dynamic Interkingdom Biofilm Disease of Candida and Lactobacillus*	Estudo observacional/ laboratorial, com análise de amostras clínicas e investigação experimental	A análise do microbioma identificou redução de espécies de *Lactobacillus* associadas à saúde, especialmente *L. crispatus*, e aumento de *L. iners*. Experimentos demonstraram capacidade de determinadas espécies de *Lactobacillus* de inibir biofilmes de *Candida albicans*.
Vahedpoor et al. (2021)	*Vaginal and oral use of probiotics as adjunctive therapy to fluconazole in patients with vulvovaginal candidiasis: A clinical trial on Iranian women*	Ensaio clínico randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, quantitativo	Participaram 76 mulheres. O grupo que recebeu probióticos por via oral e vaginal associados ao fluconazol apresentou redução significativa dos sintomas após a intervenção; a cura micológica foi maior no grupo probiótico, embora a diferença não tenha sido estatisticamente significativa.
Ang et al. (2022)	*Lactobacilli reduce recurrences of vaginal candidiasis in pregnant women: a randomized, double-blind, placebo-controlled study*	Ensaio clínico randomizado, duplo-cego e controlado por placebo	Foram avaliadas 78 gestantes. O grupo que recebeu lactobacilos apresentou resultados relacionados à redução da recorrência da candidíase e à melhora de aspectos da saúde vaginal e qualidade de vida durante o acompanhamento.
Strydom et al. (2022)	*Lived experience of medical management in recurrent vulvovaginal candidiasis: a qualitative study of an uncertain journey*	Estudo qualitativo, com entrevistas semiestruturadas	Foram entrevistadas 10 mulheres com candidíase vulvovaginal recorrente. Os relatos evidenciaram dificuldades diagnósticas, tentativa de diferentes formas de manejo e impacto significativo da condição sobre a vida cotidiana e o bem-estar das participantes.
Narestan et al. (2023)	*Comparing the Effect of Probiotic and Fluconazole on Treatment and Recurrence of Vulvovaginal Candidiasis: a Triple-Blinded Randomized Controlled Trial*	Ensaio clínico randomizado, triplo-cego, quantitativo	Foram avaliadas 80 mulheres. O fluconazol apresentou maior frequência de culturas negativas no acompanhamento de 60–65 dias, enquanto o grupo probiótico apresentou resultados inferiores na prevenção da recorrência. Os autores indicaram que *Lactobacillus acidophilus* não substituiu o fluconazol no tratamento.
Zeng et al. (2023)	*Improved treatment of vulvovaginal candidiasis with Clotrimazole plus probiotic Lactidophilin Vaginal Capsules: A prospective, real-world study*	Estudo prospectivo, observacional, do tipo *real-world*, com análise microbiológica	Foram acompanhadas mulheres com candidíase vulvovaginal submetidas a clotrimazol associado a cápsulas vaginais contendo probióticos. Foram realizadas avaliações seriadas e análise de secreções vaginais por sequenciamento de alto rendimento, permitindo observar alterações da microbiota durante o tratamento.

Bertarello et al. (2024)	*Efficacy and safety of Lactobacillus plantarum P 17630 strain soft vaginal capsule in vaginal candidiasis: a randomized non-inferiority clinical trial*	Ensaio clínico randomizado de não inferioridade	Foram incluídas 200 mulheres com candidíase vulvovaginal. O estudo comparou cápsulas vaginais contendo *Lactobacillus plantarum* P17630 com miconazol, avaliando sintomas e tolerabilidade. O trabalho contribuiu para a investigação de probióticos como possível estratégia terapêutica vaginal.
Sun et al. (2023)	*Vulvovaginal candidiasis and vaginal microflora interaction: Microflora changes and probiotic therapy*	Revisão narrativa baseada em evidências microbiológicas e clínicas	O estudo discutiu a interação entre *Candida* e a microbiota vaginal, destacando o papel dos lactobacilos na manutenção do microambiente vaginal e o potencial dos probióticos como estratégia complementar.
Akinosoglou et al. (2024)	*Probiotics in the Management of Vulvovaginal Candidosis*	Revisão da literatura de estudos clínicos	Foram analisados estudos clínicos e revisões sobre probióticos no tratamento e prevenção da candidíase. Os autores observaram resultados favoráveis em alguns estudos, porém com heterogeneidade relacionada às cepas, doses, duração e desfechos avaliados.
Liang et al. (2024)	*Highlight signatures of vaginal microbiota and metabolome contributed to the occurrence and recurrence of vulvovaginal candidiasis*	Estudo observacional comparativo, com análise metagenômica e metabolômica	Foram avaliadas 31 mulheres com candidíase recorrente, 28 com candidíase e 29 mulheres saudáveis. Os grupos com candidíase apresentaram menor abundância de *Lactobacillus* e maior presença de bactérias associadas à vaginose, incluindo *Gardnerella*, *Prevotella* e *Atopobium*.
Neal et al. (2025)	*Recurrent vulvovaginal candidiasis associated with the use of a probiotic supplement*	Relato de caso clínico	O artigo descreveu um caso de candidíase vulvovaginal recorrente associado ao uso de suplemento probiótico, chamando atenção para a necessidade de considerar também possíveis efeitos adversos e a composição dos produtos utilizados.
Luo et al. (2025)	*Patterns of Intravaginal Boric Acid and Probiotics Use Among Patients With Chronic Vulvovaginal Symptoms*	Estudo transversal, observacional, quantitativo	Foram avaliadas 206 pacientes por meio de questionário. 61,2% relataram uso de probióticos, demonstrando que essas preparações são utilizadas por pacientes com sintomas vulvovaginais crônicos, embora o estudo não tenha avaliado eficácia terapêutica.
Oganesyan et al. (2026)	*Microbiome associated with recurrent vulvovaginal candidiasis: key characteristics and potential therapeutic targets*	Estudo caso-controle, observacional, com sequenciamento metagenômico	O microbioma de mulheres com candidíase recorrente apresentou maior abundância relativa de *Lactobacillus iners* e de alguns táxons anaeróbios, enquanto diferentes perfis de microbiota foram identificados entre mulheres com recorrência e controles saudáveis.

Consuegra et al. (2026)	*Characterization of the vaginal microbiome and its metabolic potential in Colombian patients with recurrent vulvovaginal candidiasis*	Estudo observacional comparativo/caso-controle, quantitativo, com metagenômica	Foram avaliadas 34 mulheres: 14 com candidíase recorrente, 9 com recorrência grave e 11 controles saudáveis. As pacientes com recorrência apresentaram maior abundância de *L. iners* e bactérias associadas à vaginose, enquanto os controles apresentaram maior abundância de *L. crispatus* e *L. gasseri*.

Fonte: Autora, (2026)

A análise dos estudos selecionados evidencia que o uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase vulvovaginal de repetição apresenta potencial terapêutico, especialmente pela sua relação com a modulação da microbiota vaginal. Entretanto, os resultados não demonstram eficácia uniforme entre as diferentes intervenções, indicando que os benefícios dependem das espécies e cepas utilizadas, das formas de administração, da associação com antifúngicos e das características das mulheres acompanhadas.

No que se refere à relação entre microbiota vaginal e recorrência da candidíase, observa-se convergência entre McKloud et al. (2021), Sun et al. (2023), Liang et al. (2024), Oganesyan et al. (2026) e Consuegra et al. (2026). Os estudos demonstram que alterações na composição da microbiota estão relacionadas à candidíase recorrente, especialmente pela redução de determinadas espécies de *Lactobacillus* associadas à condição de saúde vaginal e pela presença de outros microrganismos. Essa relação reforça a importância do equilíbrio microbiano para compreender a ocorrência e a repetição dos episódios infecciosos.

Os resultados de McKloud et al. (2021) apresentam uma contribuição importante ao demonstrarem que determinadas espécies de *Lactobacillus* possuem capacidade de inibir a formação de biofilmes de *Candida albicans*. Essa observação aproxima-se das discussões de Sun et al. (2023), que destacam a interação entre *Candida* e a microbiota vaginal e reconhecem o potencial dos probióticos como estratégia complementar. Nesse sentido, a utilização desses microrganismos apresenta fundamentação biológica, pois determinadas espécies podem participar da manutenção de um ambiente vaginal desfavorável à proliferação de agentes patogênicos. Entretanto, a capacidade de inibição observada em experimentos não deve ser confundida com eficácia clínica comprovada em mulheres com candidíase recorrente.

A importância de considerar a composição específica da microbiota é reforçada por Liang et al. (2024), Oganesyan et al. (2026) e Consuegra et al. (2026). Esses trabalhos identificaram maior abundância de Lactobacillus iners em grupos de mulheres com candidíase ou recorrência, enquanto espécies como *Lactobacillus crispatus* e *Lactobacillus gasseri* apresentaram maior presença entre os controles saudáveis em determinados resultados. Essa constatação demonstra que a presença de bactérias do gênero Lactobacillus, isoladamente, não significa necessariamente equilíbrio vaginal. Portanto, a avaliação dos probióticos precisa considerar as espécies e cepas empregadas, evitando a interpretação de que todos os lactobacilos apresentam efeitos equivalentes.

Essa diferença entre as espécies representa um ponto importante para compreender os mecanismos de ação dos probióticos. Enquanto McKloud et al. (2021) identificaram a capacidade de determinadas espécies de *Lactobacillus* de inibir

biofilmes de *Candida albicans*, os estudos de Liang et al. (2024) e Consuegra et al. (2026) demonstraram que a composição da microbiota em mulheres com candidíase recorrente apresenta características distintas daquela observada em controles saudáveis. Assim, os achados convergem quanto à importância da microbiota, mas indicam que a escolha do microrganismo utilizado na intervenção precisa ser específica e fundamentada em evidências, não sendo adequado atribuir um efeito protetor uniforme a todas as espécies.

Quanto à eficácia clínica dos probióticos, os resultados de Vahedpoor et al. (2021) e Ang et al. (2022) apontam benefícios relacionados à utilização de lactobacilos. Vahedpoor et al. (2021) identificaram redução significativa dos sintomas quando os probióticos, administrados por via oral e vaginal, foram associados ao fluconazol. Embora a cura micológica tenha sido maior no grupo que recebeu a intervenção combinada, a diferença não apresentou significância estatística. Esse resultado sugere que a associação pode favorecer a melhora sintomática, mas não permite afirmar, de maneira conclusiva, que os probióticos aumentam a eficácia micológica do tratamento.

Em sentido convergente, Ang et al. (2022) identificaram resultados relacionados à redução da recorrência da candidíase e à melhora de aspectos da saúde vaginal e da qualidade de vida entre gestantes que receberam lactobacilos. Esses achados são relevantes porque demonstram uma possibilidade de benefício não restrita ao alívio imediato dos sintomas, alcançando também aspectos relacionados à repetição dos episódios e ao bem-estar das pacientes. Entretanto, é importante considerar que a população gestante possui características clínicas próprias, de modo que os resultados não podem ser automaticamente generalizados para todas as mulheres com candidíase vulvovaginal recorrente.

Os resultados de Zeng et al. (2023) também contribuem para a discussão sobre a associação entre probióticos e antifúngicos, ao evidenciarem alterações na microbiota vaginal durante a utilização de clotrimazol associado a cápsulas probióticas. Essa observação reforça a possibilidade de que a terapia combinada influencie a composição do ambiente vaginal.

Bertarello et al. (2024), por sua vez, ampliam a discussão ao investigarem uma formulação vaginal contendo *Lactobacillus plantarum* P17630 em comparação com miconazol. A inclusão desse estudo demonstra o interesse científico em avaliar cepas específicas e formulações de administração vaginal. Entretanto, não é possível afirmar, que a formulação probiótica tenha demonstrado equivalência ou superioridade em relação ao antifúngico. Essa limitação reforça a necessidade de interpretar os resultados conforme os dados efetivamente apresentados.

Em contrapartida, Narestan et al. (2023) identificaram resultados menos favoráveis à utilização isolada dos probióticos. Os autores observaram maior frequência de culturas negativas no grupo tratado com fluconazol, enquanto o grupo que recebeu probióticos apresentou resultados inferiores na prevenção da recorrência. Esse achado diverge parcialmente das evidências favoráveis identificadas por Vahedpoor et al. (2021) e Ang et al. (2022), demonstrando que os efeitos dos probióticos não são necessariamente reproduzidos em todas as intervenções. A divergência pode estar relacionada às diferenças entre as espécies utilizadas, aos protocolos terapêuticos e às condições clínicas das participantes, aspectos que impedem uma comparação direta e simplificada entre os resultados.

A análise conjunta desses trabalhos permite compreender uma distinção fundamental: os resultados favoráveis observados em algumas intervenções não significam que os probióticos possam substituir os antifúngicos convencionais. Narestan et al. (2023) demonstram essa limitação ao indicar que *Lactobacillus acidophilus* não substituiu o fluconazol no tratamento avaliado. Da mesma forma, Vahedpoor et al. (2021) observaram benefícios sintomáticos principalmente na associação entre probióticos e antifúngico, e não como evidência de que os probióticos isoladamente sejam suficientes para controlar a infecção. Portanto, os achados sustentam a investigação dos probióticos como terapia complementar, mas não justificam sua utilização como substitutos do tratamento antifúngico indicado.

Essa interpretação é reforçada por Akinosoglou et al. (2024), que identificaram resultados favoráveis em parte dos estudos analisados, mas destacaram a heterogeneidade relacionada às cepas, às doses, à duração das intervenções e aos desfechos avaliados. Essa diversidade dificulta a comparação entre os resultados e impede a definição de um protocolo único de utilização. Enquanto determinadas pesquisas demonstram melhora dos sintomas ou redução de recorrências, outras apresentam resultados limitados ou inferiores aos antifúngicos. Desse modo, a eficácia dos probióticos deve ser interpretada considerando as características específicas de cada formulação e o desenho metodológico das investigações.

Outro aspecto importante envolve a experiência das mulheres que convivem com a candidíase recorrente. Strydom et al. (2022) evidenciaram dificuldades relacionadas ao diagnóstico e ao manejo da condição, além de impactos sobre a vida cotidiana e o bem-estar das participantes. Esses achados demonstram que a recorrência não representa apenas uma questão microbiológica, pois envolve desconforto e repercussões que podem comprometer a qualidade de vida. Nesse contexto, a busca por terapias complementares, como os probióticos, pode estar relacionada à necessidade de alternativas capazes de auxiliar no controle dos episódios e melhorar a experiência das pacientes.

A contribuição dos probióticos para o bem-estar também aparece nos resultados de Ang et al. (2022), que identificaram melhora de aspectos da saúde vaginal e da qualidade de vida durante o acompanhamento. Essa aproximação entre os estudos evidencia que a avaliação terapêutica deve considerar não somente a eliminação do agente infeccioso, mas também os sintomas, a recorrência e os impactos sobre a vida das mulheres. Entretanto, os benefícios relatados não devem ser generalizados para todas as formulações probióticas, uma vez que os resultados dependem das características da intervenção e da população investigada.

A utilização de probióticos pelas pacientes também merece atenção. Luo et al. (2025) identificaram que 61,2% das participantes com sintomas vulvovaginais crônicos relataram utilizar essas preparações. Embora esse resultado demonstre a procura por produtos probióticos, ele não comprova eficácia terapêutica, pois o estudo não avaliou os efeitos do uso sobre a cura ou a prevenção da recorrência. Essa distinção é importante porque a frequência de utilização de determinado produto não representa, necessariamente, evidência de benefício clínico.

A necessidade de atenção à segurança é reforçada por Neal et al. (2025), que descreveram um caso de candidíase vulvovaginal recorrente associado ao uso de

um suplemento probiótico. Esse achado diverge da percepção de que os probióticos são necessariamente benéficos em qualquer situação e demonstra que sua utilização não deve ser considerada isenta de riscos. Contudo, por se tratar de um relato de caso, não é possível estabelecer uma relação causal definitiva entre o suplemento e a recorrência da infecção.

Quanto aos benefícios e às limitações da terapia, os estudos selecionados apresentam três aspectos principais. O primeiro corresponde ao potencial de determinadas espécies de *Lactobacillus* para modificar a microbiota vaginal e inibir mecanismos associados à presença de *Candida*. O segundo está relacionado à possibilidade de melhora sintomática e redução de recorrências em determinadas intervenções, especialmente quando os probióticos são associados a tratamentos antifúngicos ou utilizados em formulações específicas. O terceiro envolve as limitações da evidência científica, representadas pela heterogeneidade dos protocolos, pelos resultados clínicos divergentes e pela insuficiência de dados para estabelecer uma recomendação terapêutica universal.

Nesse sentido, os resultados de McKloud et al. (2021), Sun et al. (2023), Liang et al. (2024), Oganesyan et al. (2026) e Consuegra et al. (2026) contribuem principalmente para compreender a relação entre microbiota vaginal e recorrência da candidíase, enquanto Vahedpoor et al. (2021), Ang et al. (2022), Narestan et al. (2023), Zeng et al. (2023) e Bertarello et al. (2024) oferecem evidências relacionadas à utilização terapêutica dos probióticos. Akinosoglou et al. (2024), por sua vez, reforçam a necessidade de cautela na interpretação dos resultados, enquanto Strydom et al. (2022), Luo et al. (2025) e Neal et al. (2025) ampliam a discussão sobre a experiência das pacientes, a utilização dos produtos e os possíveis riscos associados.

Dessa forma, a utilização de probióticos pode representar uma estratégia complementar promissora, mas sua indicação precisa considerar a espécie ou cepa, a formulação, a via de administração, a duração do uso e as condições clínicas da paciente. A heterogeneidade das evidências demonstra a necessidade de estudos clínicos mais padronizados, com acompanhamento prolongado e avaliação de desfechos como cura micológica, melhora dos sintomas, recorrência e segurança.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

A análise dos estudos demonstrou que os probióticos apresentam potencial como terapia adjuvante no tratamento da candidíase vulvovaginal de repetição, principalmente por sua capacidade de participar da modulação da microbiota vaginal e interferir em mecanismos relacionados à proliferação de *Candida*. As evidências também indicaram que determinadas espécies de Lactobacillus podem contribuir para a manutenção do equilíbrio microbiano, embora seus efeitos dependam das características específicas das cepas utilizadas.

Verificou-se que algumas intervenções apresentaram resultados favoráveis na redução dos sintomas, na melhora de aspectos da saúde vaginal e na prevenção de novos episódios, especialmente quando os probióticos foram associados aos antifúngicos convencionais. Entretanto, os resultados não foram uniformes, uma vez que outros estudos demonstraram desempenho inferior dos probióticos em comparação ao tratamento antifúngico. Essa divergência evidencia que

essas preparações não devem ser consideradas substitutas dos medicamentos convencionais, mas alternativas complementares cuja utilização precisa ser fundamentada em evidências científicas.

Também foram identificadas limitações relacionadas à diversidade de formulações, espécies, doses, vias de administração e períodos de acompanhamento. Além disso, alterações na microbiota vaginal demonstram que a presença de *Lactobacillus*, isoladamente, não garante equilíbrio microbiano, sendo necessário considerar as características das espécies envolvidas. A existência de relatos de possíveis eventos adversos reforça, ainda, a importância da avaliação da composição dos produtos e do acompanhamento profissional.

Conclui-se que os probióticos representam uma possibilidade terapêutica promissora, mas ainda não existem evidências suficientemente uniformes para estabelecer um protocolo universal de utilização no tratamento da candidíase de repetição. Dessa forma, recomenda-se a realização de novos ensaios clínicos, com maior padronização das cepas, doses, formas de administração e critérios de avaliação, bem como acompanhamento prolongado das pacientes.

REFERÊNCIAS

AKINOSOGLOU, K.; et al. Probiotics in the Management of Vulvovaginal Candidosis. **J Clin Med**., Aug 30, v.13, n.17:5163, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39274376/. Acesso em: 25 set. 2026.

ALVES, Geisa et al. Perfil etiológico e epidemiológico das vulvovaginites que acometem mulheres em uma cidade do estado de Tocantins. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.13, n.2: e5383, 2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5383. Acesso em: 20 abr.2026.

ANG, X.Y.; et al. Lactobacilli reduce recurrences of vaginal candidiasis in pregnant women: a randomized, double-blind, placebo-controlled study. **J Appl Microbiol**, Apr; v.132, n.4, p.3168-3180, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34022103/. Acesso em: 25 set. 2026.

BERTARELLO, C.; et al. Efficacy and safety of Lactobacillus plantarum P 17630 strain soft vaginal capsule in vaginal candidiasis: a randomized non-inferiority clinical trial. **Eur Rev Med Pharmacol Sci**., Jan; v.28, n.1, p.384-391, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38235890/. Acesso em: 25 set. 2026.

CONSUEGRA, J.M.; et al. Characterization of the vaginal microbiome and its metabolic potential in Colombian patients with recurrent vulvovaginal candidiasis. **Med Mycol**. Apr 1; v.64, n.4, 2026. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/41880538/. Acesso em: 25 set. 2026.

FIGUEIREDO, J.; et al. Uso de probióticos como terapia adjuvante no tratamento da candidíase vulvovaginal durante a menacme. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.23, n.9, e14110, 2023. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/14110. Acesso em: 20 abr.2026.

JACOMINI, B.B.; et al. Candidíase vulvovaginal recorrente: uma visão geral das perspectivas atuais. **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.9, p. 64680–64697, 2022. Disponível em: DOI:10.34117/bjdv8n9-282. Acesso em: 20 abr.2026.

LIANG, Y.; et al. Highlight signatures of vaginal microbiota and metabolome contributed to the occurrence and recurrence of vulvovaginal candidiasis. **Microbiol Spectr**., Dec 5; v.12, n.12:e0152124, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39475249/. Acesso em: 25 set. 2026.

MCKLOUD, E.; et al. Recurrent Vulvovaginal Candidiasis: a Dynamic Interkingdom Biofilm Disease of *Candida* and *Lactobacillus*. **mSystems**, v.6, n.4, 2021:e0062221. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34374560/. Acesso em: 25 set. 2026.

NARESTAN, Z.; et al. Comparing the Effect of Probiotic and Fluconazole on Treatment and Recurrence of Vulvovaginal Candidiasis: a Triple-Blinded Randomized Controlled Trial. **Probiotics**

Antimicrob Proteins, Oct; v.15, n.5, p.1436-1446, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36198994/. Acesso em: 25 set. 2026.

NEAL, C.M.; et al. Recurrent vulvovaginal candidiasis associated with the use of a probiotic supplement. **IDCases**, Jun, v.11, n.41:e02285, 2025. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40585523/. Acesso em: 25 set. 2026.

OGANESYAN, E.G.; et al. Microbiome associated with recurrent vulvovaginal candidiasis: key characteristics and potential therapeutic targets. **Biomed Khim**. Feb; v.72, n.1, p.62-74, 2026. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/41841712/. Acesso em: 25 set. 2026.

OLIVEIRA, R.T.R. **Uso de probióticos como estratégia nutricional adjuvante no manejo da candidíase vulvovaginal recorrente**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

RITT, L.; SCHNEIDER, T. A correlação entre alterações da microbiota intestinal e a manifestação da candidíase de repetição. **Revista de Ciências da Saúde – REVIVA**, v.3, n.2, 2024. Disponível em: https://revistas.uceff.edu.br/reviva/article/view/629. Acesso em: 20 abr.2026.

SIMÕES, N.; et al. Uso de probiótico no tratamento adjuvante da candidíase vulvovaginal: uma revisão sistemática. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales,** v.18, n.7, e19305, 2025. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/19305. Acesso em: 20 abr.2026.

STRYDOM, M.; et al. Lived experience of medical management in recurrent vulvovaginal candidiasis: a qualitative study of an uncertain journey. **BMC Womens Health**, Sep, v.22, n.1:384, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36123738/. Acesso em: 25 set. 2026.

SUN, Z.; et al. Vulvovaginal candidiasis and vaginal microflora interaction: Microflora changes and probiotic therapy. **Front Cell Infect Microbiol**., Feb, v.3, n.13: 1123026, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36816582/. Acesso em: 25 set. 2026.

VAHEDPOOR, Z.; et al. Vaginal and oral use of probiotics as adjunctive therapy to fluconazole in patients with vulvovaginal candidiasis: A clinical trial on Iranian women. **Curr Med Mycol**, Sep; v.7, n.3, p.36-43, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35528620/. Acesso em: 25 set. 2026.

ZENG, X.; et al. Improved treatment of vulvovaginal candidiasis with Clotrimazole plus probiotic Lacidophilin Vaginal Capsules: A prospective, real-world study. **Medicine** (Baltimore), Jan 6; v.102, n.1:e32664, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36607885/. Acesso em: 25 set. 2026.



Capítulo 9

O PAPEL DO FARMACÊUTICO NO USO RACIONAL DE ANTIBIÓTICOS E SUA RELAÇÃO COM A RESISTÊNCIA BACTERIANA

THE ROLE OF THE PHARMACIST IN THE RATIONAL USE OF ANTIBIOTICS AND ITS RELATIONSHIP TO BACTERIAL RESISTANCE

Inácia Gabriela Cantanhede Ribeiro[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

O uso inadequado de antibióticos compromete a segurança da farmacoterapia e favorece a seleção e a disseminação de bactérias resistentes, constituindo um desafio para a saúde pública. Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação do farmacêutico no uso racional de antibióticos e sua relação com a resistência bacteriana. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em oito artigos publicados entre 2017 e 2022, complementada por documento institucional para contextualização do tema. Os estudos foram organizados em quadro de síntese e discutidos conforme as contribuições da dispensação, da orientação ao paciente, do acompanhamento farmacoterapêutico e das intervenções educativas. Os achados apontaram benefícios relacionados à adequação da utilização dos antimicrobianos e à adesão às práticas recomendadas. Entretanto, também foram identificadas limitações na qualidade da dispensação em farmácias comunitárias e diferenças entre os contextos assistenciais investigados. As evidências de melhoria do uso de antibióticos não devem ser interpretadas automaticamente como comprovação de redução da resistência bacteriana. Conclui-se que o farmacêutico pode contribuir para uma antibioticoterapia mais segura, desde que sua atuação esteja associada à capacitação contínua, ao acompanhamento dos pacientes e à integração com a equipe de saúde. A heterogeneidade dos estudos e a ausência de registros completos da busca bibliográfica limitam a abrangência e a reprodutibilidade desta revisão.

Palavras-chave: Antibióticos. Resistência Bacteriana. Assistência Farmacêutica. Uso Racional de Medicamentos. Farmacêutico.

Abstract

Inappropriate antibiotic use compromises the safety of pharmacotherapy and favors the selection and spread of resistant bacteria, posing a public health challenge. This study aimed to analyze the role of pharmacists in rational antibiotic use and its relationship with bacterial resistance. A qualitative, descriptive narrative literature review was conducted based on eight articles published between 2017 and 2022, supplemented by an institutional document to contextualize the topic. The studies were organized into a summary table and discussed according to the contributions of dispensing, patient counseling, pharmacotherapy monitoring, and educational interventions. The findings indicated benefits related to appropriate antimicrobial use and adherence to recommended practices. However, limitations in the quality of dispensing in community pharmacies and differences across care settings were also identified. Evidence of improved antibiotic use should not automatically be interpreted as proof of reduced bacterial resistance. Pharmacists can contribute to safer antibiotic therapy when their work is supported by continuing education, patient follow-up, and integration with the healthcare team. Study heterogeneity and the absence of complete records of the literature search limit the scope and reproducibility of this review.

Keywords: Antibiotics. Bacterial Resistance. Pharmaceutical Care. Rational Use Of Medicines. Pharmacist.

1 INTRODUÇÃO

O uso racional de antibióticos é indispensável para promover a saúde pública e garantir a segurança e a efetividade do tratamento das infecções bacterianas. Entretanto, o uso inadequado desses medicamentos favorece a seleção e a disseminação de microrganismos resistentes, reduzindo as opções terapêuticas disponíveis. A resistência aos antimicrobianos ocorre quando microrganismos deixam de responder aos medicamentos empregados contra eles, tornando as infecções mais difíceis de tratar (ANTIMICROBIAL..., 2026).

A resistência bacteriana integra esse problema mais amplo e está relacionada tanto à utilização de antibióticos quanto às condições de prevenção e controle das infecções. Seus impactos incluem maior complexidade do tratamento, prolongamento das internações e aumento dos custos assistenciais. Por isso, o enfrentamento do problema exige ações articuladas que envolvam profissionais de saúde, pacientes e serviços de assistência (ANTIMICROBIAL..., 2026).

Entre as práticas que comprometem o uso adequado desses medicamentos, destaca-se a utilização sem orientação profissional. Nesse contexto, a atuação do farmacêutico pode contribuir para a dispensação correta, a compreensão da prescrição e a promoção de informações sobre a antibioticoterapia. A orientação deve considerar as necessidades do paciente e os riscos associados à utilização inadequada dos medicamentos (Pereira; Andrade; Abreu, 2021).

A importância desse profissional ultrapassa o fornecimento do produto. A dispensação constitui uma oportunidade de orientar o paciente e identificar dificuldades relacionadas ao tratamento. Almeida e Miranda (2020) ressaltam a relevância da capacitação e da interação com os demais profissionais de saúde, enquanto Santos et al. (2017) destacam a educação em saúde como parte da promoção do uso racional de antibióticos.

No ambiente hospitalar, intervenções educativas conduzidas por farmacêuticos também podem favorecer a adesão às práticas recomendadas de utilização dos antimicrobianos. Contudo, a melhora de indicadores de prescrição ou de duração do tratamento não representa, necessariamente, uma redução comprovada das infecções por microrganismos resistentes. Essa distinção é necessária para interpretar de forma adequada os resultados disponíveis na literatura (Monmaturapoj et al., 2021).

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender as contribuições e os limites da atuação farmacêutica diante de um problema que envolve o uso de medicamentos e a qualidade da assistência. Embora a orientação seja reconhecida como relevante, pesquisas em farmácias comunitárias brasileiras identificaram fragilidades na coleta de informações e no aconselhamento durante a dispensação de antimicrobianos, indicando oportunidades de aprimoramento da prática profissional (Souza et al., 2022).

Diante desse cenário, a questão que orienta o trabalho é: de que maneira a atuação do farmacêutico pode contribuir para o uso racional de antibióticos no contexto do enfrentamento da resistência bacteriana? O objetivo geral é analisar a atuação do farmacêutico no uso racional de antibióticos e sua relação com a resistência bacteriana. Especificamente, busca-se descrever o uso racional desses medicamentos, identificar fatores relacionados à sua utilização inadequada e discutir as contribuições da dispensação, da orientação e do acompanhamento

farmacoterapêutico.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica compreende a análise de materiais já publicados relacionados ao tema em estudo. Dessa forma, buscou-se analisar a importância da atuação do farmacêutico no uso racional de antibióticos e sua relação com a resistência bacteriana.

A pesquisa bibliográfica considerou bases científicas como SciELO, Google Acadêmico e PubMed, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Foram considerados descritores relacionados ao tema, como resistência bacteriana, uso racional de antibióticos, antimicrobianos, atenção farmacêutica e papel do farmacêutico.

Foram utilizados artigos científicos publicados em português e inglês, relacionados ao tema estudado. A seleção considerou publicações entre 2016 e 2026, incluindo documentos institucionais relevantes para a contextualização da pesquisa.

Foram excluídos artigos duplicados e estudos que não apresentavam relação direta com os objetivos propostos. Após a seleção, os materiais foram analisados de maneira descritiva, buscando identificar informações relacionadas à atuação do farmacêutico na dispensação, orientação ao paciente, acompanhamento farmacoterapêutico e promoção do uso racional de antibióticos.

Os resultados foram organizados em um quadro de síntese, contendo autores, ano de publicação, título, tipo de estudo e principais resultados, permitindo a comparação das contribuições e limitações identificadas na literatura.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Após a busca e análise dos estudos relacionados ao tema, foram selecionados alguns artigos que versam o uso racional dos antibióticos, a resistência bacteriana e a atuação do farmacêutico nesse contexto. Os estudos selecionados apresentam diferentes formas de atuação desse profissional, principalmente na dispensação de medicamentos, orientação ao paciente, acompanhamento da farmacoterapia e participação em programas relacionados ao controle do uso de antimicrobianos.

A análise dos artigos também mostrou que o uso inadequado de antibióticos continua sendo um problema importante, principalmente por favorecer o desenvolvimento da resistência bacteriana. Sendo assim, a orientação sobre o uso correto desses medicamentos e o acompanhamento realizado pelos profissionais da saúde são medidas que podem contribuir para diminuição de problemas relacionados a antibioticoterapia. Com o propósito de facilitar a compreensão dos achados na literatura, os principais estudos selecionados foram compilados no quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS PRINCIPAIS
Wu et al. (2021)	Community pharmacist prescribing of antimicrobials: A systematic review from an antimicrobial stewardship perspective.	Revisão sistemática.	A análise de 14 estudos identificou resultados favoráveis à adequação da prescrição de antimicrobianos em determinadas situações clínicas.
Santos et al. (2017)	O papel do farmacêutico enquanto promotor da saúde no uso racional de antibióticos	Revisão narrativa de literatura	Destaca a atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de antibióticos e na orientação relacionada à utilização desses medicamentos
Monmaturapoj et al. (2021)	Pharmacist-led educationbased antimicrobial stewardship intervention	Revisão sistemática	As intervenções educativas realizadas por farmacêuticos apresentaram resultados positivos em relação ao uso de antimicrobianos, incluindo melhor adesão às práticas de uso adequado e redução da duração de alguns tratamentos
Almeida; Miranda (2020)	A importância do farmacêutico na dispensação e controle de medicamentos classificados como antimicrobianos.	Revisão de literatura	Evidencia a importância da orientação farmacêutica durante a dispensação e do controle do uso de antimicrobianos como forma de prevenir sua utilização inadequada.
Pereira; Andrade; Abreu (2021)	O farmacêutico frente ao risco do uso irrracional de antibióticos	Revisão integrativa	Foram selecionados 13 artigos, destacando a atuação do farmacêutico clínico na prevenção da resistência bacteriana e no acompanhamento da farmacoterapia.
De Souza et al. (2022)	Evaluation of pharmacist's practices regarding the antimicrobials dispensing: a simulated patient study	Estudo transversal com paciente simulado	O estudo avaliou 27 farmacêuticos de farmácias comunitárias de Sergipe, por meio de 54 visitas simuladas. Em um protocolo com 12 etapas recomendadas para a dispensação, os farmacêuticos realizaram, em média, 1,0 pergunta no caso de infecção respiratória e 0,3 no caso de infecção urinária, demonstrando limitações na qualidade da dispensação de antimicrobianos
Pereira; Andrade; Abreu (2021)	O farmacêutico frente ao risco do uso irrracional de antibiótico	Revisão integrativa	Foram selecionados 13 artigos, destacando a atuação do farmacêutico clínico na prevenção da resistência bacteriana e no acompanhamento da farmacoterapia

De Souza et al. (2022)	Evaluation of pharmacist's practices regarding the antimicrobials dispensing: a simulated patient study	Estudo transversal com paciente simulado.	O estudo avaliou 27 farmacêuticos de farmácias comunitárias de Sergipe, por meio de 54 visitas simuladas. Em um protocolo com 12 etapas recomendadas para a dispensação, os farmacêuticos realizaram, em média, 1,0 pergunta no caso de infecção respiratória e 0,3 no caso de infecção urinária, demonstrando limitações na qualidade da dispensação de antimicrobianos.
Dourado; Ferreira (2021)	Fatores relacionados à resistência bacteriana em pacientes internados em um hospital escola de alta complexidade no estado do Rio de Janeiro.	Estudo observacional transversal	Foram analisados 69 prontuários de pacientes com resistência bacteriana. 53,3% eram homens, 30% estavam em tratamento oncológico e 92% utilizaram dispositivos invasivos

Fonte: Autora, (2026)

A partir dos estudos selecionados, observa-se que a atuação do farmacêutico está relacionada principalmente à orientação dos pacientes, à dispensação adequada e ao acompanhamento do uso dos antibióticos. Santos et al. (2017), Almeida e Miranda (2020) e Pereira, Andrade e Abreu (2021) convergem ao destacar a educação em saúde e a comunicação com os pacientes como componentes da promoção do uso racional desses medicamentos.

Essas revisões ajudam a compreender as atribuições e as possibilidades de atuação profissional, mas não devem ser interpretadas como ensaios que quantificam uma redução da resistência bacteriana. Suas contribuições são principalmente descritivas e apoiam a discussão sobre a organização do cuidado e a prevenção de práticas inadequadas.

Além da orientação durante a dispensação, os estudos mostram a participação do farmacêutico em ações relacionadas ao gerenciamento do uso de antimicrobianos. Monmaturapoj et al. (2021), em revisão sistemática de 52 artigos, identificaram melhora da adesão às práticas recomendadas e redução da duração da terapia antimicrobiana. Entretanto, não encontraram evidência consistente de redução das infecções relacionadas à resistência, o que limita conclusões sobre esse desfecho.

Wu et al. (2021), em revisão sistemática de 14 estudos, identificaram resultados favoráveis à adequação da prescrição em determinadas situações clínicas. A aplicação desses achados exige considerar os contextos internacionais, os modelos de prática e os protocolos investigados. A revisão não avaliou indicadores microbiológicos de resistência; portanto, seus resultados apoiam a discussão sobre qualidade do uso dos antimicrobianos, sem demonstrar diretamente redução da resistência bacteriana.

Leão, Miranda e Benvenuti (2022), ao reunir 13 artigos, também ressaltam a participação do farmacêutico clínico no acompanhamento da farmacoterapia e no trabalho multiprofissional. Esses achados reforçam que a contribuição do profissional pode abranger o seguimento do tratamento e a identificação de dificuldades relacionadas à utilização dos medicamentos.

Apesar das contribuições descritas, Souza et al. (2022) identificaram limitações na prática de dispensação em uma rede de farmácias comunitárias de Sergipe. O estudo envolveu 27 farmacêuticos e 54 visitas simuladas. Os achados apontaram fragilidades na obtenção de informações sobre as necessidades dos 15 pacientes e no aconselhamento. Por se tratar de um estudo localizado, seus resultados não representam todas as farmácias brasileiras, mas evidenciam a necessidade de avaliar a qualidade dos serviços prestados.

Dourado e Ferreira (2021), por sua vez, analisaram 69 prontuários de pacientes com resistência bacteriana em um hospital escola e observaram uso de dispositivos invasivos em 92% dos casos. O trabalho contribui para contextualizar a complexidade da assistência hospitalar. Contudo, por descrever pacientes que já apresentavam resistência e não avaliar uma intervenção farmacêutica, não permite atribuir causalidade isolada aos dispositivos ou estimar o efeito do farmacêutico sobre a resistência.

A comparação entre os estudos indica que reconhecer a importância da orientação farmacêutica não garante, por si só, sua execução adequada. A diferença entre as recomendações descritas nas revisões e as dificuldades observadas na prática reforça a necessidade de capacitação contínua, organização do atendimento e integração com a equipe de saúde. Essa interpretação decorre da leitura conjunta das publicações, considerando seus diferentes objetivos e contextos.

Esta revisão apresenta limitações relacionadas à diversidade dos delineamentos, dos serviços e dos desfechos investigados. A presença de revisões no conjunto analisado também pode envolver sobreposição de estudos primários, que não foi quantificada. Além disso, a ausência de registros completos das buscas impede avaliar a exaustividade da seleção. Por essas razões, os resultados são apresentados de forma narrativa e não sustentam uma estimativa única do efeito da atuação farmacêutica.

Dessa forma, os estudos analisados apoiam a contribuição do farmacêutico para qualificar a antibioticoterapia, especialmente por meio da dispensação, da educação e do acompanhamento. A resistência bacteriana, entretanto, envolve fatores que ultrapassam a utilização individual de medicamentos. Seu enfrentamento demanda medidas articuladas de assistência, prevenção de infecções e monitoramento, com avaliação dos resultados alcançados.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

A análise dos estudos permitiu identificar que o farmacêutico contribui para o uso racional de antibióticos por meio da dispensação adequada, da orientação ao paciente e do acompanhamento da farmacoterapia. Essas ações favorecem a utilização dos medicamentos de acordo com as necessidades do tratamento e auxiliam na prevenção de problemas relacionados à antibioticoterapia.

Entre os fatores relacionados ao uso inadequado de antibióticos, destacam-se a utilização sem orientação profissional e as falhas no processo de dispensação e aconselhamento. Dessa forma, a capacitação contínua e a integração do farmacêutico à equipe de saúde são importantes para qualificar o atendimento e contribuir para as estratégias de enfrentamento da resistência bacteriana.

Como limitação, os estudos analisados apresentam diferentes métodos e

contextos de assistência, dificultando a comparação direta dos resultados. Além disso, os benefícios observados no uso dos antibióticos não permitem afirmar que a atuação farmacêutica, isoladamente, reduza a resistência bacteriana. Recomenda-se a realização de novas pesquisas que avaliem os efeitos das intervenções farmacêuticas sobre a utilização desses medicamentos e os indicadores de resistencia bacteriana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.C.; MIRANDA, C.V. A importância do farmacêutico na dispensação e controle de medicamentos classificados como antimicrobianos. **Revista Saúde Multidisciplinar**, [s. l.], v. 7, n. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/112. Acesso em: 30 out. 2026.

ANTIMICROBIAL. **Resistance**. Geneva: WHO, 2026. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/antimicrobial-resistance. Acesso em: 30 out. 2026

DOURADO, D.S.; FARIA FERREIRA, C.E. Fatores relacionados à resistência bacteriana em pacientes internados em um hospital escola de alta complexidade no estado do Rio de Janeiro. **Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 19–25, 2021. Disponível em: https://revista.fmc.br/ojs/index.php/RCFMC/article/view/275. Acesso em: 30 out. 2026.

MIRANDA, L.R.; BENVENUTI, P.R.; LEÃO, N.M.L. O uso de antibióticos e o papel do farmacêutico clínico no combate a resistência bacteriana. **Revista Cereus**, v. 14, n. 3, p. 51-60, 2022. Disponível em: 10.18605/2175-7275/cereus.v14n3p51-60. Acesso em: 22 out. 2026.

MONMATURAPOJ, T. et al. Pharmacist-led education-based antimicrobial stewardship interventions and their effect on antimicrobial use in hospital inpatients: a systematic review and narrative synthesis. **Journal of Hospital Infection**, v. 115, p. 93-116, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34144096/. Acesso em: 25 out. 2026.

PEREIRA, T.J; ANDRADE, L.G.; ABREU, T.P. O farmacêutico frente ao risco do uso irracional de antibióticos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 9, p. 483-501, 2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/2231. Acesso em: 17 out. 2026.

SANTOS, S.L.F.; et al. O papel do farmacêutico enquanto promotor da saúde no uso racional de antibióticos. **Revista Saúde & Ciência**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 79–88, 2017. Disponível em: https://rsc.revistas.ufcg.edu.br/index.php/rsc/article/view/156. v. 6, n. 1, p. 79-88, 2017. Acesso em: 10 out. 2026.

SOUZA, E.V.; et al. Evaluation of pharmacist's practices regarding the antimicrobials dispensing: a simulated patient study. **BMC Health Services Research**, v. 22, art. 1576, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36564839/. Acesso em: 22 out. 2026.

WU, J.H.; et al. Community pharmacist prescribing of antimicrobials: a systematic review from an antimicrobial stewardship perspective. **Canadian Pharmacists Journal**, v. 154, n. 3, p. 179-192, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34104272/. Acesso em: 23 out. 2026.



Capítulo 10

USO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES EM PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS: análise de riscos e benefícios

USE OF DIETARY SUPPLEMENTS AMONG INDIVIDUALS ENGAGED IN PHYSICAL ACTIVITIES: AN ANALYSIS OF RISKS AND BENEFITS

Layane de Souza Marques[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

O uso de suplementos alimentares por praticantes de atividades físicas tem crescido significativamente, principalmente devido à busca por melhores resultados no desempenho físico, ganho de massa muscular e melhoria da saúde. Entretanto, o consumo inadequado desses produtos pode trazer riscos à saúde, especialmente quando ocorre sem orientação profissional. O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais riscos e benefícios associados ao uso de suplementos alimentares por praticantes de atividades físicas, destacando a importância da atuação do farmacêutico na orientação e promoção do uso racional desses produtos. Trata-se de uma revisão bibliográfica, baseada na análise de estudos científicos e documentos relacionados à temática. Os resultados apontam que suplementos como proteínas, creatina e cafeína podem apresentar benefícios quando utilizados de maneira adequada e conforme as necessidades individuais. Por outro lado, o uso indiscriminado, a automedicação, o consumo de produtos sem procedência confiável e a falta de acompanhamento profissional podem ocasionar efeitos adversos e prejuízos à saúde. Nesse contexto, o farmacêutico desempenha papel fundamental na orientação dos consumidores, esclarecendo dúvidas, identificando possíveis riscos e contribuindo para o uso seguro e consciente dos suplementos alimentares. Conclui-se que a suplementação pode ser uma estratégia benéfica quando realizada de forma responsável, com acompanhamento profissional e baseada em evidências científicas.

Palavras-chave: Suplementos Alimentares. Atividade Física. Riscos e Benefícios. Atenção Farmacêutica. Uso Racional.

Abstract

The use of dietary supplements among individuals who practice physical activities has increased significantly, mainly due to the search for improved physical performance, muscle mass gain, and better health. However, the inappropriate consumption of these products may pose health risks, especially when used without professional guidance. This study aims to analyze the main risks and benefits associated with the use of dietary supplements by individuals who practice physical activities, highlighting the importance of pharmacists in providing guidance and promoting the rational use of these products. This is a bibliographic review based on the analysis of scientific studies and documents related to the subject. The findings indicate that supplements such as proteins, creatine, and caffeine may provide benefits when properly used according to individual needs. On the other hand, indiscriminate use, self-medication, consumption of products from unreliable sources, and lack of professional supervision may lead to adverse effects and health problems. In this context, pharmacists play an essential role in guiding consumers, clarifying doubts, identifying potential risks, and contributing to the safe and conscious use of dietary supplements. It is concluded that supplementation can be a beneficial strategy when carried out responsibly, with professional guidance and based on scientific evidence.

Keywords: Dietary Supplements. Physical Activity. Risks and Benefits. Pharmaceutical Care. Rational Use.

1 INTRODUÇÃO

O uso de suplementos alimentares tem aumentado significativamente nos últimos anos, principalmente entre indivíduos que praticam atividade física regularmente. Esses produtos são amplamente utilizados com o objetivo de melhorar o desempenho físico, acelerar a recuperação muscular e complementar a ingestão de nutrientes. Esse crescimento está diretamente relacionado à busca por melhores resultados estéticos e desempenho esportivo (Verdan; Santos; Senna Junior, 2021).

Além disso, a popularização das academias e a influência das redes sociais têm contribuído para a disseminação do uso desses produtos. Muitas vezes, os suplementos são associados a ganhos rápidos de massa muscular ou perda de gordura, o que atrai praticantes de diferentes níveis de treinamento. No entanto, nem sempre o consumo ocorre de forma orientada, o que pode comprometer sua eficácia e segurança (Possebon; Oliveira, 2016).

Outro ponto relevante é que o uso de suplementos nem sempre considera as necessidades individuais, como idade, nível de atividade física e estado de saúde. Dessa forma, a utilização indiscriminada pode resultar em consumo excessivo de nutrientes ou em escolhas inadequadas de produtos, o que pode gerar efeitos indesejados ao organismo (Resende; Molinari; Silva, 2020).

Estudos apontam que o consumo de suplementos alimentares é elevado entre praticantes de atividade física, sendo frequentemente realizado sem orientação profissional adequada (Possebon; Oliveira, 2016). Além disso, pesquisas demonstram que, embora esses produtos possam trazer benefícios em situações específicas, seu uso inadequado pode estar associado a riscos à saúde, incluindo efeitos adversos e sobrecarga metabólica (Resende; Molinari; Silva, 2020).

Adicionalmente, investigações indicam que a crescente utilização desses produtos está relacionada à influência social e à busca por resultados estéticos rápidos, o que reforça a necessidade de orientação adequada e uso consciente (Verdan; Santos; Senna Junior, 2021). Dessa forma, torna-se essencial compreender os benefícios e os possíveis riscos relacionados ao uso de suplementos alimentares por praticantes de atividade física.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de caráter descritivo e abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica será realizada por meio da análise de artigos científicos, revistas acadêmicas, livros publicações relacionadas ao uso de suplementos alimentares por praticantes de atividade física.

Para a realização do estudo, serão utilizadas bases de dados eletrônicas, como Google Acadêmico, SciELO e PubMed, buscando trabalhos publicados nos últimos anos que abordem os benefícios, riscos e efeitos do uso de suplementos alimentares. Os descritores utilizados incluirão termos como “suplementos alimentares”, “atividade física”, “suplementação”, “desempenho físico” e “riscos à saúde”.

A análise dos materiais selecionados será feita com o objetivo de identificar

os principais tipos de suplementos utilizados, seus benefícios relacionados ao desempenho físico e os possíveis riscos associados ao consumo inadequado. Dessa forma, a pesquisa busca reunir informações relevantes para ampliar o conhecimento sobre o tema e contribuir para a conscientização acerca do uso seguro e orientado desses produtos.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise da literatura possibilitou a identificação de estudos relacionados ao uso de suplementos alimentares por praticantes de atividades físicas, considerando aspectos relacionados à frequência de utilização, principais produtos consumidos, objetivos da suplementação, possíveis benefícios e riscos, além da importância da orientação profissional.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para esta revisão, foram selecionados oito estudos para análise e discussão. Com o objetivo de promover melhor assimilação dos resultados encontrados, foi elaborado o Quadro 1, apresentando os autores, títulos, tipos de estudo e principais resultados dos trabalhos selecionados.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS PRINCIPAIS
Neves *et al*. (2017)	Consumo de suplementos alimentares: alerta à saúde pública	Estudo descritivo, transversal.	Entre 300 usuários de suplementos avaliados em academias, os produtos mais consumidos foram whey protein, aminoácidos e creatina. O estudo identificou diferentes fontes de indicação, incluindo professores, amigos, nutricionistas e iniciativa própria, destacando a necessidade de maior atenção à orientação profissional
Mazza, Dumith e Knuth (2022)	Uso de suplementos alimentares combinado com a prática de atividade física entre universitários do extremo sul do Brasil	Estudo transversal.	Entre 1.401 universitários, 29,7% relataram uso de suplementos associado à prática de atividade física. Whey protein, maltodextrina e isotônicos foram os produtos mais utilizados, enquanto amigos e outros praticantes de academia apareceram como importantes fontes de orientação.
Cordeiro, Cardoso e Souza (2021)	Consumo de suplementos alimentares em praticantes de atividade física em academias de Belo Horizonte-MG	Estudo observacional, descritivo e transversal.	Dos 277 praticantes avaliados, 44% relataram consumo de suplementos. Whey protein, creatina, BCAA e pré-treinos estiveram entre os mais utilizados. Apenas 30,3% relataram indicação por nutricionista, evidenciando a utilização sem acompanhamento profissional em parte dos participantes.

Yano et al. (2021)	Avaliação do consumo alimentar, uso de suplementos e o conhecimento acerca da alimentação adequada por praticantes de atividade física de uma academia em JoinvilleSC	Estudo transversal, descritivo e analítico.	Entre os participantes, 63,3% utilizavam algum suplemento alimentar e apenas 42,1% haviam recebido indicação de nutricionista. Os resultados também apontaram inadequações na ingestão de macronutrientes, indicando que o conhecimento sobre alimentação não necessariamente corresponde a uma alimentação adequada
Gomes et al. (2012)	Importância da assistência farmacêutica para usuários de suplementos alimentares praticantes de atividades físicas em São Luís de Montes Belos, GO	Estudo original.	O trabalho destacou a necessidade de assistência farmacêutica aos usuários de suplementos alimentares, considerando o consumo muitas vezes abusivo ou sem orientação adequada. O farmacêutico foi apontado como profissional capaz de contribuir para o uso correto e seguro desses produtos
Aguiar et al. (2023)	Benefícios e riscos do uso de suplementos alimentares por praticantes de atividades físicas e o papel do farmacêutico	Revisão bibliográfica qualitativa e descritiva	A revisão identificou benefícios associados ao uso adequado de suplementos, mas também riscos relacionados ao consumo indiscriminado. Os autores destacaram a importância do cuidado farmacêutico e da orientação quanto à utilização desses produtos
Souza et al. (2026)	O papel do farmacêutico na divulgação de riscos e benefícios do uso de suplementos	Revisão bibliográfica qualitativa, descritiva e exploratória.	A revisão evidenciou que o consumo de suplementos é amplamente difundido entre praticantes de atividade física e pode ocorrer sem orientação profissional. O farmacêutico foi apontado como importante agente na promoção do uso racional, orientação sobre posologia, indicações, contraindicações, interações e possíveis riscos.
Carvalho et al. (2018)	Uso de suplementação alimentar na musculação: revisão integrativa da literatura brasileira	Revisão integrativa da literatura.	Os estudos analisados demonstraram predominância do uso de suplementos com finalidade de ganho de massa muscular e força, principalmente proteínas e aminoácidos. O consumo foi mais frequente entre homens e esteve relacionado também à preocupação estética e à influência da mídia

Fonte: Autores, (2026)

A partir da análise dos estudos, observa-se que o uso de suplementos alimentares está presente de maneira significativa entre praticantes de atividades físicas. Carvalho et al. (2018), ao realizarem uma revisão integrativa da literatura brasileira, identificaram que os principais objetivos relacionados à suplementação estavam associados ao ganho de massa muscular, aumento da força e alterações estéticas. Os autores também observaram maior procura por proteínas e aminoácidos, principalmente entre indivíduos do sexo masculino.

Esse resultado é semelhante ao encontrado por Cordeiro, Cardoso e Souza (2021), que avaliaram 277 praticantes de atividades físicas em academias de Belo Horizonte. Nesse estudo, 44% dos participantes relataram utilizar suplementos alimentares, sendo whey protein, creatina, aminoácidos de cadeia ramificada e pré-treinos alguns dos produtos mais consumidos. Além disso, apenas 30,3% dos par-

ticipantes relataram ter recebido indicação de nutricionista, demonstrando que o consumo pode ocorrer mesmo sem acompanhamento profissional adequado.

Mazza, Dumith e Knuth (2022) também identificaram uma frequência relevante de utilização de suplementos. Em uma amostra de 1.401 universitários, 29,7% relataram utilizar algum suplemento associado à prática de atividades físicas. Entre os produtos mais utilizados estavam whey protein, maltodextrina e isotônicos. Um aspecto importante observado pelos autores foi a influência de amigos e de outros praticantes de academia como fontes de orientação, o que demonstra que a decisão de utilizar suplementos nem sempre está fundamentada em uma avaliação individualizada das necessidades do consumidor.

A influência de fontes não profissionais também foi observada por Neves et al. (2017). O estudo, realizado com 300 usuários de suplementos alimentares em academias de São Paulo e Seropédica, identificou o consumo principalmente de whey protein, aminoácidos e creatina. Os autores observaram que a utilização dos produtos estava relacionada a diferentes fontes de orientação, incluindo professores, amigos, nutricionistas e iniciativa própria. Esses achados reforçam a necessidade de ampliar as ações de educação em saúde para que os usuários tenham acesso a informações adequadas sobre indicação, composição, modo de utilização e possíveis riscos.

Outro aspecto relevante identificado na literatura diz respeito à relação entre suplementação e alimentação. Yano et al. (2021), em estudo realizado com praticantes de atividade física de uma academia de Joinville-SC, verificaram que 63,3% dos participantes utilizavam algum suplemento alimentar, enquanto somente 42,1% haviam recebido indicação de nutricionista. Além disso, a avaliação do consumo alimentar demonstrou inadequações na ingestão de macronutrientes. Dessa maneira, o uso de suplementos não deve ser analisado de forma isolada, uma vez que a adequação da alimentação habitual constitui um fator importante para determinar a necessidade ou não de suplementação.

Em relação aos benefícios, a literatura demonstra que determinados suplementos podem apresentar utilidade quando empregados de maneira adequada e dentro de um contexto individualizado. Proteínas, por exemplo, podem contribuir para o alcance das necessidades proteicas de indivíduos fisicamente ativos quando a alimentação não é suficiente para atender à demanda. Entretanto, a utilização do suplemento não substitui a necessidade de uma alimentação equilibrada e não significa que todos os praticantes de atividade física necessitem de suplementação (Carvalho et al., 2018).

A creatina também aparece frequentemente entre os produtos utilizados por praticantes de musculação. Seu consumo está relacionado principalmente à busca por aumento do desempenho e da massa muscular. Entretanto, o benefício esperado depende de fatores como modalidade de exercício, rotina de treinamento e características individuais, sendo inadequado considerar o suplemento como solução isolada para obtenção de resultados.

Os estudos analisados também demonstram que os benefícios potenciais dos suplementos devem ser contrapostos aos riscos relacionados ao uso inadequado. Aguiar et al. (2023) destacam que o consumo indiscriminado pode ocorrer principalmente em razão da busca por resultados estéticos e melhora do desempenho físico, sem que sejam consideradas as características individuais do usuário. A falta de orientação pode favorecer o consumo de produtos sem neces-

sidade, utilização inadequada das quantidades recomendadas e associação de diferentes suplementos.

Outro fator que merece atenção é a possibilidade de interações entre suplementos e medicamentos. Souza et al. (2026) destacam que o uso inadequado de suplementos pode estar relacionado à ocorrência de efeitos adversos, interações medicamentosas e consumo de substâncias não declaradas. Dessa forma, a avaliação do histórico de utilização de medicamentos e suplementos constitui uma medida importante para reduzir riscos e promover maior segurança ao consumidor.

Nesse contexto, a atuação do farmacêutico apresenta relevância dentro do processo de orientação e promoção do uso racional dos suplementos alimentares. Gomes et al. (2012) destacam a importância da assistência farmacêutica para usuários de suplementos praticantes de atividades físicas, considerando que esses produtos podem ser utilizados de maneira inadequada ou sem orientação. A atuação profissional pode contribuir para a identificação de riscos, esclarecimento de dúvidas e orientação quanto ao uso correto dos produtos.

Aguiar et al. (2023) também discutem o papel do farmacêutico diante do aumento do consumo de suplementos alimentares. Segundo os autores, a atuação profissional pode auxiliar na identificação dos benefícios e possíveis riscos, contribuindo para que o consumidor tenha informações mais adequadas antes de utilizar determinado produto.

Souza et al. (2026), em revisão bibliográfica realizada especificamente sobre a atuação farmacêutica, reforçam essa perspectiva. Os autores analisaram estudos publicados entre 2018 e 2023 e identificaram que o farmacêutico pode contribuir para a promoção do uso racional por meio de orientações relacionadas à posologia, indicações, contraindicações, interações e possíveis riscos. A educação em saúde também foi apontada como uma importante estratégia para auxiliar os usuários na tomada de decisões relacionadas ao consumo desses produtos.

Os resultados encontrados demonstram, portanto, que a utilização de suplementos alimentares entre praticantes de atividades físicas é uma prática frequente, especialmente em indivíduos envolvidos com musculação e que apresentam objetivos relacionados à hipertrofia, desempenho físico ou estética. Entretanto, os estudos também indicam que uma parcela dos consumidores utiliza esses produtos sem acompanhamento profissional, sendo influenciada por amigos, outros praticantes, mídia ou iniciativa própria.

A análise conjunta dos estudos permite observar que a suplementação pode apresentar benefícios quando utilizada de maneira adequada e de acordo com as necessidades individuais. Por outro lado, o consumo indiscriminado pode aumentar a exposição a efeitos adversos, interações, utilização desnecessária e produtos cuja composição não corresponda adequadamente às informações esperadas. Dessa forma, a avaliação individualizada é fundamental para diferenciar uma utilização potencialmente adequada de um consumo sem necessidade.

Nesse cenário, o farmacêutico pode contribuir para a promoção do uso racional dos suplementos alimentares, principalmente por meio da orientação sobre composição, modo de utilização, possíveis interações, contraindicações, efeitos adversos e qualidade dos produtos. A atuação deve ocorrer de forma integrada aos demais profissionais de saúde, respeitando as atribuições de cada profissão e considerando as necessidades individuais do praticante de atividade física.

Assim, os resultados desta revisão evidenciam que o uso de suplementos alimentares deve ser acompanhado de informações científicas e orientação profissional adequada. A presença do farmacêutico nesse processo pode contribuir para a segurança do consumidor, para a identificação de possíveis riscos e para o uso racional desses produtos, especialmente diante da crescente popularização da suplementação entre praticantes de atividades físicas.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

A utilização de suplementos alimentares por praticantes de atividades físicas tem se tornado cada vez mais frequente, principalmente em razão da busca por melhores resultados relacionados ao desempenho físico, ganho de massa muscular e recuperação após os exercícios. A partir da análise realizada, foi possível compreender que esses produtos podem apresentar benefícios importantes quando utilizados de maneira adequada, respeitando as necessidades individuais e as recomendações de uso.

Entretanto, o consumo indiscriminado e sem orientação profissional representa um fator de preocupação, uma vez que pode favorecer o surgimento de efeitos adversos, interações e outros problemas relacionados à saúde. Além disso, a influência das redes sociais, a automedicação e a busca por resultados rápidos contribuem para o uso inadequado desses produtos, reforçando a necessidade de conscientização dos consumidores.

Nesse contexto, destaca-se a importância do farmacêutico como profissional fundamental na promoção do uso racional de suplementos alimentares. Por meio de seus conhecimentos técnicos e científicos, esse profissional pode orientar os consumidores sobre a composição dos produtos, seus possíveis benefícios, riscos, contraindicações e interações, contribuindo para escolhas mais seguras e conscientes.

Dessa forma, conclui-se que a suplementação alimentar pode ser uma estratégia complementar para indivíduos que praticam atividades físicas, desde que seja utilizada de forma responsável e fundamentada em necessidades individuais. Portanto, a atuação do farmacêutico, associada à orientação de outros profissionais de saúde, à educação em saúde e à fiscalização da qualidade dos produtos, é essencial para minimizar riscos e promover o uso seguro e racional dos suplementos alimentares.

Por fim, ressalta-se a importância de ampliar as informações científicas e as ações educativas sobre a suplementação alimentar, incentivando o consumo consciente e valorizando o papel do farmacêutico na promoção da saúde e da qualidade de vida dos praticantes de atividades físicas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A.B.R. de; et al. Benefícios e riscos do uso de suplementos alimentares por praticantes de atividades físicas e o papel do farmacêutico. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/pt_BR/article/view/538. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Dispõe sobre os requisitos**

sanitários dos suplementos alimentares Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 243, de 26 de julho de 2018. Brasília, DF: Anvisa, 2018. Disponivel em: https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo =RDC&numeroAto=00000243&seqAto=000&valorAno=2018&orgao=RDC/DC/ANVIS A/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&-cod_modulo=134&pes quisa=true. Acesso em: 1 nov. 2026.

CARVALHO, J. O.; et al. Uso de suplementação alimentar na musculação: revisão integrativa da literatura brasileira. **Conexões**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 213–225, 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8648126. Acesso em: 2 nov. 2026.

CORDEIRO, V. P.; CARDOSO, D. M.; SOUZA, M. L. R. de. O Consumo de suplementos alimentares em praticantes de atividade física em academias de Belo Horizonte-MG. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, [s. l.], v. 14, n. 85, p. 210–221, 2021. Disponível em: https://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/1638. Acesso em: 20 out. 2026.

FRANZINI PEREIRA, R.; LAJOLO, F. M.; DASKAL HIRSCHBRUCH, M. Consumo de suplementos por alunos de academias de ginástica em São Paulo. **Revista de Nutrição**, [S. l.], v. 16, n. 3, 2003. Disponível em: https://periodicos.puccampinas.edu.br/nutricao/article/view/9140. Acesso em: 2 nov. 2026.

GOMES, M.N.; et al. Importância da assistência farmacêutica para usuários de suplementos alimentares praticantes de atividades físicas em São Luís de Montes Belos, GO. **Infarma - Ciências Farmacêuticas,** [S. l.], v. 23, n. 1/2, p. 51–59, 2012. Disponível em: https://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/56. Acesso em: 3 nov. 2026.

HIRSCHBRUCH, M. D.; CARVALHO, J. R. de. Nutrição esportiva: uma visão prática. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008. 430 p. MAUGHAN, Ronald; BURKE, Louise. Nutrição esportiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. 190 p

MAZZA, S. E. I.; DUMITH, S. C.; KNUTH, A. G. Uso de suplementos alimentares combinado com a prática de atividade física entre universitários do extremo sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, p. 33-43, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadsc/a/zBkBWcgbgVjrfRMNk-4qXdGB/?format=pdf&lang=pt&i lang=pt_BR. Aceso em: 22 out. 2026.

NEVES, D.C.G.; et al. Consumo de suplementos alimentares: alerta à saúde pública. **Oikos**: **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 28, n. 1, p. 224-238, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318642678_CONSUMO_DE_SUPLEMENT OS_ALIMENTARES_ALERTA_A_SAUDE_PUBLICA. Acesso em: 20 out. 2026.

POSSEBON, J.; OLIVEIRA, V. R. de. Consumo de suplementos na atividade física: uma revisão. **Disciplinarum Scientia Saúde**, Santa Maria (RS, Brasil), v. 7, n. 1, p. 71–82, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/904. Acesso em: 23 out. 2026.

RESENDE, G. B.; MOLINARI, M. G.; SILVA, A. C. Efeitos adversos do uso inadequado de suplementos alimentares por praticantes de exercício físico. **Revista Saúde Multidisciplinar**, [s. l.], v. 3, n. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/30. Acesso em: 5 nov. 2026.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DO EXERCÍCIO E DO ESPORTE. Modificações dietéticas, reposição hídrica, suplementos alimentares e drogas: comprovação de ação ergogênica e potenciais riscos para a saúde. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 3-12, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/4Y4gRJxwpZjVT4PsXRxtH9k/?lang=pt. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, M. D. S. de; et al. O papel do farmacêutico na divulgação de riscos e benefícios do uso de suplementos. **Revista Brasileira de Atualizações em Ciências e Saúde (REAC)**, v. 1, n. 1, 2026. Disponível em: https://periodicos.scisaude.com.br/index.php/reac/article/view/34. Acesso em: 5 nov. 2026.

VERDAN, K. F. G.; SANTOS, J. E.; SENNA JUNIOR, V. A. Riscos e benefícios da utilização de suplementos nutricionais na prática de atividade física. **Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 1592–1606, 31 out.2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/2683. Acesso em: 31 out. 2026.

YANO, A. M.; et al. Avaliação do consumo alimentar, uso de suplementos e o conhecimento acerca da limentação adequada por praticantes de atividade física de uma academia em Joinville-SC. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, [s. l.], v. 15, n. 91, p. 128-140, 2021. Disponível em: https://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/1844. Acesso em: 5 nov. 2026.



Capítulo 11

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: a atuação do farmacêutico na promoção da segurança e da efetividade terapêutica

PHARMACEUTICAL CARE AND THE RATIONAL USE OF MEDICINES: THE PHARMACIST'S ROLE IN PROMOTING SAFETY AND THERAPEUTIC EFFECTIVENESS

Laryssa Salazar da Luz[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

A Assistência Farmacêutica desempenha papel fundamental na promoção do uso racional de medicamentos, por meio de ações que contribuem para a segurança dos tratamentos e a prevenção de problemas relacionados à farmacoterapia. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel da Assistência Farmacêutica na promoção do uso racional de medicamentos, com ênfase na redução de eventos adversos e na melhoria dos resultados terapêuticos. Os específicos são, identificar os impactos do uso irracional de medicamentos na saúde pública e compreender a contribuição do farmacêutico para a utilização segura e adequada desses produtos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. A busca e a seleção dos estudos foram orientadas por critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, resultando em oito trabalhos que compuseram a amostra da revisão. Os resultados evidenciaram problemas como automedicação, dificuldades de adesão aos tratamentos e ausência de acompanhamento farmacêutico, sobretudo entre idosos e pessoas com doenças crônicas. Conclui-se que a Assistência Farmacêutica constitui uma estratégia importante para a promoção do uso racional de medicamentos e para a segurança dos indivíduos. Contudo, sua efetividade requer o fortalecimento dos serviços farmacêuticos clínicos e a integração do farmacêutico às equipes multiprofissionais de saúde.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica. Uso racional de medicamentos. Atuação farmacêutica. Segurança do paciente.

Abstract

Pharmaceutical Care plays a fundamental role in promoting the rational use of medicines through actions that contribute to treatment safety and the prevention of medication-related problems. In this context, the present study aims to analyze the role of Pharmaceutical Care in promoting the rational use of medicines, with an emphasis on reducing adverse events and improving therapeutic outcomes. Its specific objectives are to identify the impacts of irrational medicine use on public health and to understand the pharmacist's contribution to the safe and appropriate use of these products. This is an integrative literature review, exploratory and descriptive in nature, with a qualitative approach. The search and selection of studies followed previously established inclusion and exclusion criteria, resulting in eight studies included in the review. The results revealed problems such as self-medication, difficulties in treatment adherence, and lack of pharmaceutical follow-up, particularly among older adults and people with chronic diseases. It is concluded that Pharmaceutical Care is an important strategy for promoting the rational use of medicines and ensuring patient safety. However, its effectiveness requires the strengthening of clinical pharmacy services and the integration of pharmacists into multidisciplinary healthcare teams.

Keywords: Pharmaceutical Care. Rational use of medicines. Pharmaceutical practice. Patient safety.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da Assistência Farmacêutica no Brasil remonta à década de 1970, em um período de intensas transformações políticas e socioeconômicas que impulsionaram a demanda por políticas públicas de saúde (Cantini, 2024). Essa trajetória está diretamente ligada à Constituição Federal de 1988, que estabelece a saúde como um direito fundamental de todos e um dever do Estado. No texto constitucional, a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, é consolidada como parte essencial do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo que o acesso aos medicamentos constitua um componente indispensável da atenção à saúde (Brasil, 1988).

O amadurecimento dessa política foi consolidado com a Resolução nº 338/2004, que instituiu a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF). Mais do que a simples provisão de medicamentos, a PNAF compreende a Assistência Farmacêutica como um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual quanto coletiva. Sob essa perspectiva, o medicamento é reconhecido como um insumo essencial, cujo acesso deve estar associado à promoção do uso racional e à garantia de sua utilização adequada (Brasil, 2004).

Nesse contexto, as intervenções farmacêuticas compreendem diferentes ações por meio das quais o profissional atua de forma ativa na avaliação, orientação e acompanhamento da farmacoterapia. Essas práticas não se restringem ao ambiente clínico ou a um único nível de atenção, pois podem ser desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde, nos serviços hospitalares e em outros espaços de cuidado. Dessa forma, a atuação do farmacêutico contribui para a identificação de problemas relacionados aos medicamentos, a prevenção de riscos e a melhoria da qualidade da assistência. Além disso, esse profissional participa de ações relacionadas à implementação e ao fortalecimento das políticas públicas de saúde (Oliveira et al., 2021).

Apesar da importância dos medicamentos para a prevenção e o tratamento de doenças, sua utilização inadequada constitui um problema de saúde pública. Entre as práticas que contribuem para essa situação, destaca-se a automedicação, que pode ocorrer sem avaliação profissional ou orientação adequada. Ferreira e Júnior (2018 apud Feitosa e Abreu, 2022) discutem essa prática e sua relação com o uso irracional de medicamentos, destacando a importância da atuação farmacêutica na prevenção desses comportamentos. Além disso, a utilização incorreta dos medicamentos pode comprometer a efetividade dos tratamentos, provocar eventos adversos e ocasionar outros danos à saúde dos usuários.

Essa problemática demonstra que o acesso aos medicamentos, embora indispensável, não garante por si só a segurança e a efetividade dos tratamentos. A ausência de orientações, o uso de doses inadequadas, a interrupção do tratamento e as possíveis interações medicamentosas são situações que podem comprometer os resultados terapêuticos. Nesse sentido, a atuação do farmacêutico torna-se relevante para identificar possíveis problemas relacionados à farmacoterapia e orientar os usuários sobre a administração correta dos medicamentos. Portanto, a promoção do uso racional deve integrar as ações dos serviços de saúde, especialmente diante dos riscos associados à utilização inadequada desses recursos terapêuticos.

De acordo com o Ministério da Saúde, o conceito de uso racional de medicamentos foi estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1985, como a situação em que os pacientes recebem medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, em doses individualizadas, por um período adequado e com o menor custo possível para si e para a comunidade. Esse entendimento está alinhado às diretrizes da Política Nacional de Medicamentos (PNM), da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), evidenciando a relevância do tema para a organização dos serviços de saúde e para a qualidade da assistência prestada à população (Brasil, 2025).

Nessa perspectiva, a promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM) também se relaciona aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente ao Objetivo 3, que trata da saúde e do bem-estar. Em sua meta 3.8, destaca-se a necessidade de assegurar a cobertura universal de saúde, incluindo o acesso a serviços essenciais de qualidade e a medicamentos e vacinas seguros, eficazes e a preços acessíveis (ONU, 2015). Assim, a Assistência Farmacêutica representa um componente importante para o alcance desse objetivo, uma vez que articula o acesso aos medicamentos com ações destinadas à sua utilização segura e adequada.

Partindo dessa premissa, este estudo tem como questão norteadora: De que maneira a Assistência Farmacêutica, pode contribuir para a redução do uso irracional de medicamentos e a prevenção de eventos adversos no âmbito do SUS? O objetivo desta pesquisa é revisar na literatura o papel da Assistência Farmacêutica na promoção do uso racional de medicamentos, visando a redução de eventos adversos e a melhoria dos resultados terapêuticos.

Como específicos objetivos busca-se aqui:

- Identificar os impactos do uso irracional de medicamentos na saúde pública contemporânea;
- Compreender como o farmacêutico podem garantir que o medicamento cumpra seu papel terapêutico de forma segura.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura, caracterizando-se como um estudo de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, voltado à análise da assistência farmacêutica na Atenção Básica e da atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. A revisão integrativa possibilita a síntese e a análise do conhecimento científico já produzido sobre a temática, permitindo a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, conforme proposto por Whittemore e Knafl (2005).

No que se refere à classificação da pesquisa, o caráter descritivo, segundo Marconi e Lakatos (2017), tem como finalidade descrever as características do fenômeno investigado, bem como analisar aspectos relacionados ao objeto de estudo. Já a pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2010), busca proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e favorecendo a compreensão da temática investigada.

Para a condução da revisão integrativa, foram seguidas etapas metodológicas que envolvem a identificação do problema e a definição da questão norteadora, o estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, a busca dos estudos nas bases de dados, a seleção dos artigos, a categorização das informações, a avaliação crítica dos achados e, por fim, a interpretação e síntese dos resultados.

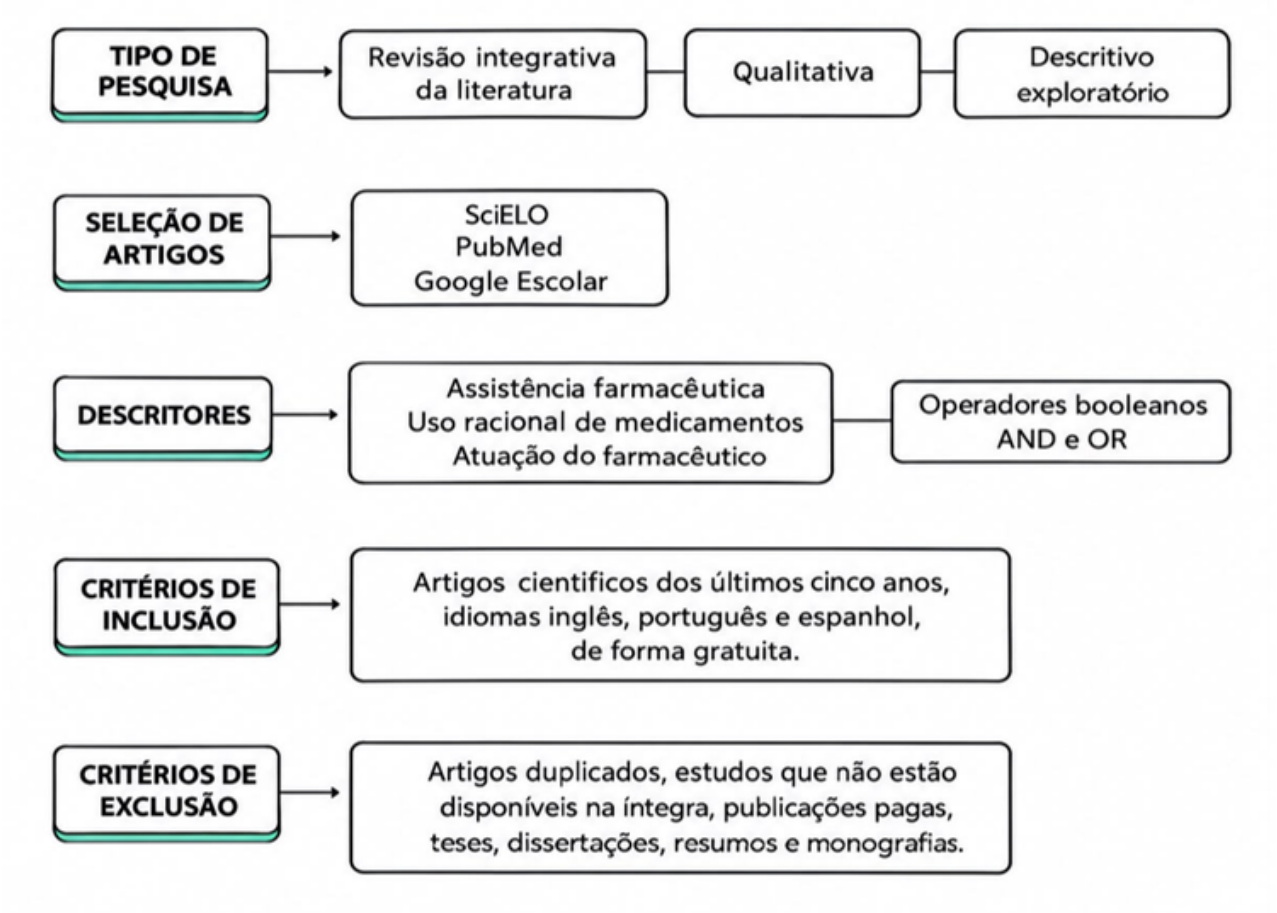
O levantamento bibliográfico é realizado nas bases de dados Scielo, PubMed e Google acadêmico, mediante a utilização de descritores relacionados à temática e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A busca utiliza os operadores booleanos “AND” e “OR”, e palavras chaves, permitindo a combinação dos termos e a identificação de estudos relacionados à assistência farmacêutica, à Atenção Básica, à atuação do farmacêutico e ao uso racional de medicamentos.

Como critérios de inclusão, são considerados estudos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra e de forma gratuita, indexados nas bases de dados selecionadas. Além disso, são incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos, buscando reunir evidências científicas recentes sobre a assistência farmacêutica na Atenção Básica e a atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. Como critérios de exclusão, são desconsiderados artigos duplicados, estudos que não estão disponíveis na íntegra, publicações pagas e trabalhos que não apresentam relação direta com o tema proposto, além de teses, dissertações, monografias, e resumos. Também são excluídos estudos que não atendem aos critérios previamente estabelecidos para a seleção dos trabalhos.

A seleção dos estudos ocorreram inicialmente por meio da leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura completa dos artigos considerados pertinentes. Essa etapa permite verificar a relação dos estudos com a temática e selecionar aqueles que apresentam informações relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa. Após a seleção, os dados extraídos dos estudos são organizados em um quadro, contendo informações como autor, ano de publicação, tipo de estudo, objetivo e principais resultados encontrados. A organização dessas informações permite sistematizar os dados e facilitar a comparação entre os estudos selecionados.

Posteriormente, é realizada a análise crítica e descritiva dos estudos, buscando identificar as principais ações relacionadas à assistência farmacêutica na Atenção Básica e as contribuições do farmacêutico para a promoção do uso racional de medicamentos. Para melhor visualização do processo de seleção dos estudos, é elaborado um fluxograma (Figura 1) com as etapas desenvolvidas durante a revisão integrativa.

Figura 1. Fluxograma da metodologia.



Fonte: Autores (2026)

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O levantamento realizado nas plataformas SciELO, PubMed e Google Acadêmico possibilitou a identificação de 97 artigos relacionados à temática proposta. Após a análise preliminar dos estudos encontrados, alguns trabalhos foram excluídos por apresentarem duplicidade, estarem fora do período estabelecido nos critérios de inclusão, serem de acesso pago ou não estarem disponíveis na íntegra. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 8 trabalhos para compor a análise desta revisão. Com o objetivo de apresentar e sistematizar os resultados abordados neste estudo, foi elaborado o Quadro 1, a partir da análise dos artigos selecionados, a fim de sintetizar as principais informações do material estudado

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
Santos et al., (2026)	Farmacêuticos Clínicos na Atenção Primária: Uma Experiência Real em São Paulo, Brasil.	Estudo quantitativo, descritivo, retrospectivo e observacional analisou dados de consultas farmacêuticas realizadas em 12 unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) em São Paulo, Brasil. .	Os resultados demonstram a sustentabilidade dos serviços clínicos liderados por farmacêuticos em um grande município brasileiro, com benefícios mensuráveis para o gerenciamento de medicamentos
Uitvlugt et al., (2022)	Efeito de um programa de transição de cuidados farmacêuticos na ocorrência de eventos adversos a medicamentos após a alta hospitalar em pacientes com polifarmácia.	Estudo prospectivo multicêntrico do tipo antes-depois em um hospital geral de ensino, um hospital universitário e 49 farmácias comunitárias.	O programa de cuidados farmacêuticos de transição não diminuiu a proporção de pacientes com eventos adversos a medicamentos (EAMs) após a alta hospitalar
Nassir et al., (2024)	O impacto da intervenção de farmacêuticos clínicos no uso racional de ampolas de paracetamol intravenoso no Hospital Universitário de Bagdá: um estudo caso-controle.	Um estudo de caso com 794 pacientes	O farmacêutico clínico desempenha um papel vital em vários aspectos da assistência à saúde; o envolvimento do farmacêutico clínico impacta positivamente o plano de tratamento do paciente, melhorando o uso ideal e racional do paracetamol intravenoso
Leite et al., (2024)	Estudo e orientações sobre o uso racional de medicamentos para a população de Itacoatiara-AM	Entrevista com 50 pacientes	Os resultados evidenciaram a elevada ocorrência de automedicação e dificuldades na adesão ao tratamento de hipertensão e diabetes, destacando a necessidade de orientações farmacêuticas sobre o uso racional de medicamentos e o controle dessas patologias.
Favaretto et al., (2026)	Atenção Farmacêutica na Gestação de Alto Risco: um relato de experiência	Relato de experiência	A intervenção farmacêutica, por meio de orientações claras e individualizadas, foi essencial para prevenir a redução da biodisponibilidade dos fármacos e promover o uso racional dos medicamentos.
Tavares et al., (2021)	Diagnóstico situacional de consultas na rede básica de saúde do município de Belém, estado do Pará, Brasil.	Aplicação de questionário com farmacêuticas	Entre os resultados, constatou-se que apenas três UBS desenvolvem práticas relacionadas a serviços farmacêuticos clínicos

Oliveira et al., (2022)	Desempenho do farmacêutico clínico em um hospital durante a pandemia de COVID-19: relato de experiência	Relato de experiência	Foi possível destacar a importância do farmacêutico clínico na competência de integralidade, que tem relevância em saúde pública, sendo crucial em tempos de pandemia de COVID-19, com base na educação em saúde e no uso racional de medicamentos.
Rezende et al (2021)	Atenção farmacêutica ao idoso: investigação sobre conhecimento e aplicação prática	Aplicação de questionário com pacientes	A maioria dos idosos utilizam medicamentos diariamente e não contam com auxílio farmacêutico para auxiliar no uso, o que pode causar problemas por isso, a atenção farmacêutica torna-se imprescindível a esta população.

Fonte: Autores, (2026)

A análise dos oito estudos selecionados permitiu identificar que o uso irracional de medicamentos está relacionado a diferentes dificuldades presentes nos serviços de saúde e nas práticas dos pacientes, como a automedicação, a falta de orientação profissional, as dificuldades de adesão aos tratamentos e a ausência de acompanhamento farmacoterapêutico. Os resultados também demonstram que a atuação do farmacêutico pode contribuir para enfrentar esses problemas, embora sua efetividade dependa da organização dos serviços e da disponibilidade de condições para o desenvolvimento das atividades clínicas. Dessa forma, a Assistência Farmacêutica precisa ser compreendida para além da disponibilização de medicamentos, pois o acesso, sem orientação e acompanhamento, não assegura que o tratamento seja realizado de maneira segura e adequada.

No que se refere aos impactos do uso irracional de medicamentos, Leite et al. (2024) identificaram, em entrevistas com 50 pacientes de Itacoatiara-AM, elevada ocorrência de automedicação e dificuldades de adesão ao tratamento de hipertensão e diabetes. Esses resultados evidenciam que o problema não se restringe ao consumo de medicamentos sem prescrição, mas também envolve a dificuldade de seguir adequadamente tratamentos que exigem continuidade. Essa situação merece atenção, pois a utilização inadequada de medicamentos pode comprometer o controle das doenças e aumentar os riscos associados à farmacoterapia.

De maneira semelhante, Rezende et al. (2021) identificaram que a maioria dos idosos participantes utilizava medicamentos diariamente, mas não contava com auxílio farmacêutico para orientar esse uso. A aproximação entre os estudos demonstra que a ausência de acompanhamento profissional pode atingir diferentes grupos de pacientes, especialmente aqueles que necessitam de tratamento contínuo.

Entretanto, os resultados de Leite et al. (2024) e Rezende et al. (2021) também permitem problematizar a compreensão do uso irracional como uma responsabilidade exclusivamente individual. A automedicação e as dificuldades de adesão não devem ser analisadas apenas como escolhas inadequadas dos pacientes, pois também revelam fragilidades na orientação e no acompanhamento oferecidos pelos serviços de saúde. Quando o paciente não compreende a finalidade do medicamento, não recebe informações suficientes ou não dispõe de acompanhamento para esclarecer dúvidas, aumentam as possibilidades de

utilização incorreta. Portanto, a prevenção do uso irracional exige ações educativas e assistenciais que considerem as necessidades dos pacientes, em vez de atribuir a eles, isoladamente, a responsabilidade pelo cumprimento do tratamento.

Nesse contexto, a Assistência Farmacêutica assume papel importante na identificação e no enfrentamento dessas dificuldades, por meio de ações de educação em saúde, orientação sobre a utilização dos medicamentos e acompanhamento da farmacoterapia. A atuação do farmacêutico permite esclarecer dúvidas, identificar possíveis problemas relacionados ao tratamento e orientar os pacientes quanto à importância da adesão, especialmente nos casos de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. Assim, essas ações podem contribuir para reduzir práticas de automedicação, evitar o uso inadequado dos medicamentos e favorecer o controle das condições de saúde.

Essa discussão permite compreender a importância da atuação farmacêutica na Atenção Primária à Saúde. Santos et al. (2026), ao analisarem consultas farmacêuticas realizadas em 12 unidades de saúde de São Paulo, identificaram benefícios dos serviços clínicos para o gerenciamento de medicamentos. O estudo demonstra que a inserção do farmacêutico nas atividades de acompanhamento dos indivíduos representa uma possibilidade concreta de qualificar a assistência, sobretudo por permitir uma avaliação mais próxima das necessidades relacionadas à farmacoterapia.

Contudo, essa experiência precisa ser analisada em conjunto com os resultados de Tavares et al. (2021), que constataram que apenas três Unidades Básicas de Saúde de Belém desenvolviam práticas relacionadas aos serviços farmacêuticos clínicos. A diferença entre os contextos revela uma questão importante, embora existam evidências sobre a contribuição desses serviços, sua implementação ainda apresenta limitações na rede básica de saúde.

Essa contradição indica que o reconhecimento da importância do farmacêutico não é suficiente para garantir sua participação efetiva no cuidado as pessoas. A baixa presença de serviços clínicos identificada por Tavares et al. (2021) evidencia uma distância entre as possibilidades de atuação profissional e sua efetiva incorporação à rotina das unidades de saúde. Nesse sentido, a Assistência Farmacêutica enfrenta o desafio de superar uma organização do trabalho concentrada nas atividades de aquisição, armazenamento e dispensação de medicamentos, para ampliar também as práticas de acompanhamento e orientação. Sem essa ampliação, o paciente pode receber o medicamento, mas permanecer sem o suporte necessário para utilizá-lo corretamente.

No ambiente hospitalar, os estudos também apontam contribuições relevantes do farmacêutico para a promoção do uso racional. Nassir et al. (2024), em pesquisa com 794 pacientes no Hospital Universitário de Bagdá, demonstraram que a intervenção do farmacêutico clínico contribuiu positivamente para o uso racional do paracetamol intravenoso e para o planejamento terapêutico. Esse resultado evidencia a importância da avaliação profissional sobre a utilização dos medicamentos, especialmente em situações nas quais a quantidade administrada e a adequação do tratamento precisam ser observadas com atenção.

Oliveira et al. (2022), por sua vez, destacaram, em relato de experiência durante a pandemia de COVID-19, a contribuição do farmacêutico clínico para a integralidade do cuidado, com ênfase na educação em saúde e no uso racional de medicamentos. Embora os estudos tenham sido desenvolvidos em contextos

distintos, ambos apontam que a participação do farmacêutico na equipe multiprofissional amplia as possibilidades de identificação de problemas e de qualificação da assistência.

A contribuição desse profissional também se evidencia em situações que exigem orientações específicas. Favaretto et al. (2026), ao relatarem uma experiência de atenção farmacêutica na gestação de alto risco, demonstraram que as orientações individualizadas foram importantes para evitar prejuízos à biodisponibilidade dos medicamentos utilizados pelas gestantes. Esse resultado reforça que a utilização racional não depende apenas da escolha adequada do medicamento, mas também de sua administração correta e da observação de possíveis interferências entre os fármacos.

Nesse caso, a intervenção farmacêutica assume uma função preventiva, pois permite identificar situações que poderiam comprometer a efetividade do tratamento. Assim, a orientação profissional precisa estar vinculada às particularidades de cada paciente, e não se limitar a recomendações gerais sobre o uso dos medicamentos.

Apesar dessas contribuições, a prevenção de eventos adversos não pode ser compreendida como um resultado automático da presença do farmacêutico nos serviços de saúde. Essa questão é evidenciada por Uitvlugt et al. (2022), que avaliaram um programa de transição de cuidados farmacêuticos após a alta hospitalar em pacientes com polifarmácia. Os autores constataram que a intervenção não reduziu a proporção de pacientes que apresentaram eventos adversos a medicamentos. Esse resultado apresenta uma diferença importante em relação aos demais estudos, que destacam benefícios das intervenções farmacêuticas.

Entretanto, essa divergência não significa que o acompanhamento farmacêutico seja dispensável. Ela demonstra que a efetividade das intervenções depende de outros fatores, como a continuidade do cuidado, a comunicação entre os profissionais e os serviços envolvidos e a capacidade de acompanhar as necessidades dos pacientes após a alta hospitalar. Portanto, a prevenção de eventos adversos exige ações articuladas, e não intervenções isoladas.

Ao relacionar os resultados dos estudos, observa-se que a contribuição da Assistência Farmacêutica ocorre em diferentes dimensões. Na relação direta com os pacientes, a orientação e o acompanhamento podem enfrentar dificuldades de adesão, automedicação e utilização incorreta dos medicamentos, como apontam Leite et al. (2024) e Rezende et al. (2021).

No âmbito dos serviços de saúde, as intervenções clínicas podem contribuir para a avaliação dos tratamentos e a identificação de problemas relacionados aos medicamentos, conforme demonstram Santos et al. (2026), Nassir et al. (2024), Favaretto et al. (2026) e Oliveira et al. (2022). Entretanto, os resultados de Tavares et al. (2021) e Uitvlugt et al. (2022) mostram que a implementação e a efetividade dessas ações enfrentam limitações que precisam ser reconhecidas.

Diante disso, em resposta à questão norteadora, compreende-se que a Assistência Farmacêutica pode contribuir para reduzir o uso irracional de medicamentos e prevenir eventos adversos no SUS por meio da orientação aos indivíduos, da avaliação das prescrições, do acompanhamento farmacoterapêutico, da identificação de problemas relacionados aos medicamentos e da integração do farmacêutico às equipes de saúde.

Em relação ao primeiro objetivo específico, os estudos evidenciam que o uso irracional se manifesta na automedicação, nas dificuldades de adesão e na utilização de medicamentos sem o acompanhamento profissional necessário, situações que podem comprometer a segurança e os resultados dos tratamentos. Quanto ao segundo objetivo, as publicações demonstram que o farmacêutico pode atuar na prevenção desses problemas por meio de intervenções clínicas e educativas, com orientações adequadas às necessidades dos pacientes. Contudo, a baixa oferta de serviços clínicos em algumas unidades e os resultados não satisfatórios de determinadas intervenções revelam que ainda existem desafios para consolidar essas práticas.

Portanto, os estudos analisados permitem concluir que a atuação farmacêutica constitui uma estratégia relevante para promover o uso racional de medicamentos, mas sua contribuição depende de uma Assistência Farmacêutica estruturada e integrada ao cuidado em saúde. Não basta reconhecer a importância desse profissional ou ampliar a oferta de medicamentos: é necessário garantir sua participação nas decisões relacionadas à farmacoterapia e no acompanhamento das pessoas. Essa perspectiva reforça a necessidade de fortalecer os serviços farmacêuticos no SUS, de modo que o medicamento não seja tratado apenas como um produto disponibilizado, mas como parte de um tratamento que exige orientação, avaliação e acompanhamento para alcançar resultados seguros e efetivos.

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

A partir da revisão da literatura, foi possível analisar o papel da Assistência Farmacêutica na promoção do uso racional de medicamentos, bem como suas contribuições para a redução de eventos adversos e a melhoria dos resultados terapêuticos. Os estudos evidenciaram que a atuação do farmacêutico é fundamental para a segurança do tratamento, pois envolve não apenas a dispensação de medicamentos, mas também a orientação dos pacientes, o acompanhamento da farmacoterapia, a identificação de problemas relacionados aos medicamentos e a realização de intervenções para adequar seu uso às necessidades de cada paciente.

Entre os principais resultados, identificou-se a ocorrência de automedicação, dificuldades de adesão aos tratamentos e ausência de acompanhamento farmacêutico entre determinados grupos de usuários, especialmente idosos e pessoas com doenças crônicas. Também foram observadas experiências positivas relacionadas às orientações individualizadas e às intervenções clínicas, que contribuíram para o uso adequado dos medicamentos e para a prevenção de problemas durante o tratamento. Além disso, os estudos apontaram diferenças na oferta de serviços farmacêuticos entre os contextos investigados, o que demonstra que a presença do profissional, embora essencial, depende de condições institucionais para que suas atribuições sejam desenvolvidas de maneira efetiva.

Outro resultado importante foi a identificação de que nem toda intervenção farmacêutica produz, necessariamente, redução dos eventos adversos, como demonstrou o estudo sobre o programa de cuidados farmacêuticos após a alta hospitalar. Esse achado reforça que a promoção do uso racional exige ações contínuas, acompanhamento dos pacientes e articulação entre os diferentes servi-

ços de saúde.

Dessa forma, conclui-se que a Assistência Farmacêutica contribui para a redução do uso irracional de medicamentos e para a prevenção de eventos adversos por meio de ações de orientação, acompanhamento e avaliação da farmacoterapia. O farmacêutico assume, portanto, uma função essencial na promoção do uso racional, tanto na Atenção Primária à Saúde quanto em outros níveis de atenção. Entretanto, para que essa atuação alcance melhores resultados, é necessário ampliar a inserção dos serviços farmacêuticos clínicos e fortalecer sua integração às equipes de saúde, de modo a garantir um cuidado mais seguro e adequado às necessidades da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde, Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004.** Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília; 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html. Acesso em 15 abr. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Comunicado**.: Notificação de eventos adversos a medicamentos.** Brasília, DF: ANVISA, 2021. Disponível em: http://wordpress-direta.s3.sa-east-1.amazonaws.com/sites/1140/wpcontent/uploads/2021/04/06105344/20213103_comunicado_ggmon_003_2021.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Uso racional de medicamentos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/ptbr/composicao/sectics/daf/uso-racional-de-medicamentos. Acesso em: 4 abri. 2026.

CANTINI, A.H; COSTA, D.M.; PINTO, M. A política nacional de medicamentos e a judicialização no município de São Borja (20202021). **Revista de Educação em saúde**,v.12, n.2, 2024. Dsponível em: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i2.11. Acesso em: 20 nov. 2026.

FAVARETTO, F.; et al. ID-17 Atenção Farmacêutica na Gestação de Alto Risco: um relato de experiência. **Jornal de Assistência Farmacêutica e Farmacoeconomia**, v. 11, n. s. 3, 2026. Disponível em: https://www.ojs.jaff.org.br/ojs/index.php/jaff/article/view/1594. Acesso em: 21 out. 2026.

FEITOSA, E. A. R; ABREU, C. R. A. Marketing e o uso irracional de medicamentos. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 5, n. 10, p. 236-246, 2022. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.6787731%20

FERREIRA, R. L; JÚNIOR, A. T. T. Estudo sobre a automedicação, o uso irracional de medicamentos e o papel do farmacêutico na sua prevenção. **Revista da Faculdade de Educação e Meio Ambiente -FAEMA, Ariquemes**, v. 9, n. ed esp, p. 570-576, maio-jun, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.46420/9786581460174. Acesso em: 21 out. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LEITE C. S et al. Estudo e orientações sobre o uso racional de medicamentos para a população de Itacoatiara-AM. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 1, p. 168-176, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/12875/6157. Acesso em: 20 out. 2026.

LEITE, B. O; et al. Uso de medicamentos entre adolescentes rurais quilombolas e não quilombolas no interior da Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1073-1086, mar., 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/3HkLVN v8hLV6c66gKzJVN8H/?lang=pt. Acesso em: 11 mar. 2026.

MARCONI, M;A;; LAKATOS, E;M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASSIR, K.F; et al. The impact of clinical pharmacists' intervention on the rational use of intrave-

nous paracetamol vials in Baghdad Teaching Hospital: a case-control study**. Pharmacia**, v. 71, p. 1-7, 2024. DOI: 10.3897/pharmacia.71.e123654.

OLIVEIRA, A.V.B.; et al. Atuação do farmacêutico clínico em um hospital em tempos de COVID-19: relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. e43111931740-e43111931740, 2022.Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/31740. Acesso em: 25 out. 2026.

OLIVEIRA, L. C.; et al. Análise das intervenções farmacêuticas associadas a custos evitáveis com a farmacoterapia em um hospital deensino de Sergipe (Brasil) nos primeiros meses da Covid-19. **Rev Bras Farm Hosp Serv Saude**. 2021; v.12. n. 4. DOI: 10.30968/rbfhss.2021.124.070.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 4 Mar. 2026.

REZENDE, S.R.; et al. Atenção farmacêutica ao idoso: investigação sobre conhecimento e aplicação prática. **Revista Cereus**, v. 13, n. 1, p. 18-31, 2021. Disponível em: https://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3312. Acesso em: 20 nov. 2026.

SANTOS, F.T.C; et al. Clinical Pharmacists in Primary Care: A Real-World Experience From São Paulo, Brazil. **Journal of the American College of Clinical Pharmacy**, v. 9, n. 7, e70251, 2026. DOI: 10.1002/jac5.70251.

TAVARES, M.L.D.; et al. Diagnóstico situacional da consulta farmacêutica na rede básica de saúde do Município de Belém, Estado do Pará, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e33310111803-e33310111803, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/11803. Acesso em: 28 out. 2026.

UITVLUGT, E. B.; et al. The effect of a transitional pharmaceutical care program on the occurrence of ADEs after discharge from hospital in patients with polypharmacy. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, v. 18, n. 4, p. 2651-2658, 2022. DOI: 10.1016/j.sapharm.2021.05.009.

WHITTEMORE, R. Combining evidence in nursing research: methods and implications. **Nursing Research**, Baltimore, v. 54, n. 1, p. 56-62, Jan./Feb. 2005. DOI: 10.1097/00006199-200501000-00008



Capítulo 12

OS BENEFÍCIOS E DESAFIOS DO TRATAMENTO FARMACOLOGICO DO TDAH EM ADULTOS: revisão bibliográfica

THE BENEFITS AND CHALLENGES OF PHARMACOLOGICAL TREATMENT FOR ADHD IN ADULTS: A LITERATURE REVIEW

Hellen Monteiro Batalha[1]

Gustavo Pereira Calado[2]

1 Graduanda em Farmácia, Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.
2 Graduado em Farmácia Bioquímica - UFMA, Mestre em Ciências da Saúde - UFMA. Docente da Faculdade Estácio - Turu, São Luís - MA.

Resumo

O TDAH é um transtorno que perpassa a infância e acomete adultos comprometendo a sua qualidade de vida pessoal e profissional, é comumente despercebido devido aos seus sintomas se assemelharem a outros transtornos e a capacidade adaptativa do paciente adulto em mascarar os seus sintomas. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral descrever os desafios e benefícios do tratamento farmacológico do TDAH em adultos por meio de revisão bibliográfica e como objetivos específicos identificar os principais desafios clínicos e terapêuticos relacionados ao uso de medicamentos para o TDAH em adultos, analisar os benefícios do tratamento farmacológico do TDAH na população adulta diagnosticada, considerando desfechos sintomatológicos e funcionais e descrever o perfil de segurança e os eventos adversos associados aos fármacos utilizados no manejo do TDAH em adultos.. Este trabalho trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada com o objetivo de reunir e analisar informações disponíveis na literatura científica acerca do tema estudado, em bases de dados científicas, como SciELO, PubMed, LILACS e google acadêmico, no período que abrange os anos de 2016 a 2026. Os resultados demonstram que o TDAH em adultos apresenta desafios relacionados ao seu diagnóstico e o tratamento envolve abordagens farmacológicas, e não farmacológicas, visando à redução dos sintomas e à melhora da qualidade de vida. Entretanto, os efeitos adversos exigem acompanhamento contínuo para garantir a segurança e a adesão à farmacoterapia, destacando o papel do farmacêutico como profissional integrante da equipe multidisciplinar fundamental para o sucesso do tratamento. Deste modo, conclui-se que o manejo do TDAH em adultos deve ocorrer de maneira multidisciplinar e individualizada, integrando intervenções farmacológicas e não farmacológicas, de modo a proporcionar maior segurança terapêutica, melhor controle dos sintomas e promover qualidade de vida aos pacientes.

Palavras-chave: Tratamento. TDAH. TDAH em adultos.

Abstract

ADHD is a disorder that persists from childhood into adulthood, affecting individuals' personal and professional quality of life. It often goes unnoticed because its symptoms may resemble those of other disorders and because adult patients may develop adaptive strategies to mask their symptoms. Therefore, the general objective of this study is to describe the challenges and benefits of pharmacological treatment for ADHD in adults through a literature review. The specific objectives are to identify the main clinical and therapeutic challenges associated with the use of ADHD medications in adults; analyze the benefits of pharmacological treatment in the diagnosed adult population, considering symptomatic and functional outcomes; and describe the safety profile and adverse events associated with medications used in the management of ADHD in adults. This study consists of a narrative literature review, with a qualitative approach and descriptive nature, conducted to gather and analyze information available in the scientific literature on the subject. The research was carried out using scientific databases such as SciELO, PubMed, LILACS, and Google Scholar, covering the period from 2016 to 2026. The results indicate that ADHD in adults presents challenges related to diagnosis and that its treatment involves both pharmacological and non-pharmacological approaches aimed at reducing

symptoms and improving quality of life. However, adverse effects require continuous monitoring to ensure pharmacological safety and treatment adherence, highlighting the role of pharmacists as essential members of the multidisciplinary healthcare team in achieving successful treatment outcomes. Thus, it is concluded that the management of ADHD in adults should be multidisciplinary and individualized, integrating pharmacological and non-pharmacological interventions to ensure greater therapeutic safety, better symptom control, and improved quality of life for patients.

Keywords: Treatment. ADHD. Adult ADHD.

1 INTRODUÇÃO

O TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) é um transtorno que se manifesta em adultos e crianças sendo comumente associado a remissão na fase da adolescência, no entanto, tem manifestado cada vez mais constância de suas características na população adulta, devido à persistência dos sintomas e ao impacto funcional que este apresenta na vida acadêmica, profissional e social dos indivíduos após a puberdade. Estudos epidemiológicos indicam que cerca de 60% dos casos diagnosticados na infância mantêm manifestações clínicas na fase adulta, comprometendo aspectos como organização, atenção sustentada e controle inibitório. Os adultos concentram grande parte da população economicamente ativa, o que torna relevante a investigação sobre as repercussões clínicas e terapêuticas do transtorno neste grupo. A complexidade do manejo é ampliada pela elevada frequência de comorbidades psiquiátricas associadas (Kosheleff et al, 2023; Brasil, 2022).

O manejo farmacológico do TDAH em adultos baseia-se no uso de agentes estimulantes e não estimulantes, além de terapias não-farmacológicas cada um com perfil de eficácia e segurança distinto (Oliveira et al, 2024). Entretanto, a literatura científica ainda apresenta dados fragmentados quanto ao uso dessas substâncias em pacientes com comorbidades associadas como a ansiedade e a depressão. A ausência de consenso sobre a melhor abordagem terapêutica gera insegurança na prática clínica e pode comprometer a qualidade do cuidado oferecido. A sistematização das evidências disponíveis é fundamental para orientar condutas baseadas em dados atualizados e confiáveis (Santos; Oliveira; Espósito Júnior, 2024).

Deste modo, o problema a ser tratado neste artigo são, quais os principais desafios e benefícios associados ao tratamento farmacológico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade em adultos conforme descrito na literatura científica dos últimos dez anos? Logo que, a atuação do farmacêutico na assistência ao paciente com TDAH abrange o uso seguro, racional e eficaz dos medicamentos através de uma linguagem clara e explicativa, além de prestar orientação contínua ao paciente e aos seus familiares, principalmente em dúvidas que surgem durante o tratamento e prevenção de reações adversas.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral descrever os desafios e benefícios do tratamento farmacológico do TDAH em adultos por meio de revisão bibliográfica. E como objetivos específicos identificar os principais desafios clínicos e terapêuticos relacionados ao uso de medicamentos para o TDAH em

adultos, analisar os benefícios do tratamento farmacológico do TDAH na população adulta diagnosticada, considerando desfechos sintomatológicos e funcionais e descrever o perfil de segurança e os eventos adversos associados aos fármacos utilizados no manejo do TDAH em adultos.

Portanto, este estudo justifica-se pela alta prevalência do TDAH em adultos e pela frequência com que esse transtorno se apresenta, já que, a sua manifestação pode estar associada a outros transtornos o que gera impacto direto na qualidade de vida, no desempenho profissional e nas relações interpessoais dos indivíduos afetados. Além disso, a complexidade do manejo farmacológico exige que profissionais de saúde disponham de informações atualizadas e sistematizadas para orientar a prática clínica. Assim, investigar os desafios e benefícios do tratamento nesta população específica contribui para reduzir a incerteza terapêutica e promover condutas mais seguras.

2 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada com o objetivo de reunir e analisar informações disponíveis na literatura científica acerca do tema estudado, em bases de dados científicas, como SciELO, PubMed, LILACS e google acadêmico, no período que abrange os anos de 2016 a 2026. Utilizando como descritores “tratamento do tdah em adultos”, “TDAH critérios em adultos”, “TDAH em adultos” e “tratamento do TDAH”.

Os critérios de inclusão consideraram publicações que abordassem os beneficios do tratamento farmacológico em indivíduos adultos com TDAH, os desafios durante o tramento farmacêutico, a segurança do tratamento medicamentoso e os efeitos adversos do tratamento. Foram excluídos estudos que não apresentassem relação direta com o objetivo da pesquisa ou que estivessem fora do período definido para análise.

A extração de dados dos estudos selecionados seguiu os critérios de inclusão e exclusão, por meio da leitura prévia de títulos e resumos, permitindo avaliar a relevância dos artigos para o tema e possibilitando a escolha daqueles que atendiam aos objetivos do trabalho.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O levantamento possibilitou a identificação de 243 artigos utilizando palavras-chaves combinadas ou isoladas, após aplicação dos critérios de exclusão e inclusão foram excluídos 201 artigos. Desses apenas 42 foram incluídos para leitura de título e resumo, após isso 36 foram selecionados para leitura completa. Por fim, restaram 10 estudos selecionados para avaliação. Com o objetivo de promover melhor assimilação e demonstrar os resultados abordados neste estudo, foi elaborado um quadro (Quadro 1), a partir da análise dos artigos selecionados, a fim de sintetizar o material estudado.

Quadro 1. Artigos selecionados.

AUTOR/ANO	TITULO	TIPO DE PESQUISA	RESULTADOS
Kooij et al., 2019.	Updated European Consensus Statement on diagnosis and treatment of adult ADHD.	Revisão narrativa	O consenso concluiu que o TDAH em adultos é uma condição neurodesenvolvimental persistente e associada a importante prejuízo psicossocial e comorbidades, sendo necessário tratamento baseado em evidências.
Abadi et al., 2025.	Primer Consenso Argentino sobre el manejo del Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad en la adultez. Segunda parte: clínica del TDAH en la adultez, evaluación diagnostica, comorbilidades y diagnósticos diferenciales.	Pesquisa bibliográfica/documental.	Discussão sobre os aspectos clínicos e diagnósticos do TDAH na população adulta.
Moreira et al., 2025.	Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em adultos: epidemiologia, características clínicas, avaliação e diagnóstico	Revisão de literatura integrativa	Aborda TDAH em adultos, discutindo sua epidemiologia, manifestações clínicas, avaliação e critérios para o diagnóstico.
Carvalho et al., 2024.	Eficácia da terapia cognitivo-comportamental para adultos com TDAH: uma revisão sistemática.	Revisão sistemática da literatura de ensaios clínicos randomizados.	Eficácia da terapia cognitivo-comportamental (TCC) no tratamento de adultos com TDAH.
Viana, Lima Neto, Moraes, 2023.	Os efeitos do metilfenidato ou anfetaminas na concentração em adultos com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade	Revisão sistemática	Os resultados demonstraram que o metilfenidato apresentou efeitos positivos sobre a concentração em adultos com TDAH, enquanto as anfetaminas mostraram benefícios principalmente na função executiva e na atenção sustentada.
Oliveira, Sousa, Sanches, 2016.	Evidências sobre a eficácia e segurança no tratamento medicamentoso no transtorno de déficit da atenção com hiperatividade em adultos	Revisão bibliográfica	Psicoestimulantes, principalmente o metilfenidato, demonstraram eficácia no tratamento do TDAH em adultos, embora sejam necessários mais estudos comparativos para avaliar melhor sua eficácia e segurança.
Cândido et al., 2021.	Immediate-release methylphenidate for ADHD in adults	Revisão sistemática	O metilfenidato de liberação imediata apresentou possível redução dos sintomas de TDAH em adultos, porém com evidências de baixa certeza e maior ocorrência de perda de apetite e efeitos gastrointestinais.
Bieś et al., 2023.	The Risk of Methylphenidate Pharmacotherapy for Adults with ADHD	Revisão sistemática.	O metilfenidato demonstrou ser geralmente bem tolerado, apresentando principalmente efeitos adversos leves a moderados, incluindo alterações no sono, peso e sintomas cardiovasculares.

Buoli; Serati; Cahn, 2016	Alternative pharmacological strategies for adult ADHD treatment: a systematic review.	Revisão sistemática da literatura.	Os resultados indicaram que as anfetaminas, incluindo sais mistos e lisdexanfetamina, apresentaram as evidências mais robustas de eficácia, embora possam causar efeitos adversos importantes, como hipertensão e sintomas psicóticos.
Esher; Coutinho, 2017.	Uso racional de medicamentos, farmaceuticalização e usos do metilfenidato.	Estudo exploratório	A importância do uso racional do metilfenidato no Brasil, destacando os riscos do consumo excessivo, da automedicação e das prescrições inadequadas. Também analisa como a farmaceuticalização da sociedade contribui para o uso indiscriminado do medicamento, apontando a necessidade de estratégias para promover seu uso seguro e adequado.

Fonte: Autores, (2026)

O TDAH em adultos pode apresentar-se por meio de dificuldades relacionadas às funções executivas, à atenção e ao controle dos impulsos, além de inquietação e alterações na regulação emocional. A presença e a interação desses sintomas podem comprometer de forma significativa o funcionamento cotidiano do indivíduo, repercutindo em diferentes aspectos de sua vida, logo que os sintomas do TDAH se manifestam de forma menos óbvia e evidente em adultos do que em crianças, sendo mais difícil identificar o início dos sintomas na fase adulta. Para a construção do diagnóstico, além dos sintomas característicos do transtorno e os sintomas percebidos pelo indivíduo, é necessária uma entrevista para a identificação dos sinais ao longo da vida, no entanto, pode ser necessária a busca com outro adulto que participe ativamente da vivência do paciente com TDAH para auxiliar na captação de informações sobre a percepção dos indícios e do desenvolvimento do transtorno (Moreira et al., 2025).

Diante da complexidade do diagnóstico do TDAH em adultos, é necessário um protocolo clínico ou diretrizes terapêuticas (PCDT) que estabeleçam um manejo específico em paciente com TDAH. O tratamento precisa abranger intervenções sociais, psicológicas e comportamentais, sendo a primeira escolha para o tratamento de pacientes sem comorbidades associadas o uso de psicoestimulantes, já para pacientes com sintomas de abuso de estimulantes é recomendado o uso de atomoxetina, em caso de comorbidades associadas como depressão ou ansiedade, recomenda-se a terapia associada a bupropiona ou o uso de inibidor seletivo da recaptação da serotonina (ISRS) em caso de transtorno de ansiedade generalizada ou social. Já em adultos com TDAH que possui déficit no funcionamento executivo é indicado a terapia cognitivo-comportamental (TCC). A TCC é indicada para pacientes como monoterapia em casos de impossibilidade do uso de fármaco e/ou para pacientes que preferem a psicoterapia (Kooij et al., 2019; Brasil, 2021).

O diagnóstico do TDAH em adultos é dificultado pela semelhança de sintomas com outros transtornos em que os principais pontos relatados não se incluam nos preconizados pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM – 5), ferramenta que define critérios estabelecidos como base para o diagnóstico, que são a desatenção, a hiperatividade e a impulsividade, outros critérios podem ser apresentados e focados como problemática principal

como a procrastinação, a desorganização, a falta de motivação, os problemas relacionados ao sono, os ataques de raiva, a sensação de sobrecarga acompanhada de fadiga e/ou as alterações de humor (Abadi et al., 2025; Moreira et al., 2025).

Para a diagnose correta, o profissional de saúde não pode descartar o TDAH como um possível transtorno de base, pois o paciente pode se atentar apenas as manifestações que o incomoda naquele momento e receber um diagnóstico distinto ao real, outra dificuldade no avaliação clínica são as estratégias adaptativas e desadaptativas, que são mecanismos desenvolvidos por adultos para compensar os sintomas do TDAH e que mascaram os sinais ao longo da vida, esses artifícios podem reduzir o estresse temporariamente e por um período prolongado ou pode gerar alívio a curto prazo com elevação do estresse a longo prazo (Abadi et al., 2025).

Após o diagnóstico do TDAH em adultos, as opções terapêuticas iniciais são farmacológicas, no entanto, há pacientes que optam pela TCC isolada ou associada aos fármacos. Em monoterapia a TCC traz benefícios aos pacientes com TDAH gerando melhorias nos principais sintomas do transtorno, já relacionada a terapia medicamentosa possibilita a redução dos sinais perceptíveis. A TCC gera um impacto benéfico ao individuo pois pode melhorar aspectos relacionados as funções executivas e de controle da atenção, atua reduzindo sintomas de estresse e ansiedade, promove motivação e organização do tempo, o que gera impacto positivo na qualidade de vida do paciente (Carvalho et al., 2024).

Já o tratamento farmacológico com psicoestimulantes combinados ou não com terapias psicológicas proporcionam um aumento na qualidade de vida dos pacientes com TDAH em tratamento. Drogas como o metilfenidato (MTF), demonstram uma redução dos sintomas com terapias a curto e longo prazo mesmo em pacientes que abandonaram o tratamento. Adultos em uso de lisdexamfetamina dimesilato (LDX) demonstram uma melhora entre os sintomas com destaque ao déficit de função cognitiva que apresenta uma melhora na atenção sustentada após o uso de LDX. Ambos os medicamentos demonstram melhorias nos sintomas relacionados a concentração, no entanto, os usos das anfetaminas se mostraram mais promissoras no estudo apresentado por Viana, Lima Neto, Moraes, 2023.

Apesar de apresentar resultados promissores no tratamento farmacológico do TDAH em adultos, os efeitos adversos associados ao uso dos medicamentos podem influenciar a tolerabilidade, a continuidade e a adesão à farmacoterapia. O MTF é um dos principais estimulantes utilizados no tratamento do TDAH e pode promover melhora dos sintomas relacionados à atenção e à concentração. O medicamento está disponível em diferentes formulações, incluindo liberação imediata, liberação prolongada e sistema de liberação osmótica, possibilitando diferentes períodos de duração do efeito terapêutico. Entre as reações adversas relacionadas ao seu uso estão a diminuição do apetite, náuseas, sede, insônia e possíveis manifestações cardiovasculares, sendo necessária a avaliação individual dos benefícios e riscos durante o tratamento. Dessa forma, o acompanhamento clínico é fundamental para monitorar a resposta terapêutica, a ocorrência de efeitos adversos e a adesão ao tratamento (Cândido et al., 2021; Bieś et al., 2023).

Temos a LDX como o primeiro pró-fármaco desenvolvido para o tratamento do TDAH, apresentando ação prolongada de 14h em adultos demonstrando eficácia e boa tolerabilidade, apresenta como reação adversa ao seu uso a diminui-

ção do apetite, o ressecamento de mucosa, tensão e agitação. Outro tratamento disponível são os sais de anfetamina estes estão disponíveis no mercado na apresentação de liberação prolongada com atuação no controle dos sintomas durante 12 horas, possui como reação adversa boca seca, seguido de apetite diminuído, insônia e dor de cabeça. Já o tratamento com dexafetamina se mostrou eficaz em adultos após o uso diário por 6 semanas e apresenta como reações adversas sintomas como perca de peso, distúrbio do sono, boca seca e sede (Oliveira; Sousa; Sanches, 2017).

Outras estratégias farmacológicas alternativas podem ser consideradas no tratamento do TDAH em adultos, especialmente nos casos de resposta parcial ou ausência de resposta aos tratamentos convencionais, devendo sua escolha ser individualizada de acordo com as características clínicas e as comorbidades apresentadas pelo paciente. Entre essas alternativas, destacam-se os agentes noradrenérgicos, como a atomoxetina e a reboxetina; os antidepressivos, incluindo os tricíclicos, como imipramina, desipramina e nortriptilina, e os que atuam sobre os sistemas noradrenérgico e serotoninérgico, como venlafaxina e duloxetina. Também são descritos medicamentos com ação dopaminérgica, como a bupropiona, agonistas alfa-2-adrenérgicos, como clonidina e guanfacina, além de outras substâncias, como modafinil, metadoxina e mecamilamina. Entretanto, as evidências de eficácia e segurança são mais robustas entre os estimulantes à base de anfetaminas, enquanto outros medicamentos ainda necessitam de estudos clínicos mais amplos para confirmar sua efetividade no tratamento do TDAH em adultos (Buoli; Serati; Cahn, 2016).

O farmacêutico desempenha um papel fundamental no tratamento farmacológico do TDAH, pois é o profissional com o conhecimento técnico científico sobre o medicamento, o que possibilita a promoção do uso racional e o uso seguro dos medicamentos. Sua atuação envolve a orientação dos pacientes quanto à utilização correta dos medicamentos, ao cumprimento das doses e dos horários prescritos, bem como à identificação e ao acompanhamento de possíveis reações adversas. Além disso, cabe ao profissional farmacêutico contribuir para a prevenção da automedicação, do uso indiscriminado e da interrupção inadequada do tratamento, promovendo a adesão à farmacoterapia e a conscientização sobre os riscos associados ao uso incorreto de medicamentos, especialmente o metilfenidato. Dessa forma, a atenção farmacêutica torna-se essencial para garantir maior segurança e efetividade ao tratamento, favorecendo o uso racional dos medicamentos (Esher; Coutinho, 2017).

4 CONSIDERAÇÕS FINAIS

Diante do exposto, foi possível compreender que o TDAH em adultos é um transtorno que pode comprometer a vida cotidiana do paciente e manifestar sintomatologia que dificulte o seu diagnóstico e tratamento de forma adequada. Por isso, a abordagem com o paciente deve ser minuciosa e detalhada, e após o diagnóstico correto o tratamento deve ser adaptado de forma individualizada a contribuir com a resposta terapêutica satisfatória. Sendo assim, o tratamento pode ser executado através de terapia cognitivo-comportamental associada ou não a fármacos, sendo adaptados conforme as necessidades de cada indivíduo objetivando melhorar a qualidade de vida do paciente.

Nesse contexto, destaca-se também a importância da atuação do farmacêutico na assistência aos pacientes adultos com TDAH, contribuindo para o uso racional e seguro dos medicamentos. Portanto, conclui-se que o manejo do TDAH em adultos deve ocorrer de maneira multidisciplinar e individualizada, integrando intervenções farmacológicas e não farmacológicas, de modo a proporcionar maior segurança terapêutica, melhor controle dos sintomas e promover qualidade de vida aos pacientes.

REFERÊNCIAS

ABADI, A.; et al. Primer Consenso Argentino sobre el manejo del Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad en la adultez. Segunda parte: clínica del TDAH en la adultez, evaluación diagnostica, comorbilidades y diagnósticos diferenciales. **Vertex Revista Argentina de Psiquiatría**, v. 36, n. 167, p. 67-105, 2025. Disponível em: <https://revistavertex.com.ar/ojs/index.php/vertex/article/view/725> Acesso em: 23 maio 2026

BIEŚ, R.; et al. The risk of methylphenidate pharmacotherapy for adults with ADHD. ***Pharmaceuticals***, v. 16, n. 9, p. 1292, 2023. DOI: 10.3390/ph16091292.Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37765100/ > Acesso em: 23 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: br/midias/protocolos/20220701_pcdt_tdah.pdf.> Acesso em: 23 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC). **Dimesilato de lisdexanfetamina para indivíduos adultos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BUOLI, M.; SERATI, M.; CAHN, W. Alternative pharmacological strategies for adult ADHD treatment: a systematic review. **Expert Review of Neurotherapeutics**, v. 16, n. 2, p. 131-144, 2016. Disponível em: < https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26693882/> Acesso em: 18 out. 2026.

CÂNDIDO, R.C.; et al. Immediate-release methylphenidate for attention deficit hyperactivity disorder (ADHD) in adults. ***Cochrane Database of Systematic Reviews***, v. 1, 2021. DOI: 10.1002/14651858.CD013011.pub2.Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33460048/ Acesso em: 18 out. 2026.

CARVALHO, N.P.; et al. Eficácia da terapia cognitivo-comportamental para adultos com TDAH: uma revisão sistemática. **Paidéia**, v. 34, p. e3420, Ribeirão Preto, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/CQ6tkgCbVWrjsMHdmgSB47n/abstract/?lang=pt Acesso em: 18 out. 2026.

ESHER, A.; COUTINHO, T. Uso racional de medicamentos, farmaceuticalização e usos do metilfenidato. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 2571-2580, 2017.Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/FvqznKY6xKDqj5cL5fs8kRP/abstract/?lang=pt Acesso em: 18 out. 2026.

KOOIJ, J.J.S.; et al. Updated European Consensus Statement on diagnosis and treatment of adult ADHD. **European Psychiatry**, v. 56, p. 14–34, 2019.Disponível em: < https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30453134/>. Acesso em: 18 out. 2026.

KOSHELEFF, A.R.; et al. Functional Impairments Associated With ADHD in Adulthood and the Impact of Pharmacological Treatment. **Journal of attention disorders**, v.27, n.7, p.669-697, 2023. Disponível em: < https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10173356/#section510870547231158572>. Acessado em: 22 de maio de 2026.

MOREIRA, J.; et al. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em adultos: epidemiologia, características clínicas, avaliação e diagnóstico. **Journal of Medical and Biosciences Research,** v. 2, n. 4, p. 671-693, 2025. Disponível em: <https://journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/823>. Acesso em: 18 out. 2026.

OLIVEIRA, D.S.; et al. O manejo do TDAH em adultos: uma revisão narrativa. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 6, p. 1301–1316, 2024. Disponível em: <https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/2378>. Acesso em: 22 maio 2026.

OLIVEIRA, D.C.; SOUSA, P.G.; SANCHES, A.C.C. Evidências sobre a eficácia e segurança no tratamento medicamentoso no transtorno de déficit da atenção com hiperatividade em adultos. **SaBios-Revista de Saúde e Biologia,** v. 11, n. 3, p. 59-75, 2017. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios/article/view/2247>. Acesso em: 18 out. 2026.

SANTOS, R.G.M.; et al. Comorbidades psiquiátricas no TDAH: intersecções clínicas e estratégias de manejo**. Journal of Medical and Biosciences Research**, v. 2, n. 6, p. 115, 2024.Disponível em: <https://journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/966>. Acesso em: 18 out. 2026.

VIANA, M.; LIMA NETO, J; MORAES, A. Os efeitos do metilfenidato ou anfetaminas na concentração em adultos com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade: uma revisão sistemática. **Santé - Cadernos de Ciências da Saúde**, v. 2, n. 2, p. 10–25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unidep.edu.br/sante/article/view/246>. Acesso em: 18 out. 2026.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acetaminofeno, 24–32

Acompanhamento farmacoterapêutico, 49–60, 63–76, 92–105, 120–127, 137–149

Adesão ao tratamento, 49–60, 92–105, 120–127, 137–159

Agentes estimulantes, 150–159

Antibióticos, 120–127

Antibioticoterapia, 120–127

Antifúngicos, 106–119

Anti-inflamatórios, 78–90

Assistência farmacêutica, 21–23, 33–48, 63–76, 77–105, 120–127, 137–149

Atenção farmacêutica, 31–32, 53, 61–76, 92–105, 128–136

Atividade física, 128–136

Atomoxetina, 155, 157

Autocuidado, 10–23, 77–91

Automedicação, 11–22, 24–32, 33–48, 77–91, 128–136

B

Bactérias resistentes, 120–127

Benefícios terapêuticos, 10–23, 106–119, 128–136, 150–159

Bupropiona, 155–158

C

Cafeína, 129

Câncer gástrico, 49–60

Candida spp., 106–119

Candidíase vulvovaginal recorrente, 106–119

Comorbidades, 10–23, 63–76, 150–159

Creatina, 129, 131–133

Cuidado farmacêutico, 10–32, 49–76, 92–105, 120–149

D

Desempenho físico, 128–136

Desprescrição, 66–69, 73–74

Diagnóstico do TDAH, 150–159

Dispensação de medicamentos, 77–105, 120–127, 137–149

Doenças crônicas, 10–23, 63–76, 137–149

E

Educação em saúde, 11–22, 31–48, 77–105, 120–149

Efeitos adversos, 10–32, 49–91, 106–119, 128–136, 150–159

Erros de medicação, 49–60, 92–105

Estimulantes, 150–159

Eventos adversos, 10–23, 49–60, 92–105, 137–159

Evidências científicas, 10–23, 106–119, 128–159

F

Farmacêutico, atuação do, 10–159

Farmacêutico clínico, 49–62

Farmacoterapia, 10–23, 49–76, 92–105, 120–127, 137–159

Farmacovigilância, 21–23, 61

Fitoterapia, 10–23

Fluconazol, 107, 112, 115–118

H

Hepatotoxicidade, 24–32

I

Idosos, 10–23, 63–76, 137–149

Influenciadores digitais, 33–48

Internet, informações em saúde, 33–48

Interações medicamentosas, 10–23, 46, 52–57, 64–75, 80–90, 93–104, 128–136

Intervenção farmacêutica, 24–32, 49–60, 63–76, 92–105, 120–149

Intoxicação medicamentosa, 24–48, 77–91

L

Lactobacillus, 107–118

Lisdexanfetamina, 158

M

Medicamentos isentos de prescrição (MIPs), 77–91

Medicamentos potencialmente inadequados, 63–76

Metilfenidato, 154–157, 159

Microbiota vaginal, 107–118

Monitoramento farmacoterapêutico, 49–60, 63–76, 92–105, 120–127, 137–159

Musculação, 128–136

O

Oncologia, 49–62

Orientação farmacêutica, 10–48, 63–105, 120–149

P

Paracetamol, 24–32

Plantas medicinais, 10–23

Polifarmácia, 11–13, 21, 63–76

Probióticos, 106–119

Problemas relacionados aos medicamentos, 63–76, 92–105, 137–149

Proteínas, suplementação, 129–134

Q

Qualidade de vida, 10–23, 49–76, 106–119, 150–159

Quimioterapia, 49–60

R

Reações adversas, 10–32, 33–48, 63–91, 106–119, 128–136, 150–159

Reconciliação medicamentosa, 93, 100

Redes sociais, 33–48, 128–136

Resistência antimicrobiana, 33–48, 106–119, 120–127

Resistência bacteriana, 120–127

S

Saúde do idoso, 10–23, 63–76

Saúde pública, 33–48, 77–91, 120–149

Segurança da farmacoterapia, 10–32, 49–76, 92–105, 120–159

Segurança do paciente, 11–23, 45, 50–60, 64–76, 80–90, 92–105, 120–159

Suplementação alimentar, 128–136

Suplementos alimentares, 128–136

Superdosagem, 24–32

T

TDAH em adultos, 150–159

Terapia adjuvante, 106–119

Tratamento farmacológico, 49–60, 106–119, 150–159

Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), 150–159

Toxicidade, 10–32, 77–91

U

Uso inadequado de medicamentos, 10–48, 63–91, 120–149

Uso racional de antibióticos, 120–127

Uso racional de medicamentos, 24–48, 63–105, 120–149

Uso racional de suplementos, 128–136

ORGANIZADORAS

Cristiana Resende Marcelo

Bacharel e Licenciada em Química (UFV); Mestre em Agroquímica/Físico-Química (UFV) e Doutora em Agroquímica/Química Analítica (UFV). Tem experiência em degradação de poluentes ambientais por nanopartículas metálicas; pirólise analítica; interações polímero-surfactante; tratamento de superfícies metálicas; ensino de ciências, ensino de química e educação ambiental. Atualmente é professora adjunta da UFMA/CCBa, atuando no curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências da Natureza e Matemática e no curso de Especialização em Biodiversidade e Agricultura.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2448133326632836

Marta Regina de Castro Belfort

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Maranhão (2015). Mestre (2017) e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Maranhão (2024). Tem experiência na área genética, biologia molecular e oncologia.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/8437095239134844

Tayane Souza Prazeres Melo

Bacharela em Direito, com formação superior incompleta em Engenharia Agronômica. Atualmente, cursa especialização em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho e MBA em Direito de Família e Sucessões. Possui 13 anos de experiência em mentoria acadêmica, orientação metodológica, produção científica e normalização de trabalhos acadêmicos. Apresenta experiência na análise de processos administrativos e regulatórios, elaboração de documentos técnicos e jurídicos e desenvolvimento de projetos e pesquisas. Atua de forma interdisciplinar nas áreas jurídica, socioeconômica e ambiental, com interesse em políticas públicas, direitos sociais, desenvolvimento regional, sustentabilidade e relações entre Estado e sociedade.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/1918705506528276

Farmácia, Ciência e Sociedade – Volume 1 reúne estudos sobre desafios contemporâneos relacionados ao uso seguro e racional de medicamentos e à atuação do farmacêutico no cuidado em saúde.

A obra aborda plantas medicinais, hepatotoxicidade, automedicação e redes sociais, polifarmácia, oncologia e atenção farmacêutica.

Também discute os probióticos como terapia adjuvante na candidíase recorrente, articulando inovação terapêutica e evidências científicas.

Em perspectiva interdisciplinar, reafirma o papel da Farmácia na educação em saúde, prevenção de riscos, segurança do paciente e qualificação da assistência.



EDITORA NOVUS
LIVROS ACADÊMICOS

ISBN 978-65-84364-91-2